Paulo Eduardo Teixeira

A formação das famílias livres

Campinas, 1774-1850

A FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS LIVRES

PAULO EDUARDO TEIXEIRA

A FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS LIVRES

CAMPINAS, 1774-1850

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livraria.unesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

T268f

Teixeira, Paulo Eduardo
A formação das famílias livres: Campinas, 1774-1850 / Paulo Eduardo Teixeira. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-393-0167-6

1. Demografia da família – Campinas (SP) – História – Século XVIII. 2. Transição demográfica – Campinas (SP) – História – Século XVIII. 3. Imigrantes – Campinas (SP) – História – Séc. XVIII. 4. Fecundidade humana – Campinas (SP) – História – Século XVIII. 5. Controle da natalidade – Campinas (SP) – História – Século XVIII. 6. Café – Campinas (SP) – História – Séc. XVIII. 7. População – Campinas (SP) – Condições sociais – História – Século XVIII. 8. Família – Campinas (SP) – Condições sociais – História – Século XVIII. 9. Família – Campinas (SP) – Aspectos econômicos – História – Século XVIII. 10. Campinas (SP) – Condições econômicas – História – Século XVIII. I. Título.

12-0740 CDD: 306.85098161
CDU: 314(815.6)

Este livro é publicado pelo projeto *Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da UNESP* – Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNESP (PROPG) / Fundação Editora da UNESP (FEU)

Editora afiliada:

Aos meus amados filhos,
Matheus e Thiago

Agradecimentos

O apoio financeiro para esta pesquisa foi essencial para que ela chegasse a bom termo; assim, deixo o meu agradecimento à Fapesp, que pela concessão de uma bolsa de estudos e apoio à reserva técnica cumpriu com um papel fundamental para a democratização do saber no ensino superior.

Sou grato ao meu orientador, professor Nelson Hideiki Nozoe, por sua orientação ao longo dos anos de doutoramento, que foi fundamental para o amadurecimento das ideais lançadas no projeto inicial, bem como me ajudou a ser mais crítico em relação ao meu próprio trabalho. Acredito ter satisfeito suas expectativas!

Quero agradecer ao professor José Flávio Motta pelo excelente curso ministrado na pós-graduação de História, quando tive a oportunidade de conhecê-lo não só como mestre, mas também como amigo, o qual participou da banca de docentes deste doutorado trazendo valiosas sugestões. Outra pessoa inesquecível é a professora Laima Mesgravis, minha orientadora durante os primeiros passos no mestrado, que participou no exame final e, como é de seu feitio, trouxe colaborações preciosas das quais espero ter incorporado pelo menos uma parte. Agradeço ainda às professoras Ida Lewkowics e Maria Silvia C. B. Bassanezi pelas leituras e sugestões pertinentes que fizeram durante o exame deste trabalho e que

procurei contemplar neste momento que reviso alguns pontos para a publicação.

Agradeço também aos amigos que fiz no círculo da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), dentre os quais quero destacar o professor Sergio Odilon Nadalin, que me deu uma cópia do programa de computador usado nesta pesquisa, o Sygap, bem como a Maria Luiza Andreazza, com quem travei inúmeras conversas sobre o dito programa, que foram imprescindíveis para sanar muitas dúvidas.

Ao amigo e professor Carlos de Almeida Prado Bacellar, que tão prontamente me apoiou na realização do estágio de docência na USP durante a realização do doutorado, que resultou em um trabalho profícuo e estimulante.

Aos amigos do Núcleo de Estudos em Demografia Histórica (Nehd) e do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (Cedhal), em especial à professora Eni de Mesquita Samara (*in memoriam*), pela consulta à biblioteca desse núcleo de pesquisa, onde encontrei teses, dissertações, livros e revistas que em outros locais não tive a oportunidade de ver.

Em Campinas sou grato a diversas pessoas que gostaria de mencionar nominalmente. Em primeiro lugar, à professora Maria Silvia C. B. Bassanezi, que me incentivou a ver os registros paroquiais que existiam no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp. Depois de consultá-los, resolvi estudar a formação das famílias.

Ao professor José Roberto do Amaral Lapa (*in memorian*), que, como grande conhecedor dos cantos e antros de Campinas, indicou o padre Euclides Senna, do Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas, que me abriu as portas para a consulta dos livros paroquiais daquela localidade. Agradeço também ao padre Julio César Calusni, bem como à secretária Martha Silvia Craveiro, por proporcionarem o acesso para fotografar cada página dos livros que ali pesquisei, matéria-prima deste livro.

Aos colegas do Centro de Memória da Unicamp, na pessoa do Fernando e da Márcia, também o meu obrigado.

Quero agradecer também à minha assistente, Vanessa Mendes, que durante alguns meses digitou um grande número de listas nominativas e me ajudou a montar o banco de dados para o Sygap. E por falar mais uma vez em Sygap, não poderia deixar de agradecer ao programador Mário Fiorot, que decifrou vários erros no programa e os reparou, fazendo com que este produzisse os resultados que ora apresentamos neste trabalho.

Quero agradecer à minha querida esposa, Márcia, que esteve ao meu lado dando todo o apoio necessário para que eu pudesse viajar, pesquisar, ler e escrever, não tendo que me preocupar tanto com os dois pequenos, que, à época do doutorado, costumavam me rodear quando estava em casa.

Finalmente, agradeço à Unesp por este programa de edição de textos de docentes tão importante para a divulgação do conhecimento produzido dentro da academia.

Sumário

Introdução

Desde o momento em que Philippe Ariès (1981, p.223) lançou sua ideia acerca de um novo sentimento de família[1] que se generalizou sobre diversas sociedades europeias que adentraram a modernidade, a família conjugal passou a ser alvo de estudos incessantes e sob diferentes perspectivas, a ponto de Michael Anderson (1984, p.11) apontar quatro tipos de abordagens diferentes relativamente à história da família: a psico-histórica, a demográfica, a dos sentimentos e a da economia doméstica. Esse estudo está pautado em uma perspectiva demográfica, sobretudo na primeira parte deste livro. Porém tal estudo procurou incorporar elementos que foram pertinentes a outras abordagens, uma vez que entendemos que as análises demográficas são como portas de entrada para discutirmos a noção de família com outras ciências.

O frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, em seu *Elucidário das palavras, termos e frases*, publicado em 1798, afirma que pela pala-

1 Deve-se destacar que esse livro (*L'enfant et la vie familiale*) de Philippe Ariès circulou na Europa a partir de 1960, e que André Burguière (1998, p.22), ao comentar sobre os estudos deste autor no campo da família e da infância, afirmou que Ariès assinalava, já em 1948, a diversidade das tradições familiares na França e que este "via uma nova concepção de infância afirmar-se, no século XVIII, nos comportamentos educativos e afectivos das elites".

vra família "se entendiam os servos, que com suas mulheres e filhos moravam nas herdades, ocupadas sempre na lavoura." (Viterbo, 1965, tomo 2, p.243) Ele descreve que a primeira nobreza e, particularmente, os reis costumavam ter "numerosas famílias" distribuídas em suas vilas e herdades, o que demonstra que o significado da palavra remetia a algo muito diferente daquilo que entendemos nos dias atuais. No verbete "Família Régia" são chamados "os servos fiscais, que pertenciam ao rei, o qual muitas vezes os dava e doava às igrejas ou mosteiros, a quem unicamente deviam servir". O sentido e o significado da palavra família entre os séculos VIII e XIII denota a condição de uma pessoa ou grupo de pessoas que serviam, quer aos reis ou aos monges. Nas palavras de Viterbo, os antigos "familiares" eram "contínuos comensais" que viviam nos mosteiros (ibidem, p.244). Em suma, no período feudal europeu a palavra família ainda apresentava uma ligação muito próxima do sentido empregado pela palavra latina "*famulus*", que significa servo ou criado doméstico.

Em seu clássico estudo intitulado *Famílias*, Jean-Louis Flandrin (1992, p.12-8) afirma que os dicionários franceses e ingleses revelam que o conceito de família entre os séculos XVI e XVII davam a "ideia de coabitação", de maneira que *family* e *household*[2] eram palavras que se equivaliam. Por sua vez, a palavra "casa" não implicava a ideia de coabitação, indicando uma relação mais ampla e que não se restringia ao domicílio (*household*) e nem mesmo à ideia de uma família nuclear (pai, mãe e filhos), pois a palavra implicava fornecer informações sobre a origem, a estirpe de um sujeito, como a expressão "é da Casa de..." pode ilustrar.

Com essas considerações endossamos a ideia de Flandrin de que "o conceito de família, tal como é hoje habitualmente definido, só existe, pois, desde uma data recente, na nossa cultura ocidental", e mais,

2 O domicílio (*household*) nas listas nominativas de habitantes é identificado pelo nome de "fogo", e em muitos casos pode aparecer como sinônimo de família (*family*).

> que aquilo que outrora se chamava a família não se confundia com o trio pai-mãe-filhos, e que não é possível estudar esse trio dos séculos XVI, XVII e XVIII sem atender às suas ligações com a linhagem ou o parentesco, por um lado, e com a domesticidade, por outro. (ibidem, p.17-8)

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, ao identificar a família conjugal como um fenômeno quase universal, sustenta que ela tem sua origem no casamento. O matrimônio,[3] seja monogâmico ou poligâmico, impõe, nas palavras do autor, "uma distinção entre o casamento, laço legal, socialmente aprovado, e as uniões temporárias ou permanentes resultantes da violência ou do consentimento" (Lévi-Strauss, 1986, p.76). Isso é importante para o estudo que iremos apresentar, pois o trabalho de reconstituição de famílias pressupõe a existência de famílias legítimas, uma vez que essas informações advêm dos registros paroquiais de matrimônio.

A família conjugal, para Lévi-Strauss, deve ser entendida como "família restrita", e essa família se caracteriza por concentrar um estatuto jurídico diferenciado e que anteriormente regia conjuntos muito mais vastos, como era o caso da "família extensa". O incesto, por exemplo, constitui uma proibição que impede o casamento entre parentes, garantindo, de um lado, a procriação biológica para além do núcleo da família conjugal, e de outro, a liberdade de escolha do cônjuge entre outras famílias, promovendo um intercâmbio social, econômico e que resulta na constituição de extratos sociais que se diferenciam sem romper, necessariamente, com suas origens, embora no jogo das alianças entre famílias possam formar-se grupos de aliados e/ou rivais.

Finalmente, cabe relembrar que para Lévi-Strauss a família nuclear (leia-se restrita) não é o elemento base da sociedade

> e nem o seu produto. [...] A sociedade não permite às famílias restritas que durem senão por um determinado espaço de tempo, mais

3 A palavra latina para casamento é *matrimonium*, que significa função (*munium*) de mãe (*matris*).

> curto ou mais longo... [...]. A relação das famílias restritas com a sociedade global não é estética [...]; esta relação é dinâmica, reúne em si tensões e oposições que se equilibram de maneira sempre precária. (Lévi-Strauss, 1986, p.96-7)

Essa precariedade da família conjugal é uma característica atribuída à sociedade industrial e que levou Le Play[4] a chamá-la de *família instável*, uma vez que os filhos, ao casarem, deixam a casa dos pais e fundam outras famílias em outros domicílios que têm poucas chances de se perpetuarem (cf. Flandrin, 1992, p.61). Tal fragilidade pode estar relacionada, entre tantos fatores, a um que consideramos fundamental para o estudo da família, que é a mortalidade, responsável pelo ciclo de vida individual e familiar, impactando a estrutura familiar, especialmente quando a morte atinge um dos cônjuges. Os registros paroquiais de óbitos serviram ao propósito de identificar esse momento de ruptura da vida dos indivíduos e, por conseguinte, das famílias às quais pertenciam.

Com isso posto, podemos dizer que o conceito de família adotado neste estudo engloba as relações estáveis e duradouras, muitas vezes expressas pelos documentos na forma de domicílios em que coabitam pessoas de um mesmo "fogo". Também aceitamos a existência de uniões efêmeras como sinônimas de família, uma vez que delas originam vínculos de parentesco consanguíneos. Ambas as situações dão maior peso às relações de filiação, aos aspectos biológicos da reprodução humana, mas que são necessários para a reprodução social. Mas a família também deve ser tratada como "um elemento dinâmico que se modifica e se adapta a condições diferentes, segundo suas necessidades, imprimindo a seus componentes

4 Para Pierre-Guillaume Frédéric Le Play (1806-1882) a família é a unidade social fundamental, e sua saúde e estabilidade são um indicador do estado da sociedade. Na opinião de Le Play, a sociedade caminhava para um tipo de família "instável" como resultado da industrialização e da urbanização crescentes e da inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que, em síntese, era visto como "sinal de decadência" (Burguière, 1998, p.22).

uma série de comportamentos e atitudes que variam espacialmente, temporalmente, socialmente" (Scott, 1987, p.13) e, por que não dizer, culturalmente, uma vez que as relações estabelecidas por uma união mormente se entrelaçam a outras redes interpessoais, quer pelos laços de parentesco, quer por vínculos de amizade, como os de compadrio.

Panorama dos estudos sobre família em São Paulo

No prefácio escrito por Michel Fleury e Louis Henry para o trabalho da professora Maria Luiza Marcílio, intitulado *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*, os pais da demografia histórica francesa assinalaram a importância da pesquisa como o início de uma nova perspectiva dos estudos demográficos para o estado de São Paulo e, sem dúvida, para o Brasil. Esse trabalho foi publicado inicialmente na França em 1968, mas sua versão para a língua portuguesa veio a acontecer apenas em 1974. Destaque importante dessa obra é o fato de ela relacionar o estudo de uma população específica com suas muitas variáveis, como origem social (livre e escrava), origem geográfica (imigrantes) e econômica; e, por outro lado, utilizar os Registros Paroquiais da Freguesia da Sé e os recenseamentos ou Listas Nominativas para a cidade de São Paulo como fontes para o estudo demográfico a partir do método preconizado por Fleury e Henry, chamado "reconstituição de famílias".

Marcílio reuniu cerca de 25 mil registros entre batismos, casamentos e óbitos, consistindo em material que foi tratado por meio das "fichas de famílias", não obstante as dificuldades inerentes à realidade paulista, quiçá brasileira, quer seja em relação aos nomes de famílias adotados, quer seja em relação à informação sobre a idade das pessoas parcialmente informada nos registros de morte e à não informação da idade ao casar nos registros matrimoniais, assim como outras diferenças em relação aos documentos franceses de mesma natureza, o que obrigou a pesquisadora a dizer que ela pretendia

> medir a fecundidade em São Paulo (1740-1809), segundo os métodos preconizados para o estudo de população não-malthusiana, métodos elaborados por Louis Henry e aplicados a numerosos trabalhos monográficos de Demografia Histórica. No entanto, tais métodos são válidos para o caso de países com registros paroquiais contendo as informações indispensáveis à sua aplicação; o que não é o caso de nossa documentação para São Paulo [...] (Marcílio, 1974, p.69-70).

Assim, o estudo da fecundidade e o da mortalidade ficaram prejudicados pela qualidade dos documentos. Mas o caráter inaugural da História Quantitativa nesse trabalho abriu o caminho para outras pesquisas, algumas realizadas pela própria Marcílio, outras encabeçadas por pesquisadores interessados no passado brasileiro sob a ótica das relações econômicas, sociais e políticas.

A última nota em relação a esse trabalho pioneiro da professora Maria Luiza Marcílio deve ser destacada da introdução à edição francesa, na passagem em que a pesquisadora ressalta a importância de que "para bem estudar a população da cidade de São Paulo impunha-se o conhecimento paralelo da história de seu povoamento" (ibidem, p.14). Assim, o povoamento de um lugar, uma freguesia, uma vila, uma cidade, uma região, deve ser o ponto central de todo trabalho que procure dar conta do crescimento demográfico de sua população, uma vez que o povoamento não ocorre desconectado das ações dos grupos humanos e que atuam em lugares distintos, ora como donos do poder, determinando políticas de povoamento, ora como migrantes – sujeitos com o poder de escolher –, aceitando tais propostas ou rejeitando-as e optando por outros caminhos. Portanto, contextualizar o povoamento do Oeste Paulista nesta introdução de um estudo sobre as dinâmicas demográficas que caracterizaram a sociedade campineira nos séculos XVIII e XIX cumpre o papel de pensar a influência de outros fatores – econômicos, sociais, religiosos, políticos e culturais – que imprimiram a formação do regime demográfico que iremos apresentar.

Continuando a apresentar um panorama sobre os estudos de população, a tese de livre-docência da professora Maria Luiza Marcí-

lio, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*, apresentada em 1974, mas publicada somente em 2000 pela Hucitec/Edusp, marcou a utilização das listas nominativas de habitantes como um documento potencialmente importante e significativo para conhecer as características demográficas não apenas de uma vila ou cidade, mas de uma área mais ampla, a capitania e província de São Paulo. Trata-se, segundo Schwartz, de um "clássico secreto", justamente devido aos entraves para sua publicação, mas que hoje pode ser consultado amplamente e que expõe uma análise profunda do aumento da população paulista entre 1765, quando foram iniciados os primeiros recenseamentos para São Paulo sob as ordens do Morgado de Mateus, e o ano de 1836, quando as listas nominativas praticamente desapareceram dos arquivos.

A riqueza dessa pesquisa advém da preocupação da professora Marcílio em associar as análises demográficas às estruturas sociais. Assim, a primeira parte do livro apresenta os pressupostos teórico-metodológicos nos quais ela embasou sua pesquisa. As listas nominativas de habitantes se configuram como a fonte maior, sobretudo para as considerações que são abordadas na segunda parte do texto, onde são apresentados o crescimento da população e as configurações domiciliares e de família, assim como são exploradas as informações de ocupação e cor para discutir aspectos econômicos da formação e composição da força de trabalho, como também a composição étnica da população. Tudo isso tendo como pano de fundo as estruturas demográficas, que no caso da "população livre da capitania de São Paulo estava em crescimento constante desde o século XVIII, crescimento este devido basicamente ao seu aumento próprio, vegetativo" (idem, 2000, p.95).

O livro *Caiçara: terra e população*, publicado em 1986, é fruto de um esforço para estudar uma população que se aproximasse dos moldes das populações francesas, ou seja, que fosse estável, com pequena mobilidade espacial, a fim de se aplicar o método de "reconstituição de famílias" utilizando as listas nominativas de habitantes, e não os registros paroquiais. O tratamento metodológico e o cuidado com as fontes são alguns dos pontos altos do trabalho,

além de este trazer uma radiografia do mundo rural a partir de um estudo de caso que ilustra realidades de muitos outros municípios brasileiros que tiveram essa ligação do campo com o mar, uma forma de viver e sobreviver típica no litoral brasileiro.

Dessa maneira, ao elegermos uma localidade paulista para nosso estudo, necessariamente temos de nos remeter e fazer o leitor refletir sobre a importância do trabalho dessa pesquisadora, não apenas pelo caráter desbravador de sua obra, mas porque disso decorreu uma reflexão importante do ponto de vista teórico-metodológico, uma vez que ela propôs a primeira configuração do que seriam os regimes demográficos que vigoraram no Brasil no seu passado colonial e imperial. Essa é uma referência direta que aqui se faz ao artigo "Sistemas demográficos no Brasil do século XIX", que foi publicado pela professora Marcílio quando organizou o livro *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*, editado pela Vozes em 1984.[5]

Um dos objetivos do artigo foi sistematizar os diferentes padrões de comportamento populacional identificados em vários estudos que até aquele momento revelavam uma diversidade de estruturas e dinâmicas demográficas no Brasil pré-industrial. Tratam-se, nas palavras da autora,

> de hipóteses ou de colocações preliminares, calcadas nos primeiros resultados elaborados em análises demográficas empíricas, mas que necessitarão de novos e multiplicados estudos setoriais para testá-las e comprová-las. (idem, 1984, p.194)

5 Sistemas demográficos, na visão de Nadalin (2004, p.174) é um sinônimo do conceito de "Regime demográfico" utilizado desde Thomas Malthus. Assim, citando Rowland (s. d., p.14) "o conceito de regime demográfico especifica um conjunto de relações e de mecanismos que estão na base da organização social quer da reprodução biológica de uma população, quer da reprodução do conjunto das relações mediante as quais se regula a apropriação social (e a distribuição) dos meios de vida dessa população". Os termos foram usados de forma indiscriminada ao longo do texto.

Disso resultou a proposição de "pelo menos quatro tipos de padrões demográficos", que foram denominados assim:

1) Sistema demográfico das economias de subsistência, que pode ser representando pelo trabalho sobre os caiçaras de Ubatuba publicado pela professora Marcílio (1986).
2) Sistema demográfico das economias das *plantations*. Neste caso a autora afirmou que não havia estudos de demografia histórica sobre uma tal população.
3) Sistema demográfico das populações escravas, descrito principalmente a partir das características apresentadas pela tese do professor Robert W. Slenes (1976), *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*.
4) Sistemas demográficos das áreas urbanas no século XIX, exemplificados pelos estudos realizados por Katia Mattoso (1978), para Salvador; Marcílio (1968), para São Paulo; e Miranda (1978), para Curitiba.

O último parágrafo do artigo de Marcílio deixa aberta a fronteira para a renovação dessa tipologia proposta por ela, entendendo que o avanço das pesquisas no decurso dos anos poderia vir a modificar esse quadro, ou então confirmá-lo. Coube ao professor Sergio Odilon Nadalin apresentar uma proposta que abrange outras estruturas sociais, consideradas por ele como "complexas", dada "a singularidade histórica de uma sociedade 'móvel', que se caracteriza, inclusive, por uma relativa instabilidade familiar e pelo contraponto, também original, de uma população mais estável instalada no litoral" (Nadalin, 2004, p.136). Dentre os possíveis regimes demográficos que vigoraram no Brasil colonial até a metade do século XIX foram elencados dez, sendo alguns deles compatíveis com a proposta de Marcílio.[6]

6 São eles: regime demográfico "paulista", das "*plantations*", da escravidão, da "elite", das sociedades campeiras, das economias de subsistência, das "drogas do sertão", das secas do sertão, restrito aos colonos açorianos, e, finalmente, um sistema demográfico das economias urbanas (cf. Nadalin, 2004, p.137-42).

Em relação às pesquisas que foram desencadeadas tendo como perspectiva estudos de casos paulistas, podemos pontuar algumas que nitidamente representaram uma continuidade em relação aos estudos das populações livres, buscando um diálogo com a obra de Marcílio.

Ana Silvia Volpi Scott e Carlos de Almeida Prado Bacellar foram dois discípulos da professora Marcílio que apresentaram em 1987 duas dissertações muito importantes, focalizando estudos específicos sobre as famílias de elite de duas regiões paulistas. No caso de Scott, a área focada foi a do Vale do Paraíba e a região da capital de São Paulo, ao passo que Bacellar foi estudar as famílias de elite do Oeste Paulista, sobretudo das vilas de Itu, Jundiaí, Campinas e Porto Feliz. No caso da primeira, suas conclusões propuseram ao leitor o conhecimento de que entre as famílias de elite o casamento precoce de uma mulher com um homem, frequentemente mais velho (entre 7 e 13 anos), era a grande regra para aqueles que viveram entre 1765 e 1836, proporcionando elevados índices de fecundidade (cf. Scott, 1987, p.267-9). No entanto, o número de indivíduos por domicílio era menor do que o esperado, possivelmente como decorrência das elevadas taxas de mortalidade, sobretudo infantil. Outro ponto que explica isso é o fato da adaptação do método de reconstituição de famílias a partir do uso das listas nominativas. Ou seja, embora esses documentos revelem um retrato da população em um dado momento, eles não permitem saber com rigor as datas de nascimento, casamento e morte. De qualquer forma, a contribuição desse trabalho avançou sobre uma pauta ainda inexplorada: a família de elite.

A contribuição de Carlos Bacellar foi importante por estudar os mecanismos utilizados pelas famílias de elite dos senhores de engenho do Oeste Paulista, demonstrando como os casamentos consanguíneos, o dote e outros expedientes marcaram a formação de um padrão cujo objetivo era manter a concentração de capitais e reproduzi-la ao longo das gerações sucessoras (cf. Bacelar, 1987, p.270). Mas antes disso, o trabalho mostrou que a média de filhos por casal era superior àquela que Marcílio havia encontrado para

Ubatuba, demonstrando que os níveis de fecundidade, elevada para as mulheres do Oeste Paulista, se assemelhavam aos casos estudados por Scott (Bacellar, 1997, p.72).

Anos mais tarde, em 1994, quando Bacellar fez a introdução à sua tese de doutorado intitulada *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*, alertou para o fato de até aquele momento haver "apenas um único trabalho de reconstituição de famílias que abrangesse toda a população de uma vila paulista" (idem, 1994, p.11), lembrando ao leitor que os trabalhos de Scott (1987) e Bacellar (1987) restringiram-se a reconstituir apenas as famílias da elite paulista.[7] Os resultados do estudo sobre Sorocaba apontaram para a ampliação, no dizer do autor, do "conhecimento sobre a demografia de nossas populações livres no passado, abrindo caminho para a definição de prováveis padrões regionais dentro da própria Capitania de São Paulo". E mais:

> [...] conseguimos estabelecer algumas semelhanças entre o comportamento demográfico sorocabano e de outras vilas, notadamente Ubatuba. Por outro lado, as diversidades também se fizeram notar diante da demografia da elite agrária do oeste paulista, apontando para a possibilidade de encontrarmos padrões demográficos diferenciados seja em relação à atividade econômica, seja em relação ao segmento social considerado. (ibidem, p.377)

Esses estudos pautados na Demografia Histórica, ao investirem no conhecimento das estruturas da população, naturalmente focaram sua atenção na família. Esses novos olhares, em função dos métodos e das fontes utilizadas, permitiram um "transbordamento" das pesquisas que tratavam, sobretudo, do casamento, do concubinato, do compadrio, das famílias dos "homens esquecidos" – livres e escravos –, dos mecanismos de transmissão de herança, e muito

7 O "único trabalho" é uma referência explícita ao livro *Caiçara* (1986), de Marcílio.

mais. Nesse sentido, houve um distanciamento dos estudos de matriz demográfica para trabalhos de inspiração econômica e social.[8]

O livro de Valter Martins, *Nem senhores, nem escravos* (1996) pode ser lembrado como um desses estudos pautados na história da população que apresenta sólido fundamento empírico utilizando as Listas nominativas de habitantes de Campinas, além de inventários, testamentos e outras fontes, para discutir o processo de acumulação de riqueza entre os pequenos agricultores no período de 1800 a 1850. E por último, mas sob outra perspectiva, destacamos a tese de Dora Isabel Paiva da Costa (1997, p.298), que se preocupou com o processo sucessório entre as famílias de elite e de pequenos agricultores de Campinas, concluindo que esses grupos exibiram estratégias de "partição igualitária" entre seus membros.

A que se destina esta pesquisa

O presente trabalho vem dar continuidade a essa construção do conhecimento acerca do comportamento da população no passado paulista, alargando as discussões propostas pelos autores aqui citados dentro da perspectiva da Demografia Histórica e dialogando com a História Social.

A escolha da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas não foi aleatória. Ao longo da trajetória acadêmica estivemos dedicando parte de nossos estudos a esse pequeno bairro da vila de Jundiaí que no século XVIII deixou de ser apenas um pouso para tropas que seguiam rumo às minas de Goiás para se tornar, no despontar do século XIX, uma vila que atraiu os olhares de inúmeros migrantes. O primeiro fruto desse trabalho foi a pesquisa de mestrado em que tratamos da questão do povoamento dessa região vinculado à chefia dos domicílios, especialmente o de mulheres, e

8 Eni de Mesquita Samara faz um rápido balanço historiográfico das relações entre o tema família e a Demografia Histórica nas páginas do segundo capítulo do livro *Família, mulheres e povoamento* (2003, p.17-25).

que foi publicado em 2004 sob o título de *O outro lado da família brasileira*. Tal conhecimento nos aproximou das questões demográficas propriamente ditas, e, assim, vislumbramos a oportunidade de estabelecer um diálogo profícuo sobre os sistemas demográficos no Brasil, principalmente porque para áreas de *plantations* isso ainda não foi realizado.

Ao comentar sobre as transformações sofridas pela cidade de Campinas, Amaral Lapa (1996) propôs um esquema interessante ao dizer que "À cidade colonial sucede então a cidade imperial (aristocrática), que não esperará a liquidação do escravismo e a mudança do regime político para ir-se transformando na cidade burguesa". A relação que se encontra implícita nessas palavras apresenta estreita ligação entre os ciclos econômicos vivenciados pela localidade. Para a cidade colonial temos o açúcar; para a cidade imperial, o café; enquanto a cidade burguesa se prepara para receber a indústria.

Em 1842, a vila campineira foi elevada à condição de cidade. Entretanto, para Lapa (idem, p.20), ela ainda era uma cidade colonial. Para esse autor, a "cidade imperial" passa a ser uma realidade a partir de 1850, quando se dá a construção do Teatro São Carlos. Assim, em 1854 a cidade continuava a ter em sua população uma maioria de escravos, embora um movimento de retomada do aumento da população livre tenha sido concretizado, possibilitando um desenvolvimento tal que em 1872 sua população ultrapassou a da capital da província, e o incremento de livres foi surpreendente, quase triplicando sua população em dezoito anos, pois se em 1854 eram 6.052 habitantes livres, em 1872 passou a 17.712.[9] Finalmente, em 1886, a população total chegou a 41.253 indivíduos, perdendo a primazia para a cidade de São Paulo, que assumia novamente o primeiro lugar entre as cidades mais populosas da província, com 47.697 pessoas (Bassanezi, 1998, v.III, anexo 3, p.37 e v.IV, p.34-5).

9 A Tabela 2 do Capítulo 1 apresenta a população livre e escrava em diversos momentos históricos.

Reconhecida a importância de Campinas no cenário provincial do século XIX, somada à ausência de estudos nessa área de interesse, que é a família, cuja importância é fundamental para entendermos os processos desencadeados pela sua inserção na sociedade, acreditamos encontrar os meios suficientes para justificar um estudo sobre temas que estão interligados com os processos de povoamento e a consolidação de uma cidade na região que ficou conhecida historicamente por Oeste Paulista.

Ao reavaliar a produção científica sobre o tema da família para a publicação de seu trabalho, Bacellar (1997, p.20) – em *Palavras do autor* – reconheceu que "De uma maneira geral, muito ainda resta ser feito. Mesmo se nos restringirmos ao caso paulista, é forçoso reconhecer que praticamente nada sabemos sobre a família do cafeicultor e suas práticas sucessórias". E o que dizer das demais famílias de pessoas livres? Deve-se, ainda, dizer que a escassez de pesquisas nesse campo resulta em grande medida das "dificuldades em se trabalhar as fontes documentais", como disse Bacellar, "o principal obstáculo para aqueles que decidem se aventurar por esta seara, principalmente no que diz respeito às famílias de pouca ou nenhuma posse" (ibidem, p.13).

Para Poussou (1977, p.149), "não é possível estudar unicamente a variável demográfica. É necessário seguir, passo a passo, a evolução econômica, social, mesmo política de uma paróquia". Essa frase resume as críticas que foram levantadas sobre os estudos demográficos, mesmo aqueles de caráter mais histórico e que incorriam no lapso de não terem em mente a noção do "fato social total" (Dupâquier, 1984, p.30).

Por essa razão, dividimos o trabalho em duas partes. A primeira parte de nossa proposta visa conhecer a dinâmica da reprodução das famílias de pessoas livres em Campinas, em um ambiente em que, decorrente do recente povoamento, a mobilidade espacial passa a ser mais um elemento de estudo do incremento populacional a partir do estabelecimento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, em 1774. O deslocamento populacional que permitiu a entrada e saída de pessoas em Campinas está ligado

ao processo de esgotamento do solo na região de Itu e de outras localidades, bem como ao avanço da fronteira e à busca por novas terras.[10] O crescimento econômico e populacional proporcionou a elevação de Campinas à condição de vila de São Carlos, em 1797, que permaneceu nessa condição até o ano de 1842, quando assumiu *status* de cidade e retomou seu nome original: Campinas.

Dessa maneira, um de nossos objetivos é estudar os padrões familiares que marcaram esse período da história de Campinas, que se inicia em 1774, com o estabelecimento da freguesia, até o ano de 1850. Economicamente falando, são períodos bem diversos, pois nos primeiros anos da freguesia predominou uma agricultura de subsistência e o florescimento da lavoura canavieira, e durante o período da vila campineira houve a expansão dessa cultura, seguida pela introdução do café. No entanto, a substituição das plantações de cana pelos cafezais ocorreu especialmente na segunda metade do século XIX, quando é possível que outros padrões demográficos tenham modificado a dinâmica demográfica campineira, sobretudo pela entrada maciça de imigrantes europeus.[11]

Assim, nossa pesquisa em sua primeira parte procurará revelar, por meio do estudo da fecundidade, nupcialidade, mortalidade e migrações, quais os padrões demográficos de uma sociedade de *plantation* ao longo do período proposto. Ou seja, pretende-se avaliar se parte da tipologia de classificação dos vários sistemas demográficos vigentes até o século XIX no Brasil, que foi proposta por Marcílio (1984, p.196), é empiricamente válida para Campinas e, consequentemente, para todo o Oeste Paulista, uma vez que se tornou representativa das áreas de *plantation* na província a ponto de ser carinhosamente chamada de *Princesa d'Oeste*.

---

10 Em trabalhos anteriores discutimos essa questão (Teixeira, 2004; 2006, p.113-22).

11 Esta é uma sugestão advinda de uma pesquisa que estamos realizando desde 2010 sob a direção de Rosana A. Baenninger (Nepo/Unicamp) e que integra o projeto temático intitulado "Observatório das Migrações em São Paulo" e financiado pela Fapesp.

Para atingirmos nossos propósitos faremos uma análise longitudinal dos registros paroquiais e das listas nominativas, perpassando por várias gerações, com o intuito de vir a conhecer o ciclo vital dos indivíduos e da coletividade, isto é, a formação das famílias, bem como os mecanismos que se criaram para sua manutenção.

Uma vez que a formação das famílias encontra-se na base de toda e qualquer população, e cientes de que, para o período que pretendemos estudar, sabemos pouco acerca dos métodos de controle de sua reprodução (ou mesmo pelo fato de haver ausência desses mecanismos de autocontrole), torna-se vital conhecer os padrões de natalidade e mortalidade, bem como verificar a ação da fecundidade, nupcialidade e outros fenômenos que possam determinar o grau de crescimento populacional. Em consonância com Marcílio (1984, p.200), encontraríamos para as regiões de *plantation* uma elevada fecundidade legítima, que contribuiria para garantir uma pronunciada natalidade, mas que, dada a mortalidade muita elevada, especialmente das populações infantil e juvenil, resultaria em um ritmo de crescimento natural "menos rápido que o dos setores de subsistência". E como elemento construtor desse quadro, a autora aponta, ainda, a saída de indivíduos livres em razão de uma pronunciada mobilidade espacial. Nesse aspecto, entendemos que o movimento migratório deve ser um estudo complementar ao eixo principal de nossa análise, pois houve um importante movimento de entrada e saída de pessoas influenciando na constituição das relações sociais entre os membros da comunidade no que se refere ao casamento e à formação dos casais.

A partir de então, a segunda parte de nosso estudo se ocupará da gênese de diferentes tipos de famílias, ou melhor, analisará como se deu a formação das famílias de diversos estratos sociais, como a família dos senhores de engenho, por nós consideradas as famílias da elite campineira, assim como as famílias dos diversos trabalhadores pobres, muitos dos quais mantinham estreitos vínculos com elementos cativos. Além disso, tratamos de fazer uma distinção entre aqueles que formaram famílias legítimas diante da sociedade da época, entendendo por isso as uniões por meio de casamentos le-

gítimos, ou seja, aqueles que preencheram as condições das leis religiosas e civis, em oposição às pessoas que, apesar de não se casarem diante do altar da igreja, constituíram famílias que tiveram uma organização peculiar, respeitada pela comunidade onde viviam os esposos, especialmente nos meios populares. Portanto, o termo "família ilegítima" quer indicar apenas a união não sacramentada pela Igreja Católica.

Para essa segunda parte foram usados não só os documentos paroquiais e as listas nominativas de habitantes, como foram incluídos inventários, testamentos, registros de terras e outras fontes de ordem qualitativa.

Devemos fazer apenas uma ressalva quanto aos procedimentos metodológicos aplicados à primeira parte deste estudo, pois em virtude dos detalhes envolvidos ao longo das etapas do trabalho de coleta e tabulação dos dados, optamos por criar um Apêndice Metodológico, no qual aqueles que desejarem conhecer as técnicas adotadas e empregadas poderão certamente encontrá-las de forma detalhada e ampla.

Em suma, uma vez que "inexistam estudos de demografia histórica das populações livres do setor da grande lavoura do Brasil" (Marcílio, 1984, p.200), este trabalho visa estudar um sistema demográfico representativo das economias de *plantation*, que foi o caso de Campinas.

Parte I

Padrões demográficos da população livre em Campinas

Como assinalamos na introdução, Campinas passou por transformações significativas com a chegada da grande lavoura canavieira no final do século XVIII, o que a caracterizou como uma área destinada a produzir o açúcar que tinha como destino o mercado internacional. Esta primeira parte do nosso trabalho, portanto, deverá analisar as implicações daquilo que podemos observar pelo Gráfico 1, ou seja, de que da passagem do século XVIII para o início do XIX houve uma mudança de patamar relacionado ao aumento do número de casamentos, havendo posteriormente uma grande estabilidade até o início do ano de 1850, o que pode ser o reflexo da fixação de famílias, impulsionando, assim, a natalidade, que superou em muito os altos índices de mortalidade.[1]

Sabemos que certas áreas no Brasil escravista foram mais ou menos influenciadas pela presença da população cativa, e em Campinas a influência desse grupo se fez sentir mais fortemente no conjunto da população a partir do momento em que a lavoura da cana-de-açúcar foi introduzida como eixo principal da economia

1 Essa estabilidade da população livre pode ser observada pela Tabela 2, na qual se vê, entre 1814 e 1829, um intervalo de quinze anos quando o número de livres cresceu em apenas 46 pessoas (aumento de 1,2% para todo o intervalo).
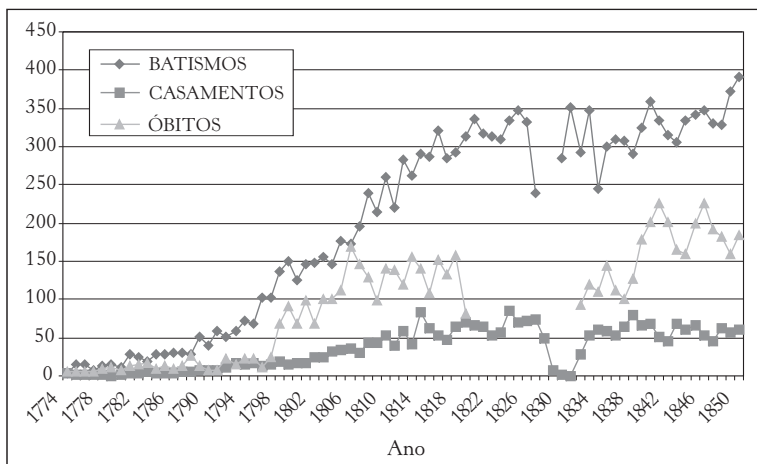
Gráfico 1 – Números totais, por ano, de casamentos, batismos e óbitos de pessoas livres (Campinas, 1774-1850)

Fonte: Registros Paroquiais de Campinas, 1774-1850. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – ACMC).

local. Assim, não podemos, ao estudar a população livre, desconsiderar a presença da população cativa, pois essa refletiu os interesses da camada de pessoas livres e que foram responsáveis pela importação de escravos para a dita localidade. Nesse sentido, entendemos que um sistema demográfico da *plantation*, como proposto por Marcílio (1984), precisa ser repensado à luz do que propõe Nadalin (2003), ou seja, que não se pode minimizar a complexidade inerente ao passado histórico. Essa complexidade se daria pela inter-relação entre diversos sistemas demográficos ao mesmo tempo, criando assim outros regimes populacionais ditos "restritos".[2] Portanto,

2 Nas palavras de Nadalin (2003, p.258), "Regimes demográficos que se sucedem, se interpõem e se superpõem no tempo e no espaço. Que confrontam, em dicotomias complexas, 'estabilidade' e 'instabilidade', 'aventura' e 'trabalho', o 'litoral' e o 'planalto', 'aglomerações urbanas' e a 'rarefação sertaneja', a 'floresta' e o 'campo'... No plural, estes tempos e espaços foram construídos pela distensão demográfica a partir das regiões litorâneas (e de São Paulo da Piratininga), originando, em alguns momentos, outros sistemas irradiadores".

queremos deixar bem claro que nosso objetivo é estudar o sistema demográfico da população de livres, reconhecendo que há outro sistema demográfico, o da população escrava, mas que não será alvo de nossa análise neste trabalho.[3]

---

3 Para estudar os padrões das populações cativas seria necessário construir uma metodologia própria, quem sabe adaptando a que dispomos hoje e que está baseada em Henry e Fleury. Sobre as técnicas de reconstituição de famílias, cf. Henry, 1977b.

1
O sistema demográfico de Campinas, 1774-1850

A atual cidade de Campinas teve seu princípio a partir da formação de um pouso destinado àqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo à região das minas de Goiás (Figura 1). Essa estrada, segundo Saint-Hilaire (1976), se estendia "quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais", passando por Jundiaí, Campinas, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Casa Branca e Franca. Outro viajante, o pastor Kidder (1980, p.233), após deixar para trás a capital da província, em 1839, e seguir rumo a Campinas, descreveu a entrada desse caminho da seguinte maneira:

> O caminho desenvolvia-se por entre morros e vales, apenas de raro em raro proporcionando uma visão mais ampla. Cada curva da estrada parecia nos levar mais para o âmago de um vastíssimo labirinto repleto de belezas vegetais, apenas levemente tocados, aqui e acolá, pela mão do agricultor.

Se perto da metade do século XIX o visitante pôde contemplar poucas roças ao longo do caminho, imaginemos o que não teria sido isso nos anos de 1740, quando foram distribuídas as primeiras datas de sesmarias na região de Campinas. Para se ter uma ideia mais

aproximada, o recenseamento da população do "bairro do Mato Grosso caminho de Minas", futura vila de Campinas, mostrou que a dita localidade pertencia à vila de Jundiaí no ano de 1767 e que era composta por 53 domicílios, ou fogos. Porém, a vida política de Campinas iniciou uma mudança em 1774, quando atingiu sua autonomia religiosa ao estabelecer a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, para, ao final do século XVIII, exatamente no ano de 1797, estabelecer a independência política em relação a Jundiaí, tornando-se uma vila, batizada com o nome de São Carlos. Assim, temos traçado os três períodos aludidos: o bairro, que compreende o momento anterior a 1774; a freguesia, que se inicia nesse ano e se estende até 1797; e finalmente a vila, que findou em 1842, quando seu nome de origem voltou a ser restaurado, e nasceu a cidade de Campinas.

Figura 1 – Mapa da capitania de São Paulo, 1765.
Fonte: Rangel (1990, p.44).

Do ponto de vista de uma localidade de fronteira com o sertão, pode-se dizer que até a primeira década do século XIX Campinas se mantém de forma destacada, atraindo pessoas para suas terras.

Porém, nos anos subsequentes outras localidades mais a oeste se apropriarão dessa condição, como o caso de Rio Claro nos anos 1830/1840.

O regime demográfico, entendido aqui como sinônimo de "sistema demográfico", corresponde a um conjunto de variáveis demográficas que permitem, dentro de um determinado contexto social, estabelecer relações que indicam os mecanismos de controle social da reprodução, que estão na base da organização social quer da reprodução biológica de uma população, quer da reprodução social. Entre as variáveis que pretendemos trabalhar nas páginas seguintes figuram aquelas que certamente poderão dar uma dimensão ampla do sistema demográfico que vigorou em Campinas entre 1774 e 1850, ou seja, a fecundidade, a natalidade, a nupcialidade, a mortalidade e a mobilidade espacial. No entanto, antes de abordarmos os aspectos relacionados a uma "história demográfica", vamos apresentar alguns fatos para melhor conhecer o contexto em que vigorou o regime demográfico campineiro.

Uma radiografia dos anos de formação e consolidação de Campinas pode ser obtida pela observação da Tabela 1, que indica o número total de domicílios em cada ano examinado, assim como oferece os números da população total correspondente, que permitiram calcular duas variáveis, que foram a média de habitantes por domicílio e a taxa de crescimento da população.

Considerando toda a população, verificamos que, mesmo incluindo os escravos, a média de pessoas por domicílio não excedeu a nove indivíduos em todo o período. Nesse sentido, Campinas, apesar da crescente entrada de escravos a partir de 1780, manteve a média de habitantes pouco acima da encontrada por Marcílio para toda a capitania de São Paulo (Marcílio, 2000, p.97).

Ao observar, na Tabela 1, os intervalos dos anos de 1767/1770 e 1774/1778, nota-se uma ligeira baixa no número total de habitantes a ponto de a taxa de crescimento ser negativa. Entretanto, há que apontar uma diferença significativa entre os dois períodos: no primeiro, Campinas ainda era um bairro rural da vila de Jundiaí que convivia com as flutuações de viajantes que passavam pela re-

Tabela 1 – População total de pessoas livres e escravas (Campinas, 1767-1886)

Ano*	Nº total de domicílios	Nº total de habitantes	Nº médio de pessoas por domicílio	Taxa de crescimento**
1767	53	268	5,1	–
1770	59	261	4,4	–0,8%
1774	57	475	8,3	16,2%
1778	67	448	6,7	–1,4%
1782	93	560	6,1	5,7%
1786	111	691	6,2	5,4%
1790	177	1.138	6,4	13,3%
1794	249	1.862	7,5	13,1%
1798	368	2.508	6,8	7,7%
1814	717	5.593	7,8	5,1%
1829	950	8.545	8,9	2,8%
1854	–	14.201	–	2,1%
1872	–	17.712	–	1,2%
1886	–	41.253	–	6,2%

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth [AEL] – Unicamp).

* Os dados para o ano de 1798 foram coletados em Eisenberg (1989, p.358). Para os anos de 1854, 1872 e 1886, os dados são de Bassanezi (Org.) 1998, v.II, p.298, v.III, Anexo 3, p.37 e v.IV, p.34-5.
** A Taxa Média de Crescimento Anual refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos, e as estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico.

gião com destino ao interior, enquanto que no segundo caso, o ano de 1774 marcou a fundação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, consequentemente atraindo um contingente de pessoas interessadas em suas terras. Assim, a média de moradores por domicílio, que decresceu, respectivamente, de 5,1 para 4,4, e de 8,3 para 6,7, alerta para a mobilidade espacial das pessoas, e até mesmo para o exercício de certas atividades, como o tropeirismo, visto que os indivíduos permaneciam temporariamente longe de seus lugares de origem.

As taxas de crescimento da população são muito elevadas, especialmente em dois momentos: o da fundação da freguesia (1774), que já foi mencionado, e o da última década do século XVIII, que

culmina com a elevação de Campinas à condição de vila em 1797. Nessas duas ocasiões o que explica esses números são as correntes migratórias, os deslocamentos de pessoas que aproveitaram as boas condições oferecidas para a exploração agrícola, especialmente da cana-de-açúcar. A título de comparação, o cálculo da taxa geométrica anual média de crescimento entre 1778 e 1798 foi de 8,9%, valor muito expressivo, se comparado ao de Lorena, no Vale do Paraíba, que alcançou 1,8% durante o mesmo período (Marcondes, 1998, p.56).

O intervalo precedente que marca o início do século XIX até o ano de 1814 ainda mantém taxas elevadas de crescimento, porém desse momento em diante os números revelam a redução do ritmo de aumento da população, que se deve em parte à saída da população livre rumo a outras áreas de fronteiras mais a oeste, de maneira que o incremento da população se deveu mais à entrada de cativos para a lavoura canavieira, que até a década de 1850 foi muito significativa. Para que se tenha um exemplo desse fato, basta notar que entre a população livre dos anos de 1814 e 1829 praticamente houve uma estagnação, não pela falta de famílias para dar continuidade à procriação, em outras palavras, não pela ausência de nascimentos, e nem mesmo porque os óbitos suplantaram os nascimentos, mas devido ao processo de mobilidade espacial que levou muitos agricultores a procurarem outras terras para suas famílias.[1]

O período entre 1829 e 1854 pode ser retratado como o auge da lavoura canavieira e o início da cafeicultura na localidade, momento que também foi marcado pela elevação de sua condição para cidade e que registrou uma queda na taxa geométrica anual média maior que o período anterior, assinalando o valor de 2,1%. Apesar disso, a população livre retomou seu crescimento, atingindo uma taxa de 1,9%, enquanto a população cativa reduziu de 6,4% para 2,1% em relação ao período anterior.

1 A Taxa Média de Crescimento Anual da população livre em Campinas entre os anos de 1829 e 1814 foi de 0,08%, conforme dados da Tabela 2.

Embora a proposta deste estudo esteja centrada até meados do século XIX, a informação contida na Tabela 1 do período entre 1854 e 1886 atesta que Campinas passou a sofrer outro processo, distinto do que foi operado até então, quando o crescimento econômico pautado pela cana-de-açúcar foi responsável pela vinda de pessoas livres e escravas de diversas localidades. A população de Campinas continuou a se multiplicar, mas os atores desse desenvolvimento foram outros, possivelmente brasileiros e europeus vindos das mais remotas regiões para trabalharem nos cafezais e nas indústrias paulistas.

Tabela 2 – Distribuição da população total por condição social (Campinas, 1774, 1794, 1814, 1829 e 1854)

Ano	Condição social					
	Livres		Escravos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1774	388	81,7	87	18,3	475	100
1794	1.364	73,3	498	26,7	1.862	100
1814	3.700	66,2	1.893	33,8	5.593	100
1829	3.746	43,8	4.799	56,2	8.545	100
1854	6.052	42,6	8.149	57,4	14.201	100

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).
Para 1854 os dados são de Bassanezi (Org.), 1998, v.II, p.298.

Como demonstramos, até 1814 a entrada de livres foi muito importante para a expansão demográfica da vila campineira em termos absolutos. Por exemplo, dos 527 chefes de domicílio que declararam naturalidade, apenas 67 eram nascidos em Campinas (Teixeira, 2004, p.114). Por sua vez, a participação da população cativa foi paulatinamente se tornando mais expressiva, a ponto de esse grupo se tornar majoritário em 1829. Sobre esse momento, Slenes (1998, p.17) afirma que "Açúcar e escravidão rapidamente tornaram-se praticamente 'sinônimos' em Campinas e o crescimento da população cativa foi explosivo: em torno de 18% ao ano entre 1789 e 1801, e 5% ao ano entre 1801 e 1829".

Constata-se uma proporcional queda do número de pessoas livres dentro da população total à medida que o número de escravos seguiu na direção inversa, ou seja, proporcionalmente a sua população foi crescendo, até superar, de forma absoluta, a população de livres.[2] Na base dessa sociedade, o escravo passou a ganhar maior importância para o estabelecimento de uma economia agrária voltada ao comércio, e em 1814, quando a vila de Campinas não tinha completado vinte anos de existência, já despontava como uma região com maciça presença de mão de obra escrava, para em 1829 superar a antiga vila de Itu e muitas outras.[3]

Embora tivesse ocorrido um aumento da população escrava de maneira geral, o que se percebe é que a posse de escravos foi um importante fator de diferenciação social e econômica, constituindo em prestígio para seus detentores, o que vale dizer que a propriedade escrava representava grande parte de sua riqueza. Assim, ao utilizar o índice de Gini para cada um dos anos estudados, nota-se que a concentração de riqueza na localidade campineira foi surpreendente, expressa pelo aumento de seu valor de 0,46 em 1774 para 0,52 em 1794, e de 0,63 em 1814 para 0,67 em 1829.[4] Tais informações permitem notar a intensificação do processo de concentração de

2 O ano de 1854 é representativo de muitos acontecimentos ocorridos nesse período, como o fim do tráfico de escravos, a primeira lei de terras, e no espaço campineiro, a cafeicultura tomando espaço antes destinado aos canaviais, a condição de cidade imperial adquirida em 1842, e uma população livre que voltou a crescer após 1829.

3 Luna e Klein (1990, p.370), estudando a posse de escravos em algumas localidades de São Paulo em 1829, apontaram para as seguintes médias de escravos por proprietário: Itu = 11; Mogi = 4,6; São Paulo = 4,9. Em Campinas, nesse ano a média foi de 14,7.

4 "O índice de Gini corresponde a um coeficiente estatístico largamente utilizado para medir concentração de renda e riqueza. [...] quanto mais regularmente se distribui a renda ou riqueza, mais próximo de zero estará o valor do índice (zero no limite); correlativamente, quanto mais concentrada estiver a riqueza ou renda, maior será o valor do aludido índice que, no máximo, iguala-se à unidade" (Luna, 1981, p.121, nota 4). Utilizamos a variável "posse de escravos" como uma *proxy* da variável "riqueza".

riqueza na forma de escravos entre o final do século XVIII e meados do XIX, momento esse em que a lavoura canavieira assumiu importante papel econômico na vila campineira.

Confirmam essa posição os resultados apresentados pela Tabela 3, que mostra a distribuição porcentual dos escravistas e seus cativos por faixas de tamanho de plantéis.

Tabela 3 – Distribuição porcentual dos proprietários de escravos de acordo com faixas de tamanho dos plantéis (FTP) (Campinas, 1774, 1794, 1814 e 1829)

FTP	% de proprietários				% de escravos			
	1774	1794	1814	1829	1774	1794	1814	1829
1	24	16,2	19,8	21,4	6,9	2,4	2,1	1,5
2 – 4	60	39,2	39,6	26,9	43,7	15,8	11,6	4,9
5 – 9	12	18,9	16,4	16,2	22,9	17,1	11,7	7,2
10 – 19	0	20,3	8,4	14,4	0	39,2	12,4	13,7
20 – 39	4	4,1	9,4	9,5	26,5	14,5	27,8	17,2
40 e +	0	1,3	6,4	11,6	0	11	34,4	55,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: % = distribuição percentual.

Considerando os proprietários de pequenas escravarias, ou seja, aqueles com menos de cinco cativos, nota-se que agregam a maior parte dos senhores ao longo dos anos selecionados. Entretanto, quando avaliada a posse de escravos nas mãos desses mesmos senhores, nota-se uma queda dos números, representando a perda de importância desse grupo que, em 1774, detinha 50,6% de toda escravaria e, em 1829, chegou a compor apenas 6,4%.

Há, por sua vez, um maior número de escravistas com mais de quarenta cativos, que passam a ser os responsáveis pela maior concentração de escravos nos anos 1814, com 34,4%, e 1829, com 55,5%. O número médio de escravos por proprietário para essa mesma faixa correspondeu a cinquenta cativos em 1814, e 70 em 1829.

Tabela 4 – Razão de sexo da população livre segundo faixa etária (Campinas, 1767-1829)

RAZÃO*	1767	1770	1774	1778	1782	1786	1790	1794	1800	1817	1829
–12	83	95	92	108	76	78	87	111	102	108	124
12 – 60	91	88	90	89	86	80	85	88,6	95	96	84
+60	100	250	110	240	130	141	163	133	92	134	127
Total	88	93	92	99	84	82	88	98	98	101	95

*A razão de sexo define-se como o número de homens por um grupo de cem mulheres.

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp). Os dados para os anos 1800, 1817 e 1829 foram coletados em Martins (1996, p.32-44), e em virtude disso os dados para a faixa de -12 correspondem, na realidade, à faixa de até 9 anos, ao passo que a faixa seguinte corresponde de 10 a 59 anos.

Observando a Tabela 4 nota-se a preponderância do sexo feminino entre o segmento livre da população, algo que vem corroborar aquilo que foi observado por Marcílio (2000, p.83) para a capitania de São Paulo. Entretanto, algumas considerações devem ser feitas nesse caso, pois a razão de sexo é desfavorável não só para a população masculina em idade adulta, mas também para a população infantil. Assim, a ideia de que os constantes recrutamentos eram a causa para se entender o predomínio de mulheres deve ser repensada à luz de novas investigações. Além disso, os dados citados atestam algo diferente daquilo que foi sugerido por Marcondes (1998, p.60), ou seja, que "no início da ocupação de uma nova região haveria a emigração, principalmente, de homens das áreas mais antigas". O que notamos no princípio da ocupação de Campinas, quando esta era um bairro rural de Jundiaí, é a numerosa presença de casais, caracterizada pelos domicílios nucleares, isto é, aqueles compostos pelo casal, ou o casal com filhos. Assim, o processo migratório para as áreas de fronteira pode ter diferido muito, dado o tipo de exploração econômica da referida região, e para o nosso caso, a participação da mulher foi essencial, fosse ao lado de seu marido, fosse mesmo sozinha.[5]

5 A chefia feminina de domicílios em Campinas pode ser compreendida em parte por esse processo migratório. Em 1829 havia 54 fogos singulares dirigidos por mulheres, contra apenas 18 liderados por homens (cf. Teixeira, 2004, p.258).

Ao considerar a faixa daqueles que atingiam os 60 anos de idade, nota-se uma razão de sexo elevada, indicando que os riscos de morte para as mulheres deveriam ser maiores do que para os homens. Além disso, deve-se assinalar que, em virtude dos poucos habitantes que chegavam a tal idade, o pequeno rol de pessoas que compunham esse grupo pode gerar um diferencial maior da razão de sexo entre homens e mulheres para essa faixa etária.

Tabela 5 – Razão de sexo da população escrava pela faixa etária (Campinas, 1778-1829)

RAZÃO*	1778	1782	1786	1790	1794	1800	1817	1829
–12	66	47	81	60	89	118	96	103
12 – 60	106	131	123	119	163	213	266	259
+60	300	250	200	350	600	600	411	644
Total	100	103	108	99	145	194	234	234

*A razão de sexo define-se como o número de homens por um grupo de cem mulheres.

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp). As listas de 1767 e 1770 não registraram nenhum escravo, e a de 1774 indica apenas o número total de cativos em um fogo. Os dados para os anos 1800, 1817 e 1829 foram coletados em Martins (1996, p.32-4), e em virtude disso os dados para a faixa de -12 correspondem, na realidade, à faixa de até 9 anos, ao passo que a faixa seguinte corresponde de 10 a 59 anos.

Quando se analisa a proporção entre homens e mulheres na população escrava (Tabela 5), percebe-se nitidamente que a vinda de cativos do sexo masculino tornou-se preponderante especialmente a partir de 1794, momento em que os engenhos começaram a proliferar na freguesia.

Embora houvesse a preferência por escravos do sexo masculino para o trabalho no campo, certo equilíbrio entre os sexos pode ser notado até o ano de 1790, quando então as razões de sexo atingem 145 em 1794, 194 em 1800, 234 em 1817 e 1829. Sem dúvida, a lavoura canavieira mudou o comportamento dos escravistas em relação ao tipo de escravo a ser adquirido. Podemos dizer que até 1790 havia um equilíbrio entre o sexo dos cativos, especialmente daqueles que se encontravam na faixa de 10 a 29 anos. Porém, a partir de 1794, o interesse dos senhores passou a ser em comprar homens de 20 a 29 anos. Observem-se os gráficos 2 e 3, que ilustram esse momento de transição.
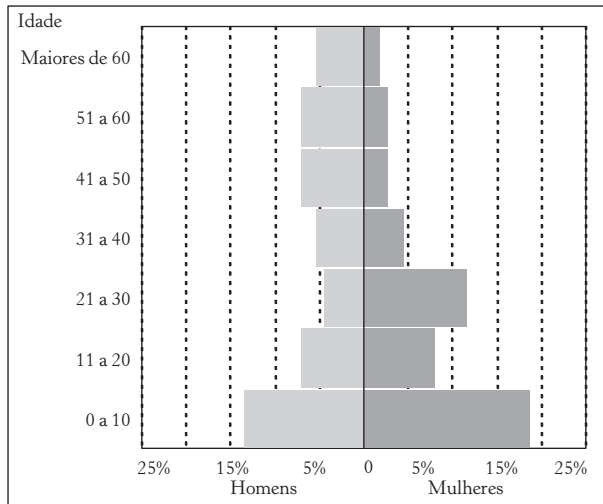
Gráfico 2 – Pirâmide etária da população escrava (Campinas, 1778)
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes (AEL– Unicamp).

O Gráfico 2 evidencia que a faixa de crianças (de 0 a 10 anos), sobretudo do sexo feminino, sobressaía às demais. A partir de 1778, esse comportamento assemelha-se ao encontrado por Motta (1999, p.230-78) para o caso de Lorena, em 1801. Embora seja difícil estabelecer algumas respostas para tais situações, alguns paralelos podem ser traçados em relação às crianças cativas. O primeiro deles refere-se ao tamanho dos plantéis em que viviam esses escravos, pois a maioria encontrava-se naqueles que possuíam um maior número de escravos, favorecendo não só as relações sexuais entre eles como a própria existência da família escrava. Um segundo ponto está vinculado justamente "ao efeito que o desenvolvimento dessas famílias poderia ter sobre o próprio tamanho dos plantéis onde elas estivessem. [...] ao que tudo indica, a família escrava responde pela transformação de um plantel médio em um grande" (ibidem, p.279-80).

Assim, em 1778, o sargento-mor João Rodrigues da Cunha mantinha em seu domicílio três famílias de escravos: Mateus e Maria, juntamente com dois filhos; José, 42 anos, casado com Tereza, forra, ao lado de quatro filhos; e mais Francisco e Ana, com três filhos. Além desses, o sargento tinha mais quatro escravos, totali-

zando dezoito indivíduos. Alguns anos depois, em 1782, o plantel do sargento modificou-se um pouco, pois ele não possuía mais os quatro últimos escravos, e a cativa Maria, mulher de Mateus, havia morrido naquele ano. Porém, graças às famílias escravas o número do plantel mantinha-se o mesmo.[6]

O Gráfico 3, por seu turno, apresenta uma configuração em que o desequilíbrio entre os sexos dos escravos começará a ser verificado, especialmente, nas faixas adultas de 11 a 30 anos, com a nítida preferência pelo trabalho masculino. Por exemplo, até 1790, houve um equilíbrio entre os sexos. Porém, a partir de 1794, a diferença entre homens (59,1%) e mulheres (40,9%) apenas aumentou, atingindo os picos mais elevados na década de 1820, quando, por exemplo, os homens entre 21 e 30 anos corresponderam ao total do número de mulheres, isto é, 27,1%, conforme ilustra o Gráfico 4. Diante disso, a expansão da família escrava sofreu consequências pela falta de parceiros entre eles, embora não obstruindo a existência daquela, segundo Slenes (1999, p.75).
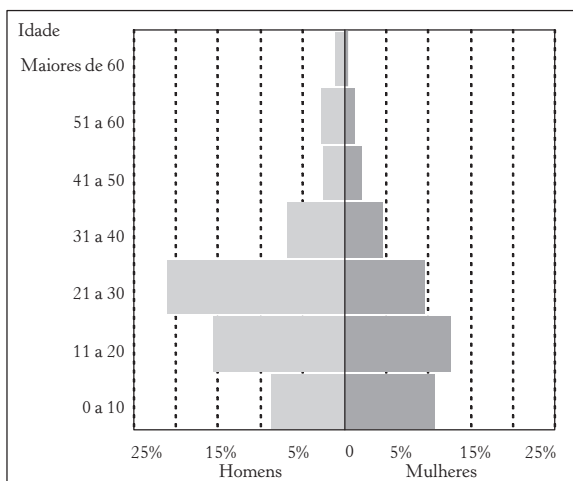
Gráfico 3 – Pirâmide etária da população escrava (Campinas, 1794)
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes (AEL– Unicamp).

6 Lista Nominativa de Habitantes de Campinas, 1778, fogo 5, e 1782, fogo 4 (AEL– Unicamp).
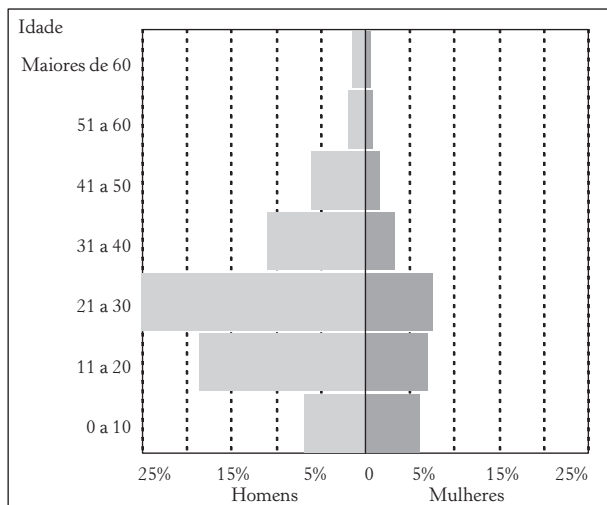
Gráfico 4 – Pirâmide etária da população escrava (Campinas, 1826)
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes (AEL– Unicamp).

Os dados apresentados na Tabela 6 para a faixa de pequenos plantéis levam a concordar com a ideia de que uma grande barreira aos casamentos religiosos entre escravos era o pequeno rol de potenciais cônjuges. Por sua vez, entre os plantéis com dez ou mais escravos, a razão de sexo pode determinar a proporção de homens e mulheres casados. Para o ano de 1778, nota-se o predomínio do elemento feminino entre os cativos nas propriedades maiores, não só favorecendo o casamento para os homens como também possibilitando a oportunidade de escolha de seu cônjuge. Esse caso pode demonstrar como um dado sistema demográfico está associado à sua base econômica, podendo gerar a alteração em uma determinada variável demográfica, como o sexo.

Assim, procurou-se mostrar que a entrada da lavoura canavieira em Campinas alterou a estrutura demográfica do contingente cativo que, forçadamente, foi instalando-se na região, sendo o elemento masculino entre 21 e 30 anos o preferido pelos senhores de escravos.

Tabela 6 – Casados e viúvos como porcentagem dos escravos e escravas de 15 anos ou mais, por tamanho de faixa de plantel (TFP) (Campinas, 1778, 1801, 1829)

TFP	Homens com 15 anos ou mais			Mulheres com 15 anos ou mais			Razão de sexo		
	1778	**1801**	**1829**	**1778**	**1801**	**1829**	**1778**	**1801**	**1829**
1 – 9	19,2%	32,8%	20%	31,2%	39,2%	31,4%	163	123	170
10 e +	58,3%	29,3%	23,4%	42,8%	68,8%	60,2%	86	231	309
Total	31,5%	30,1%	23,0%	36,6%	58,2%	55,4%	126	192	286

Fonte: Listas Nominativas de Campinas, 1778 (Arquivo do Estado de São Paulo). Os dados para 1801 e 1829 foram coletados em Slenes (1999, p.75, Tabela 1).

Entre a população livre, as pirâmides de idade mostram um perfil muito diferente ao longo desse período.

Em 1774, conforme ilustra o Gráfico 5, encontra-se uma população predominantemente jovem, composta por casais com filhos menores e com alguns desníveis em determinadas faixas de idade. Assim, na faixa de 21 a 30 anos, a razão de sexo foi de 53,5, o que demonstra com clareza a emigração de homens nessas idades. Já na faixa seguinte, isto é, entre 31 e 40 anos, a razão de sexo foi de 164,3, com o predomínio dos homens, talvez por morte de mulheres nessa faixa de idade.
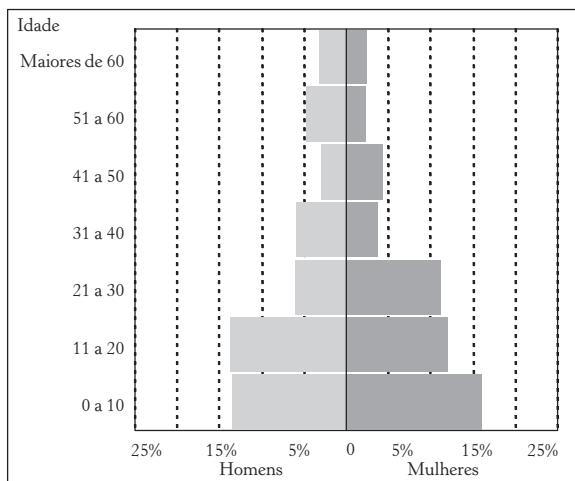
Gráfico 5 – Pirâmide etária da população livre (Campinas, 1774)
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes (AEL – Unicamp).

Passados vinte anos, a configuração clássica de uma pirâmide de base larga que demonstra um vigoroso crescimento vegetativo pode ser vista, conforme mostra o Gráfico 6. As crianças com menos de 10 anos correspondiam a 39% da população total, indicando a presença de casais e um equilíbrio entre os sexos, com 49,8% de homens e 50,2% de mulheres. Essa tendência permaneceu durante as quatro primeiras décadas do século XIX. No entanto, cabe dizer que a partir de 1794 se acentuou uma diferença entre homens e mulheres na faixa de 11 a 20 anos, em que a razão de sexo foi de 75. Em 1814 ela se elevou para 81,2 (Gráfico 6) e atingiu um mínimo em 1829 (Gráfico 8) com a marca de 62,5, demonstrando a ausência de jovens rapazes.
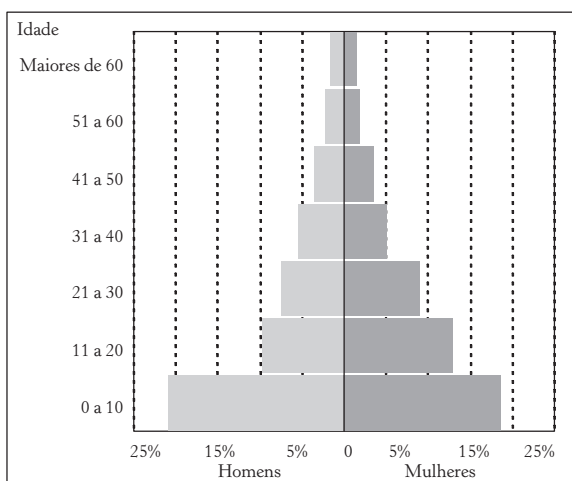
Gráfico 6 – Pirâmide etária da população livre (Campinas, 1794)
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes (AEL– Unicamp).

Avaliando a presença de homens e mulheres nas faixas de 0 a 14 anos entre o período de 1774 e 1829 nota-se um equilíbrio entre os sexos, o que levou a descartar a hipótese de um crescimento diferenciado e a aceitar a possibilidade de emigração de homens da faixa etária dos adultos para outras localidades mais a oeste. Além disso, o alto índice de crianças (de 0 a 10 anos) ao longo desse estudo (gráficos 4 a 9) atesta níveis elevadíssimos de fecundidade, como se verá adiante. Em 1794, a importância dos jovens cresceu

significativamente, atingindo quase a metade (49%) da população cadastrada, caindo em 1814 para 36,6% e voltando a subir para a marca de aproximadamente 42%.[7]
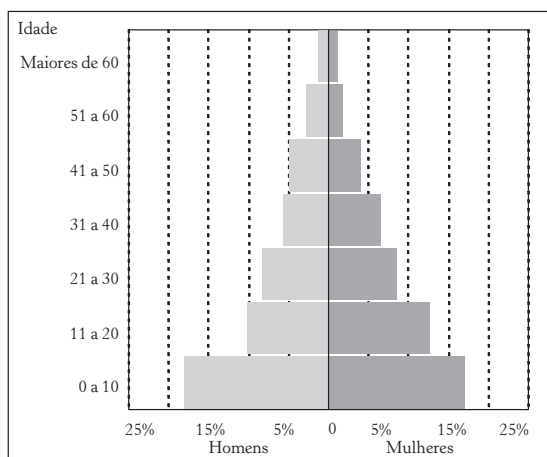
Gráfico 7 – Pirâmide etária da população livre (Campinas, 1814)
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes (AEL– Unicamp).

Sublinhe-se que a marcha migratória não afetou negativamente a evolução populacional no que se refere à procriação de crianças e, portanto, de pessoas das novas gerações. Ao que parece, o processo de saída de livres foi o responsável por manter o número da população estável até a década de 1830, não aumentando seus efetivos, quando então se nota o aumento populacional impulsionado por um movimento migratório com saldo positivo, visualizado pelo Gráfico 8, onde os adultos da faixa etária de 21 a 40 anos passaram a constituir um importante grupo. Além disso, o predomínio de mulheres nessa faixa etária pode estar relacionado ao número de mulheres chefes de domicílio, que era de 25% em 1829 (Gráfico 9).[8]

7 Deve-se salientar que para o ano de 1814 não se teve informação da idade para 631 pessoas do total de 2.984 habitantes arrolados na Lista Nominativa desse ano, o que talvez justifique uma queda no percentual de jovens.

8 Das 1.422 mulheres livres anotadas por Müller, tem-se que 15% delas correspondiam a mulheres chefes de domicílio. Sobre a chefia feminina em Campinas para o ano de 1829, ver Teixeira, 2004, p.99-102.
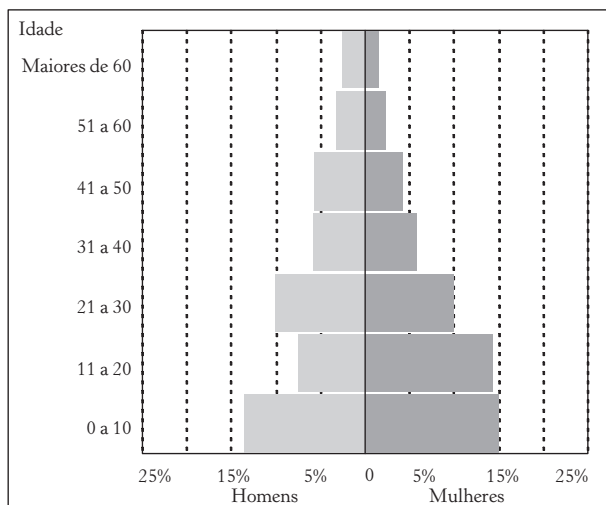
Gráfico 8 – Pirâmide etária da população livre (Campinas, 1826)
Fonte: Mapa da Lista Nominativa de Habitantes (Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).
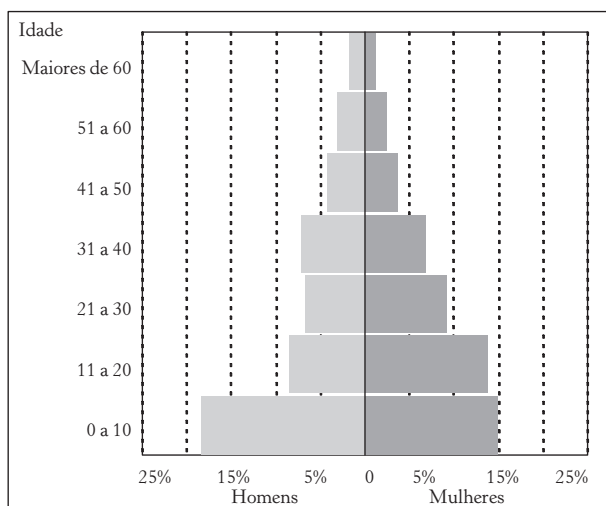
Gráfico 9 – Pirâmide etária da população livre (Campinas, 1829)
Fonte: Lista Nominativa de Habitantes (AEL– Unicamp).

Enfim, 1836 talvez seja outro momento vivido por Campinas (Gráfico 10) que trouxe algumas mudanças que vieram transformar a cidade, como o início da chegada de imigrantes estrangeiros, que pouco a pouco tomaram parte ativa nas atividades econômicas da cidade, seja no campo, como lavradores meeiros dos cafezais que se multiplicaram, seja no comércio e na indústria, que se expandiu a partir de 1850. Tais fatores podem ter reforçado ainda mais o porcentual de pessoas ativas entre a população campineira, que já era elevado em 1829, com uma participação de praticamente 50%, conforme apresentado pelo Gráfico 11.[9]
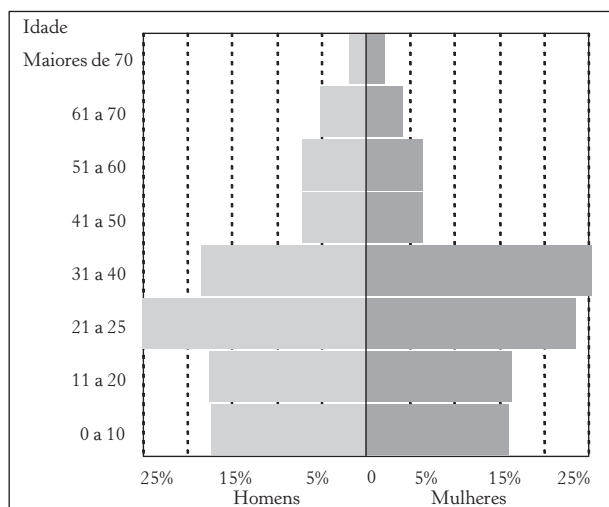
Gráfico 10 – Pirâmide etária da população livre (Campinas, 1836)
Fonte: Müller (1978, p.139).

9 Um estudo para uma vila da ilha açoriana de São Jorge apresentou uma tendência semelhante à encontrada para Campinas: elevado percentual de jovens e ativos, com uma parcela menor de velhos (cf. Madeira et al., 1998, p.69-71).
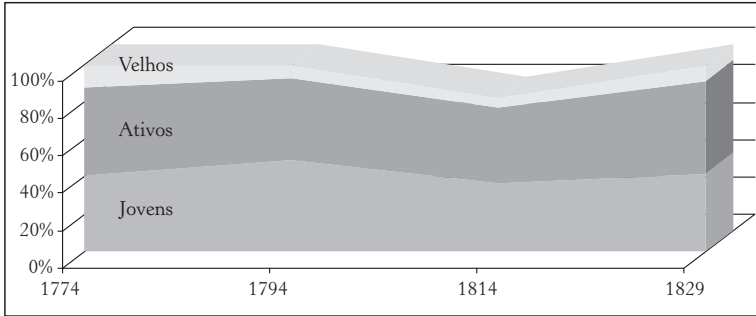
Gráfico 11 – Evolução dos Grupos Funcionais[10] (Campinas, 1774-1829)
Fonte: Listas Nominativas de Habitantes (Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp).

10 Os jovens foram classificados entre 0 e 14 anos, idade com que os homens já poderiam contrair matrimônio segundo as Constituições Primeiras. Para os adultos, adotou-se a idade de 15 a 50 anos, por achar-se que em virtude de uma baixa expectativa de vida naquele tempo, o período de 35 anos seria relativamente viável para a idade ativa de uma pessoa. Finalmente, os velhos foram considerados acima de 50 anos, quando especialmente as mulheres acima dessa idade já estariam na fase da menopausa e, portanto, não mais contribuindo para o aumento populacional.

2
A FECUNDIDADE EM UMA SOCIEDADE DE *PLANTATION*

Em áreas dominadas pelo cristianismo, o casamento tendia a ser uma forma de cumprir com a determinação divina relatada na Bíblia, no versículo 28 do primeiro capítulo do livro do Gênesis, que diz: "Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra, e sujeitai-a". Além disso, o apóstolo Paulo, ao dar conselhos aos solteiros e viúvas de Corinto em matéria de casamento, diz-lhes que aqueles que "não podem conter-se, casem-se, pois é melhor casar do que abrasar-se" (I Cor. 7:9). Diante disso, a Igreja cristã viu no casamento um meio para evitar a fornicação ou concupiscência. Estavam dadas as bases daquilo que passaria a constituir os elementos da fé católica no que se referia ao matrimônio, um dos sete sacramentos da Igreja.[1]

A fecundidade, portanto, como um comportamento sexual, está associada à procriação humana, em termos do número efetivo de filhos em relação às mulheres em idade reprodutiva. Em relação ao estudo da fecundidade, especialmente em sociedades que não realizam esse controle no casamento, nesse caso condicionado por outros determinantes, como a moral e a religião, a idade ao casar

---

1 Os sete sacramentos são: batismo, confirmação, eucaristia, penitência, ordem, matrimônio, unção dos enfermos (cf. Vide, 1719, p.10).

torna-se um dos fatores principais para se determinar sua variação.[2] Assim, em sociedades como a brasileira do século XIX, a fecundidade das mulheres tendia a ser elevada para aquelas que se casavam mais jovem. Nas sociedades pré-industriais da Europa houve comunidades em que a idade média para o casamento foi de 20 anos, enquanto em outras esse número se situava aos 30 anos de idade, o que possibilitava a geração de um volume populacional diferenciado entre elas (Wrigley, 1969, p.116).

Cabe lembrar também outro fator importante, que é a mortalidade materna, que pode interferir diretamente na fecundidade de uma população. Assim, com o aumento da duração média do casamento durante os últimos duzentos anos, a fecundidade sofreu alterações importantes no meio social, pois os pais passaram a ter "a possibilidade de olhar para o futuro como um período em que envelheceriam lado a lado já livres dos cuidados de terem de criar filhos" (Anderson, 1984, p.17). Portanto, o estudo da fecundidade abre a porta para o entendimento do complexo jogo dos relacionamentos entre homens e mulheres sob o ponto de vista demográfico.

Para este estudo foram utilizados os dados relativos às mulheres casadas em todas as idades férteis, ficando de fora os dados pertinentes àquelas que tenham tido filhos, mas para as quais não constava o nome do cônjuge ou parceiro, ou seja, as mães solteiras. Esse procedimento foi adotado porque a análise feita pelo programa utilizado requeria apenas as famílias ditas completas cujas datas de início e fim de união eram conhecidas, bem como informações seguras sobre a prole resultante de um dado matrimônio. Pela mesma razão os dados sobre filhos abandonados foram deixados de lado, o que não impediu que nosso trabalho tivesse bom êxito, uma vez que, como veremos, grande parte dos nascimentos se produziu dentro do matrimônio.

---

2 Outros fatores também concorrem para uma variação da fecundidade, tais como culturais (religiosos), econômicos (crises de abastecimento) e políticos (políticas de controle ou incentivo a natalidade) (cf. Damiani, 2002, p.36).

O Sygap (Système de Gestion et d'Analyse de Population), um programa de computador que foi desenvolvido por uma equipe francesa e outra canadense sob a direção de Alain Bideau e Jacques Legare, foi programado para seguir os mesmos critérios da técnica empregada por Louis Henry e Michel Fleury, resultando na formação de quatro tipos de família: MF, MO, EF e EO, conforme demonstramos no Apêndice Metodológico.[3]

Iniciamos nosso estudo sobre a fecundidade em Campinas com o cálculo da taxa bruta de natalidade,[4] uma vez que esse indicador nos possibilita perceber o ritmo de nascimentos. Assim, para o ano de 1794, a taxa de natalidade foi de 53‰, valor equivalente aos mais elevados índices encontrados para a Europa em 1890, onde a Rússia apresentou a taxa de 48,5‰ (Cascão, [s. d.], p.429). Para os padrões norte-americanos, índices como o de Clayworth, que atingiram a marca de 37,2‰, ou o de Andover, que foi pouco mais além, com 37,7‰, foram considerados elevadíssimos para o século XVIII (Greven Jr., 1995, p.105-6). Em Ubatuba, no ano de 1798, a taxa bruta de natalidade dos caiçaras foi de 43‰, e em 1818 chegou a 47,6‰. Em Curitiba, em 1803, essa taxa foi de 47,4‰. Esse indicador, embora de forma simplificada, retrata um crescimento significativo da população, especialmente porque, em 1814, a natalidade para Campinas atingiu a espantosa taxa de 70‰! Esses dados comparativos sugerem a existência de pelo menos dois modelos demográficos distintos. Portanto, estudar os padrões de Campinas de forma mais detalhada implica recorrer à técnica da reconstituição de famílias, pois os dados da taxa bruta de natalidade ou taxa anual média de natalidade, como também é chamada, usam como denominador comum a população total, e em realidade apenas uma parte dela está sujeita à procriação (Welti, 1997, p.107).

---

3 O tipo de família MF corresponde àquela que possui a data de casamento e de morte de um ou ambos os cônjuges; portanto, tipo de família completa.

4 O cálculo da taxa bruta de natalidade corresponde à divisão do número de nascimentos em um determinado ano pela média da população do mesmo ano, multiplicado por mil.

Assim, estudar a fecundidade das mulheres que potencialmente possam gerar uma descendência, ou seja, aquelas que se situam entre 12 e 49 anos, é o caminho mais apropriado.[5]

Taxas de fecundidade

A taxa de fecundidade legítima é um dos meios adequados para avaliar a força da natalidade de uma dada localidade. A Tabela 7 apresenta a taxa de fecundidade de diversos estudos, brasileiros e europeus, pelos quais se podem fazer algumas colocações pertinentes aos processos demográficos envolvidos.

Por sua vez, entre as mulheres que atingiram a idade de 40 anos ou mais, nota-se que houve uma diminuição de sua fecundidade, indicando o princípio da menopausa e, portanto, o fim de sua capacidade reprodutiva.

Quando se observam comparativamente as localidades, surpreende-se com os resultados da fecundidade das mulheres livres em Campinas, uma vez que são as mais elevadas entre as mães de 12 até 29 anos de idade. Entre a faixa de 30 e 34 anos aparecem as mulheres da elite do Oeste Paulista, das quais várias eram de Campinas.[6] Após essa idade, as mulheres de Curitiba foram as que apresentaram índices mais elevados para as idades entre 35 e 49 anos. No entanto, a força da fecundidade nos anos iniciais de vida conjugal era fundamental para que uma família viesse a ter um grande número de filhos.

---

5 Muitos estudos consideram a idade fértil da mulher variando dos 15 aos 49 anos. No entanto, foram encontradas mulheres que se casaram precocemente, com 12, 13 ou 14 anos, o que levou a adotar esse recorte. Além disso, em vários casos que foram atribuídas datas de nascimento a mulheres casadas, optou-se pela idade dos 14 anos.

6 Em estudo sobre a elite paulista do Vale do Paraíba, Scott (1987, p.130) também verificou uma alta taxa de fecundidade, o que demonstra que a diferenciação social é um dos fatores a ser levado em consideração.

Em relação a isso, o bairro italiano de Santa Felicidade, em Curitiba, pode ser um exemplo esclarecedor de alta fecundidade que encontrou explicação "na nupcialidade generalizada e precoce associada à natalidade forte" (Balhana, 1978, p.74).[7]

Tabela 7 – Fecundidade comparada por grupos de idade. Diversas localidades[8]

Mulheres casadas no período	Idade observada da mãe								Nº de uniões
	12-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
Campinas (SP): 1774-1850	393	563	564	485	389	252	112	41	456
Elite do Oeste Paulista: 1765-1836	157	427	414	420	402	282	159	39	–
Sorocaba (SP): 1679-1810	227	366	407	376	335	268	138	30	–
Ubatuba (SP): 1790-1830	363	480	469	421	388	247	167	47	750
Antonio Olyntho (PR): 1895-1949	–	533	507	409	354	320	146	20	178
C.E.L. (PR): 1866-1894	–	427	484	403	328	237	119	15	–
Curitiba (PR): 1731-1798	279	455	474	457	385	323	202	47	–
N. Sra. da Lapa (PR): 1770-1829	195	383	358	302	267	230	150	43	399
Crulai (França): 1674-1742	–	320	419	429	355	292	142	10	–
Meulan (França): 1790-1839	–	397	396	305	233	146	57	6	–
Treppio (Itália): 1790-1889	–	364	445	436	389	307	174	18	424
Ronfe (Portugal): 1751-1800	–	–	387	402	356	307	163	30	–
Ronfe (Portugal): 1801-1850	–	–	410	376	376	285	167	11	–

Fonte: Campinas – Registros Paroquiais (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – ACMC).

7 A fecundidade medida entre os anos de 1889 e 1909 para a faixa de mulheres de 15-19 anos foi de 571; de 20-24, 550; de 25-29, 465; de 30-34, 436; de 35-39, 375; de 40-44, 182; e de 45-49, 35.

8 Fontes das diversas localidades: Sorocaba e elite do Oeste Paulista (Bacellar, 1994, p.124); Ubatuba (Marcílio, 1986, p.158); Antonio Olyntho (Andreazza, 1999, p.301); Curitiba (Burmester, 1981, p.202); C.E.L. (Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba) (Nadalin, 2001, p.65); N. Sra. da Lapa (Valle, 1983, p.252); Meulan e Crulai (Lachiver, 1969, p.152); Treppio (Bacci & Breschi, 1990, p.388-9); Ronfe (Scott, 1999, p.217).

Taxas de fecundidade tão elevadas, situadas em torno dos 500‰, tinham sido encontradas apenas entre a população canadense do século XVIII, o que as fez serem consideradas por longo tempo como as mais altas conhecidas. Além de Santa Felicidade, a comunidade ucraniana de Antonio Olyntho, no Paraná, e Campinas, no Oeste Paulista, também atingiram patamares elevados de fecundidade, conforme apontado na Tabela 7. A grande diferença de Campinas para as duas localidades paranaenses foi que estas se inseriram em um quadro pintado pela imigração estrangeira do final do século XIX, enquanto Campinas foi constituída por uma população de nacionais livres que se instalaram em uma área de fronteira, caracterizada por uma elevada taxa de fecundidade, conforme demonstraram estudos de áreas semelhantes nos Estados Unidos (cf. Mineau et al., 1989).

Porém, além dos fatores de ordem geográfica e étnica que podem trazer modificações nos padrões da fecundidade, a correlação entre *status* socioeconômico e taxas de fecundidade foi demonstrada para o caso italiano de Treppio, onde os proprietários de terras e artesãos apresentaram elevados níveis de fecundidade em relação a outros grupos de trabalhadores (Bacci e Breschi, 1990, p.390-1).

As informações para Campinas reforçam a ideia que Marcílio (1984, p.200) propôs, ou seja, que encontraríamos para as regiões de *plantation* uma elevada fecundidade legítima, que contribuiria para garantir uma pronunciada natalidade.

Assim, ao analisar a taxa de fecundidade das mulheres livres pela idade ao casar, segundo a Tabela 8, constata-se que a fecundidade legítima era precoce e muito alta, não somente entre as mulheres jovens, isto é, aquelas com idade máxima de 20 anos, mas também entre as que tinham entre 25 e 29 anos. Nota-se que, nesse caso, as mulheres tiveram aproximadamente um filho por ano! Não obstante esse enorme ritmo de crescimento familiar, as mulheres que se casaram entre 25 e 29 anos vieram a ter uma descendência média de nove filhos, enquanto as que se casaram mais jovens, por exemplo, aos 14 anos, vieram a ter onze filhos em média. Isso demonstra que, apesar de uma elevada taxa de fecundidade, a idade

Tabela 8 – Taxa de fecundidade corrigida (Campinas, 1774-1850)

Idade ao casar	Nº de uniões	12-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Desc. completa
12-14	178	393	537	562	426	335	168	68	12	11,2
15-19	144		620	573	424	385	265	122	72	10,7
20-24	89			545	587	417	287	132	22	8,8
25-29	26				936	542	349	233	131	9
30-34	13					506	457	45	0	3,6
35-39	5						233	157	0	1,2
40-44	1							0	0	0
45-49										
Total	**456**	**393**	**563**	**564**	**485**	**389**	**252**	**112**	**41**	**10,1**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

ao casar foi um fator preponderante sobre a descendência final em sociedades que não apresentavam controle sobre a natalidade.[9]

Em Santa Felicidade, bairro italiano de Curitiba, o número médio de filhos entre as mulheres casadas entre 15 e 19 anos foi de 11,46, enquanto para as casadas entre 20 e 24 anos foi de 9,19 (Balhana, 1978, p.75). Por sua vez, a média de filhos para a população da vila de Curitiba em 1776 foi de apenas 3, enquanto em 1785 essa média foi um pouco mais elevada: 3,5 (Boni, 1974, p.117). Nos anos 1786, 1792 e 1798, a média permaneceu em torno de 3 (Schaaf, 1974, p.118). Esses números evidenciam pelo menos dois pontos: primeiro, a presença da família de grande dimensão pode ter variado em razão da condição social de determinados grupos sociais; segundo, que as listas nominativas indicam a média do número de filhos em um dado momento, não levando em consideração o ciclo vital de cada família. Apesar disso, os dados de uma parcela da população de Curitiba relativos ao século XVIII foram os que mais se aproximaram da realidade de Campinas, tanto em relação ao contexto sociodemográfico quanto à representatividade da amos-

9 Bacellar (1994, p.118) exemplifica esse fato para Sorocaba ao citar duas mulheres que se casaram precocemente e vieram a ter um grande número de filhos.

tragem, uma vez que apresentaram uma descendência variando de 11,5 filhos para as mães casadas entre 10 e 14 anos, e 2,81 para as casadas depois dos 30 anos (Burmester, 1981, p.230). Além disso, percebe-se que em cada um desses casos as práticas anticonceptivas eram inexistentes.

Os intervalos entre nascimentos

Os intervalos intergenésicos, como são chamados os períodos que separam o nascimento de uma criança e de outra dentro de uma mesma família, fazem parte do estudo da duração da fecundidade e indicam o ritmo anual de nascimentos (Guillaume e Poussou, 1970, p.174).

Tabela 9 – Intervalos protogenésicos: conjunto (Campinas, 1774-1850)

Idade ao casar	Número de intervalos	% de intervalos		Intervalo	
		8-11 meses	12 meses +	Média*	Média
12-14	253	23,32	76,68	20,45	27,62
15-19	180	28,33	71,67	20,07	23,06
20-24	87	33,33	66,67	17,46	20,32
25-29	22	36,36	63,64	15,90	18,14
30-34	11	45,45	54,55	15,55	15,55
35-39	3	33,33	66,67	21,67	21,67
40-44	–	–	–	–	–
45-59	–	–	–	–	–
Total	**556**	**27,52**	**72,48**	**19,57**	**24,36**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Obs.: Média* equivale ao intervalo de sessenta meses ou menos.

A Tabela 9 apresenta os intervalos protogenésicos, isto é, o intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho. A primeira observação que se pode fazer diz respeito às mulheres que se casaram antes dos 20 anos, ou seja, as mulheres jovens, que, de

forma comparada às suas colegas mais velhas, demoraram mais tempo para terem o primeiro filho. Assim, enquanto uma jovem casada aos 15 anos teve sua primeira gestação com um ano e oito meses, outra mulher, casada aos 25 anos, gerou seu primogênito em um ano e quatro meses.

Notou-se, ainda, que à medida que a idade da mulher ao casar se elevava, crescia também o número de mulheres que tiveram o primeiro filho antes de completar um ano de casamento. Portanto, as mulheres mais jovens não tinham pressa em ter o primeiro filho, e mais de 70% das mulheres abaixo de 20 anos de idade tiveram a primeira gestação após o primeiro ano de casamento.

Quando observado esse movimento apenas entre as celibatárias, isto é, sem a participação das viúvas, essas constatações se tornam ainda mais visíveis (ver Tabela 10). No entanto, quando considerado o conjunto das famílias, nota-se que 27,5% delas geraram o primeiro filho dentro do período de onze meses de casado, e que destas, 19,8% representam a atuação das jovens (idade menor de 20 anos), o que revela a importância da participação dessas mulheres no conjunto analisado. Ao estudar a sociedade sorocabana, Bacellar (1994, p.126) encontrou uma participação semelhante, ou seja, 22,7% das mulheres tiveram o primeiro filho antes dos doze meses de casadas. Em suma, a maioria das famílias era constituída por mulheres com menos de 20 nos de idade (77,8%) e que conceberam seu primeiro filho aos doze meses ou mais de casadas.[10]

Ao examinar o intervalo protogenésico a partir do oitavo mês de casamento, conforme ilustrado na Tabela 11, repara-se que 43,42% das famílias tiveram o primeiro filho entre o 12º e o 24º mês,[11] decrescendo a porcentagem daquelas que conceberam para 5,94% nos casos das que haviam se casado há mais de cinco anos.

---

10 Segundo a Tabela A13 (Anexo 2), que trata de identificar as concepções pré-nupciais, notou-se que foram poucos os casos, isto é, apenas 25 de um total de 1.048 uniões. Por sua vez, essas poucas concepções pré-nupciais incidiram especialmente sobre as mulheres que se casaram até 19 anos.

11 Conforme Bacellar (1994, p.127), Sorocaba apresentou índice muito próximo ao de Campinas para esse mesmo grupo de mulheres: 43,6%.

Tabela 10 – Intervalos protogenésicos dos celibatários e viúvos (Campinas, 1774-1850)

Idade ao casar	CELIBATÁRIOS					VIÚVOS				
	Nº de interv.	% de intervalos		Intervalo		Nº de interv.	% de intervalos		Intervalo	
		8-11 mes.	12 mes. +	Média*	Média		8-11 mes.	12 mes. +	Média*	Média
12-14	253	23,32	76,68	20,45	27,62	–	–	–	–	–
15-19	177	28,25	71,75	19,87	22,92	3	33,33	66,67	31,67	31,67
20-24	86	32,56	67,44	17,57	20,47	1	100	0	8	8
25-29	21	38,1	61,9	15,55	17,90	1	0	100	23	23
30-34	8	50	50	12,88	12,88	3	33,33	66,67	22,67	22,67
35-39	2	0	100	28	28	1	100	0	9	9
40-44	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
45-59	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	**547**	**27,24**	**72,76**	**19,52**	**24,39**	**9**	**44,44**	**55,56**	**22,56**	**22,56**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Obs.: Média* equivale ao intervalo de sessenta meses ou menos.
Rejeições de união: 3 = 423; 4 = 326; 6 = 6; 8 = 4; 9 = 81; 10 = 168.
3 = A união tem data de matrimônio que foi atribuída ou calculada e que, portanto, não corresponde ao do registro de casamento.
4 = A duração da união não pode ser calculada ou é inferior a cinco anos.
6 = A união possui um filho antes do casamento.
8 = A união foi realizada com uma mulher que não tem data de nascimento conhecida.
9 = O primeiro filho não tem data de nascimento precisa ou um dos demais filhos não possui data de nascimento conhecida.
10 = A união não teve filhos.

Isso demonstra também a ausência de um controle de natalidade, típico de populações do passado, uma vez que 25,36% dos casais vieram a ter seu primeiro filho entre o 8º e o 11º mês de casados. Em suma, 68,68% das famílias completaram o segundo ano de casados com pelo menos uma criança, uma tendência verificada também em diversas localidades francesas.[12]

12 Alguns autores apontam certas práticas contraceptivas usadas por mulheres nos séculos anteriores ao aparecimento de métodos mais eficazes de controle sobre os nascimentos, como o "coito interrompido", a "abstinência", "os

Tabela 11 – Intervalo protogenésico a partir de oito meses (Campinas, 1774-1850)

Intervalo	Nº	%	Intervalo	Nº	%	Intervalo	Nº	%
8	9	1,62	**28**	6	1,08	**48**	1	0,18
9	28	5,04	**29**	7	1,26	**49**	1	0,18
10	65	11,69	**30**	5	0,9	**50**	2	0,36
11	39	7,01	**31**	6	1,08	**51**	4	0,72
12	30	5,4	**32**	6	1,08	**52**	2	0,36
13	33	5,94	**33**	4	0,72	**53**	0	0
14	21	3,78	**34**	2	0,36	**54**	0	0
15	26	4,68	**35**	8	1,44	**55**	1	0,18
16	24	4,32	**36**	5	0,9	**56**	0	0
17	24	4,32	**37**	3	0,54	**57**	0	0
18	16	2,88	**38**	11	1,98	**58**	2	0,36
19	8	1,44	**39**	3	0,54	**59**	2	0,36
20	11	1,98	**40**	4	0,72	**60**	1	0,18
21	15	2,7	**41**	0	0	**61-72**	9	1,62
22	9	1,62	**42**	5	0,9	**73-84**	8	1,44
23	14	2,52	**43**	1	0,18	**85-96**	6	1,08
24	10	1,8	**44**	2	0,36	**97-108**	0	0
25	10	1,8	**45**	5	0,9	**109-120**	3	0,54
26	6	1,08	**46**	2	0,36	**121-132**	1	0,18
27	4	0,72	**47**	8	1,44	**133 e +**	6	1,08

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Embora se tenha notado que as mulheres com mais de 20 anos geraram o primeiro filho antes que as mulheres mais jovens, os valores do primeiro intervalo intergenésico apontam que aquelas passaram a ter um comportamento semelhante ao de suas com-

métodos ingleses ou as práticas clandestinamente aprendidas nos bordéis, lavagens que implicam o uso de água e garantirão o sucesso dos bidês". No entanto, em relação a esse assunto, a maior parte dos autores afirma a impossibilidade de se "programar" uma descendência (cf. Perrot, 1991, p.148-50; Lebrun, [197?], p.85-96).

panheiras mais jovens. Em outras palavras, os casais passaram a demorar mais tempo para ter o segundo filho, e em alguns casos, como o das mulheres entre 30 e 39 anos, esse retardamento foi ainda maior. Veja-se a Tabela 12. Assim, se a média do intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho foi de 19 meses, o intervalo para o nascimento do segundo filho foi de 28 meses. Em Curitiba, durante o século XVIII, o intervalo intergenésico médio foi de 27 meses, indicando um comportamento semelhante ao campineiro (Burmester, 1981, p.247). Entre as adolescentes, o intervalo foi mais longo, praticamente trinta meses separando o primeiro nascimento do segundo, algo também observado para Curitiba.

Tabela 12 – Primeiro intervalo intergenésico: conjunto (Campinas, 1774-1850)

Idade ao casar	**Número intervalo**	**Inter. protogenésico**		**Primeiro intervalo**		**Diff*.**	**Diff.**
		Méd.*	**Médio**	**Méd.***	**Médio**		
12-14	214	20,05	24,56	29,88	30,07	9,83	5,51
15-19	156	19,49	22,96	25,13	25,99	5,63	3,03
20-24	75	17,7	19,47	30,15	30,11	12,45	10,64
25-29	16	16,44	16,44	26,38	26,38	9,94	9,94
30-34	9	12,67	12,67	34,78	34,78	22,11	22,11
35-39	2	13,5	13,5	37	37	23,5	23,5
40-44	–	–	–	–	–	–	–
45-59	–	–	–	–	–	–	–
Total	**472**	**19,18**	**22,67**	**28,34**	**28,72**	**9,17**	**6,05**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Obs.: Med* equivale ao intervalo de sessenta meses ou menos.
Rejeições de união: 3 = 423; 4 = 326; 6 = 6; 8 = 4; 9 = 78; 10 = 208; 11 = 47.
3 = A união tem data de matrimônio que foi atribuída ou calculada e que, portanto, não corresponde ao do registro de casamento.
4 = A duração da união não pode ser calculada ou é inferior a cinco anos.
6 = A união possui um filho antes do casamento.
8 = A união foi realizada com uma mulher que não tem data de nascimento conhecida.
9 = O primeiro filho não tem data de nascimento precisa ou um dos demais filhos não possui data de nascimento conhecida.
10 = A união não teve filhos ou teve uma só criança.
11 = O segundo filho não tem data de nascimento conhecida.

Os primeiros intervalos sucessivos entre os nascimentos reforçam aquilo que se tem apontado até o momento, que mulheres com idade acima de 20 anos tiveram o primeiro filho antes daquelas que se casaram entre 12 e 19 anos. Assim, observando os dados da Tabela 13 nota-se que o intervalo da descendência que se seguiu ao segundo filho variou em torno de 26 a 27 meses. Comparando essas informações com as obtidas para Curitiba entre 1731 e 1798, Burmester (idem, p.250) calculou uma média de 30 meses entre o primeiro e o segundo nascimentos e média de 29 meses nos intervalos entre o segundo e o terceiro, o terceiro e o quarto, o quarto e o quinto nascimentos, dados que certamente influenciaram em uma descendência final menor das famílias dessa localidade.

Tabela 13 – Primeiros intervalos sucessivos (Campinas, 1774-1850)

Idade ao casar	Número de uniões	Intervalos médios			
		1-2	2-3	3-4	4-5
12-14	128	23,23	27,84	26,32	26,78
15-19	115	24,01	26,61	28,26	28,46
20-24	50	20,36	22,84	25,12	26,14
25-29	17	19	25,12	27,69	22,94
30-49	–	–	–	–	–
Total	**310**	**22,79**	**26,43**	**26,91**	**27,1**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Rejeições de união: 3 = 424; 7 = 191; 8 = 639.
3 = A união possui uma data de casamento que não corresponde à da ata do matrimônio.
7 = A união tem uma mulher que não tem data de nascimento conhecida.
8 = A união não tem ao menos seis filhos.

Não obstante, os últimos intervalos sucessivos (Tabela 14) apontam para um aumento do lapso que separa os últimos nascimentos. Portanto, do antepenúltimo anterior (AAAD) para o antepenúltimo (AAD), o intervalo foi de 28,8 meses, passando para 31,28 meses em relação ao penúltimo (AD), e de 31,8 meses para o último (D). Essa tendência também foi observada em Curitiba, embora o intervalo para o último filho tenha sido de 39 meses.

Tabela 14 – Últimos intervalos sucessivos (Campinas, 1774-1850)

Idade ao casar	Número de uniões	Intervalos médios			
		AAAD	AAD	AD	D
12-14	38	28,40	25,42	29,53	27,17
15-19	56	26,38	32,08	30,78	34,54
20-24	10	26,11	25,17	45,8	31,44
25-29	2	19,5	13,5	43	–
30-49	–	–	–	–	–
Total	**106**	**26,9**	**28,8**	**31,28**	**31,8**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Rejeições de união: 3 = 1.217; 4 = 70; 5 = 171.
3 = A união possui uma data de casamento que não corresponde à da ata do matrimônio.
4 = A união possui ao menos um filho nascido antes do casamento.
5 = A união possui ao menos um filho sem data de nascimento.

Quando examinados os intervalos entre os nascimentos levantados pelo número de filhos que um casal possuiu (Tabela 15), observa-se que aqueles que tiveram uma prole maior conceberam filhos em um espaço de tempo menor. Dessa forma, dentre as uniões que apresentaram mais de duas crianças, 55% delas corresponderam às que possuíam mais de cinco filhos. Isso demonstra que a descendência final de uma família era fortemente influenciada pelo espaçamento dos nascimentos.

Tabela 15 – Últimos intervalos sucessivos (Campinas, 1774-1850)

Número total filhos	Número de uniões	Intervalos médios					
		1-2	2-3	3-4	4-5	5-6	6-7
2	110	40,41					
3	139	31,74	35,31				
4	143	28,01	31,25	33,34			
5	136	29,53	28,14	34,23	36,28		
6	135	23,86	27,94	28,55	29,56	45,23	
7+	509	23,18	26,33	26,25	26,02	26,95	28,68
Total	**1.172**	**27,84**	**28,83**	**28,98**	**28,5**	**30,91**	**28,68**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Rejeições de união: 4 = 392.
4 = A união possui menos de duas crianças.

A título de ilustração, apresenta-se a Tabela 16, na qual, ao comparar diversas localidades nota-se um processo muito semelhante entre elas, ou seja, que o espaço entre o casamento e o nascimento do primeiro filho foi menor que os intervalos que se seguiram, exceto para o caso canadense.

Tabela 16 – Intervalos sucessivos pelo número de filhos (Diversas localidades)[13]

PARÓQUIAS E VILAS	**Nº de famílias**	**Nº médio de filhos**	**INTERVALOS ENTRE NASCIMENTOS**						
			0-1	**1-2**	**2-3**	**3-4**	**AAD**	**AD**	**D**
Bilhères (1740-1779)	54*	7,31	20,2	23,7	27,2	30	31,1	31,5	38,1
Campinas (1774-1850)	481**	5,18	19,5	22,8	26,4	26,9	28,8	31,2	31,8
Canadá (1700-1730)	–	–	22,5	21	22,6	22,9	–	–	–
Crulai (1674-1742)	106*	7,6	16,6	22,4	25,3	27,2	28,7	30,9	33
Curitiba (1731-1798)	67#	–	–	30,4	29,2	28,9	30,9	31,7	39,3
Lapa, PR (1770-1829)	382**	6,4/8,2	19	25,8	27,9	28,3	30,5	33,2	38,1
Mélantois (1770)	39#	8,75	–	21,1	21,8	25	26,8	30	38
Meulan (1660-1739)	407*	5,6	13,5	19,3	21,6	21,6	25,4	26,4	35,9
Meulan (1740-1789)	392*	4,8	14,6	18,5	20,8	21,7	23,7	28,5	35,4
Meulan (1790-1839)	401*	2,8	18,1	20,6	23,6	28,2	29,9	29,3	41,9
Thézels (1700-1792)	90*	–	–	25,4	30	32,2	32,6	33,7	38,3
Ubatuba (1790-1830)	856*	4,16	13-24	–	–	–	–	–	–

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

* Conjunto das famílias; **Conjunto das famílias usadas para o cálculo do número médio de filhos, variando o número delas para o cálculo dos intervalos entre nascimentos; # Famílias completas.

13 Fontes das diversas localidades: Curitiba (Burmester, 1981, p.250); Lapa (Valle, 1983, p.289, 295, 307, 311); Ubatuba (Marcílio, 1986, p.162, 166); Bilhères, Canadá, Crulai, Sainghin-en-Mélantois, Thézels-Saint-Sernin (apud Guillaume & Poussou, 1970, p.175); Meulan (Lachiver, 1969, p.16, 174, 175, 178, 184).

O Canadá, aliás, apresentou intervalos sucessivos mais curtos que as demais localidades, uma forma de aumentar a fecundidade de um casal. Ao comparar Campinas e Crulai, nota-se um ritmo de espaçamento muito próximo entre as duas localidades, embora os estudos contemplem tempos e espaços diferentes, uma das vantagens da metodologia da reconstituição de famílias criada por Henry-Fleury, segundo Marcílio (1986, p.158). Por sua vez, Bilhères, Curitiba, Nossa Senhora da Lapa e Thézels constituem outro grupo em que os intervalos vão gradativamente aumentando, atingindo cerca de 38 meses a diferença entre o penúltimo e o último nascimento.

O estudo sobre Meulan é muito interessante porque busca na longa duração a comparação do comportamento demográfico da própria vila, que compreendia as paróquias de Notre Dame, Saint-Nicolas e Saint-Jacques, na região central da França. O quadro geral é semelhante ao que temos observado para as outras localidades, mas o que esse estudo apresentou foi a mudança operada no comportamento demográfico após a Revolução Francesa. Ao atentar para a média do número de filhos, nota-se que, além de o espaçamento ter aumentado nos intervalos sucessivos ao primeiro nascimento durante o período de entre 1790 e 1839, essa média atingiu patamares que evidenciaram a limitação de nascimentos.

Em relação ao número médio de filhos, pode-se imaginar que nas localidades onde os intervalos foram mais breves, a média de filhos foi mais elevada. No entanto, nota-se que essa relação sofreu algumas variações, dependendo do tipo da amostragem e de seu tamanho. Assim, no caso da Lapa, indicam-se duas médias: a primeira (de 6,4) foi o resultado do exame de 85 famílias do tipo MF1 e MF2, ao passo que a segunda, com média de 8,2 filhos por família, levou em consideração apenas cinquenta famílias do tipo MF1. Isso aponta a atenção para o tamanho das amostragens das famílias, bem como dos tipos que foram empregados para a obtenção dos resultados encontrados nas tabelas 8 e 16, tendo em mente essencialmente dois pontos: o primeiro, que o tamanho das paróquias francesas,

em geral, era menor que o das brasileiras; e o segundo, que em localidades de povoamento recente, como Campinas, o processo de movimento de entrada e saída de pessoas foi muito intenso.

De qualquer forma, os resultados das comparações são válidos, especialmente porque, como mostrou a Tabela 16, o "aleitamento materno" foi "em efeito a origem do maior espaçamento entre os nascimentos após a primeira gravidez" (Guillaume e Poussou, 1970, p.176),[14] em que a maior parte das mulheres passou por um período de esterilidade temporária, isto é, a amenorreia decorrente da gestação, cujo efeito contraceptivo da lactação também foi apontado por Lawrence Stone (1979, p.52) ao tratar dos intervalos entre nascimentos de crianças na Inglaterra. No Brasil, sabe-se que muitas senhoras que possuíam escravas deixavam a cargo delas o aleitamento, o que poderia significar uma mudança no comportamento de mulheres dessa classe social. Gilberto Freyre (1980, p.360) comentou muito sobre os efeitos desse costume entre essas famílias do Nordeste Açucareiro, a morte prematura de muitas mulheres e o curto período de nascimento entre um filho e outro, fatos que marcaram profundamente a vida das jovens e franzinas senhoras que casavam muito cedo. Todavia, segundo Lebrun, na Europa, o costume de manter amas de leite era mais comum nas cidades, algo também observado na cidade do Rio de Janeiro (Lebrun, [197?], p.21; Venâncio, 1999, p.57).

Ao analisar a idade média das mães no último nascimento, conforme ilustra a Tabela 17, vê-se que entre aquelas que se casaram mais cedo (entre 12 e 14 anos) havia a interrupção dos nascimentos também mais cedo (em torno de 30 anos de idade), ao passo que aquelas que vieram a se tornar mães com idade mais elevada, por exemplo, 30 anos, tiveram filhos até os 38 anos. Desse modo, o número de filhos de uma mulher estava intimamente ligado à idade com que se casara, bem como a idade com que gerara seu último filho.

---

14 Ver também Lebrun ([197?], p.120).

Tabela 17 – Idade média da mãe no último nascimento (Campinas, 1774-1850)

Idade ao casar	Número de fichas	Idade média	Idade ao casar	Número de fichas	Idade média
12-14	86	30,47	**12-19**	166	32,62
15-19	80	34,93	**20-29**	60	37,28
20-24	43	36,43	**30-49**	11	39,60
25-29	17	39,42	–	–	–
30-34	8	38,42	–	–	–
35-39	3	42,75	–	–	–
40-44	–	–	–	–	–
45-49	–	–	–	–	–
TOTAL	**237**	**34,12**	**TOTAL**	**237**	**34,12**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Total das rejeições: 1.327
Rejeições de união: 1 = 517; 2 = 269; 3 = 65; 4 = 432; 5 = 19; 6 = 24; 7 = 1.
1 = A união não tem data de casamento conhecida ou o código de união não é válido.
2 = A união não tem data de fim de união.
3 = A data de nascimento da mãe é desconhecida.
4 = A união teve fim quando a mulher tinha menos de 45 anos.
5 = A união não teve filhos.
6 = O código da data de nascimento do último filho não é válido.
7 = A mulher teve filho com 50 anos ou mais.

Tabela 18 – Número médio de filhos das famílias segundo a idade da mulher ao casar (Campinas, 1774-1850)

Idade ao casar	Fichas fechadas		Fichas abertas		Total	
	Nº de fichas	Média de filhos	Nº de fichas	Média de filhos	Nº de fichas	Média de filhos
12-14	173	5,32	72	1,67	245	4,24
15-19	172	5,59	64	2,98	236	4,89
20-24	88	4,85	29	2,17	117	4,19
25-29	30	4,77	18	2,28	48	3,83
30-34	12	2,75	5	0,8	17	2,18
35-39	4	1,5	2	0,5	6	1,17
40-44	1	0	1	0	2	0
45-49	–	–	1	0	1	0
50 e +	1	0	–	–	1	0
TOTAL	**481**	**5,18**	**192**	**2,19**	**673**	**4,33**

Total das rejeições: 893.

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Nota-se, ainda, que em Campinas a descendência completa, que diz respeito ao número médio de crianças de um casal cuja união não sofreu ruptura até a mulher atingir os 45 anos de idade, foi relativamente menor que a atingida por mulheres de outras localidades brasileiras, uma vez que este estudo mostra a tendência de as mulheres que se casaram com idade entre 12 e 19 anos interromperem mais cedo o ciclo reprodutivo. Assim, a descendência de uma mulher que se casou entre 12 e 19 anos variou de cinco a seis filhos. Essa média, relativamente baixa em relação à descendência completa teórica, ou seja, os casos em que as mulheres permaneceriam casadas e gerando filhos até os 49 anos de idade, resultando em numerosa prole, deixa entrever dois aspectos que estão relacionados a essa fecundidade: primeiro, a mortalidade materna ou paterna, rompendo o ciclo reprodutivo; segundo, a mortalidade infantil elevada e seu sub-registro nos livros eclesiásticos de Campinas.[15]

Na Inglaterra, ter quatro ou cinco filhos era algo muito comum para as famílias que se formavam, uma vez que, somado à elevada mortalidade infantil e de jovens, o casal normalmente casava-se tardiamente, isto é, o homem aos 26 ou 27 anos, e a mulher aos 23 ou 24, conforme assegurou Stone (1979, p.50).[16]

15 O sub-registro é um problema de difícil solução, embora muitas vezes percebido pelo pesquisador ao ler os livros de registros de mortes, batismos e casamentos. Desses casos, talvez os dados que mais são omitidos, não por desejo de quem estava controlando essas informações, ou seja, de maneira voluntária (embora não descartemos tal possibilidade), mas possivelmente por descuidos, perdas de livros, como foi o caso do livro 3 de óbitos de Campinas, e até mesmo dos papéis onde ficavam guardadas as notações destes eventos sagrados. O fato é que isso resulta em perda de informações que poderiam modificar alguns dos resultados até aqui apontados, sobretudo em relação aos efeitos que a ausência desses dados poderia acarretar aos intervalos proto e intergenésicos.

16 Na França, segundo Flandrin (1992, p.201), a idade para o primeiro casamento era de 25 anos para os rapazes e 21 ou 22 anos para as mulheres, o que resultava para as famílias "completas", isto é, não interrompidas pela morte de um dos cônjuges, cerca de nove filhos em Meulan, oito em Crulai, e de seis em Thézels-Saint-Sernin. No entanto, para o conjunto das famílias, esse número de filhos era menor (cf. Lebrun, [197?], p.105).

Conforme se nota pela Tabela 18, a média do número de filhos decresceu à medida que se elevou a idade da mulher ao casar, não obstante deve-se fazer uma consideração em relação às idades que variaram de 12 a 14 anos, pois estas tiveram uma média pouco menor que as obtidas para as mulheres entre15 e 19 anos. Isso pode ser explicado em parte pelo que até aqui se tem demonstrado, ou seja, que entre as mulheres mais jovens os intervalos genésicos foram mais espaçados que o das mulheres mais velhas. A segunda explicação seria decorrente daquilo que diversos autores têm apontado como o fator da "esterilidade" das mulheres mais jovens.

A razão de sexo entre as crianças nascidas revela o equilíbrio entre os dois gêneros, com um ligeiro predomínio dos homens (Tabela 19). Esses dados são corroborados pelas informações das pirâmides etárias que indicaram um relativo equilíbrio entre os sexos, especialmente entre as crianças de 0 a 10 anos (cf. gráficos 5 e 6).

Tabela 19 – Razão de sexo dos nascimentos (Campinas, 1774-1850)

Nascimentos	Números absolutos	Números relativos
Sexo masculino	3.850	50,33
Sexo feminino	3.799	49,67
Total	7.649	100,00
Razão de sexo: 101,34		

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Em relação aos nascimentos de gêmeos, os resultados que os identificaram apontam para uma pequena participação deles no conjunto geral dos nascimentos, e que foram mais frequentes entre as mulheres que se casaram entre 20 e 34 anos de idade (Tabela 20). No entanto, o futuro dessas crianças era sobremodo duvidoso, uma vez que estudos na França relativos à paróquia de Chapelle d'Aligné entre 1670 e 1790 apontam que, das 164 crianças nascidas nessas condições, 57 morreram nas 36 primeiras horas, e 95, no

primeiro mês, o que indica uma mortalidade terrível sobre essas crianças.

Finalmente, menciona-se aqui que, em razão do batismo das crianças, era necessário que elas tivessem um nome, escolhido pelos pais. Assim, uma tendência se observou quanto à escolha dos nomes para meninos e meninas (Vide, 1719, p.16, 28, 29). Segundo levantamento, os nomes mais frequentes entre os meninos foram o de José, em primeiro lugar, seguido por Antônio, João e Joaquim, ao passo que Maria (26,7%) e Ana (15,1%) foram os nomes mais comuns de meninas.[17] Mais uma vez notou-se a influência religiosa do cristianismo na escolha dos nomes dos filhos, sendo Jesus o nome de pais mais frequente.[18]

Tabela 20 – Identificação do número de filhos por parto (Campinas, 1774-1850)

Idade da mãe	**TIPO DE NASCIMENTO**					**Total**
	1	**2**	**3**	**4**	**5 +**	
12-14	243	3				**246**
15-19	981	16				**997**
20-24	1.258	28	2			**1.288**
25-29	1.100	21	1			**1.122**
30-34	858	20				**878**
35-39	542	8				**550**
40-44	228	4				232
45-49	56					56
Indeterminada	2.060	57				2.117
Total	**7.326**	**157**	**3**	**0**	**0**	**7.486**
%	**97,86**	**2,1**	**0,04**	**0**	**0**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Rejeições de união: 2 = 257.
2 = A união não tem filhos.

17 Cf. Tabela A9: Frequência dos nomes (Anexo 2).

18 Em estudo sobre Curitiba, Elvira Kubo (1971, p.107) também encontrou Maria e Ana, Manuel, José, João e Francisco entre os nomes mais frequentes, sendo que alguns prenomes evocam santos.

Outros estudos na França têm apontado para uma tendência semelhante, a cristianização dos nomes, em que Maria e Ana aparecem como os nomes mais usuais entre as mulheres, enquanto no caso dos nomes masculinos o de João é o mais costumeiro, seguido por Pedro, Tiago e Francisco (Lebrun, [197?], p.116).

Mesmo entre os escravos de Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG), a influência cristã se mostrou muito forte, uma vez que, de 340 meninas batizadas, 98 chamaram-se Maria (28,8%), enquanto entre os meninos houve uma maior diversificação entre João, Antonio e José (os três nomes representaram 44,3% do total de 323 batizados) (Freire, 2004, p.10, Tabela 2). Encerra-se a seção com o pensamento de François Lebrun [197?], p.116-7), que sintetizou de forma brilhante a relação estabelecida entre os nomes das crianças e as atitudes dos pais.

> A escolha do nome reveste assim um duplo alcance, religioso e mágico: assegura-se à criança a proteção simultânea de um grande santo (dado ao mesmo tempo como modelo) e dos antigos chefes da família ou deste ou daquele parente assim reencarnados.

As estações da vida

Finalmente, aponta-se pela Tabela 21 o movimento mensal das concepções e dos nascimentos. Cabe frisar que o *Sygap* faz uma distinção entre os primeiros nascimentos dos demais, uma vez que o mês dos primeiros nascimentos depende do mês de casamento. Assim, na Tabela 21 entram apenas as fichas de uniões que tenham as datas de casamento e de nascimento de seus filhos (Datem 1 e Daten 1). Nos casos de uniões que a data de nascimento de um dos filhos não é conhecida, o programa não leva em consideração o dado para o primeiro nascimento, mas classifica todos os demais existentes em "Outros".

Tabela 21 – Movimento mensal das concepções e dos nascimentos (Campinas, 1774-1850)

Nascimentos	Concepções	1º nascimento		Outros		Total	
		Nº abs.	Nº rel.	Nº abs.	Nº rel.	Nº abs.	Nº rel.
Jan.	**Abr.**	53	7,8	240	8,5	293	8,4
Fev.	**Maio**	48	7,1	214	7,6	262	7,5
Mar.	**Jun.**	45	6,6	243	8,6	288	8,2
Abr.	**Jul.**	56	8,3	271	9,6	327	9,4
Maio	**Ago.**	60	8,8	250	8,8	310	8,9
Jun.	**Set.**	59	8,7	214	7,6	273	7,8
Jul.	**Out.**	63	9,3	223	7,9	286	8,2
Ago.	**Nov.**	71	10,5	219	7,7	290	8,3
Set.	**Dez.**	37	5,5	255	9,1	292	8,3
Out.	**Jan.**	44	6,5	230	8,2	274	7,8
Nov.	**Fev.**	70	10,4	237	8,4	307	8,7
Dez.	**Mar.**	71	10,5	226	8	297	8,5
Total		**677**	**100**	**2.822**	**100**	**3.499**	**100**
Total de uniões: 753							
Rejeições de união: 811							
Total de nascimentos: 3.499							
Rejeições de nascimento: 540							

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Quando analisado o mês de concepção do primeiro nascimento do filho de um casal, nota-se que fevereiro e novembro foram os meses com os mais elevados índices de concepções e que também corresponderam aos meses em que o número de casamentos foi maior. Assim, quando comparadas essas informações com a dos intervalos protogenésicos, percebe-se uma total harmonia entre os resultados aqui expostos. Embora os meses de março e dezembro tenham sido as épocas do ano com menor número de casamentos, nota-se que a quantidade de concepções no período que compreendia a Páscoa era bem elevado, indicando o respeito maior diante do "tempo proibido" do Advento que ocorria em dezembro, conforme ilustrado pelo Gráfico 12.
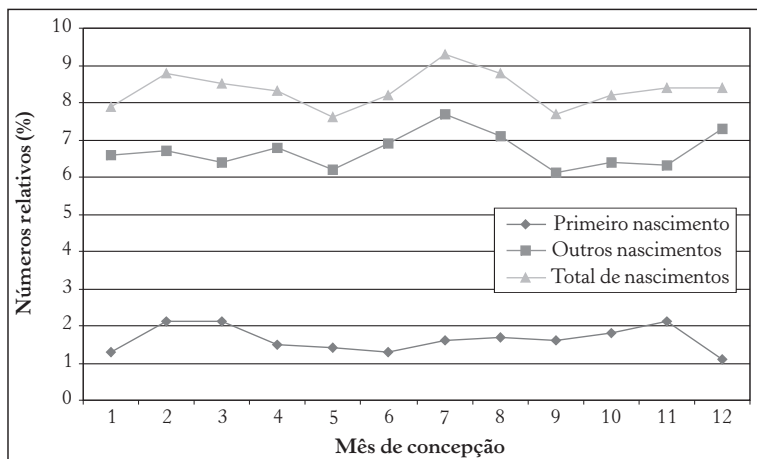
Gráfico 12 – Movimento sazonal das concepções (Campinas, 1774-1850)
Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).
Obs.: Dados obtidos a partir do Sygap, Tabela 13.

Quando verificados os outros nascimentos (linha rosa), percebe-se seu peso no total de nascimentos, influenciando a curva do total de nascimentos (linha amarela) a se assemelhar a ela. A alta concentração se vê nitidamente entre os meses de fevereiro, junho, julho e agosto. Por sua vez, as maiores baixas se apresentaram nos meses de maio, setembro e janeiro.

Tal comportamento diferiu daquele encontrado por Bacellar (1994, p.159) para Sorocaba entre 1683 e 1830, onde o mês de setembro apresentou grande frequência de concepções a ponto de o autor afirmar que "havia uma íntima relação entre o ano agrícola e a frequência das concepções", onde o inverno, tal como na França, "é tempo de baixa concepção, enquanto o verão tende à alta". Em Campinas, como notado pelo Gráfico 12, o período de alta concepção correspondeu aos meses do inverno – junho, julho e agosto – e ao mês de fevereiro, que é verão, em um exemplo claro de divergência ao modelo sorocabano e francês. Na verdade, quando observada a curva dos outros nascimentos (linha rosa), percebe-se que houve uma distribuição mais equilibrada ao longo do ano.

Quando avaliada a distribuição do total de batismos ao longo do ano, conforme é apresentado no Gráfico 13, tem-se a confirmação dessa tendência em que os meses de maior quantidade de batismos foram os de abril, maio, julho, setembro e novembro, e que correspondem, respectivamente, a concepções nos meses de julho, agosto, outubro, dezembro e fevereiro.[19]
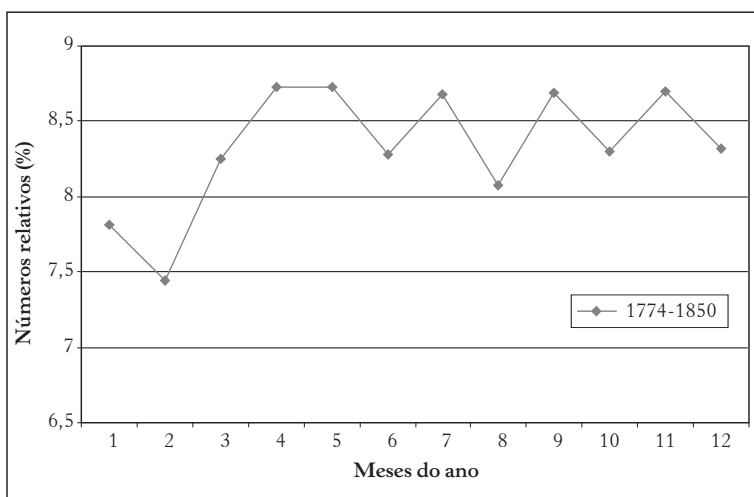
Gráfico 13 – Movimento sazonal dos batismos (Campinas, 1774-1850)
Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Em Ubatuba, por exemplo, o comportamento foi diverso desse mencionado para Campinas e Sorocaba, onde "os meses de menor frequência de batizados de livres eram julho, março e dezembro, os

19 As informações no que diz respeito a Curitiba divergem muito daquilo que foi apontado para as localidades paulistas, sendo os meses de maior frequência de batizados os de novembro e dezembro, para o período de 1751-1800, e os meses de dezembro, janeiro e fevereiro para o período de 1801-1850. Talvez por ser a região mais fria que as localidades ao norte de Curitiba, os habitantes optassem por querer ter seus filhos nos meses do verão (cf. Kubo, 1974, p.65).

dois últimos coincidindo com o tempo proibido, ou de penitência" (Marcílio, 1986, p.206).

Ao olhar para o cotidiano das pessoas e nele a prática do batismo, nota-se nitidamente a preferência dos fiéis pelo primeiro dia da semana para realizarem essa cerimônia, ou seja, o domingo. Em Campinas, durante os três períodos estudados, conforme notado pelo Gráfico 14, os demais dias tendiam a se equilibrar, com exceção da sexta-feira, que apresentou os menores índices, e da segunda-feira, havendo um movimento de aumento de procura por batismos nesse dia ao longo do período, saltando de 11,2% para 16,25% entre o primeiro e o último intervalo.
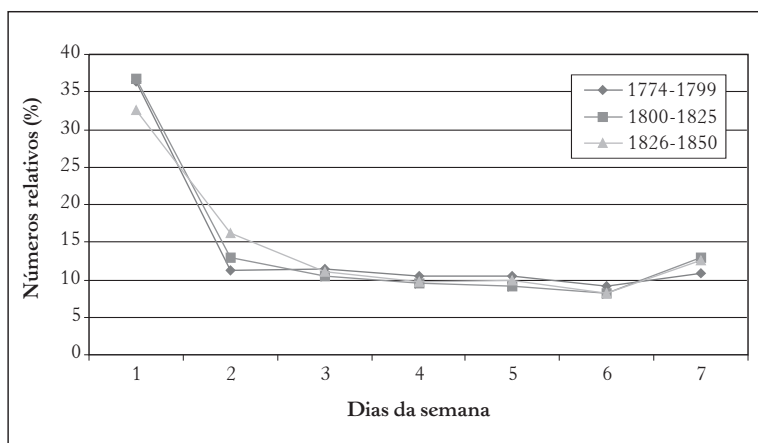
Gráfico 14 – Calendário semanal dos batismos de livres (Campinas, diversos períodos)
Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Em Sorocaba, os batismos realizados no domingo, na segunda-feira e no sábado chegaram a somar 68,5% de todos os batismos do período de 1811 a 1830, tendência também verificada em Campinas para o período de 1800 a 1825, que atingiu a marca de 62,6%, conforme se pode depreender da Tabela 22.

Tabela 22 – Calendário semanal dos batismos de livres em Campinas

Dia da semana	1774-1799		1800-1825		1826-1850	
	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
Domingo	433	36,3	2.375	36,8	2.402	32,5
Segunda	134	11,2	838	12,9	1.195	16,2
Terça	137	11,5	670	10,4	809	11
Quarta	125	10,5	622	9,6	716	9,7
Quinta	125	10,5	589	9,2	735	9,9
Sexta	110	9,2	528	8,2	604	8,2
Sábado	129	10,8	832	12,9	921	12,5
Total	1.193	100	6.454	100	7.382	100

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Obs.: Dos 15.075 registros de batismo levantados, apenas 46 não puderam ser recuperados, sendo 4 do livro 1 (1774-1797), 31 do livro 2 (1797-1812), 10 do livro 3 (1812-1819) e 1 do livro 5 (1830-1839).

3
A nupcialidade em Campinas

Um dos propósitos do casamento, na maioria das sociedades, reside em seu papel reprodutor, na produção de herdeiros (Macfarlane, 1990, p.159). Algumas sociedades europeias, a partir do final do século XVIII, passaram a ver o casamento de forma diferente, o que redundou na concepção moderna de união entre duas pessoas, em que elementos como companheirismo, afeição e amor tornaram-se imprescindíveis (Anderson, 1984, p.52; Monteiro, [s. d.], p.279-85). Seja como for, a função reprodutiva dos grupos sociais esteve presente ao longo da história, com mais ou menos força, assim determinando o ritmo de crescimento populacional. Portanto, o conhecimento dos padrões de nupcialidade pode permitir identificar uma dada comunidade e associá-la a determinados tipos de sociedade, como a pré-industrial.

Quando efetuado o cálculo da taxa bruta de nupcialidade[1] para Campinas encontra-se o valor de 11,7‰ para o ano de 1794, valor que se equipara aos mais altos índices de algumas nações eslavas no período de 1890, cuja taxa na Sérvia, por exemplo, rondava os

1 A taxa bruta de nupcialidade é calculada pela relação entre o número de casamentos de um determinado ano e o número médio da população, multiplicado por mil.

11,4‰ (Cascão, [s. d.], v.5, p.427). Em Montevidéu a taxa de nupcialidade foi de 15,4‰ em 1791, caindo para 12,9‰ em 1810 (Caballero, 1987, p.306). Em Curitiba, no ano de 1803, esse índice foi de 9,9%, valor que se compatibiliza com os demais resultados apresentados (Kubo, 1974, p.77). Não obstante, Campinas teve uma alta ainda mais surpreendente, e esse índice atingiu 22,7‰ em 1814! Mais uma vez nota-se o aumento populacional empurrando, por assim dizer, o número de casamentos para cima. Casamentos gerando nascimentos que resultam em novos casamentos. Esse ciclo, portanto, deve ser bem estudado para que se verifique em que condições casavam as pessoas em Campinas, a fim de que houvesse elevadas taxas de natalidade.

Para a análise da nupcialidade, o Sygap efetua diversos cálculos que possibilitam o conhecimento de certos parâmetros que permitem melhor estudar as características da população livre que tinha condições de contrair o matrimônio. Neste estudo, inicia-se pela idade média dos cônjuges quando do primeiro casamento como elemento importante para entender a elevada fecundidade.

A idade ao casar

A idade média dos cônjuges ao primeiro casamento (Tabela 23) mostra que poucos foram os homens que vieram a contrair matrimônio antes dos 15 anos. A maioria dos casais estudados (46,2%) uniu-se entre 15 e 24 anos, no caso dos homens, e dos 12 aos 19 anos, no caso das mulheres (69,5%). A idade média de 23,4 anos para os homens e 17,4 anos de idade para as mulheres vem confirmar essa tendência, que contribuiu para um elevado coeficiente da fecundidade.

Esses números diferem de outras realidades, como a dos curitibanos, em que a idade média ao primeiro casamento foi maior: para os homens chegou a 27 anos, enquanto as mulheres casavam aos 21 anos (Burmester, 1981, p.136, 144). Em São João Del Rei, entre o período de 1771 e 1850, em estudo sobre a família, Silvia Brügger (2002, p.106) demonstrou que a idade média das noivas ao casar era de 20,2 anos, ao passo que os noivos tinham 27,2 anos, embora entre

Tabela 23 – Idade média dos cônjuges ao primeiro casamento (Campinas, 1774-1850)

Mulheres	**Homens**										
	12-14	**15-19**	**20-24**	**25-29**	**30-34**	**35-39**	**40-44**	**45-49**	**50+**	**Ind.**	**TOTAL**
12-14	5	101	62	36	14	7	2	1	2	124	**354**
15-19	1	88	68	36	25	6	4	1	3	70	**302**
20-24		20	37	18	13	3	2	1	1	30	**125**
25-29	1	8	4	8	3	4	1	1		14	**44**
30-34	1	1		4			1			9	**16**
35-39		1							2	2	**5**
40-44											
45-49									1		**1**
50 +					1						
Indeterm.		26	20	8	2		1			39	**96**
Total	**8**	**245**	**191**	**110**	**58**	**20**	**11**	**4**	**9**	**288**	**944**

Média dos homens: 23,4	Média das mulheres: 17,4	Desvio padrão dos homens: 7,7	Desvio padrão das mulheres: 5,9

Fonte: Registros Paroquiais (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – ACMC).
Rejeições: 2 = 517; 3 = 103.
2 = A data de casamento é desconhecida.
3 = A união possui uma data de casamento que foi atribuída.

intervalos de tempo menores essas médias variaram: por exemplo, de 1750 a 1760 a idade média das mulheres ao casar foi de 16,8 anos.

Informações de vários viajantes estrangeiros, por sua vez, colaboram para a existência de padrões diferenciados em relação à idade ao casar entre europeus e americanos. No sul dos Estados Unidos, por exemplo, as moças casavam-se aos 20 anos, enquanto os rapazes, aos 26. No Brasil, um viajante disse o seguinte a respeito desse assunto: "Quando estiver com catorze anos ela (a mulher) saberá tudo a respeito das coisas que se supõe que uma inglesa não saberá até que esteja casada" (Quintaneiro, 1995, p.97, 102).

Outros estudos sobre a realidade norte-americana também enfatizaram casamentos relativamente prematuros em relação à Europa

setecentista. Em Andover, Massachusetts, a idade do primeiro casamento das mulheres variou de 18 a 22,7 anos entre os anos 1650 e 1699, números que se comparam a outras localidades daquela mesma colônia, como Plymouth, onde a idade média foi de 21,3 anos (1650-1675), ou ainda como Dedham, onde, entre 1640 e 1690, a idade média era de 22,5 anos (Greven Jr., 1995, p.34).[2]

O casamento precoce, especialmente para as mulheres, poderia assegurar uma descendência longa, como demonstraram as idades ao casar das mulheres de Curitiba e, especialmente, de Campinas. Tais padrões diferem grandemente da realidade europeia ocidental, cujo modelo "praticamente único na história mundial" era o do casamento tardio, onde nas zonas rurais a idade média do casamento era de 27 ou 28 anos para os homens, e de 25 ou 26 anos para as mulheres, e isso desde 1600 até o final do século XIX (Anderson, 1984, p.14; Cascão, [s. d.], p.428). Não obstante, nos últimos anos esse modelo demográfico pré-industrial da Europa Ocidental tem sido questionado por diversos estudos surgidos em algumas localidades, como Bélgica, Itália e Espanha, em que a elevada idade dos noivos ao se casarem se dava em algumas zonas, porém não em todas. Tais diferenças vêm em resposta a distintas condições econômicas, como a estrutura de posse da terra, a estrutura social e ocupacional, bem como o sistema de herança (Hareven, 1995, p.121; Cascão, [s. d.[, p.428). Por exemplo, lembra François Lebrun ([197?], p.38) que entre os duques e pares o casamento precoce era a regra. As mulheres se casavam em média aos 18, e os homens, aos 21 anos.

No caso italiano, ficou patente a existência de três padrões distintos, enfatizando a importante diferença regional. Nos centros urbanos do norte e do sul da Itália as mulheres se casavam aos 27 ou 28 anos, enquanto os homens, aos 31. Por sua vez, áreas rurais no centro da Península acompanhavam a tendência de casamento tardio, ao passo que nos latifúndios do sul a população dessa região casava-se mais cedo: as mulheres aos 20 anos, e os homens, entre 23 e 24 anos de idade (Rettaroli, 1990, p.422-2; Barbagli e Kertzer, 1990, p.375).

---

2 Conforme a p.119 do citado livro, os homens em Andover casaram-se entre 26 e 27 anos.

Em Meulan, região central da França, ao longo do período estudado (1660-1869), as variações foram pequenas: de 26,5 anos para os homens entre 1660-1739, e 28 anos entre 1765-1789; para as mulheres, respectivamente, 25,1 e 26,3 anos. O autor apontou que uma mudança significativa operou após 1790, quando a idade média das mulheres ao casar baixou para 23,4 anos entre 1840-1869 (Lachiver, 1969, p.138).

Esse exemplo denota um comportamento demográfico bem diferente desse que se está apresentando para Campinas e que certamente se adapta mais a condições geográficas e econômicas, bem como políticas, onde os interesses povoadores dos nossos governantes do passado se ajustaram com a preocupação pela consolidação do domínio territorial por meio do povoamento.

Tabela 24 – Idade combinada dos cônjuges ao casar (Campinas, 1774-1850)

Mulheres	**Homens**										
	12-14	**15-19**	**20-24**	**25-29**	**30-34**	**35-39**	**40-44**	**45-49**	**50+**	**Ind.**	**TOTAL**
12-14	5	102	63	37	15	9	5	3	9	130	378
15-19	1	89	73	38	26	11	4	2	5	70	319
20-24		20	39	19	14	7	4	3	7	33	146
25-29	1	9	5	9	4	8	2	1	1	17	57
30-34	1	1	1	7	1	1	1		1	9	23
35-39		1	1		1	1			3	2	9
40-44									2		2
45-49									1	1	2
50 +					1			1			2
Indeterm.		26	20	9	4		2	1	6	41	109
Total	**8**	**248**	**202**	**119**	**66**	**37**	**18**	**11**	**35**	**303**	**1.047**

Média dos homens: 25,5	Média das mulheres: 17,8	Desvio padrão dos homens: 10,5	Desvio padrão das mulheres: 6,4

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Rejeições: 2 = 517.
2 = A data de casamento é inválida ou o código de união não é válido.

Quando analisada a idade média ao casar, segundo a Tabela 24, nota-se um pequeno aumento nessas médias, uma vez que entram nesse grupo aqueles que ficaram viúvos e voltaram a se casar. No entanto, a pequena diferença apenas salienta que o período entre a viuvez e um segundo casamento era curto. Além disso, a Tabela 24 reforça a tendência predominante de um homem mais velho se casar com uma mulher mais jovem, sendo poucos os casos em contrário. Além disso, esses números se aproximam muito dos obtidos para um estudo sobre a família Junqueira, em que sua autora, Lucila Reis Brioschi (1985, p.124-5), demonstrou que a idade das mulheres daquela família ao se casar ficou em torno de 17 anos, enquanto a idade dos homens foi de 25 anos.

A idade dos cônjuges no primeiro nascimento recenseado confirma a tendência de que, em média, a maioria dos casais teve o primeiro filho até completar o 24º mês de casados, ou seja, que a mulher demorava dois anos para vir a gerar seu primeiro filho, o que vem confirmar os resultados dos intervalos protogenésicos. Portanto, a idade média das mulheres ao terem o primeiro filho era baixa, próxima de 19 anos, mesmo se comparada com a vila de Ubatuba, onde as mulheres se casavam cedo, isto é, com a idade média de 20,8 anos (Marcílio, 1986, p.150). Em Campinas, a amostragem revelou que 54% das mulheres que se casaram entre 1774 e 1850 tiveram seu primeiro filho até os 19 anos, o que colaborou para a geração de numerosa descendência.

Por sua vez, a idade média dos cônjuges quando do nascimento do último filho (Tabela 25) demonstra, de certa forma, o período que efetivamente as mulheres se mantiveram fecundas. Se os homens tinham cerca de 40 anos de idade ao gerar o último filho, suas companheiras tinham 31,4 anos de idade. Ao examinar a faixa de idade de ambos os sexos, fica patente a tendência de que as mais jovens tinham de iniciar cedo a geração de sua prole, mas também a interrompiam mais brevemente, enquanto as que se casavam mais tardiamente tendiam a procriar por mais tempo. Essa foi a razão de se obter entre as mulheres que se casaram entre 30 e 44 anos o índice de 43,7%. Esse tempo, no entanto, era limitado pela natureza, isto

é, pelas condições que manifestavam a menopausa, razão pela qual se encontram apenas treze mulheres, casadas com 50 anos ou mais, que tiveram seu último filho nessa idade. Isso demonstra, mais uma vez, que a idade ao casar foi um fator fundamental para constituir uma família numerosa.

Tabela 25 – Idade combinada dos cônjuges no último nascimento recenseado (Campinas, 1774-1850)

Mulheres	**Homens**										
	12-14	**15-19**	**20-24**	**25-29**	**30-34**	**35-39**	**40-44**	**45-49**	**50+**	**Ind.**	**TOTAL**
12-14		2	2	5	2				1	11	23
15-19		10	20	18	8	8	2		3	51	120
20-24		4	25	25	24	10	11	7	13	46	165
25-29		1	2	43	40	30	10	13	14	44	197
30-34			4	10	39	48	29	22	26	27	205
35-39			2	3	16	47	60	24	40	16	208
40-44			2		4	9	40	50	46	7	158
45-49						1	4	12	25	1	43
50 +					1			1	9	2	13
Indeterm.		3	4	22	16	11	14	3	15	87	175
Total	**0**	**20**	**61**	**126**	**150**	**164**	**170**	**132**	**192**	**292**	**1.307**

Média dos homens: 40,2	Média das mulheres: 31,4	Desvio padrão dos homens: 11,3	Desvio padrão das mulheres: 9,6

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Rejeições: 2 = 256; 4 = 1.
2 = A união não tem filhos.
4 = O código da data de nascimento do último filho não é válida.

A duração da união

Dada a elevada mortalidade que grassava nos séculos XVIII e XIX, saber o tempo de existência de um casal é um importante fator para se medir sua provável descendência. Em Crulai, por

exemplo, mais da metade das uniões (51,5%) era rompida antes de completarem quinze anos, o que implicava uma duração fecunda dos casais bem menor do que a observada para Campinas (Lebrun, [197?], p.54).

Tabela 26 – Duração da união (Campinas, 1774-1850)

Idade ao casar	HOMENS		MULHERES	
	Nº de uniões	Duração (anos)	Nº de uniões	Duração (anos)
12-14	5	18,55	178	23,78
15-19	135	29,94	144	26,34
20-24	115	26,37	89	22,98
25-29	62	25,73	26	23,19
30-34	36	22,76	14	22,02
35-39	30	21,64	5	10,23
40-44	13	20,56	1	34,89
45-49	8	28,44	–	–
50 ou +	24	11,6	–	–
Indeterm.	75	11,73	46	17,73
TOTAL	**503**	**23,63**	**503**	**23,63**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Rejeições: 2 = 517; 3 = 544.
2 = A data de união é inexistente ou seu código é inválido.
3 = A data de fim de união é inexistente ou seu código é inválido.

Ao estudar as informações sobre a duração da união (Tabela 26) nota-se a influência da idade ao casar sobre homens e mulheres e percebe-se que os que vieram a se casar com até 14 anos não foram os que tiveram maior longevidade, mas sim aqueles que vieram a contrair núpcias entre 15 e 19 anos. Para esses, a duração média entre homens foi de quase 30 anos, enquanto para as mulheres foi de 26,34 anos, ambas superiores à média geral, que foi de 23,6 anos. Isso demonstra novamente que o fator idade foi o principal elemento modificador da fecundidade. Assim, as uniões entre jovens eram as que provavelmente constituiriam numerosa prole. A lógica

dessa tendência era a de que, quanto mais tarde se casassem, menos tempo viviam juntos os casais. Porém havia exceções, como um caso de uma mulher que se casou aos 40 anos e viveu mais 35 anos ao lado de seu marido.

Mais uma vez o exemplo da população inglesa vem alertar para padrões diferenciados entre europeus e americanos. A possibilidade da exploração de grandes territórios destinados à ocupação dos colonizadores, no caso dos segundos, poderia influir nos padrões demográficos das populações.[3] Assim, segundo Stone (1979, p.46), a duração média do casamento na Inglaterra do início dos tempos modernos era de, provavelmente, dezessete a vinte anos, outro fator que repercutiu no tamanho final da família inglesa.

Por isso pouco mais de 50% dos homens e quase 82% das mulheres casaram-se até a idade de 24 anos, o que reforça as informações anteriormente postas em relação à idade ao casar e ao conceber o primeiro filho, demonstrando assim uma das causas das elevadas taxas de fecundidade encontradas para Campinas, conforme visto na Tabela 8.

A duração fecunda da união, por sua vez, retrata o tempo que efetivamente esses casais despenderam na gestação de sua prole, não incluídos aí os intervalos entre os nascimentos (Tabela 27).

A partir do primeiro nascimento, e também a partir do casamento, pode ser medida a duração fecunda de um casal para identificar as uniões que conceberam filhos na fase pré-nupcial. Os resultados se mostraram muito próximos, indicando poucas uniões desse tipo. Além disso, nota-se que os homens mantiveram sua fecundidade por mais tempo, se comparada à fecundidade feminina, que diminuiu de forma mais acelerada com o aumento da idade. Assim, uma mulher casada aos 15 anos poderia vir a ter uns dezessete ou dezoito filhos, enquanto outra mulher casada aos 25 anos teria aproximadamente doze filhos.

---

3 Segundo Flandrin (1992, p.210), o fato que mais favorece a explicação de uma explosão demográfica no Canadá é a idade mais baixa ao casar, pelo menos para as mulheres.

Tabela 27 – Duração fecunda da união a partir do casamento (Campinas, 1774-1850)

Idade ao casar	Homens		Mulheres	
	Nº de uniões	Duração (anos)	Nº de uniões	Duração (anos)
12-14	5	12,44	281	12,4
15-19	190	13,97	216	12,89
20-24	143	12,8	106	10,91
25-29	81	12,99	29	9,62
30-34	48	12,14	12	6,06
35-39	28	8,6	4	3,87
40-44	13	12,7	–	–
45-49	9	12,47	–	–
50 ou +	17	6,9	1	2,35
Indeterm.	170	8,93	55	9,83
Total	**704**	**11,84**	**704**	**11,84**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Rejeições: 2 = 517; 3 = 249; 4 = 94.
2 = A união não tem data de casamento ou seu código é válido.
3 = A união não tem filhos.
4 = A união possui ao menos um filho sem data exata ou com código inválido.

Comparando a duração média de um casal com sua duração fecunda a partir do casamento (tabelas 26 e 27), nota-se que praticamente metade do tempo de uma união era destinada à procriação, e a outra metade era gasta entre os nascimentos. Por isso, conhecer esses intervalos, como já se fez, é importante para entender o ritmo de nascimentos de uma família.

Quando examinado o estado matrimonial (Tabela 28), nota-se com clareza que os casamentos eram preferencialmente realizados entre celibatários (90,5% dos casos) e que a união entre duas pessoas viúvas era algo raro.[4] A viuvez para os homens era resolvida mais facilmente, pois dos casamentos em que havia ao menos uma pessoa viúva, 127 deles eram constituídas por homens nessa condição (8,2%).

4 Em estudo sobre Curitiba, os casamentos entre celibatários corresponderam a 87,9% dos noivos, sendo 7,1% de recasamentos entre viúvos e noivas celibatárias, valores que se aproximam de Campinas (cf. Kubo, 1974, p.83).

Tabela 28 – Estado matrimonial dos cônjuges por sexo (Campinas, 1774-1850)

Mulheres	**Homens**		
	Celibatário	**Viúvo**	**Total**
Celibatária	1.416	127	1.543
Viúva	18	3	21
Total	**1.434**	**130**	**1.564**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Em estudo sobre casamentos e recasamentos em algumas localidades brasileiras, Marcílio (1981, p.367) encontrou uma tendência semelhante à apontada pelos resultados aqui apresentados. No entanto, as relações entre noivos celibatários variaram de 81% em Jundiaí até o máximo de 86% em Niterói. Para Franca e Batatais, em São Paulo, também foram encontrados índices elevados: 87,1% e 86,5%, respectivamente (Brioschi et al., 1999, p.249-50). Informações como essas para várias localidades na Espanha mostraram uma maior participação dos viúvos nos recasamentos, e em torno de 70% dos matrimônios em Mocejón eram compostos apenas de celibatários, e 68% em Medina del Campo, enquanto valores mais expressivos foram encontrados em Cuenca, com 78%, e 85% em Rías Bajas. A população de Los Molinos, por sua vez, demonstrou a menor participação dos celibatários nos casamentos, o que implicou uma forte proporção de viúvos e viúvas que voltaram a se casar: em torno de 63% (Ortiz, 1991, p.73-4).

A menor presença de viúvos no mercado matrimonial das localidades brasileiras não deve ter incomodado os pretendentes solteiros, já que não se encontram referências aos "charivari", comuns em várias partes da Europa e documentados por textos e gravuras que ilustraram tais costumes populares.[5]

5 "O charivari é um barulho confuso feito pelas pessoas de baixo estrato com frigideiras, bacias, tachos e outros utensílios próprios para fazer barulho, com algazarra e gritos para fazer injúria a alguém que se casa e que desposa uma pessoa com grande diferença de idade e particularmente quando são segundas núpcias" (Lebrun, [197?], p.57).

A frequência do recasamento confirma a maior facilidade de um homem viúvo vir a casar-se novamente (Tabela 29). As mulheres mais jovens, isto é, até 24 anos, superavam as mais velhas, o mesmo acontecendo com os homens, embora não na mesma proporção. Percebe-se que de quatro viúvos com idade entre 15 e 19 anos, todos se casaram.

Tabela 29 – Frequência do recasamento e duração da viuvez (Campinas, 1774-1850)

Idade da viuvez	Mulheres			Homens		
	Nº de uniões	Frequência	Duração (meses)	Nº de uniões	Frequência	Duração (meses)
12-14	6	33,33	26,5	–	–	–
15-19	7	14,29	19	4	100	33,25
20-24	29	20,69	65,5	11	72,73	36
25-29	36	11,11	17,33	20	60	39,27
30-34	42	11,9	28,4	23	56,52	31,92
35-39	36	5,56	82,5	33	63,64	44,81
40-44	58	0	–	34	47,06	39,31
45-49	42	0	–	29	41,38	44,42
50-54	55	0	–	26	46,15	27,08
55-59	53	0	–	23	39,13	8,78
60 +	120	0	–	38	21,05	12,29
Indeterm.	77	1,3	7	55	25,45	53
Total	**561**	**3,74**	**41,55**	**296**	**43,58**	**36,28**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Rejeições: 2 = 705; 3 = 2.
2 = A data de fim de união é inexistente ou seu código é inválido.
3 = O sexo do cônjuge sobrevivente não pôde ser definido.

Após os 40 anos de idade, para a mulher era praticamente impossível se casar, a menos que viesse a "comprar" um marido, como fez dona Joana Maria de Deus, que, apesar de sua avançada idade, casou-se com José Correia de Camargo, 24 anos mais jovem. Veja-se o que ela disse em seu testamento:

> Declaro que me resolvo a contrair outra vez o estado de Matrimonio com José Correia de Camargo y sendo eu já de idade sexagenária e havendo netos filhos dos meus filhos [...] pessoa que bem administrou o Engenho e lavoura (sic) Contratei com dito meu marido nesta consideração Recebi como administrador e feitor [...] (sic) com o qual salário e trabalho se tem acrescentado muito aproveitado os bens do meu casal nos quais ele dito meu marido não tem Comunhão alguma Cujo contrato fiz com ele antes do consorcio. Declaro que da minha terça de que tenho somente (sic) instituo por meu herdeiro dela ao dito meu marido José Correia de Camargo. [...] declaro que a mesma terça que dou ao dito meu marido já lhe doei antes de nosso consorcio e por isso agora confirmo a mesma doação. Sem que de tal doação exista outro titulo anterior ao casamento...[6]

Mas as condições das mulheres viúvas em Montevidéu revelaram que as possibilidades de tornarem a se casar eram bem maiores que a dos homens. De 4.058 matrimônios registrados naquela localidade entre 1727 e 1810, 675 correspondiam a viúvas. O autor da pesquisa, Bernd Schröter (1996, p.69-85), destacou o caráter fronteiriço da região, que era composta de porto, exércitos e sede governamental, o que provocava um excesso de varões, que geravam uma pressão sobre as mulheres a fim de que decidissem pelo casamento.

O tempo de casar

O mês de fevereiro, como aponta a Tabela 30, foi aquele em que houve maior número de casamentos, uma tendência muito frequente entre o mundo católico, uma vez que tal mês precede o pe-

---

6 Lista Nominativa de Habitantes de Campinas, 1829, 3ª Cia, fogo 90 (Arquivo Edgard Leuenroth [AEL] – Unicamp); Testamento, 1838, Tribunal da Justiça de Campinas (TJC), 1º Of., Cx. 82, nº 1.947, p.5 (Centro de Memória da Unicamp – CMU).

ríodo sagrado da Quaresma, que corresponde aos quarenta dias que antecedem à Páscoa. Algo semelhante podemos dizer do mês de novembro, em virtude do Advento, as três semanas que precedem ao Natal, e que, portanto, era um tempo dito "proibido" para se sacramentar o matrimônio, tanto que os casamentos realizados nesse período não recebiam as bênçãos nupciais, isso acontecendo só após esse interdito, como pudemos depreender da leitura dos próprios registros. Enfim, o fato de haver uma concentração do número de casamentos nos meses de fevereiro, janeiro e novembro (34,5% dos casamentos registrados entre 1774 e 1850) revel a preocupação da população para com os ritos sagrados da Igreja.[7]

Tabela 30 – Movimento sazonal de casamentos (Campinas, 1774-1850)

Mês	1774-1799			1800-1825			1826-1850		
	Números absolutos	%	Números diários	Números absolutos	%	Números diários	Números absolutos	%	Números diários
Janeiro	18	9,4	0,6	149	12,2	4,8	154	11,3	4,9
Fevereiro	21	11	0,7	178	14,5	6,3	144	10,6	5,2
Março	0	0	0	29	2,4	0,9	36	2,7	1,2
Abril	16	8,4	0,5	47	3,8	1,6	103	7,5	3,4
Maio	20	10,5	0,6	92	7,5	3,1	139	10,2	4,5
Junho	19	9,9	0,6	100	8,2	3,3	136	10	4,5
Julho	20	10,5	0,6	110	9	3,6	103	7,5	3,3
Agosto	19	9,9	0,6	114	9,3	3,7	116	8,5	3,7
Setembro	15	7,8	0,5	110	9	3,6	96	7,1	3,2
Outubro	8	4,2	0,3	106	8,7	3,4	120	8,8	3,8
Novembro	25	13,1	0,8	159	13,1	5,3	109	8	3,6
Dezembro	10	5,3	0,3	28	2,3	0,9	107	7,8	3,5
Total	**191**	**100**	**0,52**	**1.222**	**100**	**3,34**	**1.363**	**100**	**3,73**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

7 Como observou Lebrun ([197?], p. 44), nos meses de novembro e fevereiro era como se "as pessoas se tenham atirado aos altares".

Como uma consequência da observância dessas festas religiosas, os casamentos nos meses de março e dezembro eram em pequeno número, chegando a atingir apenas 7,5% do total das cerimônias do período que estamos analisando.

Uma comparação desse comportamento religioso observado em diversas localidades do Brasil e da França mostra que esses meses eram os que figuravam como os mais (fevereiro, novembro e janeiro) e menos procurados (março, abril e dezembro), como indica a Tabela 31.

Tabela 31 – Movimento sazonal comparado dos casamentos (Diversas localidades)[8]

Localidades	Período de observação	meses					
		1	2	3	10	11	12
Campinas	1774-1850	Fev.	Nov.	Jan.	Abr.	Dez.	Mar.
Crulai (França)	1675-1798	Nov.	Fev.	Jan.	Abr.	Mar.	Dez.
Curitiba (Paraná)	1731-1798	Fev.	Nov.	Jul.	Abr.	Dez.	Mar.
Curitiba (Paraná)	1801-1850	Fev.	Jun.	Jan.	Abr.	Dez.	Mar.
N. Sra. da Lapa (Paraná)	1769-1818	Jun.	Jul.	Ago.	Nov.	Dez.	Mar.
Lyon (França)	1750-1774	Fev.	Jan.	Nov.	Abr.	Mar.	Dez.
Mogi das Cruzes (São Paulo)	1710-1850	Fev.	Nov.	Jan.	Abr.	Dez.	Mar.
São Paulo	1728-1850	Fev.	Maio	Set.	Abr.	Dez.	Mar.
Sorocaba (São Paulo)	1679-1830	Fev.	Nov.	Jun.	Dez.	Abr.	Mar.
Thézels-Saint-Sernin (França)	1700-1792	Fev.	Nov.	Jun.	Set.	Out.	Dez.
Ubatuba (São Paulo)	1800-1834	Set.	Fev.	Nov.	Dez.	Abr.	Mar.

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

8 Fontes das diversas localidades: Crulai, Lyon e Thézels-Saint-Sernin (apud Guillaume e Poussou, 1970, p.184); Curitiba (1731-1798) (Burmester, 1981, p.169); Curitiba (1801-1850) (Kubo, 1974, p.69); N. Sra. da Lapa (Cardoso e Nadalin, 1982). São Paulo e Mogi das Cruzes (Marcílio, 1973, p.155, 194); Sorocaba (Bacellar, 1994, p.137); Ubatuba (Marcílio, 1986, p.190).

Conforme se observa na Tabela 31, há algumas localidades que fogem a essa tendência, e assim é preciso buscar explicações particulares para cada caso. Em Ubatuba, a preferência dos noivos pelo mês de setembro adveio, segundo Marcílio (1986, p.191), das lides no campo, uma vez que de setembro até o final do ano é um período que, em razão das fortes chuvas, o trabalho era menos intenso.

Bacellar (1994, p.135), por sua vez, acredita que o "calendário de matrimônio parece bem mais adaptado às interdições religiosas do que à rotina da lavoura, ao longo das estações do ano", embora o caso da vila de Nossa Senhora da Lapa apareça como a grande exceção em relação aos meses com maior número de casamentos, pois junho, julho e agosto eram tidos como épocas de preparo de terras e novas roças.

Quanto às paróquias francesas, nota-se uma prescrição semelhante às localidades brasileiras, sinal de obediência às mesmas normas clericais. No entanto, os índices encontrados em países com clima temperado, como a França, são ainda maiores do que os apontados nas localidades brasileiras, e isso porque as pessoas aproveitavam o inverno como época em que os trabalhos no campo cessavam para a realização dos compromissos matrimoniais.

A escolha pela terça-feira como dia mais propício para se realizar a cerimônia (Tabela 32), em detrimento do sábado e do domingo, pode parecer estranho aos olhos de hoje, porém diversos trabalhos têm apontado para esse mesmo resultado.[9] Carlos Bacellar (1994, p.148) afirma que "o padrão de uma terça-feira dominante" se instalou em Sorocaba no período de 1801 a 1830, alcançando 34,32% do total de casamentos do período. De forma similar, quatro paróquias rurais de Gers tiveram 62,5% dos casamentos realizados na terça-feira, e somente 3,9% no sábado, enquanto a sexta-feira, considerada um dia "triste", "maldito", aparece em último lugar (Guillaume e Poussou, 1970, p.183). Em Campinas

9 Em Rouen, no século XVIII, 40% dos casamentos eram realizados na terça-feira, e 36%, no domingo, enquanto na paróquia rural de Vexin, 40% foram realizados na segunda-feira, e 46%, na terça-feira (cf. Lebrun, [197?], p.48).

nota-se algo semelhante: a terça-feira era considerada o dia mais apropriado, embora se possa perceber um movimento de queda do número de casamentos nesse dia ao longo do período em apreço, ao passo que a sexta-feira era o dia mais inconveniente, pois lembra a morte de Cristo, sendo "sobretudo dia magro o que proibia a carne na refeição da boda" (Lebrun, [197?], p.47). Paralelamente a essa diminuição, a procura pelo sábado foi aumentando, em um claro movimento de mudança de comportamento social diante do dia de casar.

Tabela 32 – Calendário semanal dos casamentos de livres em Campinas

Dia da semana	1774 – 1799		1800 – 1825		1826 – 1850	
	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
Domingo	22	11,5	76	6,2	134	9,8
Segunda	24	12,5	181	14,8	165	12,1
Terça	75	39,3	391	32	337	24,7
Quarta	20	10,5	220	18	202	14,8
Quinta	33	17,3	175	14,3	228	16,7
Sexta	6	3,2	67	5,5	109	8
Sábado	11	5,7	112	9,2	188	13,7
Total	**191**	**100**	**1.222**	**100**	**1.363**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Quando defrontados outros resultados com os obtidos para Campinas, conforme ilustrado pela Tabela 33, o predomínio da terça-feira como dia preferido para se celebrar as núpcias se faz visível em Sorocaba e Curitiba. Em Antonio Olyntho, uma colônia de imigrantes ucranianos, a terça-feira era o dia da semana em que mais se concentravam os casamentos (62,8%) no período de 1895 a 1949. Maria Luiza Andreazza (1999, p.162-3) explica que nesse caso fica clara a imposição do padre local sobre esse dia, não sem uma base religiosa para tal: o domingo, por ser dia de celebrar outros ritos, como a missa, e a quarta e a sexta-feira, por estarem associadas à Paixão e Morte de Jesus Cristo.

Tabela 33 – Dados comparativos do calendário semanal de casamentos (diversas localidades)[10]

Localidade	Dom.	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sáb.
Campinas, 1774-1850	8,4	13,3	28,9	15,9	15,7	6,5	11,2
Curitiba, 1801-1850	11	11,2	28,9	16,2	10	6,3	16,6
Sorocaba, 1679-1830	12,5	13,5	31,1	15,5	15,8	3,7	7,9
Ubatuba, 1800-1830	25,9	16,9	14,9	11,0	11,4	2	17,9

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Obs.: Dados em %.

Para Maria Luiza Marcílio (1986, p.192), os habitantes de Ubatuba preferiam o domingo ou o sábado por ser esse "um comportamento social típico das comunidades camponesas do Brasil arcaico". Sobre essa ideia, Bacellar (1994, p.149) alerta para a "impossibilidade de semelhante generalização" e que a marcante opção pela terça-feira, e não pelo domingo, o "dia do Senhor", "mostra que a penetração da religiosidade no meio colonial era considerável, evitando celebrar festas familiares neste dia", seja em Sorocaba, em Curitiba ou em Campinas.

Para concluir esta parte, pretende-se apenas dizer que esses casamentos eram realizados especialmente no período da manhã, entre 8h e 10h (Tabela 34).

Segundo Lebrun ([197?], p.48), a hora da cerimônia religiosa era regulamentada pelos estatutos sinodais, e a maior parte deles prescreviam que as cerimônias deveriam ser oficializadas no período da manhã. A falta dessa informação nos demais registros impossibilita que se faça algum tipo de comparação ao longo do período a fim de averiguar a mudança do comportamento em relação à preferência dos casamentos matutinos.

As cerimônias ao entardecer em Campinas eram raras e passaram a acontecer especialmente após 1825, e as cerimônias noturnas, isto é, após as 18 horas, foram ocorrer a partir de 1838. Uma dessas cerimônias, ocorrida às 21 horas do dia 24 de novembro de 1840,

10 Fontes das diversas localidades: Curitiba (Cardoso e Nadalin, 1982); Sorocaba (Bacellar, 1994, p.151); Ubatuba (Marcílio, 1986, p.192).

Tabela 34 – Horário dos casamentos de livres celebrados em Campinas

1792 – 1818					
Horário (Manhã)	**Nº abs.**	**%**	**Horário (Tarde)**	**Nº abs.**	**%**
08h	85	17,8	14h	31	6,5
09h	66	13,8	15h	24	5,1
10h	80	16,7	16h	14	2,9
11h	26	5,5	17h	1	0,2
12h	82	17,2	18h	0	0
Outros	49	10,3	Outros	19	4
Subtotal	388	81,3	Subtotal	89	18,7
Total números absolutos: 477			Total números relativos: 100%		

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Obs.: A informação sobre o horário das uniões não aparece nos registros posteriores.

realizou-se na casa de Francisco Egidio de Souza Aranha, um dos maiores senhores de engenho da época, onde os noivos – filhos de distintas famílias, Antonio de Campos Sales e dona Antonia Eufrozina do Amaral –, após a devida dispensa matrimonial, vieram a se casar.[11] Outro casamento foi celebrado na casa do doutor Francisco de Assis Pupo, às 20 horas do dia 30 de agosto de 1843, onde se encontravam como testemunhas o comendador Francisco Alves Machado e Luciano Teixeira Nogueira, para ratificarem o enlace do filho natural do dito comendador, Joaquim Inácio de Vasconcelos, com dona Ana Brandina de Camargo.[12] Ainda foram realizados outros casamentos às 19 horas e às 20 horas, e mais dois às 23 horas envolvendo duas viúvas, o que demonstra uma mudança nos hábitos de celebração dos matrimônios. Casamentos à noite, até mesmo à meia-noite, eram possíveis graças às dispensas especiais para isso, uma vez que em certos meios aristocráticos esse costume era comum (ibidem).

11 Registro Paroquial de Casamento, 24.11.1840. (ACMC).

12 Registro Paroquial de Casamento, 30.8.1843 (ACMC).

4
A mortalidade no Oeste Paulista

Estudar os efeitos da morte de uma população é algo extremamente importante, tendo em vista o ciclo de vida das pessoas, pois somente com essa informação poderemos entender completamente os níveis de crescimento de uma dada comunidade. A morte encerra o ciclo vital de uma pessoa, trazendo consequências importantes para a vida dos integrantes de uma família. Por exemplo, para um jovem casal de franceses do século XVIII, a morte de um filho era algo esperado, tanto que de cinco ou seis filhos que nasciam, apenas dois ou três chegavam à idade adulta, resultando, sem dúvida, na formação de uma família de tamanho reduzido (Darnton, 1986, p.40). Por sua vez, a morte dos pais podia redundar em algumas mudanças no seio da família, especialmente quando era beneficiado apenas um dos herdeiros, possibilitando a concentração da propriedade (Anderson, 1984, p.66-8).

A mortalidade adulta e infantil, portanto, é essencial para se entender como uma dada sociedade cunhava costumes relacionados não só à transmissão da herança, como também ligados aos desejos de última vontade expressos nos testamentos, sejam eles de caráter religioso – como o número de missas que deveriam ser rezadas pela alma dos mortos –, social – como a alforria concedida a alguns escravos – ou econômico –, como a forma de distribuição da terça.

As informações sobre o falecimento de uma pessoa como nós conhecemos hoje em dia indicam o surgimento de uma preocupação por parte do Estado que data de uma época recente, quando os europeus começaram a sofrer os problemas generalizados do acúmulo de pessoas nas cidades, fruto do avanço da Revolução Industrial na Inglaterra, na França e na Alemanha. Assim, esses países iniciaram a implantação de políticas públicas de saúde, que visavam "um sistema muito mais completo de observação da morbidade do que os simples quadros de nascimento e morte" (Foucault, 1986, p.83).

No Brasil, segundo Marcílio (1992-1993, p.61), as fontes do século XIX não são uniformes, além de lacunares em muitos pontos, como os quadros de mortalidade do ano de 1864, que deixaram de mencionar as doenças. Por isso, o uso dos registros paroquiais para estudos de caráter demográfico tem sido feito por diversos pesquisadores, que, na falta de uma documentação adequada, têm se valido desses documentos para apurar resultados que têm ajudado a dimensionar os aspectos da realidade passada no que concerne à mortalidade.

Antes de dar início ao estudo da morte em Campinas durante os anos em que foi uma freguesia e vila, deve-se dizer que entre essa população livre que estamos estudando encontramos elementos oriundos da população escrava, isto é, os forros. Não obstante, em virtude da baixa representatividade destes no conjunto da população, resolvemos estudá-los de forma agrupada.[1]

Se já demonstramos a importância do processo migratório para o desenvolvimento da população campineira (Teixeira, 2002), cumpre aqui avaliar um outro aspecto muito importante para se determinar o aumento dessa população, que é a mortalidade. Opondo o nível de nascimentos ao da mortalidade obtém-se aquilo que os demógrafos chamam de crescimento "natural".[2] Massimo Livi Bacci (1984, p.71) afirmou que a diferença entre os dois fenômenos

1 No estudo de Aparecida da Glória Aissar (1980, p.57), a autora encontrou apenas 1,65% do total de óbitos correspondentes aos negros livres. Na presente pesquisa, os forros representaram apenas 1,1% do total de óbitos.

2 A taxa de crescimento natural é o resultado da diferença entre a taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade.

"raramente" ultrapassa cinco unidades por mil habitantes, e dentro de um quadro assim a população levaria 142 anos para dobrar seu tamanho, fato que não ocorreu em Campinas, uma vez que a população livre dobrou em um prazo muito menor, proporcionando uma dinâmica demográfica complexa.[3]

Estabelecer, portanto, os padrões de mortalidade é uma forma de atingir o conhecimento dos níveis de reprodução de uma dada população. Para a Campinas de 1794 a taxa bruta de mortalidade foi calculada em aproximadamente 17‰, número que desencadearia um crescimento natural na população da ordem de 36‰.[4] Esse elevadíssimo incremento se repetiu no ano de 1814. Embora a taxa de mortalidade tenha sido de 38‰, o crescimento natural resultou em 32‰. Ao traçar um paralelo com Curitiba, notamos uma proximidade dos resultados para o ano de 1803, quando a taxa bruta de mortalidade atingiu a marca de 16,3‰, e o crescimento natural foi da ordem de 31,1‰ (Kubo, 1974, p.77). Não descartamos que o sub-registro dos óbitos necessariamente force uma tendência de alta na taxa de crescimento natural e que a fragilidade dos dados existentes para Campinas tenha supervalorizado os números apresentados. Porém, uma vez que o exemplo de Curitiba sinalizou a possibilidade de outros padrões de aumento populacional, avalia-se que este pode ter ocorrido para Campinas e outras partes do Brasil.[5]

---

3 A título de ilustração, entre os anos de 1774 e 1794, ou seja, no período de vinte anos, a população livre em Campinas mais que triplicou, passando de 388 para 1.364 pessoas. Entre 1794 e 1814 a mesma população mais que duplicou seu tamanho.

4 A taxa bruta de mortalidade é calculada pela relação entre o número total de óbitos em um dado ano pela média da população do ano, multiplicado por mil habitantes. Em Portugal, após 1860, a taxa de mortalidade da população em anos normais situava-se entre 21‰ e 24‰, e em anos de crise aguda, os valores eram superiores a 30‰ (cf. Cascão, [s. d.], v.5, p.430.) Por sua vez, as taxas de crescimento de alguns países europeus no ano 1800 foram as seguintes: Inglaterra, 10,6‰; Alemanha, 14,5‰; Áustria, 13,8‰; e França, apenas 3‰ (Bacci, 1999, p.138).

5 Alguns autores apontam para o problema do sub-registro dos óbitos no Brasil ainda durante o século XX, alertando para o cuidado quando se trabalha com

Os registros de óbitos

Uma vez que se está trabalhando com os registros de óbitos, é importante salientar alguns aspectos que dizem respeito à informação sobre a idade ao morrer. Em primeiro lugar, com frequência os registros, ao informarem a idade, usam a expressão "pouco mais ou menos", indicando que a informação era aproximada. Isso é válido tanto para pessoas adultas como para crianças, o que implica um arredondamento dos números, como no registro de Salvador Jorge Chaves, que tinha "setenta e tantos anos",[6] ou o de "Maria menor de idade de um mês mais, ou menos".[7] Em tais casos, nossa postura foi de fixar a idade indicada no valor que consideramos seguro, ou seja, de acordo com os exemplos acima, em 70 anos e em 1 mês, respectivamente.

Em segundo lugar, queremos dizer que decorrente do problema de se aproximar a idade da pessoa falecida, encontramos uma concentração de óbitos nas idades de 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80 e 90 anos, o que certamente não nos impede de classificar os óbitos por faixa etária, mas nos alerta quanto a esse problema (Nozoe e Costa, 1992).[8]

Finalmente, um terceiro e último ponto: a existência de certos termos empregados que dificultam a identificação da idade. No caso de adultos, aparece a expressão "mulher de" ou "marido de", indicando o estado conjugal, mas não fornecendo nenhum dado quanto à idade "mais ou menos" precisa. Para as crianças aparecem outros termos, como o caso de Manuel, "de menor idade, que tinha sido exposto". Nesse exemplo não se precisa se "menor idade" correspondia a dias ou meses, daí a impossibilidade de enquadrar esses

---

os dados, por exemplo, dos registros civis de óbitos (cf. Szwarcwald, 1997, p.508).

6 Registro Paroquial de Óbito, 2.1.1788 (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – ACMC).

7 Registro Paroquial de Óbito, 25.11.1788 (ACMC).

8 Nesse estudo específico sobre a frequência das idades em documentos dos séculos XVIII e XIX fica patente a "atração pelo algarismo final 0".

casos nas análises das faixas etárias, o mesmo acontecendo para as crianças que foram indicadas como "inocente", "de idade recente", de "menor idade" e "párvulo".

A expressão mais usada pelos notários, no entanto, foi a de "recém-nascido", indicando sem dúvida uma morte prematura que aceita-se ter ocorrido até o oitavo dia de nascimento, isso para efeito dos cálculos das tabelas 36 e 37. O critério para adotar tal postura advém da ordem para que as crianças fossem "batizadas até os oito dias depois de nascidas", segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (Vide, 1719, p.14). Ilustra esse procedimento o caso de Vicente, "recém-nascido" que morreu em 5.11.1778 sem ter sido batizado.[9] Outros casos, no entanto, como a história de Francisco, filho de José Álvares de Oliveira e de Tereza da Cunha Lobo, "recém-nascido", que foi batizado no dia 5.2.1778 e morreu três dias depois, mostram que o cruzamento dos registros de batismos com os de óbitos pode revelar o período de vida de alguns recém-nascidos que chegaram a sobreviver algum tempo após o batismo.[10]

Para os casos dos recém-nascidos que foram batizados após o ano de 1799, o cruzamento de fontes é beneficiado porque o livro de batismo passa a indicar a data de nascimento, o que possibilitou averiguar a diferença entre o dia de nascimento e o dia de batismo até 1812. O resultado dessa informação permitiu verificar que de 2.179 batismos, 16,4% das crianças foram batizadas entre o primeiro e o sétimo dia de vida, enquanto no oitavo dia foram 43,2%.

---

9 Registro Paroquial de Óbito, 5.11.1778. Podem-se citar outros exemplos de óbitos como este: Bento, 21.1.1779; Ana, 11.5.1780; Maria, 12.5.1780; Maria, 12.8.1781; José, 9.11.1786; Maria, 27.1.1788; Maria, 22.5.1793; João, 6.9.1797; Ângela, 20.4.1800; Inácio, 11.8.1804 (ACMC).

10 Registro Paroquial de Batismo, 5.2.1778, e de Óbito, 8.2.1778. Outros casos ilustram a mesma situação: Francisco, Batismo, 15.7.1782, e Óbito, 16.7.1782; Ana, Batismo, 3.10.1790, e Óbito, 5.10.1790; João, Batismo, 15.4.1798, e Óbito, 18.4.1798; Joaquim, Batismo, 4.11.1798, e Óbito. 5.11.1798; João, batizado e falecido no dia 20.11.1798; Salvador, Batismo, 21.4.1799, e Óbito 22.4.1799; Leonel, exposto em casa de Silvério Teixeira dos Santos em 28.5.1799, foi batizado em 2.6.1799 e faleceu no dia seguinte, 3.6.1799 (ACMC).

Entre o nono e o décimo dia foram batizadas 17,9% crianças, e do décimo primeiro até o décimo quinto dia, mais 17,1%. Ou seja, cerca de 1.300 batismos (59,6%) foram realizados até o oitavo dia, respeitando assim as determinações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, e outras 760 crianças foram batizadas até o décimo quinto dia, atingindo um total de 94,6% das crianças batizadas, o que também estava em conformidade com as Constituições Primeiras: que diziam: "E se em outros oito dias seguintes as não fizerem batizar, pagarão a mesma pena (dez tostões) em dobro" (Vide, 1719, p.14).[11]

Além disso, dos óbitos dos recém-nascidos que foram batizados, e que constavam a data de nascimento, encontra-se a maior parte vivendo em média quinze dias após o nascimento.[12] Assim, pode-se dizer que nem todos os "recém-nascidos" arrolados pelos vigários correspondiam a crianças que morreram na primeira semana de vida. Esse fato levou a computar a morte de um recém-nascido entre o nono dia de vida e o décimo quinto, conforme se observa na Tabela 36.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia autorizavam o batismo em casa "quando por necessidade", isto é, "todas as vezes que houver justa, e racionável causa", mesmo que um pároco não estivesse presente, pois "importa muito que todas as pessoas

---

11 Para Batatais, no entanto, houve um predomínio de crianças batizadas com 1 mês (23%), e apenas 17,1% o foram antes desse período, o que demonstra outro comportamento da população daquela localidade, que estava situada mais no sertão paulista (cf. Brioschi et al., 1999, p.258).

12 A seguir destacam-se os casos encontrados: Maria, nascida 1.1.1802, batizada no dia 6 e falecida em 16.1.1802; Antonio, nascido 12.6.1802, batizado no dia 21 e falecido em 23.6.1802; Ana, nascida 3.7.1803, batizada e falecida em 9.7.1803; Manuel, nascido em 13.8.1803, batizado em 16, e falecido em 24.8.1803; Benta, nascida em 4.8.1803, batizada em 24 e falecida em 28.8.1803; Manuel, nascido em 14.9.1803, batizado em 18 e falecido em 23.9.1803; Joaquim, nascido em 21.9.1803, batizado em 28.9, e falecido em 6.10.1803; José, nascido em 1.2.1804, batizado no dia 5.2 e falecido em 10.2.1804; Vicência, nascida em 20.1.1804, batizada em 27.1.1804 e falecida em 13.2.1804.

saibam administrar o Santo Sacramento do Batismo, para que não aconteça morrer alguma criança, ou adulto sem ele, por se não saber a forma" (Vide, 1719, p.14, 17, 25). Diante disso, os vigários, curas, coadjutores e capelães eram estimulados a ensinar "frequentemente a seus fregueses como hão de batizar em caso de necessidade; e as palavras da forma em Latim, e em Português, especialmente as parteiras" (ibidem, p.25). O registro de óbito de José retrata a importância de tais recomendações, uma vez que ele "foi batizado em casa porque nasceu em perigo, como tal logo a poucas horas morreu".[13]

Outra prática que também encontramos recomendada nas Constituições Primeiras pode ser exemplificada pelo registro de batismo de 3.5.1793, onde se afirma que o vigário fez "os exorcismos ao inocente Joaquim" e lhe pôs "os Santos óleos somente por ser batizado em casa *in extremis*" (ibidem, p.14).

Os exemplos citados retratam que a Igreja Católica em Campinas, representada pelos vários vigários que a dirigiram, foi responsável por anotar com fidelidade os sacramentos recebidos pelos seus fiéis, cumprindo assim com as determinações estabelecidas pelas Primeiras Constituições do Arcebispado da Bahia, que mandavam "a todas as pessoas, assim Eclesiásticas, como seculares, ensinem, ou façam ensinar a Doutrina Cristã á sua família [...], para que o Pároco lhes ensine os Artigos da Fé, para saberem bem crer; [...] e os sete Sacramentos, para que dignamente os recebam", dos quais o batismo, o matrimônio, a eucaristia, a penitência e a extrema-unção (essas três últimas retratadas nos registros de óbitos) confirmam um padrão de administração eclesiástica inaugurada pelo Concílio Tridentino (ibidem, p.3, 28).

---

13 Registro Paroquial de Óbito, 12.9.1798. Somam-se vários casos em que crianças foram batizadas "por perigo de morte" por pessoas que não eram clérigos, conforme autorizavam as Constituições Primeiras: 24.8.1774; 28.5.1775; 24.2.1781; 1.1.1782; 2.1.1785; 2.1.1786; 13.1.1787; 1.4.1787; 7.12.1788; 12.5.1789; 25.7.1789; 3.6.1790; 30.11.1800; 7.11.1802; 9.12.1803; 8.1.1804; 8.7.1804; 16.12.1804; 29.9.1805; 8.12.1805; 13.4.1806; 10.5.1806; 9.11.1806; 1.5.1807; 2.2.1808 (ACMC).

Dos muitos casos que se pôde saber a diferença entre o dia de nascimento e o dia de batismo, apenas 5,4% corresponderam aos casos em que houve batismo após quinze dias de vida. Levando-se em consideração a vida no sertão, pode-se dizer que esse obstáculo não era de todo um agravante para o cumprimento dos deveres religiosos. Por exemplo, Mariana foi batizada em 4.1.1801, porém ela havia nascido "no mês de novembro próximo passado no sertão do Juqueri, que por impedimento não se batizou mais cedo". Em outro batismo, o vigário pôs os "santos óleos a Germano adulto filho de Gertrudes Moreira e de pai incógnito, por me dizer a mesma mãe Gertrudes Moreira que o filho não estava batizado por ter nascido e ser criado nas matas da vila Nova de Bragança".[14]

"O nascimento, a morte. Tudo o que o homem realiza, vivendo normalmente entre esses dois limites, estampa a marca da religião" (Febvre, 1978, p.42). Esse comentário de Lucien Febvre acerca do importante papel da Igreja na vida dos europeus pode ser estendido ao Brasil do século XVIII e início do XIX, onde as práticas cristãs do batismo e da extrema-unção representavam que ao menos o homem livre vivia imerso nesse mundo religioso. A leitura do início do testamento de José da Silva Novaes pode ajudar a perceber esse universo místico, porém real aos olhos dos habitantes daquele tempo.

> Em nome da Santíssima Trindade. Padre, Filho e Espírito Santo três pessoas distintas, e um só Deus verdadeiro. Saibam quantos este instrumento de testamento virem, que sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e trinta, aos trinta de abril do dito ano. Eu, José da Silva Novaes estando enfermo, porém em meu perfeito juízo, mas temendo-me da morte e querendo por minha alma no Caminho da Salvação, visto ignorar quando Deus será servido levar-me para si, faço este meu Testamento na forma seguinte: primeiramente encomendo a

14 Registros Paroquiais de Batismo, 4.1.1801 e 11.5.1799, respectivamente (ACMC).

minha alma a Santíssima Trindade, que a criou, e rogo ao Eterno Pai pela morte e Paixão de seu Unigênito Filho Nosso Senhor Jesus Cristo, e queira receber, porque como verdadeiro Cristão protesto viver e morrer na Santa fé católica, e em cuja fé espero salvar-me.[15]

A mortalidade em Campinas

Para Carlos Welti (1997, p.77), uma das variáveis mais importantes no estudo populacional é a idade, pois toda a variável demográfica, sem exceção, tem um comportamento diferencial por meio das idades. Assim, ao analisar uma distribuição da taxa de mortalidade segundo a idade, se pode observar e compreender mais claramente as variações ocorridas em função das idades. Em Campinas, as taxas de mortalidade se mostraram bastante elevadas, seja para os homens, seja mesmo para as mulheres, conforme observado pela Tabela 35. Além disso, pode-se notar que a mortalidade dos jovens e adultos jovens é significativamente mais reduzida que a da população infantil e anciã. Esse padrão de alta mortalidade se justifica, em grande medida, pela precariedade das condições de saúde de então. Daí o indicador da esperança de vida[16] ser muito importante, pois nota-se que, ao nascer, era baixíssima a possibilidade de sobrevivência dessas crianças, especialmente antes de atingirem o primeiro ano de vida. Na verdade, até o quarto ano de vida, a incerteza da existência rondava os lares daqueles que tinham crianças, pois somente com o passar dos anos esse espectro poderia desaparecer, não por completo, uma vez que a mortalidade para aqueles que atingiam os 10 anos ainda era alta.

---

15 Testamento de José da Silva Novaes, 1830, TJC, 1º Of. (Centro de Memória da Unicamp).

16 A esperança de vida aqui assinalada e apresentada na Tabela 35 é uma estimativa do número médio de anos que restariam para uma pessoa viver se as condições de mortalidade ao momento do cálculo permanecessem constantes.

Tabela 35 – Taxa de mortalidade e de esperança de vida por sexo (Campinas, 1774-1850)

Grupos de idade	Homens		Mulheres	
	tm	ev	tm	ev
-1	909	1,43	909	1,31
1-4	685	9,75	716	8,37
5-9	320	22,33	274	20,29
10-14	182	27,9	148	21,84
15-19	204	27,66	327	20,47
20-24	140	28,47	143	23,64
25-29	54	28,19	167	23,34
30-34	143	25,76	160	20,63
35-39	100	23,34	95	22,09
40-44	185	20,95	211	16,67
45-49	91	22,51	67	14,5
50-54	50	17,09	357	13,13
55-59	263	12,09	222	11,67
60-64	143	11,88	429	11,25
65-69	500	6,25	500	15
70-74	667	5	0	7,5
75-79	500	2,5	500	2,5
80 +	1.000	0	1.000	0

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Obs.: tm = taxa de mortalidade; ev = esperança de vida.
Rejeições para os homens: 2 = 6.037; 3 = 1.229; 4 = 1.427; Total de 8.693.
Rejeições para as mulheres: 2 = 6.024; 3 = 1.254; 4 = 1.548; Total de 8.826.
2 = O sexo do indivíduo é diferente do escolhido para análise.
3 = A data de nascimento do indivíduo é desconhecida.
4 = A data de nascimento foi atribuída.

A expectativa de vida dos campineiros não diferia muito dos ingleses, que, segundo Stone (1979, p.55), era de 32 anos para os nascidos em 1640. Portugueses, espanhóis e italianos também tinham uma duração média de vida baixa, em torno de 31 anos, ao passo que os habitantes ao norte da Europa viviam em torno de 45 anos (Cascão, [s. d.], p.430). Parece que as mesmas causas podem estar

na base das explicações que indiquem tais comportamentos, como doenças contagiosas, falta de cuidados higiênicos elementares para com os alimentos e água consumida, entre outros.

Ao avaliar a esperança de vida entre homens e mulheres, pode-se afirmar que durante quase todo o período de vida os homens foram mais privilegiados, diferentemente daquilo que ocorre nos dias de hoje, em que a mulher tem uma expectativa de vida maior que o homem. Isso decorreu, portanto, desse contexto de mortalidade elevada, em que a expectativa de vida era baixa. Ao observar os óbitos na faixa de 15 a 19 anos de idade, encontram-se os índices mais altos para as mulheres que poderiam dar à luz uma criança, podendo indicar uma mortalidade materna relativamente importante para a época, pela precariedade dos recursos para assistir as gestantes durante o trabalho de parto.

É importante assinalar, ainda, que era no período de 20 a 29 anos que tanto o homem como a mulher atingiam a maior esperança de vida. No caso do primeiro, isso ocorria por volta dos 28 anos, ao passo que, para as mulheres, isso se dava com pouco mais de 23 anos de idade.

Os conselhos da Igreja para que se batizassem as crianças até o oitavo dia estavam relacionados aos elevados índices de mortalidade infantil nos primeiros dias de vida (cf. tabelas 36 e 38). A mortalidade neonatal precoce,[17] isto é, aquela que ocorre até o sétimo dia de vida da criança, foi aqui prejudicada porque muitos recém-nascidos não tiveram sua data de nascimento especificada, conforme alertado anteriormente. Mesmo assim pode-se notar seu peso no cômputo da mortalidade ocorrida no primeiro mês de vida, demonstrando a ocorrência de doenças que levavam prematuramente as crianças e, muitas vezes, as próprias mães a falecer.

17 A mortalidade neonatal é aquela parte da mortalidade infantil que ocorre durante os primeiros 28 dias de vida, enquanto a mortalidade neonatal precoce se restringe à primeira semana de vida.

Tabela 36 – Mortalidade infantil por grupos de idade (Campinas, 1774-1850)

Idade ao morrer		Número de óbitos					
		1774-1794		1795-1819		1832-1850	
		Total	%	Total	%	Total	%
1 mês	Até 7 dias	22	36,2	11	1,3	89	
	8-15 dias	28	46,1	404	45	228	30,3
	16-28 dias	1	1,6	80	9	73	9,7
	2 meses	2	3,3	79	8,7	75	10
	3 meses	2	3,2	63	7	41	5,4
	4 meses	2	3,2	60	6,6	36	4,8
	5 meses	0	0	41	4,6	28	3,7
	6 meses	1	1,6	66	7,4	43	5,8
	7 meses	1	1,6	18	2	20	2,6
	8 meses	1	1,6	23	2,5	29	3,9
	9 meses	0	0	19	2,1	27	3,7
	10 meses	0	0	25	2,8	32	4,2
	11 meses	1	1,6	8	1	30	4
	Total	61	100	897	100	751	100

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Obs.: 1774-1794: Foram incluídos entre os óbitos de até 8 dias 21 "inocentes", e nos óbitos de 9 a 15 dias 27 "recém-nascidos". Não foram incluídas uma criança de "idade recente", treze de "menor idade" e duas "párvulos".
1795-1819: Foram incluídos entre os óbitos de até 8 dias 4 "inocentes", e entre os nascidos entre 9 e 15 dias 371 "recém-nascidos". Não foram incluídas 1 criança "menor idade" e 34 "párvulos".
1832-1850: Foram incluídos entre os óbitos de 9 a 15 dias 165 "recém-nascidos". Não foram incluídos 2 "inocentes", 6 de "menor idade", 55 "párvulos" e 1 "*in extremis*".

Pela Tabela 36 nota-se uma mortalidade neonatal altíssima para o período de 1774 a 1794, que foi da ordem de quase 84% dos óbitos infantis. As informações que a referida tabela apresenta a partir de 1795, por sua vez, mostram um maior volume de casos que indicam uma posição mais próxima da realidade, uma vez que foram apurados 897 casos até 1819 e mais 751 óbitos entre 1832 e 1850. No entanto, a mortalidade neonatal ainda se mostrou muito elevada, uma vez que, de 1795 a 1819, das crianças que nasceram nesse período, morreram 55,3%, e outras 51,9%, entre 1832 e 1850. Essa

tendência reforça a ideia de um padrão de mortalidade muito alto nos primeiros dias de vida de uma criança.

Segundo alguns autores que estudaram a mortalidade infantil brasileira no século XX, as principais causas de falecimento das crianças no primeiro mês de vida, isto é, na fase neonatal, são aquelas relacionadas aos fatores "perinatais e às anomalias congênitas", ao passo que as mortes do período tardio, ou pós-neonatal, resultariam de "doenças infecciosas e à desnutrição" (Szwarcwald, 1997, p.506-8).

Trabalhos relacionados à mortalidade neonatal apontaram, contudo, causas diferentes para as distintas fases desse período. Por exemplo, no caso de óbitos dos neonatais precoces, isto é, o das crianças com até uma semana de vida, os problemas de ordem respiratória seriam dos mais importantes (Leal e Szwarcwald, 1996, p.243-52), ao passo que, "Tal como a mortalidade pós-neonatal, a mortalidade de 7 a 27 dias era explicada em grande parte pelas doenças infecciosas, destacadamente as doenças diarreicas e pneumonias, em interação simbiótica com as deficiências nutricionais" (ibidem, 1997, p.460).

Assim, sociedades como a campineira do século XIX, em que o conhecimento do corpo humano e de sua interação com o meio era extremamente pequeno e as condições de apoio ao parto eram extremamente precárias, crianças nascidas prematuramente vinham a morrer muito rapidamente, uma vez que a imaturidade pulmonar comprometia a função respiratória da criança, importante para a sobrevivência do neonato. Além disso, as más condições higienos-sanitárias e várias doenças maternas, como hipertensão, diabetes e sífilis, tornavam o quadro mais assustador não só para as crianças como também para suas mães.

À medida que aumentava a idade, diminuíam proporcionalmente os óbitos de crianças (Tabela 36), em uma clara relação entre mortalidade e tempo. Em uma época em que os recursos médicos praticamente inexistiam, as diferenças entre as camadas sociais, nesse aspecto, se faziam quase nulas. Assim, o filho de um senhor de engenho poderia ter o mesmo destino que o filho de um agregado seu.

A Tabela 37 apresenta as taxas de mortalidade infantil para alguns anos da primeira metade do século XIX, que são compostas pelas taxas de mortalidade neonatal e pós-neonatal, ou mortalidade infantil tardia, como também é chamada. Para os anos estudados, os resultados confirmam essa expectativa de um alto peso relativo da mortalidade neonatal, que em alguns casos chegou a 50% dos óbitos infantis.

Tabela 37 – Evolução da mortalidade infantil (Campinas, 1800-1850)

Anos	Taxa de mortalidade[18]			Peso relativo da mortalidade neonatal
	Infantil	Neonatal	Pós-neonatal	
1800	112	40	72	35,7%
1810	182,1	77,5	104,6	42,5%
1819	150	56,6	93,4	37,7%
1833	100,6	50,3	50,3	50%
1840	187,6	95,2	92,4	50,7%
1850	128,2	46,1	82,1	35,9%

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

A Tabela 38 confirma o peso dessa alta mortalidade infantil e revela que esta foi responsável por 31,5% do total de óbitos no período de 1774 a 1794, de 37% no período de 1795 a 1819, e de 29,5% entre 1832 e 1850. Em Franca, por exemplo, a mortalidade na faixa dos nascidos de até 12 meses chegou a atingir 25% do total de óbitos no período de 1800 a 1850 (Aissar, 1980, p.61).[19] Dos franceses nascidos nos séculos XVII e XVIII, perto da metade morriam entre o

18 A taxa de mortalidade infantil (TMI) foi calculada pela relação entre o número de óbitos de crianças menores de 1 ano e o número de nascidos vivos, na base de mil nascidos vivos. O mesmo cálculo foi feito para as taxas de mortalidade neonatal (Tneo) e pós-neonatal (Tpós), levando-se em consideração apenas os óbitos ocorridos nos primeiros 28 dias para o primeiro caso, enquanto que no segundo caso subtrai do total de óbitos infantis o número de mortos no período neonatal.

19 Até o ano de 1820, em Franca, a mortalidade infantil foi de 30%, enquanto que em Batatais foi de 22,4% (cf. Brioschi et al., 1999, p.267).

nascimento e os 10 anos, fato que também pode ser observado para Campinas (Lebrun [197?], p.132).

Tabela 38 – Mortalidade por grupos etários (Campinas, 1774-1850)

Grupos etários	Número de óbitos					
	1774-1794		1795-1819		1832-1850	
	Total	%	Total	%	Total	%
< de 1 ano	75	31,5	930	37,1	814	29,5
1 a 9 anos	25	10,5	674	26,8	792	28,6
10 a 19 anos	21	8,8	94	3,7	113	4,1
20 a 29 anos	25	10,5	128	5,1	149	5,3
30 a 39 anos	12	5	145	5,7	175	6,3
40 a 49 anos	18	7,6	137	5,4	183	6,6
50 a 59 anos	16	6,7	119	4,7	214	7,7
60 a 69 anos	15	6,3	124	5	173	6,3
70 a 79 anos	19	8	95	3,8	77	2,7
80 anos e +	12	5,1	69	2,7	83	2,9
Total	238	100	2.515	100	2.773	100

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Obs.: Não foram computados 514 casos de óbitos para os quais não constam referências à idade.
A lacuna entre 1819 e 1832 se deve ao fato de haver sido perdido o livro 3 de óbitos.

Para resumir os resultados da Tabela 38, pode-se citar o comentário feito por alguém que viveu nesse período e que, portanto, estava acostumado com essas taxas de mortalidade altíssimas.

> A vitalidade que é mais débil no instante do nascimento vai se aumentando. Passado este termo pode-se apostar três contra um, que o recém-nascido chegará a um ano, e no caso de aposta igual, que não viverá mais de 8 anos. Alcançando porém o período do segundo ano pode-se apostar seis contra um, que chegará ao terceiro, e, igual a igual, que há de viver trinta e três anos. Até a idade

de 10 anos completos, e entre os 10 e 16 é quando a vida está mais segura. (Müller, 1978, p.197)

O que Daniel Pedro Müller deixou de registrar é que a "vitalidade", após os 50 anos, vai deixando de existir, e assim o ciclo da vida se encerra. O Gráfico 15 apresenta um formato de "U" que indica a elevada mortalidade nos extremos da cadeia da vida, tanto para homens quanto para mulheres, embora para a faixa etária de 70 a 74 anos indicada nesse gráfico não haja óbitos de mulheres, o que explica a queda brusca ali indicada.

Tal comportamento também se mostrou em Portugal, onde o elevadíssimo peso da mortalidade infantil e juvenil dizia respeito a óbitos de crianças de até 7 anos em uma proporção de quase 45% (Cascão, [s. d.], v.5, p.430).[20]
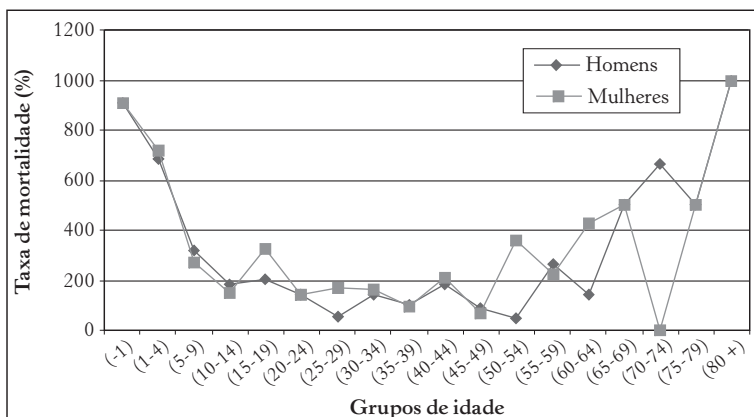
Gráfico 15 – Taxa de mortalidade por sexo (Campinas, 1774-1850)
Fonte: Tabela 35.

20 Em Franca, de 1813 a 1820 foram registrados 49,3% dos óbitos de livres até os 9 anos de idade, enquanto em Batatais, no período de 1814 a 1829 esse índice foi de 50,4%, vindo a cair para 36,5% entre os anos de 1830 e 1849 e elevando-se nos períodos posteriores (cf. Brioschi, 1999, p.268-9, tabelas 17, 18 e 19).

Foram esparsas as informações encontradas sobre as causas da mortalidade, comprovando o caráter lacônico do documento ou até mesmo a falta de compreensão sobre a importância de tais informações por parte daqueles que as recebiam. O resultado aponta para apenas 43 relatos sobre a *causa mortis*, sendo mais frequente a de que o indivíduo morreu "de repente". A violência no meio rural também foi destacada nos casos em que apontaram o uso de armas para justificar a morte de alguém, como o caso de um indivíduo que morreu por "um tiro de espingarda", ou em razão da morte por "facadas". Joaquim Lima da Silva foi violentamente "morto a pancadas e enterrado no mato pelo matador", diz o registro de óbito de 19.5.1800. Sobre doenças contagiosas, tem-se apenas um relato que indica o falecimento do jovem Gaspar "por morrer de bexigas e estar... corrupto".[21] Deve-se assinalar que a primeira informação que se tem sobre uma epidemia de varíola data de 1855, seguida por uma outra em 1875, enquanto as piores epidemias para a população da cidade ocorreram no final do século XIX, nas quais se fez sentir a mortalidade devida a crise pela febre amarela (Lapa, 1996, p.250-9). Morrer "mordido de cobra" era outro risco que corriam aqueles que moravam no sertão. Embora a violência esteja aqui retratada por esses casos, pode-se dizer que ela não era generalizada, uma vez que de todos os óbitos levantados, apenas 6,6% relatam que as pessoas morreram "sem sacramento algum".

No caso da mortalidade ocorrida nos primeiros dias de vida, embora já tenham sido apontadas algumas razões, pode-se citar o "mal de sete dias", ou seja, o tétano, bem como as doenças infecciosas e parasitárias, como coqueluche, difteria e os vários tipos de febre. Entre a população jovem de 0 a 20 anos em Franca, as doenças infecciosas e parasitárias foram as que mais assolaram aquela população, sendo responsáveis por 25,5% do total de óbitos (Aissar, 1980, p.67).

---

21 Registro Paroquial de Óbito, 2.1.1776 (ACMC). "Bexigas" era o termo popular e até mesmo jornalístico usado para a varíola.

Ao tratar das causas de mortalidade no Rio de Janeiro durante o período imperial, Marcílio (1992-1993, p.63) afirmou que o primeiro motivo era a tuberculose, seguida pelas diarreias, por febres, pela broncopneumonia, pelo tétano, por doenças do coração, pela hepatite, pela sífilis e outras. Já nos casos das moléstias epidêmicas surgiram varíola, sarampo, febre amarela, cólera, escarlatina, crupe, coqueluche, tifo e gripe. Por sua vez, ao estudar a mortalidade diferencial em Vila Rica, Iraci Costa (1976, p.255) detectou que não houve grande discrepância entre livres, escravos e forros, ao menos no que dizia respeito à incidência de moléstias. No entanto, quando se examinaram as taxas de mortalidade dos diversos grupos, estas se mostraram desfavoráveis aos elementos de condição social inferior.

Em Curitiba, Elvira Kubo (1974, p.96-100) encontrou referência a *causa mortis* em boa parte dos registros de óbitos, o que lhe permitiu traçar um perfil das doenças que mais afligiam aquela população entre 1836 e 1850. Ela concluiu que as doenças infecciosas e parasitárias foram as que mais incidiram sobre aquela população, resultado esperado, tendo em mente as precárias condições sanitárias.

Quando analisado o estado matrimonial dos indivíduos ao morrer, conforme mostra a Tabela 39, vê-se que os solteiros de até 4 anos de idade foram os responsáveis por 61,6% do total de óbitos, confirmando as elevadas taxas de mortalidade infantil para a época. Não obstante, tais informações, uma vez que apresentaram uma grande quantidade de registros não computados nos cálculos, devem fazer refletir sobre os números, pois em levantamento do estado conjugal dos falecidos (cf. Tabela A14 – Anexos), a maioria das mortes era de pessoas casadas, portanto adultos, seguidas pelas crianças e jovens solteiros, o que pode indicar um sub-registro especialmente dos menores de um ano.

O equilíbrio entre os sexos se fez presente ao morrer (cf. Tabela A15 – Anexos), embora ao estudar os casos de homens e mulheres separadamente revele-se que as mulheres casadas tendiam a morrer antes de seus parceiros, sobretudo na faixa de idade dos 14 aos 45 anos.

Tabela 39 – Estado matrimonial de homens e mulheres ao morrer. Pela faixa etária (Campinas, 1774-1850)

Idade ao morrer	**Estado matrimonial**				**Idade ao morrer**	**Estado matrimonial**			
	Solteiro	**Casado**	**Viúvo**	**Total**		**Solteiro**	**Casado**	**Viúvo**	**Total**
0-4	1.318			1.318	**55-59**	1	34	11	46
5-9	84			84	**60-64**	4	38	12	54
10-14	38	4		42	**65-69**	3	24	11	38
15-19	48	12		60	**70-74**	1	24	13	38
20-24	31	17	1	49	**75-79**	3	13	10	26
25-29	11	21		32	**80-84**		6	11	17
30-34	9	31		40	**85-59**		3	6	9
35-39	1	32	3	36	**90-94**		1	1	2
40-44	6	33	2	41	**95 +**				
45-49	2	29	3	34	**Ind.**	48	72	4	124
50-54	3	38	7	48	**Total**	1.611	432	95	2.138

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Rejeições: 9.918 indivíduos não têm data de óbito válida, e há cinco casos de indivíduos sem estado matrimonial definido.

Diferentemente do batismo e do casamento, em que as pessoas escolhem a data para tais cerimônias, a morte vem sem avisar, isto é,

> a morte é um risco que se está exposto durante toda a vida e é, ademais, um fato que ocorre uma só vez a cada pessoa. Estas características fazem que o estudo não apresente algumas complexidades próprias de outros fenômenos demográficos que são repetitivos (migração e fecundidade) ou exclusivos de certas idades ou de um sexo (fecundidade). (Welti, 1997, p.73)

Por isso o movimento mensal dos óbitos tende a ser equilibrado durante os meses do ano. No entanto, ao averiguar esse movimento mensal de óbitos em razão da idade ao morrer, nota-se algo importante, conforme se vê no Gráfico 16, ou seja, que a mortalidade infantil, representada pelos óbitos de 0 a14 anos, ocorreu princi-

palmente nos meses de verão, enquanto houve um decréscimo no período de inverno.
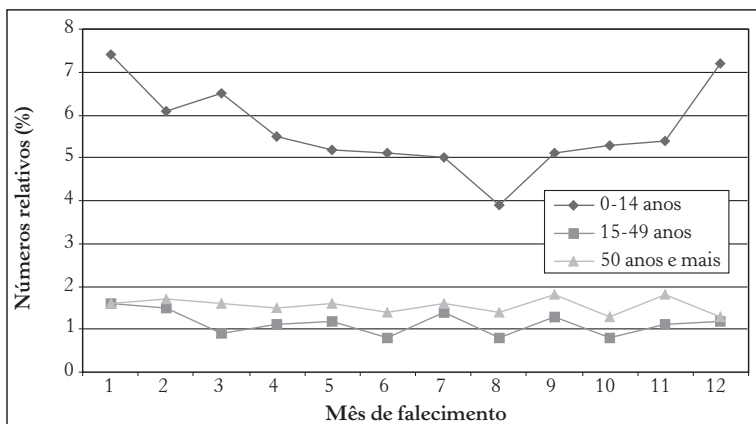
Gráfico 16 – Movimento mensal dos óbitos pelo grupo de idade ao morrer (Campinas, 1774-1850)

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC). Tabela fornecida pelo Sygap.

Rejeições: 9.925 indivíduos.

Essa tendência, também verificada para a cidade do Rio de Janeiro entre 1858 e 1867, demonstra que as crianças, em especial, eram mais suscetíveis aos meses quentes e chuvosos, que causavam "disenterias e febres de todo o tipo" e que eram o período "quando mais atacavam as epidemias" (Marcílio, 1992-1993, p.59). François Lebrun ([197?], p.134) lembra que, especialmente nos recém-nascidos, os meses quentes causavam a desidratação.

Por sua vez, entre as pessoas de 15 a 49 anos houve pequenas flutuações ao longo do ano, porém não indicando nenhuma correlação com as estações climáticas e nem mesmo com os períodos de trabalho mais intenso. Entre aquelas pessoas com mais de 50 anos de idade as variações foram ainda menores, formando praticamente uma linha retilínea ao longo do ano.

Enfim, fatores de ordem climática, de idade e condição social foram apontados como variáveis que determinavam as mudanças nas taxas de mortalidade. Entretanto, não se pode esquecer de que

outros elementos podiam modificar tais quadros, como as crises de abastecimento, as quais eram responsáveis pela subnutrição de boa parte da população, que se tornava refém das epidemias, como mostrou o caso da mortalidade em São Martinho de Penafiel, em Portugal (Santos, 1998, p.175-89).

Tabela 40 – Taxa bruta de mortalidade (Campinas, 1774-1836)

Ano	Taxa bruta de mortalidade
1774	15,4‰
1794	16,8‰
1798	38,2‰
1806	49,9‰
1812	27,6‰
1814	38,1‰
1836*	42,2‰

Fonte: Mapa Geral de Habitantes (AEL – Unicamp). Registros Paroquiais (ACMC).

* Dados extraídos de Müller (1978, p.139, 178). Müller indicou 52 casamentos, 311 nascimentos e 117 óbitos da população livre. Nossa pesquisa apontou 58 registros de casamentos, 311 nascimentos e 112 óbitos de livres. Em razão dessa pequena diferença, a taxa de mortalidade de 1836 baixaria para 40,4‰.

Finalmente, as informações da Tabela 40, que serviram de base para as considerações iniciais deste capítulo, permitem algumas ponderações quando se atenta para o período da freguesia (1774 e 1794), pois os índices apontam um equilíbrio, com pouca variação entre os anos estudados. Não obstante, os valores calculados para os anos que retratam momentos da vila de Campinas são muito superiores aos da freguesia.

Podemos, ainda, observar que de 1798 a 1836 as flutuações da taxa de mortalidade são muito nítidas, apresentando variações entre os índices que vão de 10,5% (mínimo: entre 1812 e 1814) a 22,3% (máximo: entre 1806 e 1812). Essas modificações da taxa de mortalidade levam a reforçar a ideia de que fluxos migratórios contribuíram muito para o desenvolvimento da vila campineira. Assim, o valor da taxa de mortalidade de 1812 poderia ser explicado a partir do crescimento populacional que teria ocorrido nos anos

anteriores, quando então teríamos um aumento "artificial" dessa população graças aos imigrantes e a uma mortalidade proporcionalmente menor em relação ao momento anterior à chegada de um contingente de imigrantes. De forma análoga, poder-se-ia obter uma taxa de mortalidade mais elevada se em um dado momento houvesse a saída de habitantes da vila.

Pode-se enfatizar, a despeito das hipóteses levantadas, que o aumento das taxas de mortalidade refletiu o adensamento populacional sofrido por Campinas no momento em que se estabeleceu uma agricultura voltada para a exportação e que se concretizou com a instauração do sistema de *plantation* da cana-de-açúcar.

O último desejo: legado e disposição testamentária diante da morte

Os registros paroquiais de óbitos levam a pensar a morte não somente do ponto de vista estatístico, mas como um fenômeno social pelo qual todos os vivos terão de passar, cedo ou tarde. No entanto, para captar a representação desse momento na vida das pessoas que morreram em Campinas nos séculos XVIII e XIX é preciso incorporar os testamentos ao rol de fontes para o estudo das atitudes do homem diante da morte.

Alguns padres, ao escreverem os assentos de óbitos, faziam menção à existência de testamentos à margem dos livros. Porém, em alguns casos tem-se parte das transcrições daqueles, ou seja, trechos relativos aos desejos pios. Por exemplo, o primeiro testamento encontrado no livro de óbitos data de 16.2.1785. Nele, seu autor, o capitão Domingos Teixeira Vilela, pedia o seguinte:

> Com testamento aprovado, no qual deixou por seus testamenteiros a sua mulher dona Angela Izabel Nogueira, e seus filhos Domingos Teixeira Nogueira, e Joaquim José Teixeira; e declarou que José da Silva Barros, morador em Sabará, lhe deve por crédito a quantia de sessenta e dois mil réis, a qual cobrada que seja, deter-

minou se dê a metade a nossa Senhora da Conceição dessa Freguesia por assim ter prometido [...]: também declarou que lhe deve João Pereira Bastos, morador em a Natividade, Comarca de Goiás quarenta mil réis por crédito, os quais cobrados que sejam se dê a metade a mesma Senhora da Conceição dessa Freguesia: também declarou que desse da sua fazenda reservava a sua terça que por direito lhe é concedido: e dela dispôs do modo seguinte:= Em primeiro lugar determino se dê a Nossa Senhora da Conceição dessa Freguesia dez mil réis de esmola para as suas obras: deixo mais pela minha Alma cinquenta missas; pela Alma de meu Pai cinco missas; pela Alma de minha Mãe cinco; pelas Almas de quatro irmãos vinte Missas; e pelas Almas do Purgatório cinco Missas; mais pela Alma de um meu Irmão cinco Missas: declaro que se além desses sufrágios que mando fazer restar ainda alguma coisa de minha terça, determino fique a minha mulher: [...] declaro que o meu corpo será sepultado dentro desta Igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas logo no meio da porta principal, e será amortalhado com o hábito de meu Padre [...] e meu corpo será acompanhado pelo meu Reverendo vigário= Declarou que era natural da Freguesia da vila de Tarrega (?), termo e Comarca da vila de Chavez, filho legítimo de Antonio Teixeira, e de sua mulher Mariana Gonçalves [...] o testamento foi aberto por mim para dar cumprimento ao funeral do falecido, por não haver nesta Freguesia Juiz ordinário, e achar-se na vila de Jundiaí, que dista oito léguas: [...] para constar fiz esse assento, em que me assino.

Vigário André da Rocha de Abreu[22]

O primeiro livro de óbitos, que abrange o período de 1774 a 1806, relatou apenas treze casos como esse, e dependendo do padre que realizou o registro, a menção ao testamento é mais sumária, impossibilitando qualquer estudo acerca do conteúdo dos testamentos.

22 Testamento de Domingos Teixeira Vilela. Registro Paroquial de Óbito, 16.2.1785 (ACMC).

Já o segundo livro de óbitos (1806-1819) declarou a existência de 24 testadores de um conjunto de óbitos que foi de 1.764. Isso mostra que eram relativamente poucos aqueles que prescreviam suas últimas vontades com alguma antecedência. Nos livros quarto e quinto de óbitos, que compreendem o período de 1832 a 1850, essa prática se reduziu ainda mais, e encontram-se apenas oito notícias acerca da existência de testamentos, dos quais muitos foram encontrados no Centro de Memória da Unicamp. Em Lisboa, por exemplo, o total de testadores foi de 8% em 1790, índice abaixo do encontrado para Paris, que foi entre 10% e 15% (Araújo, 1997, p.46).

O testamento do capitão Domingos Teixeira Vilela é exemplar porque mostra claramente a relação de seu parentesco, constituído a partir de uma família legítima, tanto aquela fundada por seus pais como a que foi fundada por ele mesmo com sua mulher, dona Angela. Ela e seus filhos estavam agora, como testamenteiros, prontos a garantir a satisfação de seus últimos desejos enquanto filho espiritual da "Santa Igreja de Roma",[23] dos quais se destacam as doações para com a igreja da freguesia e a preocupação para com o destino dos mortos, isto é, a vida das almas no além, quer estivessem no purgatório, quer no céu. Aliás, deve-se destacar que suas doações para a igreja constituíam-se em uma forma de garantir sua entrada no paraíso, evitando os horrores do inferno e do purgatório.[24]

23 Avaliando 1.273 testamentos encontrados em Lisboa entre 1700 e 1831, Ana Cristina Araújo (1997, p.119) observou que "o testamenteiro é prioritariamente recrutado entre as pessoas da família", sendo os mais comuns os cônjuges e os filhos.

24 Segundo o livro sinodal de Gonzalo de Alba (6 de abril de 1410, Salamanca), existem cinco lugares de destino das almas, quando se passam desta vida, quer seja: o paraíso, o limbo dos padres, o limbo das crianças, o purgatório e o inferno. Neste último estão os que morreram em pecado mortal; no purgatório encontram-se as almas daqueles que não pagaram todos os seus pecados, e nesse caso as preces dos vivos podem ajudar as almas que estão nesse lugar; no limbo encontram-se tanto os santos padres como as almas das crianças que morreram sem o batismo, não padecendo as penas dos sentidos; finalmente o paraíso, lugar dos santos no qual se pode ver a Deus (cf. Bastos, 1996, p.1.130). Por sua vez, Philippe Ariès (1990, v.2, p.504) afirma que eram raras as alusões ao purgatório nos testamentos até o século XVII.

Embora muitos registros expressassem que tal pessoa "não fez testamento por ser pobre",[25] ou que "era pobre e por isso se lhe fiz o funeral gratuitamente",[26] isso apenas atesta que a função essencial do testamento, como instrumento jurídico, era dispor dos bens materiais, mas que, dadas as circunstâncias do universo mental e religioso em que as pessoas viviam, a ênfase nas disposições religiosas também apareciam como forma de completar o desejo dos viventes.

O testamento de Domingos Teixeira Vilela também demonstra duas outras preocupações dos vivos diante da morte: o local de sepultamento e a forma de ser conduzido ao local em que o corpo permanecerá sepultado.

Quanto ao local de sepultamento em Campinas, pode-se notar pela Tabela 41 que houve uma mudança significativa a partir de 1832, que foi a prática do sepultamento nos cemitérios públicos. Apesar disso, ainda muitas pessoas, especialmente pertencentes à camada social privilegiada economicamente, foram enterradas na Matriz, como dona Quitéria Maria de Jesus, falecida em 16.8.1848, ou ainda como a menina Cecília, filha do capitão Manuel Carlos Aranha e de dona Ana Tereza da Anunciação, que morreu com apenas 5 meses em 18.5.1848, contrariando aquilo que a lei promulgada pela Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo determinava, ou seja, a proibição do velho costume de enterrar os mortos no interior da igreja (Lapa, 1996, p.318).

No período de formação do povoamento de Campinas, vê-se, pela Tabela 41, que a maior parte das pessoas foi enterrada dentro da igreja, como pediu o capitão Domingos Teixeira Vilela, e algumas pessoas, como ele, determinavam o local do sepultamento: "no meio da porta principal". No entanto, ser sepultado "junto às grades desta matriz" era o desejo da maior parte daqueles que escolheram o local de sua tumba. Como atestou João José Reis (1997, p.127), as igrejas possuíam "uma geografia da morte que refletia hierarquias sociais e outras formas de segmentação coletiva".

---

25 Registro Paroquial de Óbito de José da Costa Lima, 18.9.1797 (ACMC).

26 Registro Paroquial de Óbito de Cipriano de tal, 25.5.1836 (ACMC).

Tabela 41 – Locais de sepultamento (Campinas, 1774-1850)

Local de sepultamento	1774-1799		1800-1819		1832-1850	
No adro da Matriz	148	31,1%	1.229	51%	–	–
Dentro desta Igreja	248	52,1%	288	12%	–	–
Nesta Igreja	10	2,1%	472	19,5%	89	2,9%
No cemitério	–	–	66	2,7%	2.950	95,6%
Outros locais	70	14,7%	359	14,8%	48	1,5%
Total	476	100%	2.414	100%	3.087	100%

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Boa parte dos mortos era enterrada no adro da Matriz, isto é, o lado de fora da igreja, normalmente reservado aos pobres e escravos, espaço que se tornou o principal reduto dos corpos de homens e mulheres que partiam dessa vida durante os primeiros anos do século XIX. É a partir desse mesmo período que se têm notícias sobre o enterro de pessoas no cemitério.[27]

No entanto, à medida que a vila foi crescendo, novos lugares de sepultamento para pessoas foram surgindo. Assim, além da igreja matriz e do cemitério, foram relatados casos de sepultamento no cemitério de Atibaia, na Capela de Indaiatuba, na hermida de Santa Cruz, no cemitério ou jazigo do cônego Melquior Fernandes Nunes, na Capela de Santa Bárbara, no cemitério do Engenho do Funil, no cemitério do Rozário, no cemitério do caminho de Mogi-Mirim.[28] Apesar de até 1819 o principal local de sepultamento de pessoas

27 Escolástica Pedroza foi a primeira a ser registrada como "sepultada no cemitério". Registro Paroquial de Óbito de 11.5.1808 (ACMC).

28 Aqui se apresenta a data do primeiro sepultamento registrado para cada um dos cemitérios arrolados, indicando entre parênteses o número de óbitos: cemitério de Atibaia, Maria Rodrigues 4.5.1811 (9); Capela de Indaiatuba, José 10.2.1812 (34); hermida de Santa Cruz, Francisca de Paula 18.11.1814 (1); cemitério ou jazigo do cônego Melquior Fernandes Nunes, Antonio Teixeira Camargo 13.8.1837 (36); Capela de Santa Bárbara, Joaquim Ferreira Camargo 19.5.1839 (2); cemitério do Engenho do Funil, Inácio Rodrigues 22.5.1839 (1); cemitério do Rozário, João 26.9.1846 (1); cemitério do caminho de Mogi-Mirim, Ana Teodora 5.2.1848 (1).

terem sido as dependências da igreja Matriz, não se teve notícia alguma de uma resistência por parte dos moradores para com o advento dos cemitérios em Campinas, semelhante às cemiteradas deflagradas em Salvador, como descreveu brilhantemente João José Reis (1991).

Ser enterrado com um determinado tipo de hábito também era algo importante para o homem diante da morte; afinal, esse deveria se apresentar "à corte celeste", por isso a requisição do capitão Domingos Teixeira Vilela. A informação sobre o tipo de mortalha pedida para o enterro não é apresentada de forma sistemática e, tal como os testamentos, aparecem de forma limitada. Após 1832 cresce o número de pessoas que solicitam determinadas vestes para seus funerais, sendo o mais comum a mortalha de pano branco (44), também preponderante em Salvador nos anos de 1835 (Reis, 1997, p.112). Aparece também o pano preto (27), o hábito azul e branco (6), o hábito preto com capa branca (26), bem como o hábito do Carmo (25), de São Francisco (12) e de Nossa Senhora das Dores (4). Em Lisboa, a escolha de um hábito religioso para mortalha entre os testadores decaiu ao longo do século XVIII e início do XIX, demonstrando uma clara secularização, em que "o modelo de piedade familiar, laico e fraterno, sobrepõe-se à exteriorização oficial da crença e do culto" (Araújo, 1997, p.310).[29]

Além disso, ser acompanhado por vários padres e músicos muitas vezes era o que fazia a distinção entre o funeral de um senhor de engenho e de um trabalhador comum. Por exemplo, no funeral do sargento-mor José da Rocha Camargo estiveram presentes onze padres, sendo um deles o vigário da paróquia Joaquim José Gomes, que foi seguido de músicos que cantavam com quatro vozes, acompanhados por duas rabecas e um rabecão, sendo o mestre da música Manuel José Gomes, pai do ilustre compositor Antonio Carlos Gomes.[30]

29 Em Lisboa, o hábito de São Francisco foi o escolhido pela maioria dos testadores, seguido pelo de Nossa Senhora do Carmo, sendo que ambos representavam 85% das escolhas dos testadores.

30 Inventário de José da Rocha Camargo, 1825, TJC, 1º Of., Cx. 32 e 33, nº 879 e 884 (CMU).

Como já dito, foram poucos os testamentos transcritos nos livros de óbitos, embora em vários assentos fosse assegurada a existência de um, como no caso de Albano de Almeida Lima.

> Aos vinte e dois de setembro de mil oitocentos e sete faleceu com a Penitência, Eucaristia, Extrema unção Albano de Almeida Lima de setenta anos mais ou menos, natural de Itu, casado com Ana Antonia de Toledo, fez testamento e nomeou por testamenteiros sua mulher, seu filho José de Almeida Lima e o Capitão João José da Silva: pedia que o corpo fosse amortalhado em hábito de Nossa Senhora do Carmo, que se diria uma Capela de missas pela sua alma, e que tudo mais pertinente ao seu funeral fosse a arbítrio de sua testamenteira, e que [...] dissessem missa de corpo presente pela sua alma no dia do seu falecimento: o que tudo se fez. Foi recomendado e sepultado solenemente nesta Matriz.
>
> Vigário Joaquim José Gomes[31]

Ao cruzar as informações dos dois documentos, percebe-se que ambos se confirmam, e mais, que a partir de certas informações contidas em um deles, o outro documento se complementa. Por exemplo, o registro de óbito aponta entre os testadores o capitão João José da Silva, pessoa que por sua patente já diz muita coisa, podendo ele ser compadre do dito Albano. No entanto, o testamento assegura que, além do parentesco espiritual, o capitão João é também genro do mesmo Albano, casado que foi com a segunda filha do casal, dona Ana Maria de Toledo.[32]

Dos elementos existentes no registro de óbito de Albano de Almeida Lima pode-se notar logo no início a preocupação do padre em registrar que ele recebeu todos os sacramentos necessários para obter a boa morte. Conforme se pode observar pela Tabela 42, ao longo do período estudado houve um maior número de pessoas

31 Registro Paroquial de Óbito de 22.9.1807 (ACMC).

32 Esse trabalho de cruzamento de fontes foi possível graças ao enorme acervo de inventários e testamentos existente no Centro de Memória da Unicamp.

que receberam a penitência, a eucaristia e a extrema-unção. Outro grupo, por sua vez, recebia pelo menos a penitência e a extrema-unção, revelando de forma muito clara que a maior parte da população que morria chegava a receber os sacramentos da Igreja Católica. Uma morte repentina poderia impedir o fiel de receber os sacramentos, como ocorreu com Domingas de Lima do Prado, "quando o padre estava montando a cavalo para ir consolar" e alguém avisou de que ela já era falecida.[33] Maria Leite morreu "sem sacramento algum", por morar isolada a "nove léguas sem caminho pelo rio abaixo", ou seja, mais ou menos como a distância que separava Campinas de Jundiaí.[34] Há outros tipos de morte, causados, por exemplo, por distúrbios mentais, como ocorreu com Gertrudes de Siqueira Morais, que recebeu somente o "sacramento da extrema-unção" por "morrer louca".[35]

Tabela 42 – Sacramentos (Campinas, 1774-1850)

Sacramentos	1774-1799		1800-1819		1832-1850	
Todos os sacramentos	28	5,9%	150	17,8%	452	34,1%
Penitência e extrema-unção	129	27,1%	521	61,7%	492	37,2%
Foi recomendado	169	35,5%	64	7,6%	–	–
Sem sacramento algum	45	9,4%	70	8,3%	368	27,8%
Outros	105	22,1%	39	4,6%	12	0,9%
Total	476	100%	844	100%	1.324	100%

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Obs.: Não tivemos informação sobre os sacramentos de 1.570 casos entre 1800 e 1819 e de outros 1.763 óbitos ocorridos entre 1832 e 1850.

Poucos foram os assentos de óbitos que indicaram a existência de um enterro solene, e o caso de Albano de Almeida Lima foi um deles, embora este tenha determinado que seus testamenteiros cuidassem desse aspecto do ritual, ordem muito diferente daquela

33 Registro Paroquial de Óbito de 28.8.1797 (ACMC).

34 Registro Paroquial de Óbito de 10.10.1808 (ACMC).

35 Registro Paroquial de Óbito de 2.11.1805 (ACMC).

deixada por seu filho, José de Almeida Lima, que em testamento pediu: "Meu corpo será amortalhado no meu Hábito de Terceiro da Venerável Ordem carmelitana, sepultado na Matriz, será meu corpo acompanhado por quatro Reverendos Sacerdotes com missas de corpo presente, que serão ditas pelos padres que houver nesse dia".[36]

Outro ponto mencionado pelo registro paroquial de Albano de Almeida Lima foi seu pedido por missas para sua alma. Nos testamentos, tais solicitações se estendiam de forma bastante explícita aos parentes e pessoas com quem tiveram contato durante a vida, fossem pessoas livres ou escravas, como se pode depreender do exemplo seguinte: "Mandará meu testamenteiro dizer cinquenta missas pela minha alma, assim mais duas missas pela alma de meu pai. Duas pela alma de minha [...] irmã. Duas por meus escravos falecidos; e duas por todos com quem tive negócios".[37]

No testamento do professor de retórica Estanislau José de Oliveira, falecido em 1826, há uma lista bem ampla de pessoas que estiveram presentes em sua vida, incluindo seus inimigos, conforme declaração a seguir:

> No dia do meu falecimento ou no seguinte, quando não possa ser no mesmo dia, se mandarão dizer por minha alma todas as missas de corpo presente que forem [...]. Deixo também que se digam por minha alma trezentas missas de esmola [...]. Deixo mais que se digam pelas almas de meus pais outras [...] missas de esmola ordinária, e cinquenta pela alma de meu sobrinho José Antonio, e outras cinquenta pelas almas de meus irmãos [...]. Deixo mais que se digam cinquenta missas por unção daquelas pessoas com quem tinham tido negócios para [...]; também deixo mais cinquenta missas pelas almas de certas pessoas segundo minha intenção: deixo mais cinquenta missas pela alma do Reverendo Padre Inácio Xavier Moreira Penteado [...]; Deixo mais cinquenta missas pelas almas

36 Testamento de José de Almeida Lima, 1824, TJC, 1º Of. (CMU).
37 Testamento de José de Almeida Lima, 1824, TJC, 1º Of. (CMU).

> do Purgatório, outras cinquenta pelas almas de meus escravos que faleceram em meu poder e trinta missas pelos meus inimigos e perseguidores vivos e defuntos, a quem cordialmente perdo-o para que Deus Nosso Senhor pela infinita Misericórdia se digne também perdoar-me todos os meus pecados.[38]

Como se pode notar, a prática de pedir missas por outras pessoas era uma forma de interceder por aqueles que já tinham morrido, procurando sem dúvida uma maneira de também aliviar a carga de pecados que recaía sobre cada penitente. Philippe Ariès (1990, p.506) assegura que as relações entre os vivos e as almas passaram por uma mudança sutil quando da época romântica e que "um dever de caridade coletiva em relação à massa desconhecida das almas sofredoras" tomou conta dos testamentos nesse período, e que "Do século XVII ao início do século XX, as orações pelas almas do Purgatório passam a ser a devoção mais disseminada e popular da Igreja católica". Entretanto, o pedido de missas, na verdade, era antecedido por uma série de rogos à Santíssima Trindade, seja de forma direta, seja de forma mediada pelos santos e anjos do céu. No testamento de dona Mariana Barboza de Souza ela dizia o seguinte:

> Primeiro sujeito a minha alma a Santíssima Trindade, a Nosso Senhor Jesus Cristo, a Nossa Senhora, e a Todos os Santos da Corte do Céu [...] e ao Anjo da minha Guarda aos quais rogo, queiram orar por mim quando minha alma partir deste mundo para que vá gozar a bem-aventurança a qual posso obter pelo [...] sangue de Jesus Cristo.[39]

Finalmente, uma das partes mais importantes existentes em um testamento, ao menos a partir da segunda metade do século

38 Testamento de Estanislau José de Oliveira, professor de Retórica, 1823, TJC, 1º Of. (CMU).

39 Testamento de dona Mariana Barboza de Souza, 1816, TJC, 1º Of. (CMU).

XVIII,[40] e que certamente deixava as pessoas curiosas, era a quem os testadores deixariam os seus bens.[41] Assim, a transmissão de herança variou de uma sociedade para outra em razão de costumes locais, do interesse das camadas sociais envolvidas no processo sucessório, bem como da própria organização familiar.

Estudando o sistema sucessório dos ricos senhores de engenho do Oeste Paulista, Carlos de Almeida Prado Bacellar (1997, p.147) afirmou que não só o "dote" e a "legítima" eram os únicos instrumentos causadores de desigualdades entre os herdeiros, mas também a "terça", que era o direito que um indivíduo testador tinha de "legar uma terça parte de seus bens para quem lhe aprouvesse, sem qualquer interferência de seus herdeiros".

Usar a terça para a realização de atos como a alforria de escravos ou o favorecimento de afilhados e parentes – incluindo filhos legítimos e cônjuges – era uma prática muito comum no século XIX. Eni de Mesquita Samara (1989, p.154) indicou várias classes de pessoas que foram beneficiadas em testamentos, entretanto eram os que mais próximo estavam do círculo familiar que maior ajuda recebiam. De uma amostragem que levou em consideração 337 testamentos e 591 beneficiários, 41,6% do total encontravam-se entre os parentes próximos (17,25%), os descendentes legítimos (13,53%) e os cônjuges (10,82%).

Utilizando alguns dos testamentos deixados pelas mulheres senhoras de escravos durante o século XIX em Campinas, constata-se não haver nenhuma estratégia específica em usar a terça para beneficiar determinados seguimentos de pessoas, uma vez que as preferências estavam "interligadas às relações sociais construídas por cada testador e, nesse sentido, o estado conjugal pode ter influenciado na escolha dos beneficiários" (Teixeira, 2004, p.241).

40 Digo isso porque, segundo Philippe Ariès (1988, p.47), a partir desse período houve uma mudança considerável nos testamentos, em que as cláusulas piedosas foram praticamente banidas, restando essencialmente a parte destinada à distribuição de bens.

41 Ana Cristina Araújo (1997, p.81-3) detalha a organização interna do discurso testamentário, enfatizando que essa parte é a "mais longa e complexa, porque inteiramente preenchida por cláusulas dispositivas".

Alguns exemplos que se seguirão parecem confirmar essa tendência, embora um estudo com maior número de casos possa revelar outros caminhos, como fizeram muitos celibatários e viúvos que, ao testar, procuraram beneficiar pessoas que passariam a cuidar deles em sua velhice, como foi mostrado pelo trabalho de Margarida Durães (2004, p.1-24) para a região do Minho, em Portugal, durante o período de 1720 a 1820.

Quando os testadores não tinham herdeiros forçados, era comum deixarem seu legado, isto é, a terça, para pessoas que foram próximas a eles durante a vida. Por exemplo, José de Almeida Lima, embora não tivesse muitas posses, deixou um terreno como legado ao seu sobrinho João, além de deixar a quantia de 1$000 (um mil réis) para "uma senhora órfã que mora na rua de baixo, filha de Mariana de tal, que julgo chamar-se Ana, e tem um sinal em um beiço", e outro tanto para "uma senhora de nome Jacinta viúva de João Álvares".[42]

Atos de beneficência eram comuns entre os testadores, e o favorecimento aos pobres e escravos era visto como uma forma prática de caridade. O barão de Atibaia recomendou em seu testamento que nos doze primeiros dias que se seguiriam ao seu falecimento

> se dê feriado a todos os meus escravos, a fim de que não trabalhem nesses dias. Assim como determino que nos dias em que forem aniversários da minha morte se mande dizer uma missa na fazenda do Rozário, por minha alma e que esta seja ouvida por todos os meus escravos da dita fazenda, os quais nesse dia também não trabalharão, e isto quero que se pratique pelo espaço de vinte anos.[43]

E o mesmo barão, por não ter filho algum, deixou para sua sobrinha Narcisa Josefina de Arruda a quantia de 10:000$000 (dez contos de réis), e ao sobrinho Júlio Frank de Arruda o valor de

---

42 Testamento de José de Almeida Lima, 1824, TJC, 1º Of. (CMU).

43 Testamento de Joaquim Antonio de Arruda, Barão de Atibaia, 1865, TJC, 1º Of. (CMU).

2:000$000 (dois contos de réis), valor que também foi entregue ao irmão do barão, Antonio José de Arruda. Aqui a herdeira preferida foi notada não só pelo elevado valor conferido a Narcisa, mas sobretudo porque, se a esposa do barão viesse a morrer, uma vez que ela era a legatária do remanescente, todos os bens, direitos e ações, bem como todas as produções, passariam à dita sobrinha. Curiosamente, caso semelhante foi o da baronesa de Monte Mor, dona Francisca de Paula Andrade, que, por não ter filhos, também beneficiou aos sobrinhos, sendo, nesse caso, Eliziário e Joaquina Miquelina de Andrade os eleitos para herdar a fortuna de 10:000$000 (dez contos de réis) cada um. No entanto, deve-se notar a preocupação dela com Ventura, filho de uma finada escrava, que ainda era menor de idade. Veja-se a descrição:

> A Ventura deixo cinco contos de réis, com a condição de não ficarem sujeitos a dívidas, hipotecas e quaisquer alheações, condição que se estenderá aos rendimentos e mais bens provindos dos, digo, do legado, e se falecer sem deixar filhos, passará o legado com seus acréscimos a aquele dos tutores que exercer a tutoria no tempo de sua morte. Peço que sirvam de tutores de Ventura, meu marido durante sua vida, e por sua morte sucessivamente meus manos Floriano de Camargo Penteado, Abílio de Camargo Andrade e Francisco de Camargo Penteado, aos quais peço que cuidem com esmero da educação e futuro do tutelado, que se conservará sob a tutela até que possa reger sua pessoa e bens.[44]

Embora tamanho legado possa ter causado surpresa aos parentes e demais sobrinhos que receberam menos que Ventura, a guarda do menino confiada ao marido e irmãos da baronesa conferiu certo ar de cumplicidade de algo que o testamento não revelou, mas que histórias de amores ocultos ou de amor benevolente possam endossar, uma vez que dona Francisca de Paula ainda beneficiou outros três

44 Testamento de dona Francisca de Paula Andrade, Baronesa de Monte Mor, 1866, TJC, 1º Of. (CMU).

escravos com a liberdade, além de deixar a quantia de 2:000$000 (dois contos de réis) para os pobres. Essa prática, isto é, a de conceder doações aos pobres, advém de um costume medieval que, segundo Jean-Claude Schmitt (1999, p.50), equivalia a "alimentar" simbolicamente, "com preces, a alma penada do doador que está morto".

Deixar a terça ao marido também foi uma solução encontrada para Ana Cândida Miquelina Gomide. Muito embora tenham se casado "sem condição alguma", talvez agora, no final da vida eles tivessem algo a partilhar.[45] A viúva Francisca Rufina de Moraes, também por não ter herdeiros, deixou sua terça para o crioulo Martinho, que foi alforriado em testamento.[46] Já o viúvo Florêncio da Madre de Deus, filho de Rita e de pai incógnito, deixou umas casas como legado a:

> Nossa Senhora do Rozário desta Vila para a Irmandade me mandar dizer todos os anos doze missas, seis pela minha alma, e seis por alma da dita minha falecida mulher, esta não será hipotecada em tempo algum, e os restantes dos [...] aluguéis é para renovar ou alfaiar da dita Igreja, e no tempo que haja Sacramento servirão alguns dos [...] para azeite da mesma [...]. Deixo mais quatro imagens para se por em alguns dos nixos da mesma igreja: Santa Ana com seu [...] de prata e a menina com uma coroa de prata; o Senhor Bom Jesus com seu diadema de prata; Santo Antonio com uma cruz de prata e o menino com seu [...] de prata; uma imagem do Senhor Crucificado de prata, digo sem cruz.[47]

Esses não eram os únicos bens de Florêncio, uma vez que ele legou aos dois enteados outros frutos de seu trabalho durante a vida. No entanto, parece que o apoio recebido da Irmandade dos Negros do Rozário agora foi retribuído, além de ser confirmado seu elo com essa comunidade, mesmo após sua morte. Ele também re-

45 Testamento de Ana Cândida Miquelina Gomide, 1836, TJC, 1º Of. (CMU).
46 Testamento de Francisca Rufina de Moraes, 1846, TJC, 1º Of. (CMU).
47 Testamento de Florêncio da Madre de Deus, 1828, TJC, 1º Of. (CMU).

conheceu a dedicação de Roza Vaz, que desde o falecimento de sua mulher largou seu sítio, suas casas e criações, e com muita caridade usou para com Florêncio, especialmente durante sua moléstia, e assim deixou para ela uma "morada de casas na rua de baixo".

A situação dos testadores que tiveram filhos muda um pouco em relação ao que foi apresentado até aqui, pois a maior parte dos testamentos analisados aponta para uma repartição da terça entre os filhos, homens e mulheres. Embora dona Maria Joaquina de Jesus tenha declarado que deixou sua terça para sua irmã, e dona Joana Maria de Deus a tenha destinado ao seu marido, nos casos que se verão a partilha da terça foi especialmente entre os filhos, isso porque, por exemplo, os netos entrarão nesse complexo jogo das doações.[48]

O alferes Antonio de Camargo Penteado, por exemplo, além de dar alguns escravos para suas filhas, pediu que "o restante da minha terça se repartirá igualmente por minhas filhas, assim solteiras como casadas", demonstrando claramente um favorecimento para com elas.[49] Atitude semelhante foi a do professor de retórica Estanislau José de Oliveira, embora tenha deixado como sinal de seu "amor paternal" a quantia de 1$000 (um mil réis) a cada um de seus filhos.[50]

O dote para garantir um bom casamento a suas filhas solteiras foi assegurado pela terça do sargento-mor José da Rocha Camargo, quando autorizou a dedução de 200$000 (duzentos mil réis) a cada uma de suas cinco filhas. Mas os filhos Bento e Francisco também receberam escravos avaliados em igual quantia, o que chama a atenção para uma partilha igualitária.[51]

---

48 Testamento de dona Maria Joaquina de Jesus, 1835, TJC, 1º Of.; Testamento de dona Joana Maria de Deus, 1835, TJC, 1º Of. (CMU).

49 Testamento do alferes Antonio de Camargo Penteado, 1812, TJC, 1º Of. (CMU).

50 Testamento de Estanislau José de Oliveira, professor de Retórica, 1823, TJC, 1º Of. (CMU).

51 Testamento de José da Rocha Camargo, 1824, TJC, 1º Of., Cx. 32 e 33, nº 879 e 884 (CMU).

Em alguns casos, a terça era utilizada não só para pagar os enterros e funerais e dar esmolas aos pobres, mas sim como meio de pagar as dívidas existentes. Além de legar quantias substanciais aos netos e às afilhadas, a baronesa de Itatiba, dona Francisca de Paula Camargo, também beneficiou dois estabelecimentos que surgiram na segunda metade do XIX, o Hospital e a Santa Casa de Misericórdia de Campinas, com o valor de 10:000$000 (dez contos de réis). Não obstante, foi para a filha Francisca, casada com o tenente coronel Antonio Carlos Pacheco e Silva, que essa mesma senhora doou a quantia de 150:000$000 (cento e cinquenta contos de réis) como parte de uma dívida que o genro havia contraído com seu sogro. Além disso, dos treze herdeiros legítimos, apenas Floriano e Francisco, dois de seus filhos, foram beneficiados com o restante da terça.[52]

A viscondessa de Campinas, dona Maria Luzia de Souza Aranha, também distribuiu sua terça para muitos netos, libertou alguns escravos e privilegiou a sobrinha Maria do Carmo. Porém, todo o remanescente dela ficou para seu filho Joaquim Egidio de Souza Aranha, o visconde de Três Rios.[53]

Os exemplos são ricos, porém relativamente esparsos, e essencialmente, salvo um ou outro documento, representativos das camadas privilegiadas da sociedade.

O intuito de apresentar o último desejo dos testadores foi no sentido de ilustrar, muito mais do que concluir, alguns aspectos ligados à morte em Campinas. Os registros de óbitos são lacunares, enxutos, dando poucas pistas para aqueles que adentram o caminho dos mortos. Porém, com a descrição mais detalhada dos testamentos foi possível entrever um mundo mais complexo, não só da hora em que o homem esteve diante da morte, mas também do mundo desse mesmo homem após sua morte.

---

52 Testamento de dona Francisca de Paula Camargo, Baronesa de Itatiba, 1889, TJC, 1º Of. (CMU).

53 Testamento de dona Maria Luzia de Souza Aranha, Viscondessa de Campinas, 1875, TJC, 1º Of. (CMU).

5
O PROCESSO MIGRATÓRIO E A FORMAÇÃO DOS CASAIS

O tema relacionado a migrações hoje em dia está intimamente relacionado a um processo de saída de um grande contingente de pessoas que vivem em países que não conseguem oferecer condições de trabalho para seus habitantes, os quais, na expectativa de melhores salários ou oportunidades, deixam suas terras de origem e migram, por exemplo, rumo à Europa Ocidental, aos Estados Unidos e ao Japão. Esse atual processo migratório está, pois, ligado ao desenvolvimento acelerado dos meios de transporte, que facilitaram em muito a locomoção das pessoas, por terra, mar ou ar.

Embora as facilidades dos meios de transportes nem sempre tenham estado disponíveis, a migração, de uma forma geral, existiu e foi fruto de diferentes interesses, como a colonização do continente americano pelas potências europeias. Na América colonial, e em especial no Brasil, nota-se um caráter restritivo e seletivo da imigração, sobretudo por motivos religiosos e econômicos. O resultado foi um povoamento que predominou no litoral, estendendo-se ao interior a partir do descobrimento do ouro nas Minas. Porém, em meados do século XVIII, nota-se um esforço por parte da Coroa em incrementar o povoamento de algumas áreas, especialmente as de fronteira com os espanhóis no sul do território, dentre as quais

podemos citar como exemplo a fundação do Forte de Iguatemi (Balhana et al., 1969, p.355-6).

O sertão paulista e seus índios eram alguns dos obstáculos a serem enfrentados por aqueles que viessem a migrar. Por sua vez, o solo fértil foi um dos atrativos que permitiram a fixação de uma população estável.

A mobilidade geográfica ou espacial nas sociedades do século XIX e anteriores pode ser estudada graças à informação sobre a naturalidade que consta nas *Listas nominativas de habitantes* e também nos *Registros paroquiais de casamento.* As considerações que faremos são frutos da exploração desse tipo de documentação.

A procedência dos casais

A *Lista nominativa* de Campinas do ano 1814 apontou 53 diferentes locais de nascimento para os chefes de domicílio, ao passo que, em 1829, a relação saltou para 73. Nessas listas encontram-se poucas pessoas naturais de regiões mais distantes, como o caso de Cuiabá, Curitiba, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e "do continente do Sul", bem como da Europa, sendo os europeus oriundos especialmente de Lisboa. Peso expressivo, no entanto, tiveram as áreas mais próximas, como Atibaia, Itu, Jundiaí, Nazaré, Bragança, Mogi-Mirim e São Paulo. Quanto aos *Registros paroquiais de casamentos,* estes informaram 173 diferentes locais de nascimento para os noivos de ambos os sexos, abrangendo o período de 1774 até 1850. O espectro de vilas e cidades se assemelhou ao apontado pelas *Listas nominativas,* confirmando a importância de localidades vizinhas a Campinas, em seu processo de povoamento, como áreas de dispersão de imigrantes livres. Tal fato pode ser comparado ao caso estudado por Giovani Levi (1971, p.544), onde o autor demonstrou que a cidade de Turin, na Itália, durante a primeira metade do século XVIII, cresceu em grande medida pela vinda de imigrantes das dioceses de Mondovi e de Vercelli, chegando à conclusão que, "Onde uma boa economia, uma boa agricultura se desenvolve,

forma-se como uma barreira que modifica as estruturas da área geográfica da imigração. Ao contrário, as zonas em crise deixam escapar muito mais gente".

Quando comparada a naturalidade dos chefes de domicílio pela faixa de idade (tabelas 43 e 44), nota-se que, de forma geral, houve um predomínio de chefes com mais de 40 anos de idade, enquanto em Campinas, em 1814 e 1829, tiveram maior peso os chefes de domicílio nascidos na própria vila e que tinham menos de 40 anos.

Tabela 43 – Naturalidade dos chefes de domicílios pela faixa etária (Campinas, 1814)

Faixa etária	Naturalidade			
	Campinas	Outras	Indefinida	Total
10-19	4	4	2	10
20-29	30	124	6	160
30-39	18	146	1	165
40-49	5	167	10	182
50-59	4	104	5	113
60 +	5	75	1	81
Total	**66**	**620**	**25**	**711**

Fonte: Lista Nominativa de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth [AEL] – Unicamp).
Obs.: Não se obteve informação de idade para seis pessoas.

Tabela 44 – Naturalidade dos chefes de domicílio pela faixa etária (Campinas, 1829)

Faixa etária	Naturalidade			
	Campinas	Outras	Indefinida	TOTAL
10-19	7	6	5	18
20-29	57	79	47	183
30-39	50	131	45	226
40-49	35	166	45	246
50-59	14	113	28	155
60 +	9	84	21	114
Total	**172**	**579**	**191**	**942**

Fonte: Lista Nominativa de Campinas (AEL – Unicamp).
Obs.: Não se obteve informação de idade para oito pessoas.

Em outras palavras, a vila começou a gerar um maior número de pessoas que permaneceram na terra natal como novos chefes de família. Não obstante, é na faixa de 20 a 29 anos que, tanto em 1814 quanto em 1829, encontra-se o maior número de chefes de domicílio nascidos na própria vila, indicando que estes eram fruto de povoadores que tinham se estabelecido quando Campinas ainda era uma freguesia, portanto, pelo menos entre 1785 e 1797. Para enfatizar esse aspecto, recorre-se aos Registros Paroquiais de Casamento de Campinas, a fim de avaliar a informação sobre a naturalidade dos noivos.

Os dados da Tabela 45 apontaram que cerca de 60% dos noivos do sexo masculino e não menos de 70% das noivas eram naturais de apenas nove localidades. Essa endogamia geográfica, também observada em outras localidades europeias, foi possivelmente o que proporcionou maior facilidade para que houvesse casamentos entre parentes, talvez com maior frequência em virtude da endogamia social (Lebrun, [197?], p.35).[1]

Além disso, algo chamou a atenção: a maior presença de noivas nascidas em Campinas desde a fundação da freguesia, em 1774. Muito embora a participação dos noivos nascidos em Campinas tenha crescido ao longo do período indicado, ainda assim foi menor que a das noivas. Assim, como explicar tal desnível, visto que a razão de sexo entre os filhos de chefes de domicílio apresentou um

1 Em Penmarch, 77% dos cônjuges eram originários da mesma paróquia, isso entre 1720 e 1790; em Loiron esse índice foi de 64,8% para o período de 1668 a 1790; e em Vineuil, entre 1740 e 1790, a proporção foi a mais elevada: 80,2%. Em São João Del Rei, Silvia Brügger (2002, p.119) constatou esse mesmo fato: maior proporção de mulheres naturais da própria localidade desde 1751, ao passo que os noivos se tornaram majoritários a partir de 1781. "Neste sentido, pode-se inferir que a população natural da região se tornava gradativamente mais sedentária, em função da prosperidade econômica propiciada pelo comércio e pela produção de gêneros de abastecimento. Assim sendo, se, no século XVIII, predominaram os casamentos de homens migrantes com mulheres naturais de São João del Rei, a partir de fins daquela centúria passaram a ser majoritárias as uniões de nubentes nascidos na própria região".

Tabela 45 – Naturalidade dos noivos (Campinas, 1774-1850)

Naturalidade	1774-1799				1800-1824				1825-1850			
	H (%)		M (%)		H (%)		M (%)		H (%)		M (%)	
Atibaia	32	16,8	14	7,3	93	7,6	87	7,1	24	1,7	12	0,8
Bragança	–	–	2	1	80	6,5	61	4,9	50	3,6	49	3,5
Campinas	7	3,7	16	8,4	204	16,7	404	33,1	525	38,1	795	57,6
Itu	16	8,4	8	4,2	66	5,4	71	5,8	56	4,1	30	2,2
Jundiaí	12	6,3	29	15,2	96	7,8	127	10,4	78	5,6	40	2,9
Mogi-Guaçu	9	4,7	5	2,6	11	0,9	7	0,6	11	0,8	7	0,5
Mogi-Mirim	12	6,3	21	11	35	2,8	49	4,1	27	1,9	31	2,2
Nazaré	17	8,9	28	14,7	105	8,6	103	8,4	14	1,1	16	1,2
São Paulo	9	4,7	9	4,7	37	3,1	25	2,1	29	2,1	19	1,4
Subtotal	**140**	**59,8**	**132**	**69,1**	**727**	**59,4**	**934**	**76,5**	**814**	**59**	**999**	**72,3**
Não declarada	26	13,6	26	13,6	203	16,6	117	9,6	318	23,1	235	17,1
Outras	25	26,6	33	17,3	292	24	171	13,9	247	17,9	145	10,6
Total	**191**	**100**	**191**	**100**	**1.222**	**100**	**1.222**	**100**	**1.379**	**100**	**1.379**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – ACMC).

ligeiro predomínio do sexo masculino?[2] Dessa forma, qual o destino de parte da prole masculina nesse contexto socioeconômico? Uma resposta possível seria o fato de potenciais noivos nascidos em Campinas terem se casado com mulheres de outras localidades, e, portanto, nesses casos, as cerimônias foram registradas em tais lugares. Enfim, o costume, até hoje notório em nosso meio, "de se casar na paróquia da futura esposa, explica que a porcentagem de cônjuges (mulheres) originárias da paróquia é sempre mais elevada que a dos cônjuges (homens)" (ibidem).

Importa salientar que Atibaia, Nazaré e Itu foram três das mais importantes localidades que no período de 1774 a 1799 contribuíram com a emissão de noivos e noivas para Campinas. Nos períodos

2 A razão de sexo entre os filhos de homens e mulheres chefes de domicílio em Campinas apresentou os seguintes números: em 1774, 105,1; em 1794, 106,8; em 1814, 108,6; e em 1829, 107,3.

subsequentes foram apresentando uma queda gradativa nessa participação, ao passo que, em sentido oposto, os noivos originários da própria vila passaram a ter um peso mais significativo nesse grupo, chegando os homens a representarem 38,1% dos contraentes entre 1825 e 1850, e as mulheres, 57,6% do total das noivas desse mesmo período (Tabela 45). Essas informações demonstram que a mobilidade espacial esteve centrada especialmente na região do Oeste Paulista e que o mercado nupcial se fez em torno da área de Campinas quando esta ainda era uma freguesia, porém tornando-se mais e mais a terra natal dos noivos que constituíram a vila campineira.

Acerca dos povoadores, seria de esperar que entre eles predominassem os homens, uma vez que diversos autores têm apontado que entre eles haveria uma tendência maior para migrar. Deve-se ressaltar, no entanto, que, para Campinas, a grande maioria dos povoadores era formada por casais, ao contrário daquilo que se poderia supor para uma área de fronteira, com forte presença do elemento masculino.[3]

Assim, desde o princípio da ocupação de Campinas, quando esta era um bairro rural de Jundiaí, a forte presença de casais, caracterizada por domicílios nucleares, isto é, aqueles compostos pelo casal ou pelo casal com filhos, representou o tipo de domicílio prevalecente. A vida em um meio eminentemente rural pareceu ter dificultado a sobrevivência de pessoas que residiam sozinhas no bairro do "Mato Groço", por isso, em 1774, havia apenas uma pes-

---

3 Entre alguns autores que apontaram para uma forte migração masculina nas áreas de fronteira citam-se Alida Metcalf (1990, p.295), que ao se preocupar com as práticas sucessórias das famílias de escravistas, constatou para Parnaíba "a estratégia de enviar os filhos (homens) para o sertão [...], tendo sido repetida de geração em geração..."; Dora I. P. da Costa (1997, p.150-1), que aceitou o modelo proposto por Metcalf para Campinas e acrescentou "mais um elemento: o genro só se tornava líder da família na ausência da prole masculina a qual tinha um papel fundamental de desbravar o sertão à oeste e aumentar a riqueza familiar"; finalmente, Renato L. Marcondes (1998, p.60), preocupado com os indicadores de sexo que apontavam para um predomínio das mulheres em relação aos homens livres em Lorena, propôs que "no início da ocupação de uma nova região haveria a emigração principalmente de homens das áreas mais antigas."

soa nessa condição. Os domicílios de escravistas solteiros passaram a ser mais representativos em 1829, e nesse mesmo ano grande parte deles era encontrada na zona central da vila.

> Em outras palavras, mesmo indivíduos que viviam apenas na companhia de escravos e/ou agregados preferiam uma área mais segura para viver, fossem homens ou mulheres os chefes dessas casas. Além disso, é muito provável que vários desses senhores de escravos podiam mais facilmente garantir a sobrevivência de seu fogo através dos "jornais de seus escravos", opção de ganho facilitada pela crescente demanda de serviços gerados pelo aumento da riqueza na vila. (Teixeira, 2004, p.97).

Em 1829, quando Campinas tornou-se um grande centro produtor de açúcar e uma vila com forte presença de escravos, e aí, sim, com predomínio de homens cativos, a vila apresentou um considerável aumento do número de mulheres chefes de domicílio. Nesse contexto, Dora Isabel Paiva da Costa (2000, p.50) afirmou que:

> O incremento do número de fogos chefiados por mulheres na região de Campinas se deu através de um conjunto de efeitos de fenômenos combinados. A expansão extensiva da produção agrícola do setor primário, associada à concentração de riqueza, levou à instalação de grandes unidades do tipo plantation, as quais concentravam 78% da população cativa. A atração exercida por essas unidades agrícolas abriu espaço para a imigração de pessoas vinculadas a domicílios voltados para os setores secundário e terciário.

O processo migratório para áreas de fronteira pode ter diferido muito, dado o tipo de exploração econômica da referida região, e para o caso de Campinas a participação das mulheres foi essencial, fosse ao lado de seus maridos ou mesmo sozinhas.[4]

---

4 A chefia feminina de domicílios em Campinas pode ser compreendida em parte por esse processo migratório. Em 1829 havia 54 fogos singulares dirigidos por mulheres contra apenas 18 liderados por homens (cf. Teixeira, 2004, p.258).

As redes de apoio familiar

Outro aspecto do povoamento considerado foi a distribuição espacial dos habitantes pelos bairros da vila, que foi estudado para evidenciar certas estratégias dos imigrantes, como a relação de apoio e assistência estabelecida entre parentes e amigos naturais de uma mesma localidade.

Os domicílios durante o período da freguesia de Campinas estavam divididos pelos bairros rurais, porém as *Listas nominativas* desse período não indicaram a naturalidade. Por sua vez, os censos de 1814 e 1829 apresentavam as localidades de nascimento, no entanto os fogos encontraram-se divididos em companhias, que infelizmente não apresentaram sua localização geográfica, restando apenas o conhecimento de que a 1ª Companhia de 1814 e 1829 e a 7ª Companhia deste último ano corresponderam à parte central da vila.

A Tabela 46 ilustra a divisão feita para 1814 e mostra que as famílias de migrantes procuravam se organizar de forma tal que podiam compartilhar a solidariedade de outras famílias que tinham na localidade de seu nascimento algo em comum. Esse tipo de migração, segundo Darroch (1981, p.260), consistiu na participação de parentes e amigos que financiavam e assistiam ao migrante. Pelos censos também se pode notar que muitos sobrenomes de fogos vizinhos representavam a associação de seus moradores a um clã maior. A origem familiar de um bairro foi "tendência visível por todo o povoamento de São Paulo antes da imigração estrangeira", segundo Antonio Candido (1979, p.76).

Assim, são notadas setenta famílias de Nazaré morando na 4ª Companhia e quarenta, na 5ª Companhia, ao lado de 24 chefes de domicílios vindos de Itu e 22, de São Paulo. Por exemplo, morava na 4ª Companhia, fogo 136, a família de Antonio Lopes, pardo, agricultor de 55 anos de idade e que era natural de Nazaré. Seu vizinho, Manoel Lopes, que morava no fogo 137, também era pardo e um agricultor natural de Nazaré. Por sua vez, a 6ª Companhia do ano de 1814 era comandada pelo capitão-mor Manuel Ferras de Campos, um senhor de engenho de 41 anos natural de Itu e responsável pelo fogo 1, que ficava próximo ao fogo 4, do sargento João

Tabela 46 – Naturalidade dos chefes de domicílio de acordo com sua distribuição pelas companhias (Campinas, 1814)

LOCAL	COMPANHIAS						
	1	2	3	4	5	6	TOTAL
Atibaia	11		29	12		14	66
Bragança	3	3	11	4	14	6	41
Campinas	13	5	15	11	10	13	67
Itu	7	4	8	6	24	13	62
Jundiaí	4	7	16	15	1	5	48
Mogi Mirim	6	1	2	4	5	12	30
Nazaré	6	6	5	70	40	3	130
São João	-	7	2	-	21	3	33
São Paulo	18	4	5	-	22	1	50
Total	**68**	**37**	**93**	**122**	**137**	**70**	**527**

Fonte: Lista Nominativa de Campinas (AEL – Unicamp).

Ferras de Campos, seu irmão, um agricultor de 34 anos e também natural de Itu. E no fogo 10 residia outro irmão, o miliciano José Ferras de Campos, agricultor de 26 anos também nascido em Itu. Os três irmãos eram filhos do capitão Antonio Ferras de Campos, pai de dona Ana Maria da Cunha Ferras, que havia se casado com José da Rocha Camargo, os quais também residiam na 6ª Companhia, bem próximo aos irmãos, no fogo 17. Eram vizinhos na 6ª Companhia Marcelo Pires, de 56 anos de idade, e Salvador Pires, de 42 anos, pardos, que viviam de "seus jornais", ou seja, eram diaristas, sendo ambos naturais de Atibaia.[5]

5 Poderiam ser citados outros exemplos, o que não é o propósito aqui. Apenas indicam-se alguns casos para ilustrar a pertinência das reflexões, uma vez que é difícil realizar uma correlação entre a naturalidade e o nome, pois este último variava de forma significativa entre filhos de um mesmo casal. Por exemplo, de acordo com os registros de casamentos de Campinas, Antonio Ferras de Campos e Maria da Cunha de Almeida eram os pais de Ana Maria da Cunha, que se casou com José da Rocha de Camargo em 21.7.1795, e de Manuela Ferras de Campos, outra filha, que se casou com Pedro José de Campos em 26.2.1805, sendo as duas filhas naturais de Itu. Outro caso é o de Antonio da Silva Ferras e Vicente da Silva Ferras, ambos naturais de Itu e filhos do casal

Esses indícios permitem ver a articulação entre as várias famílias por meio das redes de parentesco, ampliando, assim, o conceito de família (Velho, 1987, p.82). Veja-se outro exemplo: uma carta, escrita pelo sargento-mor José da Rocha Camargo em 1820 à sua irmã, dona Maria Francisca de Camargo, moradora em Itu, deixa claros alguns pontos que se procuram destacar.

> Minha Mana, V.M. deve ir-se dispondo para vir para cá a plantar algumas canas comigo de partido querendo V.M., pois lembre-se, que no lugar onde está é para sua perdição, e não aumento, e muito menos para pagar suas dividas, pois me consta, que os seus escravos não lhe dão serviço e andam como querem vadiando sem medo e nem governo. É tempo já de plantar cana, e já vai passando, pode mandar já os escravos de serviço para a plantação, e fique só com alguns deles, e os crioulos pequenos aprontando-se para se lhe ir conduzir, e mande dizer quando há de puder vir para lhe mandar condução.[6]

A rede de parentesco e solidariedade como elo entre os imigrantes parece ter dado sustentação a boa parte das migrações ocorridas para Campinas. No caso citado, nota-se uma preocupação do sargento-mor José da Rocha Camargo quanto à situação econômica de sua irmã que ficara na terra natal. O convite para que a irmã mudasse de vila sinalizou que a área de fronteira ainda estava aberta e oferecia melhores oportunidades, ao menos para uma senhora de escravos. Isso reforça as palavras de Michael Anderson (1984, p.81) ao afirmar que os migrantes "deslocavam-se, na sua maioria em grupos familiares, ao longo de redes de parentes e amigos, para casas que punham temporariamente a sua disposição e para empregos obtidos com seu auxílio".

Antonio da Silva Leme e Escolástica Pais (ver Livro I dos Registros de Casamentos de Campinas, 6.9.1804 e 16.9.1805).

6 Carta datada de 23.12.1820, in: Inventário de José da Rocha Camargo, 1825, TJC, 1.º Of., cx. 32, nº 879 (Centro de Memória da Unicamp).

Tabela 47 – Naturalidade dos chefes de domicílio de acordo com sua distribuição pelas companhias (Campinas, 1829)

LOCAL	COMPANHIAS							
	1	2	3	4	5	6	7	TOTAL
Atibaia	–	–	20	–	–	2	15	37
Bragança	3	5	7	5	5	3	7	35
Campinas	10	19	30	31	15	25	43	173
Itu	9	6	14	12	6	13	21	81
Jundiaí	5	3	23	12	1	6	21	71
Nazaré	3	2	3	28	3	5	11	55
Parnaíba	8	3	3	2	–	1	8	25
São Paulo	17	6	1	1	–	1	21	47
Total	59	46	104	92	30	58	158	547

Fonte: Lista Nominativa de Campinas (AEL – Unicamp).

Em 1829, conforme mostra a Tabela 47, o quadro foi alterado, dando lugar a um maior equilíbrio entre os migrantes de diferentes lugares, demonstrando talvez que o período de grande migração para as áreas de fronteira estivesse chegando ao fim, pois, como se pode perceber, o processo de ocupação das melhores terras já havia se efetivado nesse ano, e a produção do açúcar alcançava os mais elevados índices, indicando a existência de grandes propriedades. Ainda assim, em 1829, a 3ª Companhia abrigava 23 chefes de domicílio naturais de Jundiaí e 20 de Atibaia, enquanto na 4ª Companhia ainda se achavam 28 famílias de Nazaré.

Enfim, tais resultados foram reforçados pelas informações sobre a naturalidade encontrada em muitos registros de óbitos, mostrando uma tendência clara da permanência de muitas famílias em Campinas, responsáveis pelo nascimento de um número cada vez maior de campineiros, consolidando o povoamento local.[7]

7 A naturalidade por meio dos registros de óbitos acha-se na Tabela A12 (Anexos): Naturalidade dos falecidos.

Parte II

A formação das famílias livres em Campinas

A formação das famílias em Campinas, entre 1774 e 1850, pode ser apreciada pelo estudo esquemático de três gerações: a primeira geração seria a dos fundadores; a segunda geração, a dos filhos dos fundadores, ou geração do açúcar, isto é, composta por homens e mulheres que se estabeleceram durante o período em que predominou a lavoura da cana-de-açúcar;[1] e a última geração foi a dos netos dos fundadores, ou a geração do café, formada por pessoas que vivenciaram a expansão da lavoura cafeeira, em um processo de substituição de cultura, quando pouco a pouco os canaviais foram cedendo espaço aos cafezais.[2]

---

1 Sobre as origens da cultura da cana-de-açúcar, as áreas produtoras e o trabalho agrícola nas fazendas e engenhos de fabricação do açúcar, cf. Petrone (1968).

2 Por ser uma proposta esquemática de três gerações, entende-se que muitos indivíduos que nasceram ou se estabeleceram no limite próximo ao fim de um período e início de outro poderão se enquadrar melhor dentro daquele em que esse teve um maior tempo de vida ativa nele. Entende-se por vida ativa o período que ele passou a constituir um domicílio próprio, correspondendo à fase adulta jovem e meia-idade, fases essas que normalmente eram marcadas pelo casamento, vindo, consequentemente, a constituir uma outra família, desvinculada da de seus pais. No entanto, podem-se encontrar indivíduos que, dada sua longevidade, viveram entre duas ou três gerações, como ocorreu com Francisco Egidio de Souza Aranha, que nasceu no final da primeira

Essa proposta esquemática de dividir o período estudado advém de algumas ideias encontradas no livro *Las alianzas de familias y la formación del país en America Latina*, no qual os autores propõem a denominação de "redes de famílias" aos grupos familiares que formaram sociedades organizadas em razão das alianças de parentesco e ocuparam posições sociais e políticas de destaque regional e até mesmo nacional. Nas palavras dos autores:

> *Las redes de familias eran asociaciones de familias aliadas por razones de comercio, casamiento, proximidad especial, y más tarde, por ser miembros de diversas organizaciones. Estas redes emergieron a fines del siglo XVIII y se desarrollaron en un período de tres generaciones, dominando distintas regiones de Iberoamérica hasta las primeras décadas del siglo XX.* (Balmori et al., 1990, p.10)

Em linhas gerais, durante essas três gerações, o grupo familiar surgiu, se tornou preeminente e, por fim, declinou. Os membros da primeira geração eram, em geral, migrantes de outras paragens e até mesmo do exterior. A segunda geração foi responsável por tecer a rede de associações que consolidou o grupo mediante alianças matrimoniais ou de compadrio, bem como se aplicou a gerar capital cada vez maior para a "empresa familiar". Finalmente, a terceira geração colheu os frutos dos esforços da segunda geração e chegou ao cume do poder. Neste estudo, as "nobres famílias campineiras" representam essa terceira geração. Apesar de fugir um pouco ao período proposto para o estudo, os exemplos ali apresentados clarificam a intenção aqui partilhada.[3]

---

geração, isto é, em 1792, casou em 1817 e teve cinco filhos durante aquilo que denominamos de geração do açúcar, aumentando sua prole na geração terceira ou geração do café, e vindo a morrer dez anos após o fim desta última. Porém, nesse exemplo fica clara a relação das fases da vida da pessoa com os ciclos econômicos, e assim o senhor Francisco Egidio de Souza Aranha participou ativamente da segunda e da terceira geração, isto é, a do açúcar e a do café.

3 Em estudo recente sobre a elite política no Paraná, Ricardo Costa de Oliveira (2001, p.5) sintetizou aquilo que se acaba de propor: "A maior parte da elite polí-

Em Campinas, a geração dos fundadores (1774-1799) foi aquela que correspondeu à vinda de inúmeras famílias capitaneadas por Francisco Barreto Leme, homem de Taubaté, que junto de sua mulher e de seus filhos havia se instalado nas Campinas do Mato Grosso, e que, por ordem de dom Luís Botelho de Souza Mourão, o morgado de Mateus, foi nomeado fundador e diretor a fim de estabelecer um povoamento sólido, conforme desígnio do governador.

Nesse primeiro período nota-se a existência de uma comunidade pequena, com cerca de sessenta famílias vivendo, em sua maioria, de roças de subsistência e pequenas criações de diversos animais. Poucos eram os senhores de escravos, e José de Souza de Siqueira era o maior possuidor, com 23 cativos, seguido por Francisco Barreto Leme, com 9 escravos.[4]

Boa parte dessa primeira geração chegou a Campinas com alguns filhos adultos, como no caso de Barreto Leme, enquanto outros, como Bento Domingues de Oliveira, nascido em Mogi-Mirim, chegou a Campinas por volta de 1774 com quatro filhos pequenos e viu nascer ainda outras nove crianças.[5]

Poucos foram os filhos dessa primeira geração que se casaram em Campinas até 1799. Por exemplo, o primeiro matrimônio envolvendo um campineiro aconteceu no dia 19.5.1795, quando então o filho caçula de Domingos da Costa Machado, que levava o nome do próprio pai, contraiu núpcias com Manuela de Camargo Penteado. Duas famílias distintas se unindo pelos laços matrimoniais de seus filhos, e para confirmar tal união lá estavam como testemunhas os capitães José de Camargo Pais e Felipe Néri Tei-

---

tica paranaense do final da República Velha nada mais seria do que netos e bisnetos da elite política de meados do século XIX. E o seu começo apontava para a gênese e o estabelecimento da grande propriedade rural e os primeiros cargos políticos nas vilas de Paranaguá e de Curitiba no século XVII e início do XVIII. [...] fomos levados a pensar nos grupos superiores como uma classe dominante, formada estruturalmente a partir de um reduzido conjunto de famílias, bastante aparentadas entre si e compartilhando inúmeros ascendentes em comum".

4 Lista Nominativa de Campinas, 1774, fogo 12 e fogo 23, respectivamente (Arquivo Edgard Leuenroth [AEL] – Unicamp).

5 Lista Nominativa de Campinas, 1794, fogo192 (AEL – Unicamp).

xeira. Domingos da Costa Machado, o filho, nascera em 14.6.1774 e tinha 21 anos quando se casou, sendo neto por parte materna de Francisco Barreto Leme, o fundador de Campinas, outro sinal de sua nobre ascendência.[6]

Aos 17 anos de idade, Mariana de Oliveira foi a primeira campineira a se casar na paróquia de origem. Ela era uma das filhas de Bento Domingues de Oliveira, citado antes, e veio a tornar-se a esposa de Francisco Leite Pedrozo em cerimônia realizada na humilde igreja de Campinas no dia 14.6.1796.[7]

Esses exemplos servem para ilustrar dois grupos de pessoas: o primeiro, correspondendo àqueles que construíram relações de sociabilidade que lhes permitiram permanecer em Campinas, a despeito das transformações operadas, especialmente no campo econômico. O segundo grupo, por sua vez, constituiu-se de pessoas que viveram boa parte de sua vida em Campinas, como foi o caso de Mariana de Oliveira, embora não tenham chegado a terminar seus dias na terra natal. O primeiro grupo foi composto por uma parcela menor da população livre, porém uma parcela que controlou a política local, os chamados "homens bons", e que também tirou proveito do surto do açúcar que iniciou no final do século XVIII, tornando-se os futuros senhores de engenho do período seguinte. Em contraposição, o segundo grupo correspondeu àquela parcela de homens livres que podiam se movimentar pela colônia, não tinham muito que perder, pois eram migrantes que procuravam as frentes de povoamento para garantir um futuro melhor aos seus filhos.

Em suma, Domingos da Costa Machado, o filho, nasceu, cresceu, casou por três vezes e morreu em Campinas no ano de 1853.[8]

---

6 Cf. Registro Paroquial de Casamento 19.5.1795 e Registro Paroquial de Batismo 14.7.1774 (ACMC).

7 Cf. Registro Paroquial de Casamento (ACMC).

8 Cf. Registros Paroquiais de Casamento 19.5.1795; 20.2.1843 (ACMC). Obs.: Não temos a data exata do segundo casamento provavelmente porque a cerimônia foi realizada fora da paróquia de Campinas. No entanto, pela data de nascimento do filho Joaquim, calculamos que o matrimônio tenha se dado no ano de 1834.

Teve dezessete filhos, entre os quais vários do primeiro casamento vieram a constituir famílias. Por sua vez, Mariana de Oliveira, após o nascimento de seu quinto filho, partiu, em 1810, para algum outro lugar. Duas trajetórias distintas, porém iniciadas no mesmo lugar: Campinas.

Ainda um pequeno comentário sobre essa primeira geração. Os casamentos eram realizados entre pessoas que vieram de diversas localidades próximas a Campinas, como Atibaia, Jundiaí, Itu, Mogi-Mirim e Nazaré, fato que contribuiu para a formação de uniões entre famílias que não se conheciam ou tinham um parentesco mais distante, como atesta a inexistência de dispensa matrimonial durante esse período. No entanto, a partir da segunda geração, e especialmente durante o período da terceira geração, o número de pedidos de dispensa para o casamento cresceu, sinalizando para a existência de vínculos familiares que se formaram anteriormente ou laços de parentesco que se estreitaram.

Com o ciclo do açúcar paulista iniciado no final do século XVIII, Campinas, em virtude de suas terras férteis (Chistofoletti e Federici, 1972, p.96-9),[9] atraiu inúmeras pessoas que tinham interesse em se estabelecer como produtores de cana. Além disso, lugares como Itu e Jundiaí, vilas mais antigas em que moravam algumas famílias tradicionais da nobreza paulista, começaram a incentivar seus filhos a se apropriarem de terras campineiras. Assim, a segunda geração dos povoadores de Campinas foi composta não só pelos filhos dos primeiros habitantes da vila campineira, mas também por esses que trouxeram suas famílias e seus escravos para estabelecerem novos canaviais.

Assim, alguns laços familiares foram construídos entre os filhos dos fundadores e esses novos senhores, solidificando ainda mais as bases das famílias de elite. As relações firmadas pela família do capitão Inácio Ferreira de Sá ilustram bem essa questão. Natural da cidade de São Paulo, chegou a Campinas por volta de 1794, quando

9 Os autores destacam a importância da terra argilosa e de coloração arroxeada como "expressão mais elementar" das bases da riqueza e do patrimônio econômico durante as culturas do açúcar e do café.

registrou o nascimento de sua segunda filha, Bárbara de Camargo Penteado.[10] Teve dez filhos com sua primeira mulher, dona Tereza de Camargo Penteado. Passados treze anos, no dia 9.12.1807, o capitão realizou a festa de casamento de suas duas primeiras filhas: dona Rita de Camargo Penteado, declarada natural de Campinas, se uniu com o alferes Joaquim Pedrozo de Barros, de Itu, enquanto sua irmã, dona Bárbara, casou-se com outro ituano, João Ferraz de Campos, filho de um capitão daquela vila, Antonio Ferraz de Campos, que também residiu em Campinas durante alguns anos.[11]

As relações, porém, não pararam por aí. O capitão-mor João Francisco de A. Andrade, uma das testemunhas do casamento das filhas do capitão Inácio de Sá, viu sua filha caçula, dona Maria Benedita de Andrade, que também nascera em Campinas, contrair núpcias com um dos filhos do capitão Inácio de Sá, Américo Ferreira de Camargo, em 8.8.1823.[12] No mês de fevereiro do ano seguinte, mais um filho do capitão Inácio, Floriano Ferreira de Sá, viria a se casar com outra filha do capitão Antonio Ferraz de Campos, dona Francisca, campineira de 32 anos de idade.[13]

Enfim, essas histórias de algumas das relações criadas pelos laços familiares do sagrado matrimônio revelam uma estratégia endogâmica no grupo de pessoas bem situadas economicamente. Para Kátia Mattoso, a endogamia "impõe aos membros de um mesmo grupo doméstico a obrigação de contrair matrimônio dentro desse grupo", e assim ocorriam os casamentos entre primos, por exemplo. No entanto, o termo endogamia, para a mesma autora, pode ser sugerido "num sentido mais amplo para definir uma estratégia de casamento no interior do grupo social de origem" (Mattoso, 1988, p.137).

É com esse sentido que utilizamos tal conceito, o que também ocorreu no estudo sobre a sociedade baiana, e que para James Casey

10 Lista Nominativa de Campinas, 1794, fogo 64 (AEL – Unicamp). Registro Paroquial de Batismo, 8.9.1794 (ACMC).
11 Cf. Registro Paroquial de Casamento 09.12.1807 (ACMC).
12 Cf. Registro Paroquial de Casamento 8.8.1823 (ACMC).
13 Cf. Registro Paroquial de Casamento 10.2.1824 (ACMC).

(1989, p.220) seria o mesmo que homogamia.[14] Poder-se-iam estender os exemplos, e se veria, ainda, como os Ferraz de Campos se aliaram aos Andrade, Ferreira de Sá, Camargo Penteado e outros. No entanto, o que vale mencionar, ainda, é que com essas uniões familiares os recursos econômicos em forma de terras e escravos também sofreram uma concentração, a ponto de em 1814 cerca de 75,5% dos senhores de engenho possuírem pouco mais de 22% do total da área apurada das propriedades cadastradas pelo levantamento feito dos Bens Rústicos em 1818. Deve-se destacar que os mesmos senhores tinham a posse de 38,8% dos escravos anotados por esse recenseamento. Cabe frisar, ainda, que entre esses senhores de engenho não se encontravam onze latifundiários, proprietários das maiores porções de terras em Campinas, compreendendo uma área de 16.758 alqueires, ou 33,8% da área total. Em suma, dos 717 chefes de domicílio registrados em Campinas no ano de 1814, apenas 45 eram muito privilegiados, pois possuíam em seu conjunto mais da metade do território campineiro.

A segunda geração (1800-1825), portanto, foi aquela que cresceu e se fortaleceu com a produção do açúcar. O capitão-mor João Francisco de Arruda Andrade chegou a Campinas com a idade de 40 anos, no início do século XIX, trazendo consigo uma numerosa prole e estabelecendo-se como senhor de engenho.[15] Em 1814 ele contava com o braço de 23 escravos, e sua lavoura lhe rendeu naquele ano apenas 100 arrobas de açúcar.[16] No entanto, seu filho primogênito, o sargento Antonio Francisco de Andrade, com a metade do número de escravos que seu pai tinha, produziu 400 arrobas.[17] Nessa ocasião, o sargento Antonio já havia se casado e tinha

14 Lebrun ([197?], p.31) também apontou a homogamia socioprofissional como algo normal entre a aristocracia do Antigo Regime.

15 Lista Nominativa de Campinas, 1810, 1ª Companhia, fogo 1 (AEL – Unicamp).

16 Lista Nominativa de Campinas, 1814, 1ª Companhia, fogo 1 (AEL – Unicamp).

17 Lista Nominativa de Campinas, 1814, 2ª Companhia, fogo 1 (AEL – Unicamp).

uma filha de nome Reginalda, de apenas 7 anos.[18] Quando esta completou 14 anos, foi desposada por seu tio Teodoro Francisco de Andrade, em 21.2.1821, com a devida dispensa matrimonial. O alferes Teodoro, por sua vez, enriqueceu rapidamente, e em 1829 já era mais um senhor de engenho entre sua família, produzindo 1.000 arrobas de açúcar com a ajuda de 21 escravos.[19] Mas não era apenas ele que estava progredindo, seu irmão e sogro Antonio contava nesse mesmo ano com 45 escravos, e embora doente, pôde viver ainda muitos anos e ver seus netos crescerem.[20]

Essas histórias, reconstruídas por meio dos valiosos documentos que foram preservados, demonstram com clareza formas de associação em que a família teve um papel fundamental, seja como ponto de apoio aos filhos que estavam se preparando para o mundo do trabalho, seja como forma de aliança social. No exemplo da vida do capitão-mor João Francisco de Arruda Andrade, os dois componentes estão presentes: a ajuda que certamente ele ofereceu a seus filhos, e a aliança social ocorrida por intermédio do casamento de suas filhas, dona Francisca Margarida Cardozo, que casou com o capitão de ordenanças José da Cunha Pais Leme, também um senhor de engenho, e o matrimônio de dona Ursula Franca de Andrade, desposada por outro rico senhor de engenho, Antonio Correia Barboza, o qual, em 1829, possuía 104 escravos que produziam 3.000 arrobas de açúcar.[21]

A produção do açúcar e sua subsequente comercialização geraram um ganho astronômico para aqueles que se tornaram senhores de engenho, ao menos é o que demonstram os dados dos mapas de

18 Registro Paroquial de Casamento, 16.7.1805; Registro Paroquial de Batismo, 5.1.1807 (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – ACMC).

19 Lista Nominativa de Campinas, 1829, 2ª Companhia, fogo 1 (AEL – Unicamp).

20 Lista Nominativa de Campinas, 1829, 1ª Companhia, fogo 1 (AEL – Unicamp).

21 Registro Paroquial de Casamento, 29.2.1808, entre Francisca e José (ACMC). Lista Nominativa de Campinas, 1829, 2ª Companhia, fogo 6 (AEL – Unicamp).

produção, consumo e exportação das listas nominativas de diversos anos que consultamos. O elevado lucro com a produção do açúcar pode explicar por que só a partir de 1825 o café começou a ganhar mais terreno entre a paisagem dos canaviais. Na verdade, o café aportara em Campinas no início do século XIX, quando em 1806 foi registrada uma produção de apenas 4 arrobas de café, todas consumidas na própria localidade. Nos anos seguintes, a produção foi aumentando gradativamente, porém era insuficiente para o comércio mais amplo. Somente em 1825 a produção desse produto chegou a 546 arrobas, sendo exportadas 52 arrobas. Nesse mesmo ano já havia 35 mil pés de café, responsáveis por essa incipiente produção. Era o começo de um novo ciclo econômico.[22]

Após o falecimento de dona Tereza de Camargo Penteado, em 18.8.1806, o viúvo, capitão Inácio Ferreira de Sá, resolveu contrair novas núpcias com alguém que lhe era familiar, e casou não muito tempo depois com dona Delfina de Camargo Penteado, na paróquia de São Roque, local de nascimento da noiva, que era sobrinha de sua primeira mulher (Aranha, 1952, p.95-6). Em 10.2.1808, o casal foi agraciado com o nascimento de um menino, que recebeu o nome de Joaquim Ferreira Penteado. Tiveram, ainda, mais uma filha, Maria, que faleceu pouco depois do primeiro ano de vida, algo comum para aqueles dias. O capitão Inácio seguiu o destino da filha, porém não antes de se preparar e receber todos os sacramentos, sendo sepultado no dia 5.2.1811 dentro da igreja.[23]

O jovem Joaquim Ferreira Penteado, embora nascido durante o ciclo do açúcar, vai presenciar um outro momento, o da substituição dos canaviais pelos cafezais. Fruto da segunda geração de povoadores, Joaquim herdou de seus pais o necessário para se casar com a filha de seu tio, o capitão de ordenanças Floriano de Camargo Penteado, homem da elite campineira que em 1829 possuía

22 Conforme dados extraídos dos Mapas Gerais de Produção das Listas Nominativas de Habitantes de Campinas, diversos anos (AEL – Unicamp).

23 Cf. Registro Paroquial de Óbito (ACMC).

136 escravos e uma produção de açúcar de mais de 4.000 arrobas.[24] Nascida também em Campinas, dona Francisca de Paula Camargo tornou-se pródiga mãe, vindo a conceber doze filhos.[25] Quando foram feitos os registros paroquiais de terras, em 1850, Joaquim Ferreira Penteado tinha duas propriedades em seu nome, ambas dedicadas à cultura do café. Sua mãe, dona Delfina, era uma das maiores proprietárias de terras, com 675 alqueires da Fazenda das Duas Pontes, e tal como seu filho, plantava café.

Os tempos da vila e do açúcar estavam passando por Joaquim, ao passo que a cidade e o café prenunciavam um futuro melhor, ao menos para esses que, como Joaquim, possuíam terras, escravos e a certeza de que o café seria sua fortuna!

Enfim, a terceira geração (1825-1850), ou a geração do café, pode ser representada por Joaquim Ferreira Penteado, um legítimo barão do café, que em 1882 foi agraciado pelo imperador com o título de barão de Itatiba (Barata e Bueno, [s. d.]).

---

24 Lista Nominativa de Campinas, 1829, 1ª Companhia, fogo 6 (AEL – Unicamp).

25 Joaquim Ferreira Penteado e dona Francisca de Paula Camargo casaram-se a 15.5.1830, em Campinas.

6
FAMÍLIAS LEGÍTIMAS

Inscrito entre os sete sacramentos da fé católica desde o século XI, o matrimônio foi considerado indissolúvel e responsável pela formação de uma família legítima.[1] Assim foram firmados os laços matrimoniais entre a grande maioria da população livre em Campinas, como se pode depreender dos resultados apontados pelos levantamentos dos registros paroquiais.

Os casamentos legítimos não garantiam a felicidade esperada pelo enlace, como apontado em trabalho anterior, quando estudadas as mulheres chefes de família. Diversas mulheres reclamaram a partida de seus maridos para terras de além, sem nunca terem recebido notícias. Outras mulheres, embora casadas perante a Igreja, preferiram o divórcio a continuar a repartir o mesmo leito (Teixeira, 2004, p.145-6, 155, 254).

Muitas dessas famílias legítimas que se formaram eram compostas por pessoas que, como Ilário da Conceição, desconheciam sua própria origem paternal. Filhos de pais incógnitos, muitos procuravam no casamento legítimo uma forma de assegurar aos seus descendentes uma vida cercada de ao menos uma certeza, a de ser

---

1 Acerca do processo matrimonial destinado a compor tais famílias legítimas, veja-se o Capítulo VI do livro de Maria Beatriz Nizza da Silva (1984).

filho de fulano de tal. Foi o caso de Zacarias da Silva Leite, filho de pai desconhecido e de Ana Maria, que veio a casar-se no dia 7.1.1820 com Francisca de Paula Leite, com quem teve oito filhos.[2]

A realidade de uma pequena localidade como Campinas, em 1830, impunha, sem dúvida, uma dinâmica própria, onde as pessoas, conhecendo umas às outras, se reuniam aos domingos para ouvir a missa, celebrar juntos a amizade dos vizinhos e parentes e contar as novidades e fofocas boca a boca. Brigas entre casais, mortes provocadas por facadas, festas matrimoniais de famílias importantes, enterros com a presença de músicos ou não eram assuntos que circulavam pelas vendas e esquinas da vila. Aliás, deve-se dizer que em tão poucas ruas o que não faltavam eram olhos que acompanhavam o andar dos transeuntes, como que a investigar a vida alheia. A esses olhares não escapava ninguém. Assim, ao examinar as famílias legítimas da elite agrária, bem como as outras famílias constituídas em Campinas, tem-se a ideia de que o casamento serviu a mais de um ideal.

As famílias de elite

Em *As elites e a sociedade*, Thomas Bottomore tratou do conceito de elite, demonstrando que o termo apareceu no início do século XIX na Europa e que foi difundido por intermédio das teorias sociológicas das elites por meio da obra de Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. Uma das concepções serve para "acentuar a desigualdade de atributos individuais em todas as esferas da vida social", o que levou Pareto a definir o termo como "elite governante", pois para ele havia os indivíduos que, mesmo sendo participantes dessa camada social, não participavam de forma considerável do governo. Pareto entendia que a sociedade podia ser dividida entre "não elite" e elite, e que esse grupo, também denominado "classes altas", é

2 Cf. Registro Paroquial de Casamento, 7.1.1820 (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – ACMC).

também "em geral as mais ricas. Essas classes representam uma elite, uma 'aristocracia'...". (Bottomore,1974, p.9)

O pensamento de Gaetano Mosca avança na distinção entre elite governante e a não elite, denominada por ele de "as massas". Para Mosca, a primeira, "sempre a menos numerosa, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo", o que leva ao desenvolvimento da ideia de "classe política", pois está diretamente empenhada em disputas pela liderança política, e nesse sentido foi proposto o conceito de "elite política" para definir aquilo que ele entende ser um grupo menor no seio da classe política e que compreende efetivamente os indivíduos que "exercem o poder político em uma sociedade em qualquer época." E mais:

> A extensão da elite política é, portanto, relativamente fácil de ser determinada: incluirá membros do governo e da alta administração, chefes militares, e, em alguns casos, famílias politicamente influentes de uma aristocracia ou casa real e dirigentes de poderosos empreendimentos econômicos. (Bottomore, 1974, p.16)

Podemos dizer que esses conceitos ajudam a delimitar o uso da palavra elite, tendo em vista a formação social brasileira durante o final do período colonial e ao longo de todo o império.

A elite campineira, dessa maneira, poderá ser retratada como sendo formada por aquelas pessoas que possuíam bens, seja na forma de grande número de escravos,[3] ou como proprietários de terras[4] e engenhos, além de títulos que muitas vezes acompanhavam seus nomes, como "doutor", "dona", ou uma patente militar,

3 Aqui serão aproveitadas as informações existentes nas *Listas nominativas de habitantes* para o levantamento desses dados.

4 Serão utilizados os *Inventários dos bens rústicos* de 1818 e os *Registros paroquiais de terras* de 1854. O primeiro foi efetuado conforme ao aviso régio de 21.10.1817, enquanto o segundo foi determinado a partir da lei nº 601 de 18.9.1850, porém realizado somente após regulamentação que ocorreu pelo decreto nº 1.318 de 30.1.1854 (cf. Canabrava, 1972, p.79; Silva, 1996, p.141, 167).

tal como "capitão", "sargento", "alferes" ou outra qualquer. Os "homens bons"[5] eram provenientes dessa elite e, portanto, representavam aqueles que ocupavam os cargos de comando das vilas, fossem como vereadores ou juízes, ou ainda como sargento ou capitão-mor. Os filhos dessa elite gozavam das vantagens de pertencer a tais famílias, uma vez que seus pais os levavam a, desde cedo, seguir os caminhos trilhados por eles.

O tenente Domingos da Costa Machado incentivou seu filho caçula, Domingos, a seguir a mesma trajetória do pai, e assim, aos 25 anos de idade, o jovem já era alferes. Em 1812, ou seja, após treze anos, tornara-se tenente. Em 1820, foi elevado ao posto de capitão, permanecendo nessa condição até 1826, quando atingiu a posição de sargento-mor. Finalmente, aos 60 anos de idade, Domingos da Costa Machado, o filho, atingiu o cargo máximo de major. Mas nem sempre isso era possível, pois algumas condições naturais poderiam alterar os planos desses senhores, como, especialmente, a mortalidade precoce, que ceifava a vida dos filhos, ou ainda a presença de apenas filhas no rol de herdeiros.

Para as filhas desses "homens bons" o caminho era garantir-lhes a tranquilidade de um "bom" casamento, ou seja, procurar parceiros que fossem seus iguais, que tivessem a mesma condição social, a mesma cor e, talvez, até o mesmo sangue. Por isso, ser solteira em Campinas era uma condição quase imprescindível para uma mulher contrair o casamento. Até 1824, mais de 90% das noivas eram celibatárias, ao passo que cerca de 7% eram viúvas. Por sua vez, entre os homens, o estado de viuvez permitia mais chances de um novo enlace, já que mais de 14% dos noivos tinham se casado ao menos uma vez.[6]

---

5 O termo "homem bom" corresponde ao membro da elite colonial, que, segundo Laima Mesgravis (1984), representa os sujeitos que apresentavam a "pureza de sangue", isto é, não possuíam mescla de sangue judeu, cristão novo, árabe ou negro, que não exercia "profissão mecânica", além de ser o único que podia participar dos cargos políticos na Câmara local (veja também Samara, 2003, p.35).

6 Cf. Tabela A8: Estado conjugal dos noivos (Anexos).

O casamento entre parentes era algo que as dispensas matrimoniais indicaram que fora uma prática comum, ao menos entre aqueles que possuíam melhores condições sociais, e isso não só em Campinas, mas também em Itu e região (Bacellar, 1997, cap. 4 e 5). No entanto, nos registros de Campinas, essas dispensas apareceram com maior intensidade (242 casos) após o ano de 1825.[7] Talvez isso tenha acontecido porque os casamentos que envolviam familiares mais próximos ocorressem nas demais paróquias. Quando verificados os motivos relatados para se obter as dispensas matrimoniais, nota-se a preponderância daqueles que tinham o impedimento por segundo grau de consanguinidade, o que vale dizer que havia estreita relação de parentesco entre os noivos, fato também atestado para a freguesia de Batatais e de Franca.[8] Aliás, Brioschi (1985, p.248-9) demonstrou como a escolha dos cônjuges em uma grande família do Sudeste era imprescindível como estratégia de preservação e acumulação de poder, trazendo como consequência direta o casamento entre pessoas do próprio grupo familiar ou com indivíduos de outras famílias de prestígio social reconhecido.

A propriedade da terra era outro diferencial presente entre essa camada da população, a elite, o que pode ser observado pelos registros de terras de 1818 e 1854 existentes para Campinas.

A área do Oeste Paulista em que se desenvolveu a lavoura açucareira foi a que mais cresceu no início do século XIX, tanto sob o aspecto populacional quanto o econômico, pois em 1818, as três principais vilas dessa região, Itu, Porto Feliz e Campinas, eram responsáveis por 99% do valor das exportações, e em Campinas encontravam-se os maiores engenhos da região (Canabrava, 1972, p.6).

---

7 Esses números corresponderam a 17,5% dos casamentos entre 1825 e 1850, cifra superior à encontrada para Franca e Batatais, que foi de 13,7%. Deve-se ressaltar que as dispensas matrimoniais nem sempre aparecem nos livros de casamento, o que pode ser notado por outras fontes (cf. Brioschi et al., 1999, p.249).

8 Cf. Tabela A1: Principais motivos de dispensa matrimonial (Anexos). Sobre os diversos graus de proibição de casamento, veja-se Goody (1984, p.134-46). Sobre os casamentos consanguíneos em Franca e Batatais, veja-se Brioschi et al. (1999, p.247).

Dos 45 senhores de engenho que figuraram na *Lista nominativa de habitantes* do ano de 1814, apenas onze não tinham seus nomes no *Inventário dos bens rústicos* de 1818.

Ao estudar algumas características das propriedades em Campinas no ano de 1818, nota-se que 288 proprietários ocupavam uma área equivalente a 49.530 alqueires, porém pouco mais da metade dos senhores de terras eram pequenos e médios proprietários, ocupando uma área que não chegava a 8% do total, conforme se pode ver na Tabela 48.

Tabela 48 – Proprietários, superfície, área média e escravos (Campinas, 1818)

PROPRIEDADES (ALQUEIRES)						
	0-30	**31-70**	**71-310**	**311-630**	**631 +**	**TOTAL**
Nº prop.	110	46	94	24	14	288
%	38,2	16	32,6	8,3	4,9	100
Área total	1.573,53	2.139,42	14.055,38	10.466,5	21.296	49.530,83
%	3,2	4,3	28,4	21,2	42,9	100
Área média	14,3	46,5	149,5	436,1	1.521,2	171,9
Escravos	129	64	1.177	518	453	2.341
%	5,5	2,7	50,3	22,2	19,3	100

Fonte: Inventário dos Bens Rústicos, Campinas, 1818 (Arquivo do Estado de São Paulo).

A concentração da terra nas mãos de poucos foi comum não só para Campinas, mas um sintoma generalizado por toda a capitania, segundo Canabrava (idem, p.89). No Paraná, a situação era semelhante: as vinte maiores propriedades em 1818, que representavam apenas 1% do total de propriedades, ocupavam 51,2% das terras (Gutiérrez, 1996, p.43). Quando analisada a repartição da terra entre o seleto grupo dos senhores de engenho, nota-se que estes detinham uma área de 20.271 alqueires, pouco mais de 40% das terras campineiras. Dentre os 45 senhores de engenho, oito tinham comprado suas terras, dez tinham herdado, e nove deles haviam ganhado como "esmola". Embora a terra em si valesse pouco, as instalações das "fábricas" de açúcar e as benfeitorias existentes nas

propriedades tornavam-nas valiosas, especialmente quando eram complementadas com numerosa mão de obra escrava, que na época era o capital mais valioso. Esses mesmos senhores eram responsáveis por 66% dos cativos registrados nas propriedades, demonstrando claramente sua condição de elite.

Quando examinada a situação de alguns anos mais tarde, com o apoio dos *Registros paroquiais de terras* de 1854, nota-se que, apesar de 60,1% das propriedades cadastradas nesse ano não apresentarem as medidas de testada e fundo, impossibilitando o conhecimento da área total ocupada por elas, percebe-se que a área total ocupada passou de 49.530 alqueires para 70.455, e um aumento ainda maior da concentração da terra foi notado ao verificar que apenas 21 senhores detinham 78,5% da área total, conforme indica a Tabela 49.

Tabela 49 – Proprietários, superfície, área média (Campinas, 1850)

PROPRIEDADES (ALQUEIRES)						
	0-30	**31-70**	**71-310**	**311-630**	**631 +**	**TOTAL**
Nº prop.	42	24	47	16	21	150
%	28	16	31,3	10,7	14	100
Área total	442,87	1.275,1	6.570,95	6.816,25	55.350	70.455,17
%	0,63	1,81	9,33	9,67	78,56	100
Área média	10,54	53,13	139,81	426,02	2.635,72	469,70

Fonte: Registros Paroquiais de Terras, Campinas, 1854 (Arquivo do Estado de São Paulo).

Obs.: Do total de 376 proprietários, 226 (60,1%) não declararam as medidas de testada e fundo, impossibilitando o conhecimento da área desse conjunto.

Quanto à posse de escravos, os *Registros paroquiais de terras* de 1854 não informaram nada, sendo, portanto, impossível fazer qualquer comparação, embora os inventários pós-morte de vários senhores de terras desse período revelem que essa forma de propriedade continuava sendo importante. Essa lacuna talvez possa ser explicada pela própria característica do documento oficial, que tinha por objetivo principal a demarcação das terras devolutas (Silva, 1996, p.250).

Não foi possível averiguar se, tal como em Santana de Parnaíba, as famílias de elite tiveram um comportamento diferencial em relação à divisão desigual dos bens entre seus filhos (Metcalf, 1990). Incentivar os filhos, especialmente homens, a migrar em direção às terras fartas e abundantes talvez tenha sido a regra, como ocorreu em outras frentes de ocupação com condições semelhantes às das terras de Campinas (Greven Jr., 1995, esp. cap. 6).

Enfim, pode-se considerar como explicação para o enriquecimento das famílias de elite em Campinas o casamento no seio do próprio grupo social, assim como o cultivo de produtos de exportação, tal como a cana-de-açúcar e o café, conforme foi ilustrado pela vida de Camillo Xavier Bueno da Silveira, um filho de senhor de engenho que, por meio de três casamentos com mulheres de importantes famílias campineiras, aliados ao seu empenho no cultivo dos produtos em destaque, deixou aos seus herdeiros, quando morreu, em 1871, uma fortuna calculada em 271 escravos, três sítios e 240 mil pés de café (Rocha, 2004, p.84, 86, 92).

O compadrio entre famílias

Os noivos, em sua maioria, optavam por escolher alguém que fosse casado para ser testemunha, em detrimento dos solteiros e viúvos. Além disso, ressalta-se que entre 1774 e 1818 mais de 50% dos registros foram assinados por duas testemunhas do sexo masculino, indicando que eram preferidos aqueles que fossem letrados.

Durante o período da primeira geração, quinze senhores foram convidados para testemunhar 25% dos casamentos realizados em Campinas no período de 1774 a 1797. Desses, apenas quatro não possuíam patente militar: Francisco Barreto Leme, o fundador, Bernardo Guedes Barreto, um de seus filhos, Antonio Álvares de Castro e Inácio Cabral de Camargo. As testemunhas mais requisitadas foram dois irmãos, o capitão Felipe Neri Teixeira, que assistiu a dezesseis cerimônias de casamento como sendo a primeira teste-

munha, e o capitão Joaquim José Teixeira Nogueira, que participou de dez enlaces na mesma condição.

O prestígio desses homens era expresso também em outras cerimônias, como a do batismo. No largo espaço de 23 anos, entre 1789 e 1812, o capitão Felipe Neri Teixeira foi padrinho de batismo de 43 crianças. Entre elas figura o filho do sargento mor Floriano de Camargo Penteado, que homenageou seu compadre colocando o nome de Felipe Neri de Camargo ao recém-nascido.[9] Mas a participação desse "homem bom" não se atinha apenas ao seu círculo mais próximo, e em 1799 ele foi padrinho de Maria, filha de um casal de bastardos, Bernardo Rodrigues Barreto e Gertrudes Lima.[10] Assim, o capitão Felipe Neri Teixeira construiu uma ampla rede de solidariedade por meio do compadrio, desde Bernardo Guedes Barreto e Manuel Pereira Tangerino, até o capitão Inácio Ferreira de Sá e o doutor José Barboza da Cunha, primeiro advogado que residiu em Campinas, segundo o historiador Jolumá Brito.[11]

O apadrinhamento de crianças não era a única forma de estreitar vínculos entre os grupos. Ser testemunha de um casamento era um convite que muitos entendiam não só como um chamado a aliança, mas também como forma de demonstrar o apreço pela pessoa

9 Cf. Registro Paroquial de Batismo, 22.3.1807 (ACMC). O historiador Celso Maria de Mello Pupo (1983, p.30), comentando esse fato, disse que nesse mesmo dia "o Capitão Felipe batizou a sua filha Paula, que teve por padrinho o Capitão José Luís Coelho, de Porto Feliz, que para o ato dera procuração a Floriano de Camargo Penteado, e por madrinha, a mulher deste Floriano, e homônima da afilhada, Paula Joaquina de Andrade".

10 Cf. Registro Paroquial de Batismo, 14.3.1799 (ACMC). Em estudo sobre a família escrava em Campinas, Cristiany Miranda Rocha registrou que dentre os vários padrinhos de escravos do senhor Camilo Xavier Bueno da Silveira, vários deles eram pessoas livres, como o senhor João Ataliba Nogueira, genro de Camilo, bem como libertos e escravos de outros proprietários, em uma proporção de 52,5% dos 223 padrinhos existentes, demonstrando assim o estabelecimento de "solidariedades verticais, das quais eles, certamente, esperavam auferir algum tipo de ganho, como proteção ou a possibilidade da liberdade" (cf. Rocha, 2004, p.124).

11 Cf. Registro Paroquial de Batismo, Roza, 15.3.1791, Maria, 5.5.1793, Odorico, 28.10.1795, Joaquim, 19.6.1796 (ACMC).

convidada. Prestigiar uma cerimônia tão importante quanto o casamento na qualidade de padrinho era o mesmo que sacramentar não só a união dos noivos, como também da própria amizade entre as famílias. Amizade política, por certo, porém essencial para a manutenção do *status.*

O casamento de Francisco Egidio de Souza Aranha pode elucidar essa questão, colocada por Bologne (1999, p.221), da seguinte maneira: "um casamento se destina a ratificar ou a concretizar uma aliança, e não a criá-la". Filho do alferes Pedro de Souza Campos e de dona Maria Francisca Aranha, Francisco casou-se com dona Maria Luiza Aranha no dia 16.6.1817, em Campinas, sendo convidados para padrinhos o capitão-mor João Francisco de Arruda Andrade e o capitão Teodoro Ferras Leite. Embora não houvesse parentesco entre as famílias dos noivos e dos padrinhos, estreitar vínculos com aqueles que dirigiam a vila passava a ser algo importante no intrincado jogo do poder local.

O exemplo ilustra não somente como o casamento era uma oportunidade de criar novos vínculos de amizade ou até mesmo de estreitar os já existentes, mas também revela onde o parentesco era, muitas vezes, imprescindível. Francisco e Maria Luiza eram primos, e por isso foram dispensados do segundo grau de consanguinidade para se casarem, fato muito comum entre diversas famílias aqui estudadas e que se caracterizou como uma forma de aliança no seio de uma mesma família. Forma estratégica para se evitar a dispersão da fortuna de uma família ou escassez de candidatos à altura para tais casamentos? Segundo Jean-Claude Bologne, nas sociedades de riqueza fundiária os casamentos entre parentes convinham, a fim de se evitar a fragmentação de um território, enquanto aqueles tidos entre vizinhos serviam para alargar as propriedades (ibidem, p.43).

Tratando dos arranjos matrimoniais nas vilas do Oeste Paulista, Bacellar (1997, p.92) apontou as rixas políticas e econômicas locais como fator de aproximação ou afastamento entre famílias de elite.

> A seleção dos cônjuges faria parte de uma estratégia de vida previamente pensada, visando a estruturação de uma rede de relações

familiares complementares às relações de cunho comercial. Quanto mais amplas e sólidas as relações estabelecidas, mais acessível seria o progresso socioeconômico da família.

O prestígio de alguns homens durante o período da segunda geração (1800-1825) pôde ser notado também ao serem eles convidados para testemunhar os casamentos. Desse seleto grupo de quinze homens, apenas José Pires Monteiro não possuía patente militar, enquanto quatro deles eram religiosos: o vigário da vara José Teixeira Vilela, o reverendo Albino de Godois Souza Moraes, o reverendo Manuel José Fernandes Pinto e o reverendo coadjutor Jacinto José Pereira. Só este último participou de trinta casamentos como primeira testemunha.[12]

Se a consideração, a estima pelos padres, que de alguma forma desempenhavam papel importante na vida da população por meio de festas e ritos sacramentais dirigidos pela Igreja, pôde ser vista na escolha desses para padrinhos de casamento, o mesmo não pode ser dito para as cerimônias do batismo, pois nelas houve destaque apenas para o padre Diogo Antonio Feijó, que foi padrinho de quinze crianças, e o reverendo Manuel José Fernandes Pinto, que foi testemunha de dezesseis batismos.

Para o papel de padrinho de batismo eram preferidos os casados, seguidos pelos solteiros e viúvos. Aliás, ao avançar em direção à terceira geração, a proporção de padrinhos e madrinhas solteiros foi diminuindo. Por exemplo, entre 1774 e 1799, quase 24% das madrinhas eram celibatárias, ao passo que de 1825 a 1842 esse número caiu para pouco mais de 7%.[13]

---

12 Esses quinze homens participaram de 166 casamentos como primeira testemunha, de um total de 653 cerimônias, o que equivale a 25% do total assinalado para o período de 1806-1818. Silvia Brügger (2002, p.342-3) assinalou o perfil dos padrinhos para São João Del Rei entre 1750 e 1850, mostrando que predominavam os homens brancos e com alguma distinção social, tal como padres e capitães, como pudemos perceber para Campinas.

13 Cf. Tabela A5: Estado conjugal dos padrinhos dos batizandos (Anexos).

Assim, o que se percebe é a procura por casais de padrinhos em que pelo menos um fosse casado, ou, ainda melhor, que os dois fossem marido e mulher, além de serem preferencialmente livres.[14] Associar esse ideal com a notoriedade de um capitão, por exemplo, era o padrão desejado por muitos, em especial pela elite. Não é por acaso que, entre 1804 e 1825, o capitão-mor João Francisco de Arruda Andrade foi padrinho de vinte crianças, e desses apadrinhamentos, treze foram ao lado de sua esposa, dona Ana Francisca Cardozo.

Não menos importante foi o casal Floriano de Camargo Penteado e dona Paula Joaquina de Andrade. De nobre ascendência, Floriano chegou a Campinas por volta de 1793 como alferes, passando logo a ocupar o posto de sargento-mor, até 1819, quando então se tornou o capitão-mor da vila. O casal participou de 34 cerimônias de batismo como padrinho e madrinha, e o capitão ainda foi padrinho com outras mulheres em mais nove ocasiões, tudo isso ao longo de 21 anos. No entanto, desde 1804, o capitão-mor João Francisco de Arruda Andrade e o sargento-mor Floriano eram compadres, quando o sobredito capitão Andrade afiliou a Álvaro por ocasião da cerimônia de batismo.[15] Aos 34 anos de idade, Álvaro Xavier Camargo Andrade casou-se com dona Maria Joaquina da Assunção, filha de Francisco Egidio de Souza Aranha. Presos por laços de sangue e amizade, os Penteado, Andrade e Souza Aranha formaram uma das principais bases familiares dos grandes proprietários da terceira geração, bem como dos futuros líderes políticos que se formaram ao nível municipal e que vieram a ocupar importantes segmentos da vida pública mais ampla.

Durante a geração do café, mas especialmente a partir de 1830, há uma avalanche de novos nomes entre os padrinhos de casamento e batizado, sugerindo a pulverização da influência de certas famílias, que em virtude de sua ampliação não centralizavam tais

14 Cf. Tabela A6: Relação familiar e de amizade entre padrinhos e madrinhas; e a Tabela A4: Condição social dos padrinhos dos batizandos (Anexos).

15 Cf. Registro Paroquial de Batismo, 15.1.1804 (ACMC).

cerimônias em uma única pessoa. Assim, o capitão Eliziário de Camargo Andrade e o sargento-mor Antonio Francisco de Andrade, filhos do capitão-mor Floriano de Camargo Penteado, juntos participaram como padrinhos de quatorze casamentos, entre 1826 e 1850, enquanto o pai deles, em período anterior, foi por dezoito vezes testemunha.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p.71) assinala que especialmente após a independência formou-se uma camada de políticos profissionais, os bacharéis. Estes, possuíam algo que os grandes proprietários rurais reconheciam não ter, a capacidade para desempenhar papéis de liderança no Império. Assim, Campinas, atraindo inúmeras pessoas por suas ricas terras, continuou a atrair outras mais que, com recursos, poderiam comprar terras que a cada dia valorizavam mais, e assim iniciar uma plantação de café. Dessa forma, aportaram o doutor Francisco de Assis Pupo, o cirurgião-mor e posterior comendador Francisco Álvares Machado Vasconcelos, bem como Hércules Florence e muitos outros.

Tanto os batismos quanto os casamentos foram, portanto, cerimônias que serviram para a escolha dos padrinhos e madrinhas, ocasiões em que cada família conjugal teve a oportunidade de se afirmar perante os demais familiares e amigos como pertencente à grande parentela, em que não só os laços de sangue foram imprescindíveis, como também os de interesse comum, já que uma das funções da família era justamente conservar e transmitir um dos mais caros patrimônios, as amizades e alianças construídas ao longo dos anos (Lebrun, [197?], p.68 e 75).

Nobres famílias campineiras

A nobreza que se constituiu no Brasil era essencialmente de títulos nobiliárquicos, e sua concessão tornou-se uma forma de aproximação do imperador a grupos dirigentes e instalados em diversas regiões brasileiras, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Tal aproximação pode ser notada por algumas visitas

que a família imperial fez a Campinas durante o último quarto do século XIX.

O jovem imperador, com apenas 20 anos de idade, fez sua primeira visita a Campinas após uma viagem de recreio na qual esteve em Itu, em março de 1846, permanecendo quatro dias (Lapa, 1996, p.86).

Em 1874, Campinas recebeu a visita do príncipe Conde d'Eu, hospedado por dona Maria Luiza de Souza Aranha, futura viscondessa de Campinas. No ano seguinte foi o imperador Dom Pedro II que, em companhia de sua esposa, visitou a cidade e se hospedou no sobrado de Joaquim Bonifácio do Amaral, futuro visconde de Indaiatuba. Em 1878, o imperador retornou a Campinas, sendo recepcionado pelo mesmo visconde. Após seis anos, em 1884, a princesa Isabel e sua família foram recebidas pelo futuro marquês de Três Rios, filho da viscondessa de Campinas. Em 1886 foi registrada nova visita de Dom Pedro II e sua esposa, sendo recepcionados pelo marquês de Três Rios (Pupo, 1983, p.47-8).

A riqueza gerada pelo açúcar, e posteriormente pelo café, possibilitou a formação de uma nobreza em Campinas, que passou a compor o grupo dos barões do café do Oeste Paulista. Indicativos dessa transformação foram as mudanças que se operaram no âmbito municipal, quando o cenário urbano recebeu a construção dos primeiros sobrados nas décadas de 1850 e 1860, dentre os quais alguns se destacaram justamente por hospedarem membros da família real, como o solar do visconde de Indaiatuba.[16]

---

16 Esse sobrado, construído em 1846 pela tia e sogra do visconde, dona Tereza Miquelina do Amaral, permaneceu como residência dele até 1884. A partir de 1891, tornou-se sede do Clube Campineiro, permanecendo nessa condição até 1925. De 1925 até 1959, após algumas reformas, tornou-se sede do Clube Semanal de Cultura Artística. Depois dessa época, teve múltiplos usos. Nos últimos anos, estava sendo utilizado como restaurante, quando sofreu um incêndio que comprometeu a estrutura do prédio, podendo ser visto por quem visita a cidade na esquina da Rua Barão de Jaguara com a Rua General Osório (cf. Spagnol, 1996, p.38). Imagem desse e de outros prédios de Campinas imperial, cf. Mendes (1950, p.126-265).

Nos exemplos que seguem procura-se apresentar a origem dessa camada superior da elite campineira, vinculando-a aos ciclos econômicos do açúcar e do café, bem como a alguns aspectos da vida política e social desses personagens.[17] Além disso, como chamou a atenção Jurandir Freire Costa (1989, p.216), "as famílias de elite, ciosas de seus predicados de raça e estrato social dominante, costumavam aliciar os futuros esposos dos filhos entre parentes próximos ou afastados. Diminuíam, assim, a margem de escolha com base no amor". Esse ingrediente, o amor romântico, parece ter ficado ausente de muitas das uniões que celebraram o consórcio entre jovens da elite campineira, e o casamento entre parentes pôde ser evidenciado pelas inúmeras dispensas matrimoniais concedidas a diversos noivos que pertenciam à camada social dominante, indicando que interesses materiais se sobrepunham aos demais. Aliás, segundo Eliana Rea Goldschmidt (2004, p.49), tais dispensas foram características dos "ricos e poderosos", o que em Campinas se tornou mais visível a partir de 1825, quando cresceu o número de dispensas, especialmente contra os impedimentos de consanguinidade.

Aliás, Gilberto Freyre (1980, p.341-2), em *Casa grande & senzala*, já apontava para os casamentos consanguíneos entre tios e sobrinhas e entre primos e primas nas famílias dos senhores de engenho do Nordeste brasileiro como tática para se evitar a dispersão dos bens.

Como exemplo dessas estratégias recorre-se ao caso da família Junqueira, na qual, segundo Ernesta Zamboni (1978, p.41), o estreitamento dos laços familiares por meio do casamento foi um

17 Deve-se destacar aqui que surgiram diversos "campineiros ilustres" durante o período estudado, como Antônio Carlos Gomes, maestro e compositor; Manuel Ferraz de Campos Sales, nascido em 13.2.1841, acabou se tornando influente político local e um dos primeiros presidentes da República; Francisco Glicério, propagandista da República; bem como outras ilustres personalidades que, embora não tivessem nascido em Campinas, fizeram parte da história da cidade, como o padre e regente do Império Diogo Antonio Feijó, Hercules Florence e os doutores Ricardo Gumbleton Daunt, Emílio Ribas e Tomaz Alves, para citar alguns (cf. Guimarães, 1954, p.21-2).

costume que "impediu a divisão dos bens e o desmembramento das propriedades, facilitando a contiguidade das mesmas e tornando imensos os seus domínios". Outra família ilustre, os Prado, também usou de tais meios, que, segundo Darrell Levi (1977, p.73), "alimentaram seus recursos confinados, em um grau significante, no casamento endógamo, e que muitos, talvez a maioria dos casamentos foram racionalmente arranjados, com as considerações políticas e econômicas sobrepondo-se ao amor romântico". Essas práticas foram observadas não só no Brasil, mas também na sociedade sulista norte-americana, em que os casamentos entre parentes, especialmente entre primos, foi fato constatado por diversos viajantes (Quitaneiro, 1995, p.103).

Enfim, embora Machado de Assis tenha retratado em alguns romances do final do século XIX as uniões "por amor", o casamento entre famílias ricas ainda se mantinha como forma de manutenção do *status*, conforme assegurou Maria Ângela D'Incao (1997, p.229).

Ao observar os matrimônios entre herdeiros de famílias privilegiadas em Montevidéu, Caballero (1987, p.438) assegurou que a endogamia social pôde ser percebida pelas uniões entre os sobrenomes de proprietários, comerciantes, fazendeiros e mesmo oficiais militares, fato que também marcou a cidade de Campinas.

Tais métodos parecem ter marcado também as famílias dos grandes negociantes da praça do Rio de Janeiro, que "procuraram estreitar seus vínculos com a elite política do país" (Fragoso e Martins, 2003, p.143). Como se verá, a nobreza campineira não se constituiu de uma pura aristocracia rural, uma vez que muitos desses senhores apostaram em aplicações financeiras, títulos bancários, ações em empresas públicas e privadas que certamente lhes proporcionaram meios de se adequarem à realidade de uma sociedade livre.

Enfim, ao tratar da nobreza campineira pretende-se colaborar com exemplos que retratam de forma vívida as muitas relações estabelecidas entre esse grupo e seus pares residentes em outras porções do Brasil. E ainda mais:

> A situação da elite brasileira no segundo reinado não suporta, portanto, uma classificação puramente funcional, principalmente diante da pluralidade de atividades a que se dedicam seus representantes, que poderiam ser, e muitas vezes o eram, simultaneamente, capitalistas, negociantes, políticos, fazendeiros e intelectuais. (ibidem, p.160)

Barão de Atibaia

O primeiro campineiro a receber um título de nobreza foi o fazendeiro e capitão Joaquim Antonio de Arruda Aranha, o barão de Atibaia.[18] Seus pais devem ter residido entre Campinas e Mogi-Mirim, uma vez que eles são identificados apenas na *Lista nominativa* de 1810, ainda que seus dez filhos tenham sido batizados em Campinas até o ano de 1822. O barão de Atibaia, terceiro filho do casal Antonio Manuel de Arruda e dona Maria Batista Aranha, sua prima-irmã, nasceu no ano de 1809, quando então a cana-de-açúcar se alastrava pelas terras de Campinas e região, o que deve ter favorecido a acumulação para a casa de seus pais.[19] Em abril de 1841, casou-se com a filha de um pequeno escravista, que segundo a *Lista nominativa* de 1829 era "negociante de fazendas" e possuía onze escravos.[20] O *Registro de terras* de 1854 declarou que Joaquim Antonio de Arruda possuía um sítio e terras onde cultivava café, produto esse que certamente foi responsável por sua fortuna. Dona Gertrudes Leopoldina Soares e seu marido, o barão de Atibaia, não tiveram filhos, por isso, em seu testamento o barão a declarou como "universal herdeira" de seus bens.[21] O legado para a esposa foi de 618:647$780 (seiscentos e dezoito contos, seiscentos e quarenta e

18 Título registrado em 15.11.1862 (cf. Barata e Bueno, [s. d.]).

19 Cf. Registro Paroquial de Batismo, 23.11.1809 (ACMC).

20 Cf. Registro Paroquial de Casamento, 13.4.1841 (ACMC); Lista Nominativa de Campinas, Ano 1829, Cia. 1ª, fogo 41 (Arquivo Edgard Leuenroth [AEL] – Unicamp).

21 Testamento de Joaquim Antonio de Arruda, Barão de Atibaia, 1865, TJC, 1º Of. (Centro de Memória da Unicamp – CMU).

sete mil, setecentos e oitenta réis), dos quais quase 80% correspondiam a bens de raiz.[22]

Sua participação ativa na vida da comunidade pode ser encontrada na fundação da Santa Casa, da qual foi irmão benemérito, bem como na construção da igreja Matriz do Carmo, além de sua participação na fundação do Colégio Culto à Ciência e Escola Correia de Melo. Como empresário, suas ações foram notadas na organização da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e da Companhia Paulista.[23] Como grande fazendeiro que era, participou do Clube da Lavoura, tendo sido até mesmo seu presidente e participado ativamente dos debates que se sucederam durante o Congresso Agrícola de 1878 (Arruda, [s. d.]).

Barão de Paranapanema

A baronesa de Atibaia, como já dito, era uma das filhas de um negociante em Campinas que posteriormente se tornou abastado fazendeiro, o coronel Joaquim José Soares de Carvalho, de cujo consórcio com dona Maria Felicíssima de Abreu teve sete filhos.[24] Os negócios decorrentes da expansão canavieira foram favoráveis ao filho primogênito desse casal, Joaquim Celestino de Abreu Soares, que veio a se casar em primeiras núpcias com sua prima em terceiro grau, dona Joaquina Angélica de Oliveira, filha do capitão Joaquim Quirino dos Santos, com quem teve seis filhos, dentre os quais uma filha, dona Perciliana, que viria a contrair núpcias com um irmão de seu pai, portanto seu tio, o advogado doutor Antonio Galdino de Abreu Soares.

Estudando a nobreza formada na Bahia, Kátia Mattoso (1998, p.143) revelou que "a estratégia matrimonial por eles adotada tem por fim, obviamente, a conservação desses bens de raiz e acrescê-los com a contribuição trazida pela esposa", por essa razão primas

22 Inventário, 1881, TJC, 4º Of., Cx. 234, nº 4753, p.194, 194v, 198 (CMU).

23 Fundo João Caetano Monteiro Filho. Série Personagens. Barão de Atibaia. (CMU).

24 Cf. Registro Paroquial de Casamento 30.5.1821 (ACMC).

e sobrinhas foram escolhidas para esposas entre muitos nobres, não somente na Bahia como também em Campinas.

Fazer fortuna com o café foi o destino desses homens, e de forma semelhante ao cunhado, Joaquim Celestino de Abreu Soares foi agraciado com o título de barão de Paranapanema.[25] No entanto, não foi a primeira esposa de Joaquim Celestino de Abreu Soares que compartilhou o título nobiliárquico recebido, nem tampouco a segunda mulher, e sim sua terceira esposa, a sobrinha do barão de Atibaia, seu cunhado, dona Maria Carolina de Toledo Lima, bisneta de Albano de Almeida Lima, um dos "homens bons" de Campinas, "tendo sido procurador da segunda Câmara, da, então, vila, empossada em 26 de abril de 1798" (Brito, 1956, v.I, p.46).

1º barão de Araraquara ou visconde de Rio Claro; barão de São João do Rio Claro ou barão de Mello Oliveira

O professor jubilado de retórica da cidade de São Paulo Estanislau José de Oliveira resolveu viver seus últimos dias nas terras da vila de Campinas, onde possuía uma propriedade de 110 alqueires denominada Engenho dos Pinheiros na qual trabalhavam 46 escravos.[26] Segundo seu testamento, teve dezoito filhos ao lado de sua esposa, dona Maria Joaquina de Araújo, a quem deixou a incumbência de cuidar dos filhos menores, pois quando de sua morte, em 1826, a caçula Francisca tinha apenas cerca de seis anos de idade.[27] Seu trabalho em São Paulo lhe proporcionou um contato com algumas personalidades importantes da época, como o coronel Daniel Pedro Müller, que foi padrinho de batismo de sua última filha, nascida em Campinas.[28]

25 Título passado em 15.9.1887 (cf. Barata e Bueno, [s. d.]).
26 Cf. Registros Paroquiais de Terras de 1854 (Arquivo do Estado de São Paulo).
27 Testamento de Estanislau José de Oliveira, professor de Retórica, 1823, TJC, 1º Of. (CMU).
28 Cf. Registro Paroquial de Batismo, 10.12.1820 (ACMC).

Estabelecido no período áureo do açúcar em Campinas, o Engenho dos Pinheiros certamente garantiu a formação de fortunas maiores que foram aplicadas no café por seus filhos anos mais tarde. Mas como legado ele deixou uma rede de amizades que garantiu aos descendentes uniões seguras. Por exemplo, em Campinas, uma de suas filhas, dona Esperança Joaquina de Oliveira, casou-se com o capitão José Bento Gomes, enquanto outra, dona Ana Maria das Dores, veio a contrair núpcias com o capitão João Batista da Luz.[29] Mas foi o filho José Estanislau de Oliveira que do posto de alferes passou a ser o senhor da cidade de Araraquara, tornando-se o primeiro barão daquela localidade, em 1867.[30]

Do casamento do barão de Araraquara com dona Elisa Justina de Mello Franco foram registrados em Campinas oito nascimentos. Dona Amália Carolina Oliveira Borges, a primeira filha do casal, tornou-se a baronesa de Dourados,[31] enquanto o doutor Luís José de Mello Oliveira viria a se tornar o barão de São João do Rio Claro,[32] cidade que deu nome ao novo título do primeiro barão de Araraquara, o de visconde de Rio Claro.[33] O título de barão de Araraquara passaria então a outro membro de sua família, Estanislau José de Oliveira, neto.[34]

Barão de Pirapitingui

Como filho do diretor e fundador de Campinas, Bernardo Guedes Barreto teve uma vida bastante ativa na vila que adotou para sua

29 Cf. Registro Paroquial de Casamento, 29.4.1824 e 7.1.1826, respectivamente (ACMC).

30 Decreto em 30.5.1867 (cf. Barata e Bueno, [s. d.]).

31 Foi casada com o tenente-coronel José Luís Borges, que recebeu o título de barão de Dourado em 19.8.1889. Cf. Fundo Jolumá Brito. Série Personagens. Dados biográficos. Barões diversos, p.287 (CMU).

32 Decreto em 28.2.1885. Posteriormente passou a ser barão de Mello Oliveira, conforme decreto de 28.3.1885 (cf. Barata e Bueno, [s. d.]).

33 Decreto em 19.7.1870 (cf. Barata e Bueno, [s. d.]).

34 Decreto em 28.2.1885. Passou a ser chamado segundo barão de Araraquara (cf. Barata e Bueno, [s. d.]).

residência. Sendo um dos signatários da petição para a criação da vila, foi vereador eleito para a Câmara de 1799 a 1804 (Brito, 1956, v.I, p.132). Deixou nove filhos, sendo Joaquim Guedes Barreto um dos vereadores em 1815. Nesse mesmo ano, Bernardo Guedes Barreto era um dos senhores de engenho de Campinas, morando ao lado de 32 escravos em sua propriedade e mais 15 agregados, dos quais alguns eram donos de outros doze escravos.[35] Além disso, em 1818, quando foram cadastradas as terras, ele possuía uma sesmaria no Taquaral equivalente a 450 alqueires, e o número de seus escravos havia sido elevado para 39.[36]

Após sua morte, a sesmaria foi repartida entre seus filhos, e Vicente Guedes Barreto, que havia se casado com dona Matilde Maria de Souza, de Mogi-Mirim, tornou-se um dos pródigos herdeiros do pai. Desse consórcio nasceu José Guedes de Souza em 1830, que veio a se tornar fazendeiro de café em Mogi-Mirim e Santa Rita do Passa-Quatro, proprietário de terras no estado do Paraná, capitalista em São Paulo e um dos fundadores da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, na qual por alguns anos foi membro da diretoria, marcas essas que fizeram dele o barão de Pirapitingui, o qual por duas vezes hospedou em sua residência em Mogi-Mirim Sua Majestade Imperial, Dom Pedro II.[37]

Barão de Cascalho, barão de Porto Feliz e barão de Monte Mor

Em 1º.1.1795, a "Lista Geral dos moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas" indicou como capitão dessa freguesia o senhor Antonio Ferraz de Campos, de 51 anos de

35 Lista Nominativa de Campinas, Ano 1814, Cia. 2ª, fogo 10 (AEL – Unicamp).

36 Inventário dos Bens Rústicos de Campinas, 1818 (Arquivo do Estado de São Paulo).

37 Decreto em 7.5.1887 (cf. Barata e Bueno, [s. d.]). Pirapitingui é um ribeirão que fica no termo da vila de Mogi-Mirim (cf. Brito, 1956, v.1, p.57). Cf. Fundo Jolumá Brito. Série Personagens. Dados biográficos. Barões diversos, p.285 (CMU).

idade, casado com dona Maria da Cunha de Almeida, de 36 anos, ao lado de seis filhos menores que permaneciam junto aos pais, sendo João o mais velho entre eles, com 16 anos. O alferes Manuel Ferraz de Campos era o filho mais velho do casal e apareceu em domicílio próprio aos 23 anos de idade, possuindo nessa ocasião quatro escravos. Também não se encontrava entre a família do capitão a filha Ana Maria da Cunha Ferraz, embora ela viesse a se casar com o capitão José da Rocha Camargo apenas em julho de 1795.

O capitão Antonio Ferraz de Campos, além de ser o responsável que assinou a *Lista nominativa* de 1795, cuidava de seus 55 escravos, os quais certamente estavam trabalhando na expansão das lavouras de seu senhor. Passados nove anos, o velho capitão veio a falecer, deixando a seus filhos uma situação confortável. Para se ter uma ideia, em 1818, quando foram registradas as propriedades em Campinas, um de seus filhos, João Ferraz de Campos, possuía quatorze cativos e um sítio de 161 alqueires, ao passo que o alferes José Ferraz de Campos tinha dezessete escravos e uma propriedade de 225 alqueires, enquanto o filho mais velho, Manuel Ferraz de Campos, ao lado de um sócio não especificado, contava com uma área em cultura de 450 alqueires e quarenta escravos. Aparentemente, o filho mais prejudicado foi Joaquim Ferraz de Campos, com apenas 24 alqueires e quatro cativos.[38]

Em 1829, a situação para alguns filhos do capitão Antonio Ferraz de Campos havia mudado bastante. Sua filha, dona Ana Maria da Cunha Ferraz, se encontrava viúva e era uma senhora de engenho que administrava o trabalho dos setenta escravos que possuía, produzindo cerca de 2.400 arrobas de açúcar.[39] Por sua vez, o alferes José Ferraz de Campos, que havia se casado com dona Umbelina de Campos Camargo, fizera crescer sua família com dez filhos, como também multiplicava seus bens, e nesse mesmo ano ele contava com o trabalho de 63 escravos em sua "fábrica de açúcar",

38 Inventário dos Bens Rústicos de Campinas, 1818 (Arquivo do Estado de São Paulo).

39 Lista Nominativa de Campinas, Ano 1829, Cia. 6ª, fogo 72 (AEL – Unicamp).

produzindo 3.500 arrobas do "ouro branco".[40] A riqueza do alferes José Ferraz de Campos foi sendo transferida para o café, bem como aos seus herdeiros. A ele foi atribuída a designação de "comendador", e posteriormente a de barão de Cascalho, uma vez que possuía uma fazenda em Limeira com esse mesmo nome, enquanto para seu filho Candido José de Campos Ferraz, a de barão de Porto Feliz, e a José Bonifácio de Campos Ferraz, a de barão de Monte Mor, este último casado com a neta do importante capitão Floriano de Camargo Penteado, dona Francisca de Paula Andrade.[41] Aliás, a baronesa de Monte Mor era prima-irmã de seu marido e sobrinha da baronesa de Itatiba.[42]

Barão e visconde de Indaiatuba

Entre os dois filhos do tenente José Rodrigues Ferras Amaral e dona Ana Matildes, o que diferenciava Tereza de Joaquim, além do sexo, era a idade entre ambos, pois quando nasceu Joaquim, em 1815, sua irmã já contava com aproximadamente 13 anos. Nessa mesma época o tenente era um senhor de engenho que produzia 1.000 arrobas de açúcar com o trabalho de 27 escravos.[43] Mas foi com a herança do pai que o mesmo tenente se tornou um grande latifundiário, com uma propriedade de 1.064 alqueires e 55 cativos. Sua produção de açúcar poderia subir ainda mais, não fosse sua morte, em 1819.[44]

Após a morte do pai, dona Tereza Miquelina do Amaral casou-se com o capitão Antonio Pompeu de Camargo, com quem teve

40 Lista Nominativa de Campinas, Ano 1829, Cia. 6ª, fogo 2 (AEL – Unicamp).

41 Respectivamente Decreto de 14.8.1867, 6.11.1867 e 22.7.1874 (cf. Barata e Bueno, [s. d.]). Sobre a designação de barão de Cascalho, veja-se Spagnol (1996, p.58).

42 Fundo Jolumá Brito. Série Personagens. Dados biográficos. Barões diversos, p.282 (CMU).

43 Lista Nominativa de Campinas, Ano 1814, Cia. 4ª, fogo 14 (AEL – Unicamp).

44 Cf. Inventário dos Bens Rústicos de Campinas, 1818 (Arquivo do Estado de São Paulo); Registro Paroquial de Óbito, 30.8.1819 (ACMC).

seis filhos, dos quais dona Ana Guilhermina do Amaral Pompeu era a primogênita. Essa nobre campineira era filha de um dos maiores "engenheiros" da vila, e com 86 escravos atingiu a produção de 2.400 arrobas de açúcar.[45] Em 1829, Joaquim ainda era menino, e a viúva, dona Ana Matildes Pacheco de Almeida, continuou o processo de enriquecimento de seu finado marido, cuidando não só dos filhos menores, mas também aumentando o número de cativos para 63 e fazendo o engenho produzir 3.000 arrobas de açúcar.[46]

Passados dez anos, Joaquim Bonifácio do Amaral foi forçado a abandonar a faculdade de Direito, uma vez que seu irmão José Rodrigues retirou-se para os Estados Unidos da América e jamais se teve notícia sua. Assim, Joaquim Bonifácio passou a administrar a Fazenda Sete Quedas. Casou-se com sua sobrinha Ana Guilhermina com as devidas dispensas matrimoniais em 24.6.1839, vindo a ter doze filhos. Os *Registros de terras* de 1854 confirmaram que Joaquim era proprietário da Fazenda Sete Quedas, no bairro da Boa Esperança, fruto de uma herança. No entanto, deve-se supor que tal fazenda era utilizada para diversas culturas, entre elas o café, produto que teve seu preço garantido pelo comércio internacional e que proporcionou um enriquecimento muito maior desse Joaquim, que viria a se tornar capitão, barão de Indaiatuba e, finalmente, visconde de Indaiatuba.[47]

Antes de se tornar o visconde de Indaiatuba, Joaquim Bonifácio do Amaral participou ativamente de diversos aspectos da vida de Campinas. Como afiliado ativo do partido liberal, se envolveu no movimento revolucionário de 1842, escapando do massacre da venda grande, vindo a ser um dos principais líderes da política local no período de 1844 até 1868, tendo sido até mesmo vereador entre 1849 e 1852. Como lavrador, fundou, em 1852, na Fazenda Sete Quedas, uma colônia alemã, introduzindo o trabalho de livres em

45 Lista Nominativa de Campinas, Ano 1829, Cia. 3ª, fogo 1 (AEL – Unicamp).
46 Lista Nominativa de Campinas, Ano 1829, Cia. 4ª, fogo 59 (AEL – Unicamp).
47 Cf. Registros Paroquiais de Terras de 1854 (Arquivo do Estado de São Paulo). Respectivamente: Decreto de 16.2.1876 e 19.7.1879 (cf. Barata e Bueno, [s. d.]).

uma época em que a preocupação com o fim da escravidão ainda não se fazia tão declarada. Além disso, participou da fundação do "Club da Lavoura de Campinas onde conseguiu reunir Campos Salles, Delfino Cintra, Jorge Miranda, Quirino dos Santos, Glycerio, Geraldo de Rezende, Hercules Florence e tantos outros" (Salles, 1899). Na área educacional, ajudou a criar o Colégio Culto à Ciência, um instituto que deveria seguir os moldes do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Finalmente, em 1875, quando da inauguração da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, hospedou o imperador Dom Pedro II e sua esposa, vindo a repetir o ato em 1878, quando o chefe do Estado excursionava pelo interior.[48]

Viscondessa de Campinas, marquês de Três Rios, barão de Itapura e barão de Anhumas

Junto de Francisco Barreto Leme, o fundador, veio José de Souza Siqueira, sua mulher, dona Margarida Soares de Campos, e mais três filhos, instalando-se na região entre Anhumas e Mogi-Mirim. As duas famílias se aparentaram quando do casamento dos dois filhos mais velhos de José de Souza. João de Souza Campos e Sebastião de Souza Campos se casaram com as filhas de Barreto Leme, Úrsula da Silva Guedes e Ana de Arruda Cabral, respectivamente. O terceiro filho de José de Souza, o alferes Pedro de Souza Campos, casou com dona Maria Francisca Aranha, e os dois se tornaram pais de Francisco Egidio de Souza Aranha. Veja-se a genealogia da família fundada por esse senhor na Figura 2.

Em 1817, Francisco Egidio de Souza Aranha se uniu à sua prima, dona Maria Luiza de Camargo, depois de dispensados de segundo grau de consanguinidade.[49] Tiveram dez filhos, sendo uma criança "párvula", que veio a falecer em poucos dias. A maioria dos filhos cresceu e veio a se casar, aumentando grandemente a família Souza

48 Cf. Fundo João Caetano Monteiro Filho. Série Personagens. Visconde de Indaiatuba (Centro de Memória de Campinas).

49 Registro Paroquial de Casamento, 16.6.1817 (ACMC).

Aranha. Em 1829, o censo indicou que Francisco Egidio já era um dos maiores senhores de engenho de Campinas, abrigando 94 escravos e uma produção de açúcar que atingia 3.500 arrobas.[50]

O casamento entre parentes parece ter sido algo arranjado na família de Francisco Egidio, como mostra o casamento de dona Ana Tereza e dona Libânia, que se uniram no mesmo dia a dois irmãos, Manuel Carlos Aranha e Joaquim Policarpo Aranha, com a dispensa de "terceiro grau misto ao segundo duplicado por consanguinidade em linha colateral", na Fazenda do Mato Dentro. Segundo Jolumá Brito, Joaquim Policarpo Aranha era primo em segundo grau de dona Libânia.[51] O curioso é que esses "primos" eram "expostos" que foram criados pelo reverendo José Francisco Aranha Barreto Camargo, tio por parte materna da mulher de Francisco Egidio, dona Maria Luiza.[52] Para Brioschi (1985, p.134), "o reconhecimento dos ilegítimos não se dava apenas no nível formal", mas de fato, uma vez que eram incorporados à grande família pelo casamento com parentes, como também ocorreu entre membros da família Junqueira. No entanto, deve-se salientar que muitos desses filhos ilegítimos tiveram seu passado "apagado", a fim de se manter uma imagem ideal da família em foco, como demonstrou Marins (2002, p.49 e 51).

Para James Casey (1989, p.94, 106), esse processo homogâmico, ou seja, o casamento dentro do mesmo grupo familiar e social, prevaleceu nas sociedades em que as filhas, tal como os filhos, também herdavam bens e onde aumentava a necessidade de conservar a propriedade.

O *Registro de terras* de 1854 mostrou um pouco da riqueza do senhor Francisco Egidio de Souza Aranha. Ele apareceu como dono de quatro propriedades, todas compradas de outras pessoas, que juntas somavam 2.475 alqueires. E na Fazenda de Mato Dentro havia uma casa de morada e fábrica de café, enquanto as duas

---

50 Lista Nominativa de Campinas, Ano 1829, Cia. 3ª, fogo 43 (AEL – Unicamp).

51 Fundo Jolumá Brito. Série Personagens. Dados biográficos. Barões diversos, p.277 (CMU).

52 Registro Paroquial de Casamento, 6.2.1843 (ACMC).

maiores fazendas tinham fábricas de açúcar.[53] Em seu inventário, aberto em 1861, Francisco Egidio deixou uma fortuna calculada em 1.052:134$210 (um mil e cinquenta e dois contos, cento e trinta e quatro mil e duzentos e dez réis), dos quais 468:500$000 (quatrocentos e sessenta e oito contos e quinhentos mil réis) foram avaliados em escravos, enquanto os bens de raiz não chegaram a 270:000$000 (duzentos e setenta contos de réis).[54] Essa fortuna para a época era representativa de pessoas que tinham títulos de nobreza, embora alguns membros dessa camada social, como o barão dos Campos Gerais, no Paraná, não atingiram nem a metade do valor acumulado por Francisco Egidio. No inventário do barão dos Campos Gerais, David dos Santos Pacheco, o valor do monte mor foi de 342:940$340 (trezentos e quarenta e dois contos, novecentos e quarenta mil, trezentos e quarenta réis), e isso no ano de 1893, segundo Westphalen (1995, p.84).

Em 1854, no entanto, não era o senhor Francisco Egidio de Souza Aranha o único proprietário em sua família. Seu filho primogênito, Joaquim Egidio de Souza Aranha, que havia se casado com dona Ana Francisca da Silva, também se apresentou como proprietário da Fazenda Alegre, de 112 alqueires, onde havia uma casa de morada e café. Os dois irmãos, Joaquim Policarpo e Manuel Carlos Aranha, também tinham duas propriedades em conjunto, uma de 450 alqueires e outra de 675 alqueires, onde provavelmente cultivavam café.

Francisco Egidio de Souza Aranha morreu antes de se tornar um barão do café, embora tenha sido ele um dos incentivadores e talvez o primeiro grande produtor de café em Campinas. Não obstante, a fortuna que ele deixou para sua esposa e seus filhos possibilitou que dona Maria Luiza de Souza Aranha viesse a ver seu filho Joaquim Egidio de Souza Aranha tornar-se o barão de Três Rios. Mas esse filho da geração do café não teve sua trajetória interrompida nesse

53 Cf. Registros Paroquiais de Terras de 1854 (Arquivo do Estado de São Paulo).

54 Inventário de Francisco Egidio de Souza Aranha, 1861, TJC, 1º Of., Cx. 76, nº 1.859, p.14-30 (CMU).

ponto, e no dia 19.7.1879 uma comemoração maior tomou conta da família Souza Aranha, pois o barão de Três Rios passava a ser o visconde de mesmo nome, enquanto sua mãe, dona Maria Luiza, passava a ser a viscondessa de Campinas.[55] O prestígio do visconde diante do imperador Dom Pedro II não parou, assegurando em 1880 o título de conde de Três Rios e, finalmente, o de marquês de Três Rios, em 1887.[56] Essa carreira se fez paralela à sua ascensão política, pois foi vereador da Câmara de Campinas de 1849 a 1852 e de 1857 a1860 e presidente de 1873 a 1876. Passou a deputado provincial e tornou-se vice-presidente da província, exercendo a presidência de 7.12.1878 a 12.2.1879, de 4.3 a 7.4.1881, e de 5.11.1881 a 7.1.1882 (Azevedo Filho, 1942).

Os "expostos" também ganharam posições de destaque dentro da sociedade campineira e paulista. No caso do capitão Joaquim Policarpo Aranha, foi vereador da Câmara entre 1845 e 1848, e em 1846, quando da primeira visita do jovem imperador Dom Pedro II a Campinas, teve a honra de hospedá-lo. No ano de 1883, foi agraciado com o título de barão de Itapura por seus atos de caridade e filantropia, ao passo que seu irmão, o capitão e comendador Manuel Carlos Aranha de Camargo, viria a se transformar no barão de Anhumas no ano em que o império ruiu.[57] O prestígio do barão de Itapura pode ser medido pelos bens computados em seu inventário, dos quais chamam a atenção a Fazenda Atibaia, a Fazenda Chapadão, a Fazenda Santa Tereza e a Fazenda Dois Córregos, que juntas somavam 830:000$000 (oitocentos e trinta contos de réis), além de seu palacete na Rua do Imperador, hoje Marechal Deodoro, no valor de 100:000$000 (cem contos de réis).[58]

---

55 "A Viscondessa de Campinas foi a única titular do Império que recebeu a titulação sem intermédio do marido" (Spagnol, 1996, p.61).

56 Respectivamente Decreto de 14.7.1872, 19.7.1879, 16.2.1880, 7.5.1887 (cf. Barata e Bueno, [s. d.]).

57 Respectivamente, Decreto de 19.1.1883 e 25.9.1889 (cf. Barata e Bueno, [s. d.]). Obs.: Dona Ana Tereza, filha da viscondessa de Campinas e esposa do barão de Anhumas, faleceu antes que o título fosse concedido ao marido.

58 Inventário, 1889, TJC, 2º Of., Cx. 259, nº 5.623, p.3, 4v, 5 (CMU).
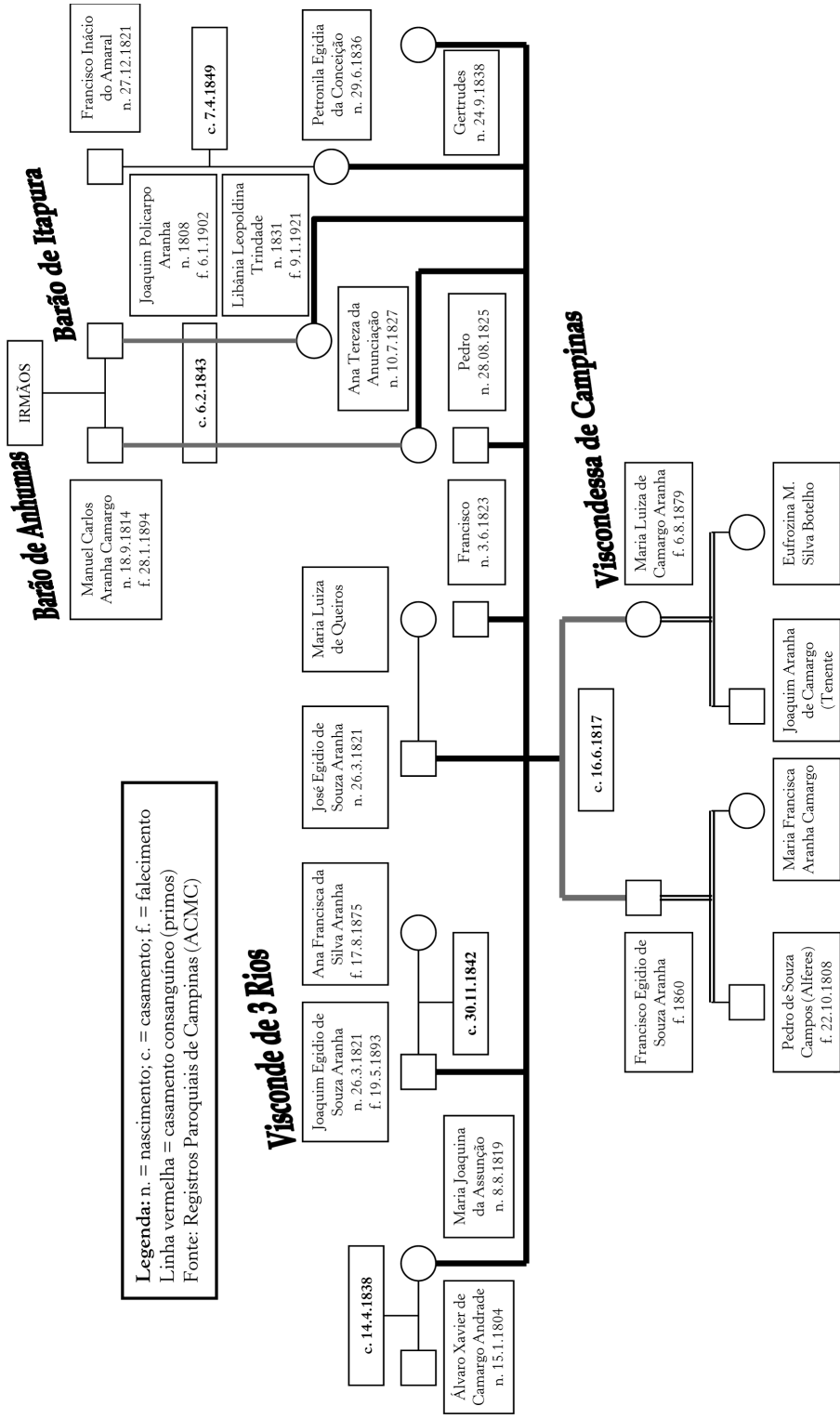
Figura 2 – Genealogia da Família Souza Aranha

Barão de Itatiba e barão de Ibitinga

Algo semelhante a algumas famílias da nobreza campineira que se instalaram no final de século XVIII ocorreu com os ascendentes do barão de Itatiba, Joaquim Ferreira Penteado. O casamento desse filho do capitão Inácio Ferreira de Sá e de sua segunda mulher, dona Delfina de Camargo Penteado, representou, mais uma vez, uma das estratégias para se evitar a dispersão dos bens, o casamento entre parentes. Assim, em 1830, a cerimônia selou a união entre os primos Joaquim Ferreira Penteado e dona Francisca de Paula Camargo, conforme se pode observar pela Figura 3.

O noivo era filho de um pai que havia se tornado um dos grandes senhores de engenho de sua época. Em 1798, com 32 escravos, sua produção de açúcar era de 650 arrobas, subindo para 2.550 arrobas no ano de 1804 (Brito, 1956, v.I, p.57).[59] Por sua vez, dona Francisca era filha do capitão Floriano de Camargo Penteado, um dos "homens bons" de Campinas e que ocupou o cargo de juiz ordinário no início do século XIX, quando então se tornou capitão-mor agregado da vila de Campinas. Esse era também um senhor de engenho, que em 1813 produzia cerca de 2.500 arrobas de açúcar com seus noventa escravos (Brito, 1957, v.4, p.48).[60]

Em 1818, ele possuía duas propriedades que somavam 500 alqueires de terras, sendo uma delas explorada por um de seus filhos.[61] No ano de 1829, a situação do capitão havia melhorado ainda mais, pois passou a produzir mais de 4.000 arrobas de açúcar e tinha o segundo maior plantel de escravos de Campinas, com 136 cativos.[62]

59 Veja-se também: Lista Nominativa de Campinas, Ano 1798, Cia. 1ª, fogo 42 (AEL – Unicamp).

60 Brito, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. São Paulo: Saraiva, 1957, vol.4, p.48.

61 Cf. Inventário dos Bens Rústicos de Campinas, 1818 (Arquivo do Estado de São Paulo).

62 Lista Nominativa de Campinas, Ano 1829, Cia. 1ª, fogo 6 (AEL – Unicamp).
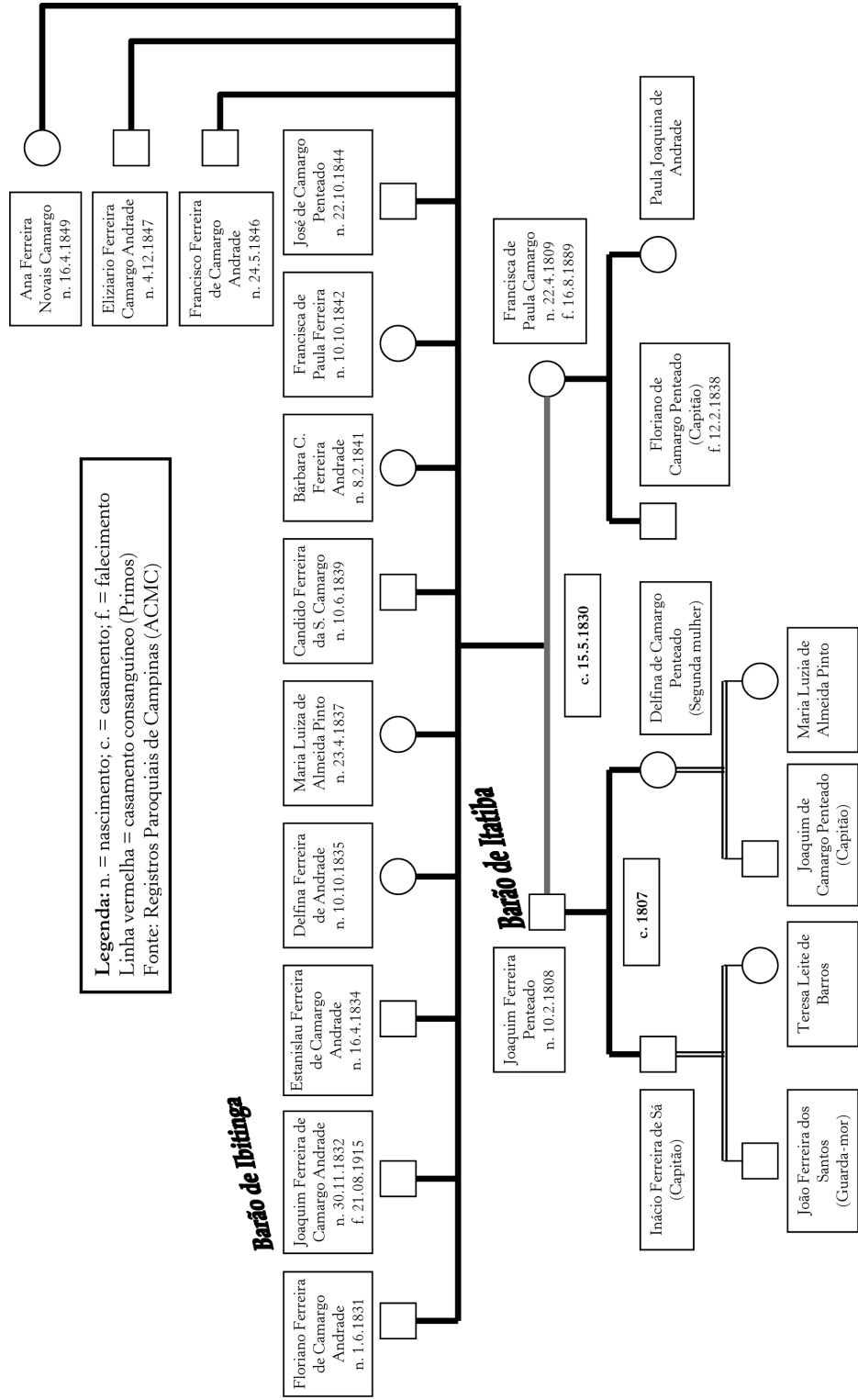
Figura 3 – Genealogia da Família Ferreira Penteado

Dessa forma, os filhos dessa geração do açúcar puderam ser respaldados na sólida base econômica que seus pais lhes garantiram, e assim garantir a manutenção e expansão do patrimônio recebido. Para se ter uma ideia, o monte mor levantado quando da morte de Joaquim Ferreira Penteado foi de 421:739$358 (quatrocentos e vinte e um contos, setecentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e oito réis), valor que certamente veio contribuir para o futuro de seus herdeiros.[63] O barão e a baronesa de Itatiba[64] tiveram doze filhos, porém foi o segundo filho do casal, Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, que se tornou o barão de Ibitinga, coroando a geração dos Ferreira Penteado, conforme se pode observar pela Figura 3.[65]

Em seu testamento, o barão de Itatiba havia determinado que "a casa, que construí na rua de minha atual residência (Rua do Regente Feijó) expressamente para escola, que nela mantenho para meninos pobres" deveria continuar com um de seus herdeiros.[66] Essa instituição, que veio a se chamar Escola Ferreira Penteado, foi também conhecida pelo nome de "Escola do Povo", pois era destinada a oferecer ensino primário gratuito para meninos pobres, segundo os ideais de seu fundador. No entanto, deve-se dizer que essa não foi uma atitude isolada, pois no mesmo ano de sua fundação, isto é, em 1881 nascia a Escola Corrêa de Mello com objetivos semelhantes, ou seja, o de abrigar crianças carentes de ambos os sexos (Lapa, 1996, p.170, 176). Essas escolas foram fruto de iniciativas que começaram muito tempo antes, como a fundação da escola de "João Coração", em 1851, e que se multiplicaram rapidamente, "possivelmente pela orientação liberal da oligarquia cafeeira local, que nesse sentido preferia o ensino laico, se possível de orientação

63 Inventário de Joaquim Ferreira Penteado, 1867, TJC, 1º Of., Cx. 227, nº 3.939, p.13-6 (CMU).

64 Decreto de 18.3.1882. Cf. Fundo Jolumá Brito. Série Personagens. Dados biográficos. Barões diversos, p.280 (CMU).

65 Decreto de 7.5.1887 (cf. Barata e Bueno, [s. d.]).

66 Testamento de Joaquim Ferreira Penteado, Barão de Itatiba, 1882, TJC, 1º Of. (CMU).

positivista, maçônica e iluminista", como foi o Colégio Culto à Ciência (ibidem, p.166).[67]

O barão de Ibitinga, que nasceu em Campinas no dia 30.11.1832, veio a tornar-se um dos maiores fazendeiros da região, com uma importante fazenda de café no município de Espírito Santo do Pinhal. Em seu inventário foram anotadas sete fazendas, além de casas, terrenos, ações de bancos e companhias, dinheiro em Santos a juros e dívida ativa. O "orçamento", como consta de seu inventário feito em vida, demonstrou que efetivamente sua riqueza era comparada aos homens mais ricos do Brasil, com nada menos que a soma de 7:167:646$989 (sete mil cento e sessenta e sete contos, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e nove réis).[68] No campo político, foi vereador da Câmara Municipal de Campinas pelo Partido Liberal de 1873 a 1876, enquanto, como empresário, tomou parte da diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e da Companhia Campineira de Iluminação a Gás. Tal como seu pai, criou, no pavimento térreo de sua casa, uma escola para alunos pobres, que funcionou de 1880 a 1889 e que em certo momento chegou a ter 66 alunos.[69]

Famílias legitimadas

O nascimento de um filho em um momento não desejado poderia levar uma mulher a uma situação embaraçosa diante dos fa-

---

67 O Colégio Culto à Ciência foi inaugurado em 12.1.1874 e está em funcionamento até os dias de hoje. Aliás, deve-se salientar que, segundo Lapa (1996, p.164), em 1871 Campinas tinha "16 escolas de ensino primário, sendo cinco públicas e onze particulares, quatro para meninas e doze para meninos, além de três colégios que atendiam ao ensino primário e secundário [...], aos quais ainda acrescenta [...] inúmeras escolas de fazendas e bairros rurais – cerca de 30 escolas".

68 Inventário do barão e da baronesa de Ibitinga, 1892, TJC, 1º Of., Cx. 373, nº 5.903, p.151-4 (CMU).

69 Cf. Fundo Jolumá Brito. Série Personagens. Dados biográficos. Barões diversos, p.275-6 (CMU); Lapa (1996, p.176).

miliares e da comunidade, por isso a "exposição" de crianças foi o meio que muitos indivíduos encontraram para escapar dessa situação. Em outras circunstâncias a exposição também foi fruto da própria pobreza reinante entre muitas famílias, que deixavam os filhos ao cuidado de outras pessoas.

O subsequente casamento após o nascimento dos filhos era uma forma de legitimar a união entre casais que se mantinham fora dos padrões estabelecidos pela Igreja. Ao regularizar a situação do casal, era possível também legitimar os filhos havidos enquanto solteiros. Essa era a situação de Rozendo Pires de Siqueira quando se casou, isto é, a de "filho legitimado por subsequente matrimônio de Inácio André Rodrigues e de Francisca Margarida", como também a posição de Antonio José de Oliveira, um filho reconhecido após o casamento de Francisco de Freitas e de Francisca de Assis e que se casou com Antonia Fortunata de Aparecida, filha de Joana Miquelina e de pai incógnito.[70]

Embora não fossem mais bastardos, os filhos legitimados eram, vez por outra, lembrados de sua situação anterior, até mesmo porque a regularização da condição de um casal poderia demorar muito tempo, como ocorreu com Carlota, que, nascida em 1816, teve seu reconhecimento realizado após o casamento de seus pais, o capitão Francisco Alves de Souza e dona Bárbara Maria de Jesus, em 31.11.1835. Esse casal teve uma vida em comum antes do matrimônio não só representado pelo nascimento da primeira filha, Carlota, mas pelos cinco filhos que a sucederam até 1833. E após o casamento, o capitão e dona Bárbara ainda tiveram José e Jacinta, nascidos em 1837 e 1838. Os documentos não revelam o motivo pelo qual o casal manteve uma relação estável por tanto tempo antes de contrair o casamento, mas é certo que muitas pessoas do círculo mais íntimo do capitão Francisco Alves lhe proporcionaram o apoio a fim de que sua relação com dona Bárbara fosse mantida. Dentre essas pessoas, a mãe do capitão teve papel importante, pois duas de

70 Registros Paroquiais de Casamento, 20.6.1849 e 15.10.1850 (ACMC).

suas filhas foram "expostas em casa de dona Ana Maria Cordeira", a avó das crianças. Assim, Carlota e Francisca devem ter recebido o cuidado e o carinho por serem, além de crianças, suas netas. Outra criança foi exposta na casa do próprio pai, enquanto Joaquim foi declarado filho de pai incógnito e de Bárbara, filha solteira de Clara Maria de Jesus. Por sua vez, dois irmãos do capitão, portanto tios das crianças, foram padrinhos na hora do batismo de Joaquim, nascido em 1831, e de Ana, em 1833.[71]

Diante das tramas percebidas nesse caso, é possível que as demais pessoas envolvidas no apadrinhamento das crianças também tivessem amplo conhecimento da situação que vivia o capitão Francisco e dona Bárbara, incluindo Nossa Senhora das Dores, que fora eleita madrinha da filha Ana, curiosamente a última filha antes de se casarem diante do vigário Joaquim Anselmo de Oliveira. Ao comentar sobre a diferença entre filhos naturais e espúrios, Linda Lewin (2003, v.1, p.43) assegura que ambos eram ilegítimos, uma vez que eram nascidos fora do casamento legal, e que no caso dos filhos naturais, apesar do reconhecimento paternal, aqueles carregavam o "estigma da ilegitimidade". No entanto, os registros de casamento ainda apontam que o casal viu realizado em sua própria casa o casamento de sua segunda filha, dona Maria Custodia de Souza, que aos 23 anos uniu-se a Custódio José de Araújo Guimarães, um português do bispado de Braga. Nesse caso, parece que a mancha de seu nascimento foi "esquecida", pois o vigário que registrou o episódio de seu matrimônio não fez menção de sua condição de nascimento, como ocorreu em outras situações envolvendo pessoas de inferior "qualidade".

Outro casal que manteve relação estável durante longos anos foi o tenente Antonio Benedito de Cerqueira Leite e dona Maria Zelin-

71 Registro Paroquial de Casamento, 31.10.1835 (ACMC). A legitimação dos filhos se acha no Livro 6 de Batismos, folhas 178 e 178v. O casal teve os seguintes filhos antes do casamento: Carlota (11.10.1816), Maria Custodia de Souza (6.6.1823), Francisca (7.9.1827), Francisco (15.12.1828), Joaquim (23.10.1831) e Ana (29.1.1833).

da da Conceição. Tiveram oito filhos antes de se casarem, em outubro de 1837, e após o consórcio, outras sete crianças completaram a extensa prole. A primeira filha legítima foi batizada com um nome muito significativo para o casal. Pureza, nascida em 17.7.1839, certamente passou a significar um momento na vida do casal sem a preocupação das mentiras que envolveram os filhos anteriores.[72]

A diferença dessa história para com a do capitão Francisco e de dona Bárbara é que, no registro da terceira filha, Bráulia, nascida em 21.1.1833, o tenente Cerqueira Leite reconhece sua filha "natural", bem como duas filhas anteriores, como assinala o documento.

> Declarou o mesmo tenente Antonio Benedito, que reconhecia a presente criança Bráulia por sua filha, e uma assim Antonia e Maria, batizadas anteriormente das quais foi também Joaquim Antonio de Melo (padrinho), sendo sua mulher também madrinha da menina de nome Maria, e que por verdade do reconhecimento que fazia da presente criança, e das outras duas assinava-se comigo.[73]

Assim, a imagem da mãe foi ocultada até a realização da cerimônia matrimonial, quando então puderam legitimar seus filhos. Essa situação de viver na ilegalidade diante da Igreja perturbava a alma desses fiéis, e embora tivessem um contato amoroso frequente, por razões que se desconhecem, este era impedido de ser realizado debaixo das normas eclesiásticas. Talvez o fato de o tenente Cerqueira Leite ser filho de uma das famílias da primeira geração de povoadores e grandes produtores de açúcar indicasse que ele deveria estreitar relações com outras famílias da elite campineira, em vez de se unir à filha de Ana Francisca da Maternidade e de pai desconhecido. Seja o que for, a situação foi superada com o apoio de Joaquim Antonio

72 Os assentos de cinco filhos legitimados constam do Registro Paroquial de Batismo, livro 6 folha 201, e neles encontra-se referência às datas dos batismos anteriores. No entanto, apenas de dois deles foi possível encontrar os registros originais, dos quais um é de uma filha natural.

73 Registro Paroquial de Batismo, 21.1.1833 (ACMC).

de Melo e Bernardo José de Sampaio, padrinhos das seis crianças havidas antes do casamento em 1837.[74] Após a legalização dessa união, o casal ainda teve oito filhos, dos quais um foi o ilustre Francisco Glicério de Cerqueira Leite, que a partir da Convenção de Itu (1873) participou ativamente do Partido Republicano na Província de São Paulo, vindo a ser vereador em Campinas, deputado federal e senador, e em 1890, durante o governo provisório, atingiu o posto de ministro da Agricultura, vindo a ser homenageado com seu nome figurando em uma das principais ruas de sua cidade natal.[75]

Aos 28 anos de idade, a viúva dona Maria Perpétua Teixeira, mãe de quatro filhos, provavelmente foi a progenitora de Luis, que nasceu no dia 1º.6.1827. Esse nascimento foi fruto da relação que ela manteve com o espanhol Romão Vidal, de quem teria ainda as filhas Antonia e Tereza antes de se casarem, em 20.3.1832.[76]

Interessante foi perceber que um dos filhos do primeiro casamento de dona Maria Perpétua Teixeira teve conduta semelhante à de sua mãe, ou seja, Joaquim Carlos Duarte do Rego registrou o nascimento de sua filha, Idalinda, em 1840, mas veio a se casar somente em 1846 com dona Ana Francisca de Andrade, a filha natural do capitão João Francisco de Andrade e que residia na casa de uma de suas tias, dona Úrsula Franca de Andrade.[77] Após a legalização da união, o casal ainda teve três filhos até 1850. Para Linda Lewin (2003, v.1, p.58-9), a legitimação dos filhos pelo subsequente casamento contribuiu significantemente para as baixas taxas de casamento, porque os casais que não contraíram uma união legítima, mesmo após o nascimento de diversos filhos, poderiam conferir todos os efeitos de legitimidade aos seus descendentes. Para Campinas, no entanto, os poucos casos de legitimação por

74 Registro Paroquial de Casamento, 8.10.1837 (ACMC).

75 Registro Paroquial de Batismo, 24.6.1846 (ACMC).

76 Deve-se ressaltar que Tereza nasceu três meses após o casamento, confirmando as relações pré-matrimoniais do casal. Cf. Registro Paroquial de Batismo, 21.6.1832 (ACMC).

77 Cf. Registro Paroquial de Batismo, 17.9.1840 e Registro Paroquial de Casamento 16.4.1846 (ACMC).

subsequente casamento não devem ter tido o impacto sobre as baixas taxas descrito por Lewin e contribuíram pouco para suster a onda de bastardia.[78]

Pelos exemplos descritos notamos que a legitimação dos filhos ocorria tanto para aqueles que foram expostos como para o caso de filhos naturais, isto é, quando a identidade de um dos pais era ocultada. Quando o reconhecimento da mãe poderia suscitar algum problema, fosse ela solteira ou viúva, esconder o nome da pessoa era uma prática muito usada, associada, muitas vezes, ao batismo da criança realizado fora do meio em que viviam os pais. Essa última ideia advém do fato de muitos casos em que as mães incógnitas apareciam, o nome dos pais não figuravam nas listagens de habitantes de Campinas, como no caso do major Francisco Alves Alvim, pai do menino Carlos.[79]

A omissão do nome da mãe nos pareceu também uma prática mais recorrente por pessoas da elite, uma vez que entre os pais havia alferes, tenentes, capitães e doutores, títulos que indicavam a origem de indivíduos mais abastados. Já nos casos de encobrimento do nome do pai, surgem prenomes de mulheres muito comuns, simplificados, isto é, sem o nome de família, como Gertrudes Maria, Maria Antonia, Roza Maria e outros. Houve casos em que a expressão "filha solteira de" indicava a filiação legítima de tais mulheres, e outras em que designava uma filiação espúria ou de uma condição social inferior, como "Ana de tal, agregada de Salvador Bueno", ou ainda Eva, liberta, "escrava que foi de" Diogo Antonio Feijó. Diversos prenomes seguidos "de Jesus", "do Espírito Santo", "das Dores", "da Purificação", "dos Prazeres", "do Carmo", "do Rozário", "da Conceição", "da Anunciação", "da Paixão", "dos Santos", "de São José", "da Luz" etc., compunham uma plêiade de nomes que passaram ao uso comum de várias famílias, em especial daquelas que eram pobres.

---

78 A fim de verificar as taxas de ilegitimidade, veja-se a Tabela 50: Ilegitimidade em relação ao total de batismos.

79 Registro Paroquial de Batismo, 14.1.1833 (ACMC).

A legitimação, no entanto, nem sempre era possível, como podemos compreender do nascimento de Diogo Antonio Feijó. Este era filho de dona Maria Joaquina Soares de Camargo, filha do capitão Inácio Soares de Barros e de dona Marta de Camargo Lima. Seu pai, um padre, que em virtude do sacerdócio jamais poderia vir a se casar com dona Maria Joaquina, a menos que ele viesse a abandonar sua carreira eclesiástica, parece ter optado por manter o relacionamento ilícito diante da Igreja para a qual trabalhava, mas à qual não era fiel. O nascimento de Feijó não deve ter sido fruto de um amor fortuito, pois consta que ele teve uma irmã, dona Maria Justina de Camargo (Daunt, 1937, p.195).

Em Mariana, por sua vez, a prática do reconhecimento foi comum, especialmente entre os clérigos, afirmou Ida Lewkowicz (1992, p.206-7), que, relatando sobre a "fragilidade humana" a que seguiam, utilizavam o testamento como instrumento para efetivar o reconhecimento paterno.

Enfim, sacramentar uma relação que já existia de fato foi uma das formas pelas quais alguns casais optaram, e assim vieram a legitimar seus filhos. Houve situações, no entanto, em que a decisão pelo casamento foi retardada durante anos, e em muitos casos, jamais se concretizaram. Não obstante, parece que o apoio da família mais ampla aos filhos advindos de uniões não sancionadas pela Igreja foi fundamental para que essas crianças tivessem uma educação e um futuro que não fosse o do abandono.

A prática da legitimação de filhos também existiu em várias partes da América Latina, e muitos relatos apontam para mulheres que resguardaram sua gravidez de forma secreta a fim de manterem sua honra e escaparem de suas consequências. Esse código de honra enfatizava um controle da sexualidade, sobretudo feminina, valorizando a virgindade e o matrimônio. A legitimação por meio do subsequente casamento demonstrou a existência de homens e mulheres que não foram vistos como "transgressores" das normas eclesiásticas, mas que também não as respeitaram. Posição intermediária que garantiu para muitos a possibilidade de legitimar sua descendência e colocá-la em uma posição respeitável e honrosa (Twinam, 1989, p.118-55).

A família dos pobres

Em vários testamentos do século XIX nota-se uma preocupação em distribuir esmolas aos pobres da localidade em que vivia o testador. Dona Mariana de Souza declarou que "toda a minha roupa será vendida, e seu emporte doado pro rata para os mendicantes desta vila recomendando-lhes na entrega da dita esmola orem incessantemente a Deus pela minha salvação".[80]

Outro relato deixado pela filha do doutor José Barboza da Cunha revela a mesma preocupação para com os mendigos. Isso advinha da preocupação com o mundo *post-mortem*, em que cenas do purgatório inspiravam as pessoas a fazerem caridade àqueles mais desfavorecidos. Assim, temos: "Declaro que no dia do meu falecimento se dará de esmola a cada pobre mendicante que se achar nesta vila a esmola de trezentos e vinte a cada um".[81]

Se a existência dos pobres é certa no seio dessa sociedade, um cuidado maior deve ser dado à expressão esmola. Por exemplo, no *Inventário dos bens rústicos* de 1818 encontramos que Luis Antonio de Souza recebeu por "esmola" nada menos que cinco propriedades variando de 112 a 450 alqueires! Mas ele não foi o único, e Francisco Pinto Ferraz recebeu outras duas propriedades por "esmola", sendo uma delas verdadeiro latifúndio com 1.350 alqueires! Outros dois senhores também ganharam benefícios semelhantes, o que não significa que necessitassem de auxílio, pois nas terras recebidas estavam alocados muitos escravos, demonstrando o poder desses senhores.[82]

Mas a expressão "esmola" não aparece apenas nos *Bens rústicos*. As *Listas nominativas de habitantes* também são ricas fontes de informação sobre as atividades dos chefes de família, indicando até mesmo aquele que "vivia de esmola". A viúva Josefa de Godois

---

80 Testamento de Mariana de Souza, 1821, TJC, 1º Of., Cx. 24, nº 637 (CMU).

81 Testamento de Mariana Barboza de Souza, 1817, TJC, 1º Of., Cx. 17, nº 470 (CMU).

82 Luis Antonio de Souza tinha nas cinco propriedades e 229 escravos; Francisco Pinto Ferraz, 66; enquanto Francisco Antonio de Souza possuía 83 cativos, e Teodoro Ferraz Leite, 55.

Lima era agricultora e registrou, em 1818, uma propriedade de 112 alqueires. Nessa época ela cuidava de três filhas e um filho, todos menores de 15 anos de idade. Passados dez anos, a lista nominativa de Campinas assinalou que aquela vivia só e de "esmolas", aos 60 anos de idade.[83] Tal situação pode espelhar algumas mudanças na vida dessa senhora que podem ajudar a esclarecer sua transformação de proprietária para a condição de despossuída.

O casamento dos filhos esvaziaram o domicílio de Josefa, o que a levou a ficar só, possivelmente por querer manter sua autonomia em relação aos filhos. Por outro lado, sua avançada idade a impedia de lidar com o campo, sua atividade original. Assim, viver do auxílio alheio poderia ser uma alternativa, dada a caridade já demonstrada nos testamentos. Quanto às suas terras, é provável que as tenha repartido entre seus filhos, pois em 1850, quando foi efetuado outro levantamento das propriedades existentes, dois de seus filhos figuravam como proprietários: Francisco Antonio de Camargo, com um sítio e terras da Ponte Preta, onde havia casas de morada e monjolo, enquanto dona Raquel Umbelina de Camargo possuía terras de invernada e um pequeno sítio de nome Cabreúva, com 34 alqueires de área.[84]

A opção de Josefa de Godois Lima por viver de esmola demonstra que ela não era alguém que não tinha quem a socorresse em um momento de necessidade. Pelo contrário, ela estava cercada por filhos que, com certeza, ofereceriam a devida ajuda no tempo certo. Eram pequenos agricultores que tinham suas próprias terras e que dela tiravam o necessário sustento. Enfim, Josefa não estava desamparada, embora a leitura dos documentos nos levasse a supor o contrário.

Assim, a esmola pode ser entendida como uma doação feita aos pobres e mendigos, de caráter filantrópico, e também como um

---

83 Listas Nominativas de Habitantes, Ano 1814, 3ª Cia., fogo 66; Ano 1818, 3ª Cia., fogo 5; Ano 1829, 3ª Cia., fogo 108 (AEL – Unicamp). Inventário dos Bens Rústicos de Campinas, 1818 (Arquivo do Estado de São Paulo).

84 Cf. Registros Paroquiais de Terras, Campinas, 1854 (Arquivo do Estado de São Paulo).

benefício concedido gratuitamente a um ente querido. Aliás, os testamentos estão repletos de casos em que diversos tipos de pessoas foram agraciados com a *terça*. Não seria essa também uma forma de esmola?

Devemos ser cautelosos ao associar pessoas que viviam de esmola aos pobres e necessitados, daí a importância em tentar compreender o que viria a ser pobre. Os registros de óbitos nos dão algumas pistas. Quando morreu Mateus, o padre escreveu que "não souberam dizer o nome do pai e nem a sua naturalidade: era pobre, e por isso se lhe fiz seu funeral gratuitamente".[85] Não ter um nome de família era o mesmo que não ter origem, por isso muitos pobres, especialmente aqueles que tinham sido escravos, acabavam adotando o sobrenome de seus ex-senhores. Assim, Felipe Teixeira, que faleceu no dia 19.5.1845, tinha sido ex-escravo do capitão Joaquim José Teixeira. Dado o sobrenome de Agostinho Francisco de Campos, poderíamos supor ser ele de origem "nobre", porém, não fosse uma identificação positiva do documento, afirmando que aquele era "natural da África", jamais deduziríamos sua condição social.[86]

Assim, Maria de tal, "que vivia de pedir esmolas", morreu aos 4.3.1840, enquanto Vitória de tal, que era "pobre mendiga", foi enterrada no dia 2.1.1841. A que famílias pertenciam essas mulheres?

Alguns vigários fizeram certas anotações ao lado dos registros de óbitos que diziam: "não fez testamento por ser pobre". Assim, não ter um nome de família, ser um agregado ou alforriado e não ter dinheiro para pagar os emolumentos do funeral eram sinais claros da pobreza que divisava com a miséria.

Para Kátia Mattoso (1988, p.161), uma das razões que levavam esses libertos e pobres ao casamento era

> um acordo de entendimento e ajuda mútua por uma melhoria da qualidade de vida dos dois parceiros. Pouco importa se a divisão dos bens não é equânime contanto que os dois esposos encontrem

85 Registro Paroquial de Óbito, 7.4.1836 (ACMC).
86 Registro Paroquial de Óbito, 7.8.1845 (ACMC).

> na vida em comum vantagens e garantias: a mulher busca o apoio de uma presença masculina, tão necessária nessa sociedade na qual o verbo "poder" é masculino; o homem, frequentemente desprovido de bens, trocará alegremente esse apoio por seu sustento.

Os níveis de riqueza entre os pobres poderiam variar muito, desde uma situação como a de Josefa de Godois Lima, até a condição de uma Maria de tal. O que havia em comum, no entanto, era a falta de bens, terras e escravos com que certamente poderiam galgar novos círculos de amizade e poder.

A condição de pobreza poderia ainda ser exemplificada pelo casamento de José e Francisca. Veja-se o que disse o assento.

> Se receberam solenemente na face da Igreja por palavras do presente por marido e mulher José, escravo de José Correa da Silva, natural e batizado na freguesia de Nazaré, filho legítimo de Antonio da Cunha, forro agregado com o Alferes Manuel [...], e sua mulher Liberata, escrava do sobredito, já falecida; com Francisca, forra, natural e batizada na vila de São João de Atibaia, filha de Inácio, escravo de Francisco de Godois Moreira, e de sua mulher Joana, forra agregada ao sobredito.[87]

Em uma sociedade escravista como a brasileira, o limite da pobreza talvez estivesse também no limite da liberdade. Forros, agregados, forros agregados, administrados, enfim, pessoas de uma condição social estigmatizada pelas precárias condições de existência foram os candidatos a ocupar o nível mais baixo de pobreza. Como vimos no exemplo de José e Francisca, dois jovens oriundos de condições muito semelhantes, ambos eram filhos de forros agregados. No entanto, a condição de forra para a mulher tornava privilegiada a condição da criança nascida de seu ventre, como foi ilustrado pelo caso de Francisca, que se tornou forra. Não obstante, a liberdade de Francisca era relativa, uma vez que, ao ter que acom-

87 Registro Paroquial de Casamento, 14.4.1795 (ACMC).

panhar seus pais, ela deveria permanecer presa ao domicílio do senhor de seu pai ao menos até sua maioridade. No caso de Francisca se casar também com um indivíduo forro, ambos poderiam construir uma nova vida, uma vida de liberdade. No entanto, seu noivo, José, era um escravo, como seu pai, e, portanto, ao casar-se com ele ela deveria segui-lo, ou seja, se unir à casa de José Correa da Silva.

Casos como esse ilustram uma condição que não poderia trazer prejuízo para o senhor do escravo, ou seja, que o casamento se tornasse uma forma de independência dos cativos. Assim, assinar um termo de que o cônjuge livre acompanharia ao escravo era uma das condições impostas a esse tipo de casamento. O matrimônio entre Miguel, escravo, e Ana, forra, foi precedido de um termo de seguimento em que "os mesmos (testemunhas) assinaram termo, pela contraente não saber escrever, em que se obriga, a mesma, a seguir seu marido em qualquer parte na forma que determina a mesma Provisão".[88]

Ao comentar sobre esse tipo de casamento misto, Eliana Rea Goldschmidt (2004, p.123) disse que

> os escravos só poderiam casar se apresentassem a licença do senhor por escrito e o termo de seguimento assinado pelo contraente não submetido à escravidão. Tais exigências, não previstas pela legislação, mas adotadas na prática pelas autoridades eclesiásticas, consagraram, no século XIX, o procedimento da sociedade escravocrata em relação aos casamentos mistos. Esses poderiam se realizar, pois a doutrina católica assim o determinava, mas não deveriam colocar em risco o poder senhorial.

Gabriel, gentio de Guiné, escravo de Bernardo Guedes Barreto, e "Joaquina, bugre forra apanhada no mato e batizada nesta vila", receberam as bênçãos nupciais, tal como Antonio, "bugre de nação Guaianase" e Luiza, crioula escrava.[89] Índios e negros fizeram parte

88 Registro Paroquial de Casamento, 2.3.1802 (ACMC).
89 Registro Paroquial de Casamento, 1.11.1822 e 21.4.1822 (ACMC).

dessa camada pobre, uma vez que o processo de expropriação dessa parcela da população foi extremamente intenso. Não foram muitos os casos de casamentos mistos entre negros e índios, talvez por que ambos partilharam da condição de escravos, mas esses exemplos nos dão uma pequena amostra de tipos de famílias pobres.

O registro de casamento entre Leodoro de Camargo e Alda Brandina também ressalta essa proximidade com a escravidão ao dizer que ambos eram filhos de alforriados.[90] O mundo de livres, libertos e escravos muitas vezes se confundiam, e talvez por essa razão Reginaldo, escravo do padre João Albertino de Seixas, tenha sido uma das testemunhas do casamento de Pedro Pedrozo e Carolina da Anunciação, esta última filha de pai incógnito.[91]

Uma história que apresenta muito bem como se deu o processo de formação de uma família pobre começou quando estávamos consultando a *Lista nominativa* de 1790 de Campinas, que apresentou no domicílio de Domingos da Costa Machado, o pai, a presença de dois filhos, duas mulheres agregadas e doze escravos. Entre os escravos pudemos perceber a presença da família escrava nessa propriedade, uma vez que duas crianças haviam nascido naquele ano. Além disso, Manuel, de 46 anos, e Elena, de 40, tinham seus nomes um seguido do outro, indicando os laços de união entre ambos, que seguia ao nome da filha Francisca, de 4 anos de idade.[92] Por sua vez, a lista de habitantes de 1795 mostrou algumas transformações no seio dessa família escrava. Elena e outras quatro crianças apareceram como agregadas, enquanto Manuel ainda se mantinha como um dos escravos do velho Domingos.[93]

Por meio do trabalho de reconstituição de famílias, utilizando como fonte os registros paroquiais, foi possível perceber melhor a dinâmica que envolveu a formação da família de Manuel e Elena e

90 Registro Paroquial de Casamento, 3.1.1846 (ACMC).
91 Registro Paroquial de Casamento, 10.5.1845 (ACMC).
92 Lista Nominativa de Campinas, 1790, fogo 681 (Arquivo do Estado de São Paulo).
93 Lista Nominativa de Campinas, 1795, fogo 75 (Arquivo do Estado de São Paulo).

sua descendência. Elena Maria, como nos indicaram os registros de batismo dos filhos, foi liberta pelo seu senhor, possivelmente antes do nascimento de sua primeira filha, uma vez que no registro desta Elena Maria é designada liberta.[94] Desse modo, como consequência do ventre livre, nota-se que à medida que os demais filhos nasceram, foram ganhando a liberdade. Assim foi com Manuela, Gertrudes, José Maria e Ana Maria, esta última nascida em 1798.[95] Não se encontram documentos que indiquem o que aconteceu com o pai dessa família, embora a morte pudesse ser um destino quase certo; afinal, quando do nascimento de sua última filha, aquele já contava com cerca de 50 anos. Os filhos, por sua vez, gozaram do privilégio de pertencer à população livre, e como tal viveram.

A filha mais velha do casal Manuel e Elena, Francisca de Paula, casou aos 18 anos com Frutuozo de Souza, com o qual teve sete filhos.[96] O filho José Maria contraiu o matrimônio com Vicência Maria, uma adolescente de 13 anos de idade, filha de Alexandre e Antonia Maria, aquele um escravo de José da Cunha, e esta uma mulher forra.[97] Como se pode notar, José Maria escolheu alguém de igual condição, com quem teve dez filhos. Quanto aos demais filhos, não foi possível obter informações acerca do que lhes reservou o passar do tempo, mas certo é que Manuel e Elena, apesar de viverem uma vida conjugal entrelaçada com a escravidão, deixaram filhos e netos livres do jugo que recaía aos escravizados.

Pode-se, ainda, citar outro exemplo ilustrativo dessa situação em que liberdade e escravidão se confundiam. João Mateus era filho de Mateus, escravo de dona Maria Antonia Arruda, e de Ana Maria, forra, e qual veio a se casar com Manuela Maria de Jesus,

94 Cabe assinalar, como nos mostrou esse exemplo, a importância de se valer de mais de uma fonte para o estudo da história, seja qual for a temática envolvida.

95 Registros Paroquiais de Batismos, Francisca, 6.1.1788; Manuela, 21.6.1789; Gertrudes, 16.10.1791; José Maria, 1.1.1794; Ana Maria, 25.11.1798 (ACMC). Obs.: Não foi achado o registro de José Maria, mas sua idade foi atribuída pela Lista Nominativa.

96 Registro Paroquial de Casamento, 7.1.1806 (ACMC).

97 Registro Paroquial de Casamento, 28.5.1816 (ACMC).

filha de Liberata Maria e de pai incógnito.[98] O casal, que se uniu em julho de 1819, teve nove filhos, dos quais Antonia Maria do Pilar, de apenas 14 anos, se casou em Campinas com Elisbão Pedro de Jesus no ano de 1837, deixando os pais na condição de avós após o nascimento de duas crianças, que infelizmente morreram precoces, conforme era a sina de grande parte da população infantil.[99]

Como se pôde notar, entre as camadas populares a homogamia pareceu ser uma característica marcante. Em São João Del Rei houve essa mesma tendência, pois "a igualdade jurídica era buscada nos casamentos realizados entre 1729 e 1850, uma vez que 94% das pessoas se uniram a outras da mesma condição" (Brügger, 2002, p.247). Em Vraiville, na França, entre 75% e 88,5% dos lavradores casavam-se com filhas de lavradores, enquanto a homogamia entre os jornaleiros variou de 66,7% a 75% entre os períodos de 1706 a1752 e 1753 a 1802. Tais resultados indicam que raramente as pessoas se casavam fora de seu meio social (Lebrun, [197?], p.34).

Deve-se ressaltar que a parcela daqueles que se diziam pobres em Campinas era relativamente pequena diante dos muitos domicílios ocupados por pessoas que tinham as mais variadas profissões. Por exemplo, a *Lista nominativa de habitante* de 1814 declarou a existência de apenas dezessete chefes de domicílios que viviam de esmolas, e quarenta agricultores disseram que não tinham colhido nada, o que poderia colocá-los em uma condição de pobreza, ao menos temporária. Já em 1829 a situação não se alterou muito, sendo dezenove esmoleiros chefes de família e somente cinco agricultores sem colheita alguma. Além disso, Valter Martins (1996, p.163-4), em seu estudo sobre os pequenos agricultores em Campinas, demonstrou que não só os senhores de engenho foram beneficiados com a expansão da economia local, mas que muitos desses trabalhadores conseguiram modificar as condições materiais de vida com a acumulação auferida durante anos de trabalho no campo.[100]

---

98 Registro Paroquial de Casamento, 12.7.1819 (ACMC).

99 Registro Paroquial de Casamento, 30.9.1837 (ACMC).

100 Obs.: Em 1814, 342 chefes de família foram declarados como agricultores, ou seja, 47,7% do total de domicílios.

Finalmente, podemos dizer que entre a não elite havia uma camada popular, pobre ou remediada pelas mais variadas condições de trabalho a que se sujeitavam, e que vivia com maior liberdade, possibilitando uma mobilidade espacial mais intensa. O concubinato era mais frequente entre esse grupo, não só pelas dificuldades econômicas impostas ao casal, mas até mesmo porque a mulher trabalhava, e com isso ela podia dispensar seu parceiro quando este deixasse de cumprir com o papel esperado como "marido" (Godineau, 1997, p.320).

7
Famílias ilegítimas

Deve-se dizer que a legitimação de uma união por subsequente casamento não se aplicava aos casos de descendência incestuosa ou adulterina, ou seja, não se adequava a uniões que tinham impedimentos dirimentes. Assim, as leis canônicas determinavam que os descendentes seriam considerados ilegítimos (Lewin, 2003, v.I, p.74). Aliás, casar sabendo que entre os noivos houvesse algum impedimento era considerado grave pecado, segundo as Constituições Primeiras (vide 1719, p.122).

O concubinato ou amancebamento consistia, segundo a Igreja, em uma ilícita conversação por tempo considerável entre um homem e uma mulher. No entanto, um casal em estado de mancebia deveria ser admoestado pelo pároco "com muito resguardo", e se no caso de "solteira ou viúva que vier a se casar, não se procederá contra elas. Quando os cúmplices forem solteiros e quiserem se casar, não se procederá contra eles" (ibidem, p.342). Diante do exposto, pode-se dizer que a preocupação da Igreja, bem como da sociedade da época, recaía essencialmente sobre os casos de concubinato em que houvesse "fama pública", que fossem alvo de "escândalo". Segundo Fernando Torres-Londoño (1994, p.105), o amancebamento era uma forma de comportamento que, tal como o matrimônio, guardava um traço fundamental deste, ou seja, a ga-

rantia da "propagação humana", e em várias situações a "lealdade" e "inseparabilidade" dos concubinados. Portanto:

> O concubinato era uma forma de vida. Um outro "estado" público que podia ser relativamente estável, mesmo não contando com as vantagens do casamento reconhecido pela Igreja e pelo Estado. Familiares, amigos e vizinhos e mesmo o pároco sabiam quem estava vivendo em concubinato e se relacionavam com o casal, que, como os outros, assistia ao principal ato social, a missa dominical. (ibidem)

Para Torres-Londoño, o concubinato interessava às camadas de brancos pobres, mulatos, forros, índios e escravos. Aliás, entre esses últimos, a própria Igreja deixou transparecer o peso desse tipo de relação entre os cativos, declarando ser ela "usual, e quase comum em todos", o que determinava a responsabilidade de seus senhores no que se referia à realização dos casamentos entre os escravos a fim de os "apartar do ilícito trato" (vide 1719, p.340-1). E no caso de Campinas, a existência dos livros de registros de matrimônio, batismo e óbito dos escravos demonstra que os senhores seguiram as determinações paroquiais ao longo de todo período escravocrata. Um exemplo para ilustrar essa atitude é o de um casamento coletivo de doze casais de escravos do senhor Francisco Egidio de Souza Aranha, realizado no ano de 1841.[1]

Em um estudo sobre o concubinato na Bahia, Luiz Mott (1983, p.99) percebeu que a falta de dinheiro para dar andamento aos trâmites que envolviam o enlace religioso talvez fosse uma das razões para se encontrar o predomínio de solteiros entre os amancebados, uma vez que tais uniões procuravam repetir o mesmo padrão estrutural do matrimônio cristão. Enfim, sejam quais forem as razões das mancebias, fato é que inúmeras dessas relações eram responsáveis por boa parte da prole ilegítima.

1 Registros Paroquiais de Casamento, Livro 4: Livres e Escravos, 4.5.1841 (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – ACMC).

Sobre a situação europeia, sabemos que os filhos ilegítimos eram em menor número, se comparados aos dados brasileiros de que dispomos para várias localidades, e tal diferença foi apontada por Flandrin (1992, p.197) em razão da "abolição da concubinagem", fato que explicaria "em parte porque o número de nascimentos ilegítimos diminuiu consideravelmente do século XVI até meados do século XVIII", em especial na França. No entanto, essa visão é questionada por Lebrun ([197?], p.96) por ele achar que a abordagem quantitativa da ilegitimidade pelo uso dos registros de batismos é grosseira, e isso porque, segundo J. Bourgeois-Pichat, demógrafo que

> calculou as probabilidades de concepção segundo a frequência das relações sexuais, uma única relação, o que é o caso frequente em matéria de amor ilegítimo, apenas teria oito hipóteses sobre cem de ser fecunda. Logo, por oito declarações de gravidez fazendo prova de uma única relação, pode-se supor 92 outras relações não fecundas, parte imensa de um iceberg.

Tais discussões chamam a atenção para o cuidado que se deve ter na interpretação dos números e instigam a procurar outras fontes para se avaliar o assunto da ilegitimidade.

Os estudos sobre o abandono de crianças, seja no Brasil ou em outras áreas da América Latina, têm revelado que grande número de óbitos de crianças foi daquelas consideradas ilegítimas. Por exemplo, em Santiago do Chile, uma pesquisa sobre a Casa de Órfãos demonstrou que 70% das crianças ali admitidas tinham menos de 1 mês, e que 80% delas eram ilegítimas. A sobrevivência dessas crianças era assegurada por alguns meses, pois 81% delas morriam antes de completar 8 meses de vida (Meza, 1991). Assim sendo, saber os números do abandono em uma sociedade é uma das chaves para se entender os elevados índices de mortalidade infantil.

Nas próximas páginas, portanto, estarão sendo tratados particularmente os casos de filhos de mães solteiras e de crianças expostas, ou enjeitadas, que ilustram muito bem a enorme gama de ilegíti-

mos. Finalmente, dois casos de adultério serão considerados para abordá-los dentro do contexto da ilegitimidade das uniões.

Mães solteiras, pais incógnitos

Nos *Registros paroquiais*, a ilegitimidade pode ser identificada pelo desconhecimento do nome do pai da criança nos casos de batismo, o que faz supor que muitos nascimentos poderiam ocultar histórias de adultérios. O forro Ilário da Conceição declarou em seu testamento que era "filho de Luisa, escrava que foi do alferes Pedro de Sousa Campos, e de pai incógnito". Dada sua condição, seu casamento, realizado no dia 30.12.1810, celebrou sua união com Domeciana Maria do Espírito Santo, também filha de uma escrava solteira, pertencente a dona Maria Joaquina de Camargo. Um dos padrinhos dessa cerimônia foi o reverendo Diogo Antonio Feijó, algo que chamou a atenção, pois a partir dessa data a liberta Domeciana Maria passou a usar o sobrenome Feijó, fato registrado em dez documentos de batismo nos quais ela foi madrinha.[2]

Essa prática já havia sido assinalada por Gilberto Freyre (1980, p.451), em que os "negros batizados e constituídos em família tomavam em geral o nome de família dos senhores brancos", atitude que, segundo o próprio autor, tornava incerta e precária a identificação de origem social pelo nome de família.

Outros casos identificados na documentação atestam essa conduta entre algumas famílias, como foi o de Vicente Teixeira, que era filho de Felipe e Vitória, escravos que foram do capitão Joaquim Teixeira.[3]

Para um forro, a liberdade era apenas uma expressão de sua integração à sociedade livre. Adquirir um nome de uma família pelo qual pudesse ser identificado era uma atitude que muitos tomavam

2 Testamento de Ilário da Conceição, 1849, TJC, 1º Of., Cx. 122, nº 2.755 (Centro de Memória da Unicamp).

3 Registro Paroquial de Casamento, 10.10.1842 (ACMC).

ao eleger padrinhos que assim o permitiam ou quando conquistavam a liberdade.

O aumento do número de filhos de pais incógnitos ao longo dos anos estudados revela que o adensamento da população provocado pela chegada de novas famílias pode ser um dos fatores responsáveis pelo aumento da ilegitimidade. Aliás, as *Constituições primeiras* do arcebispado da Bahia já admoestavam quanto à presença de "vagabundos" e fregueses de outras paróquias, pois

> que muitos para mais licenciosamente viverem no vício da concupiscência, e amancebamento, e escapar ao castigo, usam enganosamente do Sacramento do Matrimônio, fingindo-se casados com mulheres que trazem consigo, deixando eles muitas vezes suas legítimas mulheres, e elas seus legítimos maridos. (vide 1719, p.124)

Curiosamente, o número de crianças expostas seguiu direção inversa à de filhos de pais incógnitos, conforme se observa pela Tabela 50.[4] Essa mesma tabela aponta para um pequeno número de filhos de mães desconhecidas, fato que revela que não só os homens queriam esconder suas identidades, como também algumas mulheres, a fim de que não trouxessem escândalo para as famílias envolvidas. Por trás da expressão "pai incógnito", Linda Lewin (2003, v.I, p.84-6) comenta que se pode encontrar o termo "bastardo", significando os casos espúrios, denotando genericamente os casos de incesto, adultério e os relacionamentos que envolviam sacerdotes. Além disso, os próprios párocos eram orientados, especialmente após as *Constituições primeiras*, para que o nome do pai não fosse incluído no livro de batismo caso ele não estivesse presente, a despeito de sua identificação por outras pessoas da vila.

4 O demógrafo-historiador Sérgio Nadalin (1994, p.70) alertou sobre o cuidado que devemos ter "ao anexar esta categoria ao conjunto de crianças ilegítimas", uma vez que podemos deixar de perceber movimentos diferenciados entre as duas categorias, conforme nos apresentaram os resultados para Curitiba e Campinas.

Tabela 50 – Ilegitimidade em relação ao total de batismos (Campinas, 1774-1850)

Condição filial da criança	1774-1799		1800-1825		1826-1850	
Exposto	88	7,4%	279	4,3%	108	1,5%
Filho de pai incógnito	105	8,7%	656	10,1%	909	12,3%
Filho de mãe incógnita	–	–	4	0,1%	32	0,4%
Filho legítimo	1.000	83,5%	5.461	84,1%	6.290	85,2%
Filho legitimado	–	–	–	–	11	0,1%
Não declarada	4	0,4%	95	1,4%	33	0,5%
Total	**1.197**	**100%**	**6.495**	**100%**	**7.383**	**100%**

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos (ACMC).

Não obstante a existência de tais vínculos, o grande número de crianças batizadas era fruto de casamentos legítimos, o que demonstra uma marcante presença da Igreja nas paragens do interior paulista. Esse quadro contrasta com a imagem sugerida por estudos de outras localidades, como no caso da paróquia da Sé, em São Paulo, onde Marcílio encontrou 23,2% de ilegítimos e 15,99% de crianças expostas, de um total de 21.681 registros de batismos entre os anos de 1741 e 1845 (Marcílio, 1973, p.157).[5]

Os diversos trabalhos de Iraci del Nero da Costa sobre diferentes localidades mineiras indicaram baixos índices de legitimidade. Para Ouro Preto, entre 1719 e1723, os níveis de ilegitimidade foram elevadíssimos, atingindo 89,7%, caindo para 58,4% entre os anos de 1800 a 1820 (Costa, 1979, p.60). Mesmo realizando um estudo comparativo entre localidades com diferentes vocações econômicas na região das Minas Gerais, o resultado que indicou um maior número de filhos legítimos foi na região de agricultura de subsistência, denominada pelo autor de estrutura "rural de autoconsumo", onde a proporção de filhos legítimos entre a população livre para o ano de 1804 foi de 81,2%. No tocante às demais áreas de estudo, as estruturas urbanas, representadas por Vila Rica e Mariana, atingiram 49,2% de filhos

5 O estudo de Eliane Cristina Lopes (1998, p.204) sobre a mesma localidade, porém alargando o período de pesquisa de 1700 a 1799, ou seja, todo o século XVIII, indicou que 7.924 crianças batizadas eram ilegítimas, ou seja, 32,7% do total, enquanto 1.972 registros foram de expostos, ou 8,1% do total.

legítimos entre os livres, ao passo que na zona rural-mineradora esse índice aumentou para 53,7%, e nas localidades de estrutura "intermédia" chegou a 59,2% (idem, 1982, p.95). Um estudo recente sobre tais questões em São João Del Rei demonstrou que no período de 1771 a 1850, dos filhos de mães livres e de forras, 68% eram legítimos, ao passo que quando foram incluídos os filhos de escravos esse índice caiu para 56,5%, indicando claramente que a legitimidade está intimamente relacionada à condição social da mãe (Brügger, 2002, p.78).

Ao estudar a paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá entre 1853 e 1890, Maria Adenir Peraro (2001, p.126-30) encontrou elevados índices de filhos naturais, da ordem de 43,5% de um total de 9.820 crianças que foram batizadas na referida localidade, fruto de relações criadas por uma região em que a fronteira do Brasil com o Paraguai permitia a presença de aventureiros e especialmente de militares, que periodicamente eram deslocados para outros lugares.

Com números não tão elevados quanto os de Minas Gerais, a ilegitimidade no Paraná também se mostrou alta, onde Curitiba apresentou um índice de 22,8% de ilegítimos entre 1751 e 1800, e de 27,4% entre 1801 e 1850, enquanto em São José dos Pinhais, entre os anos de 1776 e 1852, esse número foi de 25,2%, e em Santo Antonio da Lapa a ilegitimidade, no período de 1770 a 1829, atingiu 22,4% (Kubo, 1974, p.75-6; Sbravati, 1980, p.95; Valle, 1983, p.317).[6]

Em Salvador, na paróquia da Sé, Kátia Mattoso (1988, p.90) mostrou que a proporção de legítimos entre a população livre batizada entre 1830 e 1874 foi de 37,7%, cifra muito superior à que foi encontrada para a população escrava, de apenas 0,5%, demonstrando claramente a influência da condição social sobre essa questão.

Na fronteira sul do Brasil com o Uruguai, a cidade de Montevidéu pode dar uma ideia acerca da ilegitimidade em paragens latino-americanas. O estudo de Caballero (1987, p.316, 317, 350, 441) aponta para um crescimento desse fenômeno, atribuído às características de um núcleo urbano que se desenvolveu comer-

6 O índice de ilegítimos na Lapa, quando se somou o número de expostos, elevou-se para 27,6%.

cialmente e foi impulsionado pelo aumento de mulheres solteiras, o que contribuiu para o crescimento de relações extraconjugais, uma vez que na cidade-porto era frequente a presença de homens com atividades temporárias, comerciais ou vinculadas às atividades militares. Por exemplo, em 1780, a ilegitimidade era de apenas 6,5%, ao passo que em 1790 cresceu para 18,5%, atingindo 23,6% em 1800, valor que é mantido até 1843, apesar de algumas variações ao longo desse período.

Renato Pinto Venâncio (1999, p.88), ao procurar entender o abandono das crianças no Rio de Janeiro, assinalou alguns pontos que se aplicam não só aos expostos, mas também aos filhos de pais incógnitos.

> As cifras de bastardia encobriam realidades extremamente diversas, que iam da prostituição e do adultério ao concubinato estável de homens brancos com mulheres pardas e negras que, por preconceito ou falta de recursos, não oficializavam a união.

Diante de tais perspectivas, Campinas, com uma legitimidade de 84,6% do total de 15.075 batizados de crianças livres entre 1774 e 1850, aponta para padrões que se assemelharam mais aos dos portugueses. Na localidade do noroeste português chamada São Tiago de Ronfe, a ilegitimidade rondou os 13,5% entre 1651 e 1850 (Scott, 1999, p.222).[7] A porcentagem de nascimentos ilegítimos em outras partes da Europa Ocidental demonstra a dimensão da variabilidade dos índices, pois para o período de 1780 a 1820, a ilegitimidade na Espanha foi de 6,5%; na França, 4,7%; na Inglaterra atingiu 5,9%; e na Alemanha, 11,9% (ibidem, p.223).

Esses resultados gerais chamam a atenção para o fato de que, mesmo em uma grande região europeia, onde a ilegitimidade nos séculos XVII, XVIII e XIX foi considerada baixa, o olhar sobre a especificidade de cada país, de cada cidade ou de cada vila pode

7 Os dados de 1860 para Portugal apontaram 15,8% entre filhos naturais e expostos (cf. Cascão, [s. d.], v.5, p.429).

perfeitamente dar uma outra dimensão da questão. Assim, Ana Silvia Volpi Scott comparou a ilegitimidade em oito diferentes distritos de Portugal, com dados que cobriram 38 localidades entre 1560 e 1900. O resultado apontou variações significativas, de uma ilegitimidade mínima encontrada no distrito de Coimbra, com 2,8%, até o maior índice, de 37,3%, registrado para a localidade do Mosteiro, no distrito de Bragança (ibidem, p.229).[8] Outra variável considerada foi o tempo, pois no caso de Ronfe, distrito de Braga, a ilegitimidade sofreu uma nítida queda, de 40% em, 1560, para 18,4%, em 1700, caindo ainda mais em 1800, quando atingiu 7,8%, e finalmente em 1900 chegou ao menor índice de sua história, 3,9%.

Sugerir, portanto, explicações para a elevada legitimidade encontrada em Campinas, ao menos no que se refere ao contexto de outras localidades brasileiras, parece algo difícil, uma vez que os fatores econômicos, regionais e de tempo parecem não contribuir para isso.
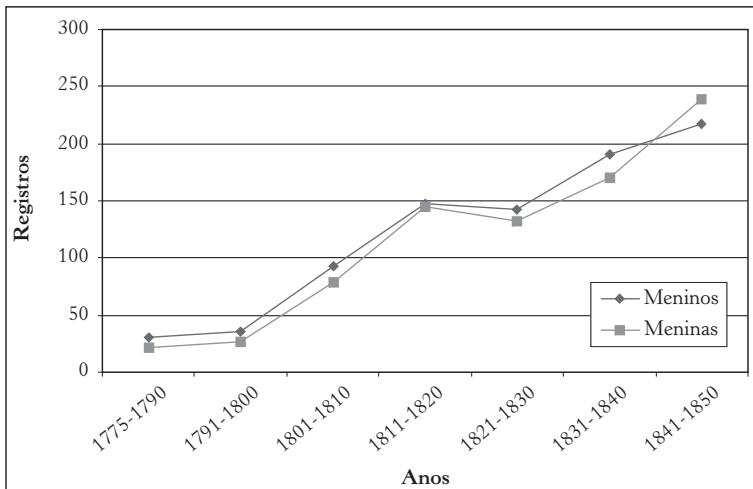
Gráfico 17 – Batismos de filhos de pais incógnitos segundo o sexo (Campinas, 1774-1850).

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos (ACMC).

8 Obs.: Os índices apontados são as médias finais.

Ao estudar Sorocaba, Bacellar (1994, p.295) notou que as curvas de ilegitimidade e do número de expostos apresentavam uma tendência à elevação até fins do século XVIII, quando, então, ocorreu uma reversão, evidenciando uma notável queda. Em Campinas, a ilegitimidade tendeu a crescer ao longo do período estudado, enquanto o processo de exposição de crianças veio a declinar a partir da década de 1820.[9] O Gráfico 17 demonstra a evolução da ilegitimidade, apontando para uma razão de sexo superior a cem na maior parte do período estudado.

Ao analisar a condição social dos pais das crianças batizadas,[10] nota-se a preponderância do elemento livre entre eles, o que demonstra que poucos vinham dos extratos mais baixos da sociedade brasileira, como no caso de Ilário da Conceição e Domeciana Maria Feijó.

Embora a cor das crianças não fosse revelada, muitos vigários relataram a cor dos pais de uma maneira não sistemática, mas que permitiu perceber que a maioria da população era branca. Havia pardos, índios, "quase brancos", pretos, e no batizado de Marinha, em 28.1.1841, seus pais, João Pedro Mariano e Antonia Francisca, foram designados como "brancos do Brasil", significação interessante diante do intenso processo de miscigenação ocorrido em nosso país.[11]

Muitas crianças batizadas eram filhos de pais escravos e mães forras, uma correlação que se manteve ao longo do período estudado e que denota um dos caminhos para garantir a liberdade da prole. No caso de mães escravas, seus filhos alcançavam a liberdade pela vontade expressa dos senhores, e ao lado de alguns desses registros existem declarações de que as crianças foram consideradas como se nascessem de ventre livre. Assim, foi escrito pelo vigário a respeito de Manuela que "a batizada desde já está forra por ser vontade de seu senhor que por verdade se assina", e assim Antonio Rodrigues de Oliveira con-

9 A respeito das crianças expostas, o assunto será tratado na parte seguinte.

10 Cf. Tabela A2: Condição social dos pais dos batizandos (Anexos).

11 Outros casos em que figuram a expressão "branco do Brasil" foram encontrados nos seguintes registros de batismos: Custodia, 8.12.1839; Joaquim, 12.1.1840; José, 7.3.1840; Joaquim, 22.3.1840; Ana, 25.8.1840. Além disso, outra frase semelhante, "branco brasileiro", apareceu no registro paroquial de batismo de José, 17.11.1839 (ACMC).

firmou sua vontade.[12] Em outro momento, sobre a menina Antonia, filha dos escravos Jacinto e Sabina, "declarou o mesmo sargento mor Teodoro que dá por forra e liberta, como se nascesse de ventre livre".[13]

Seguir os rastros deixados nos registros paroquiais pode levar a entender melhor a dinâmica desse processo social. No entanto, muitas vezes as informações existentes não são suficientes para essa tarefa, ainda que se cruzem dados com outras fontes. Entre os batismos ocorridos entre 1774 e 1797 encontram-se 41 casos de mães solteiras e 3 de viúvas, sendo a maioria delas de condição livre (46), enquanto outra parcela era de forras e agregadas (22). O período precedente, que vai de 1797 a 1812, indicou a mesma tendência, ou seja, a maioria das mães eram solteiras (155), e apenas 6 eram viúvas. Nesse período apareceram nove casos de adultério, indicando uma prática que ocorria especialmente com mulheres casadas com maridos que estavam ausentes. O registro de batismo de Manuela (11.8.1797) apontou que a menina era inocente, pois era filha de "Inacia Maria casada e marido ausente por isso é adulterina e de pai incógnito".[14]

Os casos de concubinato dependiam da informação sobre o pai da criança, o que praticamente não acontecia, exceto por um único caso, relatado no registro de batismo de Duarte, que era "inocente filho de Sebastião Moreira Francisco e de sua mulher digo de sua concubina Escolástica Pires, solteira, (filha) de Gaspar Cubas de Siqueira".[15]

Outro caso, envolvendo um homem solteiro e uma viúva, lança com maior clareza as razões para querer esconder a existência de uma criança advinda de um relacionamento ilícito, principalmente quando se tratavam de pessoas de uma posição social elevada.

> [...] Pedro inocente filho de [ilegível] Aranha solteiro e de [ilegível] Angélica de Castro viúva e ainda que a dita criança foi nascida na vila de Itu a trouxeram batizar nesta Freguesia por serem pessoas de credito e honra por não ficarem difamados naquela vila onde

12 Registro Paroquial de Batismo, 2.7.1815 (ACMC).
13 Registro Paroquial de Batismo, 17.10.1834 (ACMC).
14 Registro Paroquial de Batismo, 11.8.1797 (ACMC).
15 Registro Paroquial de Batismo, 17.4.1797 (ACMC).

tem muitos parentes [...] foram padrinhos o Tenente Pedro Gonçalves Meira e sua mulher Dona Ana de Campos Penteado fregueses da dita vila de Itu.[16]

Enfim, pode-se notar que uma das preocupações para a nobreza da época era evitar os escândalos a fim de preservar a honra.

Filhos expostos

O abandono de crianças é muito antigo, basta lembrar-se da mítica história da fundação de Roma, em que duas crianças enjeitadas foram criadas por uma loba. Além disso, é uma prática que remete a pensar em situações de extrema pobreza, bem como em condições em que uma criança não era desejada! Como já visto, a exposição de crianças escondia a posição de certos casais que mantinham relações estáveis, porém não sacramentadas pelo matrimônio, como mostrado pelo processo de legitimação dos filhos do capitão Francisco Alves de Souza e dona Bárbara Maria de Jesus.

Enfim, a exposição de crianças em Campinas existiu de maneira a acentuar a existência de relações ilícitas nessa sociedade rural. Segundo os livros de batismos, conforme se pode observar pela Tabela 50, proporcionalmente, o número de expostos foi diminuindo ao longo das três gerações, chegando a quase desaparecer no período de 1826 a 1850. Essa tendência também foi registrada por Bacellar (1994, p.281) ao estudar a questão da exposição de crianças em Sorocaba, onde, para o período de 1801 a 1810, a porcentagem de expostos sobre o total de batismos de livres foi de 7,58%, caindo para 0,18% entre 1841 e 1845.

E assim como não se vinculou essa tendência a nenhum fator, o estudo sobre Sorocaba também não conseguiu propor uma resposta adequada para tais mudanças. Embora o autor tenha sugerido que a fundação da Santa Casa de Misericórdia, em 1808, entidade que se envolvia no recolhimento de crianças por meio da "roda", pudesse

16 Registro Paroquial de Batismo, 24.7.1796 (ACMC).

estar fazendo o papel de receptora dessas crianças, acabou descartando tal possibilidade em razão de a "roda dos expostos" não ter operado durante o período observado. Outra hipótese teria sido a atuação da Câmara local no sentido de encaminhar tais crianças para amas de leite, mas também a total falta de notícias impediu uma confirmação sobre tais práticas. Finalmente, o autor ainda apontou duas possibilidades: uma seria a do abandono em outras paróquias onde houvesse uma Santa Casa mais preparada para receber o abandonado, como a de São Paulo; a outra seria "admitir uma eventual culpa dos párocos na falha de registrar os expostos, seja pela sua pura e simples omissão, seja pela opção em não caracterizá-los enquanto tais" (ibidem, p.285).

No caso de se aplicar tais hipóteses para Campinas, será possível perceber que elas também não se enquadram na realidade daquela localidade. A Santa Casa de Misericórdia de Campinas, por exemplo, foi fundada posteriormente ao período estudado, apenas em 1876, e quanto à participação da Câmara também não se têm notícias a respeito de atos assistenciais, como garantiu Lapa (1996, p.221):

> A orfandade representa assim um problema que também reclamava soluções condizentes com o projeto de modernização da cidade. Inseria-se no problema maior do menor abandonado sobre o qual não nos chegaram muitas informações que pudessem demonstrar-nos como a sociedade o via e enfrentava.
>
> A pobreza, as mães solteiras, a prostituição, a promiscuidade e sobretudo a escravidão consorciavam-se como causas desse problema social.

Supor a exposição de crianças em outras paróquias parece razoável apenas para aquelas famílias que detinham condições de se locomover com mais facilidade e que tinham posses. Para pessoas de camadas pobres, que sentido teria abandonar, por exemplo, em São Paulo, e não em Campinas? Finalmente, pensar na possibilidade de uma atitude individual por parte dos párocos em modificar a forma de registro dos expostos não se afigura como algo plausível, a menos que isso tenha sido o resultado de uma ordem superior, o que demandaria uma investigação a respeito.

Enfim, agora não é apenas Sorocaba que apresentou uma queda no número de expostos "surpreendente e de difícil explicação", mas também Campinas, como exemplificado pelo Gráfico 18. No entanto, Bacellar (1994, p.289) ainda tentou buscar uma explicação pela comparação com outras localidades em que a economia girava em torno do tropeirismo, como Curitiba e Lapa. Tal análise levou o autor a uma "constatação pioneira de que havia um padrão regional, muito provavelmente relacionado a uma economia específica, de transporte e comercialização de gado".[17] A situação de Campinas, com a existência de uma economia baseada no latifúndio e especialmente na monocultura da cana e posteriormente do café, revela que a queda no número de expostos foi além das fronteiras do tropeirismo. Assim, talvez seja possível vincular tal queda a um padrão regional, mas não relacionado ao quadro econômico.
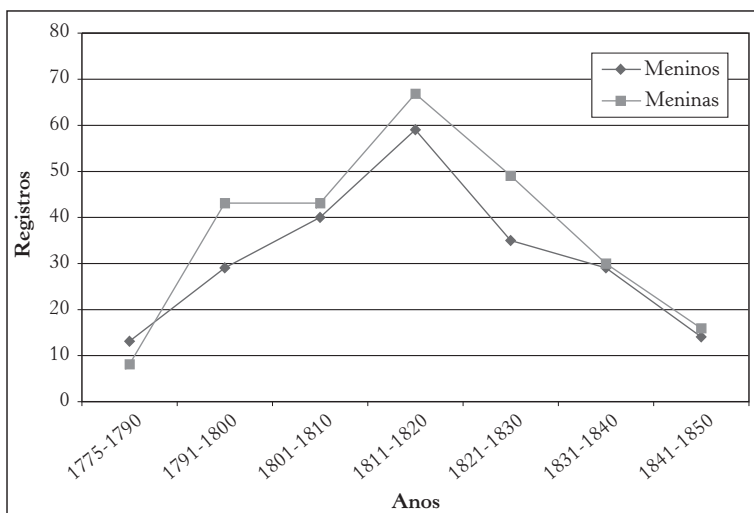
Gráfico 18 – Batismo de expostos segundo o sexo (Campinas, 1774-1850)
Fonte: Registros Paroquiais de Batismos (ACMC).

17 No caso de Curitiba, por exemplo, a exposição atingiu seu pico máximo em 1800, com 13,4% do total de batismos. A partir desse ponto, foi decaindo constantemente, chegando em 1850 com um índice de apenas 1,4% (cf. Nadalin, 1994, p.71).

Para o período deste estudo (1774-1850), o Gráfico 18 permite perceber que entre as crianças expostas predominavam aquelas do sexo feminino, diferente dos resultados obtidos por Bacellar (1994, p.290) para Sorocaba, onde o autor constatou um equilíbrio entre os sexos das crianças.

Ser filho de pai incógnito poderia levar uma criança à condição de exposto, como ficou demonstrado pelo registro de José, que "com vinte e cinco dias, filho de Cândida, solteira, exposto em casa de José Elias da Cunha, foi em casa batizado por Antonio Joaquim, o qual assistiu a cerimônia".[18] A pobreza de Cândida deve ter feito que ela solicitasse o auxílio de José Elias para a criação do pequeno José, demonstrando o estreito limite entre ser exposto e filho de pai desconhecido.

Torna-se difícil precisar a origem dessas crianças, uma vez que poucos foram os casos em que se mencionou a presença de "cédulas", isto é, papéis que contivessem alguma informação sobre o exposto. Encontram-se alguns exemplos que informavam sobre o não batismo da criança e até mesmo o local e a hora em que ela foi encontrada. Por exemplo, Francisco, que foi batizado em 23.8.1789, foi encontrado "pela meia noite, pouco mais ou menos no bairro da ponte alta" pela freira Ana Teles de Godois.[19] Por sua vez, Jezuino foi acolhido como exposto em casa do padrinho, Miguel de Oliveira. No entanto, ele havia sido "achado por Izabel de Arruda com um papel, em que se dizia não ter sido ainda batizado".[20] José Correia da Silva achou uma criança "pelas quatro horas da tarde, sem cédula, nem declaração alguma, no bairro dos dois córregos", da qual se tornou o padrinho e a recebeu em sua casa como exposta.[21] Assim, pode-se perceber que a expressão "exposto(a) em casa de" significa que ali residia uma criança que fora abandonada, e não

18 Registro Paroquial de Batismo, 27.10.1831 (ACMC).
19 Registro Paroquial de Batismo, 23.8.1789 (ACMC).
20 Registro Paroquial de Batismo, 18.10.1789 (ACMC).
21 Registro Paroquial de Batismo, 10.1.1790 (ACMC).

necessariamente alguém que foi colocado na "porta" de uma casa, embora isso também pudesse acontecer.

Quanto à origem social dessas crianças, contam-se também com raras informações a respeito, como a usada pelo vigário ao descrever a exposta Gertrudes, "a qual mostra ser branca".[22] No estudo sobre os expostos em Salvador, Kátia Mattoso (1988, p.96) notou que poucos eram batizados, e quase a metade era de cor branca, enquanto outra grande parcela era mestiça, revelando "atitudes diante da vida que relegam a segundo plano os rigorosos preceitos morais e exercitam livremente sua sexualidade mesmo nas camadas superiores da sociedade". No entanto, o reconhecimento da paternidade, embora raro na documentação pesquisada, foi uma forma de se perceber a condição social de muitas crianças que eram expostas. O sargento-mor Francisco Álvares Alvim reconheceu seu filho Carlos ao ser batizado em 28.1.1833, embora este tivesse sido "exposto" em casa do próprio pai.[23]

Não deixa de ser estranho o batismo de duas crianças, uma exposta e outra filha de pai desconhecido, em que o alferes Pedro Taques Alvim, morador de São Paulo, tenha sido padrinho de batismo das duas meninas, Teolinda e Francisca, especialmente porque nessa época os trilhos ainda não ligavam São Paulo ao interior.

Dada a elevada mortalidade que afligia as crianças, é de esperar que muitos dos expostos viessem a falecer antes de chegarem à idade adulta. Ter uma família que os alimentava e tratava, muitas vezes como próprios filhos, como se sentia Francisco Honório Taborda, um enjeitado acolhido pela costureira Ana Leonarda Gomes de Macedo, que ao falecer legou alguns bens ao seu "filho", poderia ser uma forma de escapar da morte e do futuro incerto a que muitos expostos estavam destinados.[24] No entanto, outras pesquisas têm

22 Registro Paroquial de Batismo, 9.7.1799 (ACMC).
23 Registro Paroquial de Batismo, 28.1.1833 (ACMC).
24 Inventário, 1824, TJC, 1º Of., Cx. 32, nº 870, p.18 e 18v (Centro de Memória da Unicamp – CMU).

demonstrado a fragilidade dessas crianças diante da morte. A taxa de mortalidade em Salvador durante a primeira metade do século XIX indicou uma média de 65,7%, reforçando os dados que Venâncio encontrou para os expostos na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (Mattoso, 1988, p.93; Venâncio, 1999, p.112). Em suma, a mortalidade que assolava os expostos era o dobro daquela encontrada para os escravos em Vila Rica e São Paulo, causada, sobretudo, pela fome, pela sede e pelo frio.[25]

Ao cruzar as informações contidas nos *Registros paroquiais* de casamentos com os dados das *Listas nominativas*, pode-se, no entanto, constatar que os expostos que vieram a se casar eram agregados em seus domicílios de origem. Por exemplo, em 1794, Maria da Purificação, de 12 anos de idade, e Mariana dos Prazeres, com apenas 5 anos, eram duas meninas agregadas ao fogo do sargento-mor João Rodrigues da Cunha, embora seus registros de casamento indiquem que elas eram expostas na casa do sargento. Deve-se ressaltar que nos documentos de matrimônio de Mariana há uma observação que diz que os contraentes não receberam as bênçãos nupciais "pela falta de idade da contraída".[26] O casamento precoce poderia ser uma forma de mulheres enjeitadas constituírem suas próprias famílias independentes daqueles que as criaram, livrando-se talvez dos trabalhos impostos a elas. Por outro prisma, poderia ser também um artifício para que aqueles que as receberam se vissem livres da responsabilidade que lhes cabia.

Ao exposto que escapava da morte, a vida podia lhe ser menos hostil, muito embora tivesse que continuar a lutar contra a pobreza que reinava entre aqueles que jamais foram legitimados ou reconhecidos por seus pais.

---

25 Segundo Venâncio (1999, p.112), o índice de mortalidade infantil dos escravos em Vila Rica foi de 224, enquanto em São Paulo foi de 272, e o indicador da mortalidade para os expostos em Salvador foi de 567.

26 Lista Nominativa de Habitantes, Campinas, 1794, fogo 128 (Arquivo do Estado de São Paulo). Registro Paroquial de Casamento 5.4.1796 e 23.1.1801 (ACMC).

O adultério no discurso popular

Diversos autores têm apontado que entre a população pobre do Brasil durante o período colonial e imperial, a união consensual prevaleceu diante do casamento legal. As razões para isso são indicadas em virtude da necessidade do dote, além dos elevados custos do matrimônio (Torres-Londoño, 1989, p.17-20; Lopes, [s. d.]). Um vínculo conjugal não consagrado pela Igreja era condenado, tal como o adultério, e considerado como falta grave para ambos os cônjuges. Para Samara (1995), as "razões confessas", que apareceram nos processos de divórcio, e outros documentos utilizados para o estudo do adultério apontam para a ausência ou abandono do marido como os motivos mais frequentes para justificar "um mau passo" das esposas.

Por exemplo, Manuela foi batizada no dia 11.8.1797, sendo "filha de Inacia Maria, casada e marido ausente, por isso é adulterina e de pai incógnito".[27] Noutro caso, a menina Higina foi fruto de um relacionamento semelhante ao do exemplo anterior, pois sua mãe era "casada, e que há tempos não vive com o marido".[28]

Mas, de uma forma geral, os registros paroquiais de Campinas não revelam com precisão as relações de concubinato, possivelmente por se tratar de assentamentos oficiais das famílias legalmente constituídas. Assim, os casos de amores proibidos, revelados pela presença de filhos de pais e mães desconhecidos, atestam a existência dessas "outras famílias", descrita por Fernando Torres-Londoño (1999, p.14) como surgidas na sombra do casamento como resultado de adultérios que se organizavam paralelamente ao matrimônio a partir de arranjos e consentimentos.

Ao pesquisar sobre o adultério em Campinas, encontram-se dois autos de querela,[29] por meio dos quais procura-se perceber as

---

27 Registro Paroquial de Batismo, 11.8.1797 (ACMC).

28 Registro Paroquial de Batismo, 9.4.1837 (ACMC).

29 Esses documentos estão depositados no Centro de Memória da Unicamp (CMU).

relações de poder entre homens e mulheres que se manifestaram durante os referidos processos. Do mesmo modo, pretende-se utilizar os depoimentos dos envolvidos para destacar as redes de amizade e solidariedade, estabelecidas de forma contundente durante suas vidas.

Os dois autos de querela têm em comum o fato de seus autores terem sido os próprios maridos: no primeiro caso, José Marques Senna contra Ana Joaquina,[30] e no segundo, Inácio Bueno contra sua mulher, Maria Angélica da Silva.[31] Além disso, em ambos os processos, os réus apresentaram "carta de seguro", um documento que impedia a prisão deles e que denotava o interesse dos acusados em "mostrar sua inocência". Deve-se salientar que esses autos de querela não eram julgados pela Igreja, e, portanto, corriam na justiça comum ou civil.[32] Entretanto, cabe lembrar que tais casos eram julgados segundo o Livro das Ordenações.[33]

O autor do primeiro processo, José Marques Senna, acusou sua mulher, Ana Joaquina, de ter cometido adultério a partir de um episódio que ocorreu na casa do capitão José da Cunha Paes Leme, onde aconteciam umas "contradanças públicas" durante a noite. Segundo o autor, perto da uma hora da madrugada, mais ou menos, ele esperava sua mulher à porta, quando então saiu o primeiro réu, Antonio Joaquim, e perguntou ao autor o que queria, ao que respondeu que esperava sua mulher. Ao mesmo tempo saiu o segundo réu, Salvador Nunes, que levantou um porrete para dar no autor, sendo o golpe rebatido por um amigo de José Marques Senna. Diante da confusão, o dono da casa "pacificou a desordem". Então o primeiro e o segundo réus saíram com Ana Joaquina "e potenciosamente a levaram contra a vontade do Autor

30 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317 (CMU).

31 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1323 (CMU).

32 Cabe lembrar que o primeiro código civil brasileiro saiu somente durante o Segundo Reinado, e que nem sequer havia sido feita a promulgação do Código do Processo Criminal de 1831 durante o período inicial das Regências.

33 Cf. Livro V, título 117, parágrafo 1º.

a vista de vinte a trinta pessoas sem que o mesmo Autor se pudesse disfarçar".[34]

Dessa forma, o processo acusatório movido por José Marques Senna queria provar que todas as desordens "tiveram sua origem na amizade ilícita" entre o primeiro réu e sua mulher, enquanto ele, José Marques, fizera uma viagem à vila de Piracicaba, e que desde esse tempo viviam os mesmos "continuamente adulterando".[35]

A fim de comprovar sua versão, José Marques Senna apresentou três testemunhas, sendo duas delas colegas de ofício, pois eram sapateiros, enquanto um deles era carpinteiro. Os testemunhos basearam-se naquilo que era "público" na vila, de que "o tal Antonio Joaquim" já tinha andado "amigado" com a mulher de Senna. E mais, que a dita Ana Joaquina "morava em companhia do dito Antonio Joaquim publicamente".[36]

Diante de tais fatos, a sentença foi decretada: prisão de Ana Joaquina e Antonio Joaquim por serem adúlteros, e de Salvador Nunes "por concorrer para o mesmo delito".[37] Não obstante o resultado favorável a Senna, acontecimentos importantes começaram a mudar o rumo do veredicto: a apresentação da carta de seguro, que já mencionamos, e a falta do autor às audiências.

Desse ponto em diante, o processo voltou-se contra o autor, e começa-se a notar outra imagem desse casamento, que para ele havia sido desfeito pelos erros de sua mulher.

A primeira acusação feita contra Senna dizia que ele nunca tratou Ana Joaquina como se fosse casada pela Igreja, "não só pela falta de amor, como pela falta do necessário sustento, e vestuário", por causa dos seus maus "vícios e costumes", dos quais um era o de não trabalhar constantemente como sapateiro.[38]

---

34 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.7-8 (CMU).

35 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.8 (CMU).

36 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.10-14v (CMU).

37 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.15 (CMU).

38 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.18v (CMU).

Quanto a isso, algumas testemunhas dos réus disseram que ele era "muito vadio"[39] e que não trabalhava "quase pelo ofício",[40] além de ser de maus vícios, acrescentou o padre Antonio Mello e Silva.[41] Daniel de Oliveira Bueno, um sapateiro de 20 anos e a sexta testemunha dos réus, ressaltou que José Marques Senna levava "o tempo a tocar viola".[42]

A segunda acusação, talvez a principal, foi a de que o marido de Ana Joaquina adulterou e abandonou-a com "dívidas contraídas pelo querelante dito seu marido feitas com outras mulheres". E em virtude de tais dívidas, ele teria partido para Piracicaba, deixando "desamparada inteiramente a Ré, (que) sem maneiras de subsistir se juntou por alugada de Antonio Joaquim Viana, sujeitando-se a falsas suspeitas como de mais anos vive a Ré no conceito Público".[43]

Corroborando a versão de Ana Joaquina, a primeira testemunha, Francisco Novaes de Magalhães, era porta-mala do correio e vivia em Piracicaba, e afirmou que "sabe que o dito José Marques saíra desta Vila para as de Piracicaba por corrido de dívidas, e demais disse ele testemunha que a Ré mandara três ou quatro cartas chamando ao marido em Piracicaba para viver com ela". E mais, "que o dito José Marques largou da mulher e pegou com uma moça chamada a emboavinha, e isto Publicamente".[44] Esse testemunho foi confirmado por Ilário da Conceição, a segunda testemunha, endossando o adultério de José Marques Senna com a "emboavinha" e dizendo que a ré, Ana Joaquina, há muitos anos é "fadista Pública com consentimento de seu marido José Mar-

39 1ª testemunha, Francisco Novaes de Magalhaens. Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.22 (CMU).

40 4ª testemunha, João Baptista Ferreira. Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p. 25 (CMU).

41 5ª testemunha, Padre Antonio Mello e Silva. Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.26v (CMU).

42 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.27 (CMU).

43 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.18v (CMU).

44 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.22v (CMU).

ques, e nunca quis dela querelar, e é de supor que o fizesse por interesse".[45]

O fato de Senna consentir com as saídas de sua mulher, Ana Joaquina, demonstra um desprendimento que não condiz com a acusação de adultério levantada pelo marido. Nesse sentido, o testemunho de João Baptista Ferreira, vizinho do casal, pode ser esclarecedor, ao dizer que "a mesma no tempo que morava com seu marido até dava a ela consentimento para o mal, tanto que algumas dívidas que o dito marido devia quando se via apertado levava a mulher para pagar".[46] E outra testemunha, o sapateiro Daniel de Oliveira Bueno, disse que "quando José Marques casou-se com a Ré já esta era do mundo, e inda depois mesmo por consentimento do dito Marques".[47]

Em suma, pode-se dizer que "pela inquirição de sete testemunhas que em sua defesa produzira a Ré se colige que a mesma vivia abandonada do querelante seu marido acrescendo não haver prova verídica de adultério", configurando a absolvição da acusada.[48]

O segundo caso ocorreu pela acusação de Inácio Bueno contra sua mulher, Maria Angélica e Manoel Gomes da Graça, alegando que:

> Sendo casado a face de Igreja [...] e tratando-a o suplicante com todo o amor, assistindo lhe com todo o necessário, sem que lhe desse o mais leve motivo de ser dela tão mal correspondido, não tem sucedido assim da parte da Suplicada, que de anos trata do Suplicante com tiranos modos sem que lhe preste aquela obediência que é devida, passando de mais a mais adulterar com Manoel Gomes da Graça, e seduzida para largar do Suplicante.[49]

45 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.23 (CMU).
46 4ª Testemunha, João Baptista Ferreira. Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.25 (CMU).
47 6ª Testemunha, Daniel de Oliveira Bueno. Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.27 (CMU).
48 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.32 (CMU).
49 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1323, p.3-4 (CMU).

Algo interessante foram as declarações das testemunhas do acusado, pois elas ilustram o cotidiano dessas pessoas que moravam em uma pequena vila do interior de São Paulo. A fofoca, o diz que me diz, fazia parte do dia a dia. Afirmou a primeira testemunha, José Joaquim da Silva, que conhecia do caso "que lhe contara Francisco José de Camargo". E mais, que ele sabia que a mulher de Inácio Bueno havia se prostituído com "outras mais pessoas, o que não pode ele testemunha afirmar senão pelos ditos vulgares".[50]

O mesmo ocorreu com o testemunho de Bento Rodrigues Pereira ao dizer "que a suplicada tem tratado amizade ilícita com José Ferraz, o que sabe por ter acompanhado ao mesmo na casa da dita".[51]

A terceira testemunha alegou que sabia do ocorrido "pelo que dizem",

> E que sabe mais por ter ouvido popularmente dizer-se que com Manoel Gomes da Graça se tem a suplicada prostituído, a ponto que este a induzira para sair da companhia de seu marido e tratar de divorcio, disse mais que também ouvira se falar, que também com Jose Ferraz tem a suplicada tratado amizade ilícita, e que também com um Antonio Soares.[52]

Pode-se notar que os testemunhos da acusação eram frágeis, pois que baseados no que ouviram dizer. Além disso, parece que o acusado foi apenas mais um que se envolveu com a dita mulher, pois o tal José Ferraz foi citado duas vezes pelas testemunhas, além de que uma das testemunhas o acompanhou até a casa de Maria Angélica. Enfim, se a ré se envolveu com vários homens, por que no processo de adultério o autor acusou apenas um deles, Manoel Gomes da Graça?

---

50 1ª Testemunha, José Joaquim da Silva. Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1323, p. 4v (CMU).

51 2ª Testemunha, Bento Rodrigues Pereira. Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº. 1323, p.5 (CMU).

52 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1323, p.9v (CMU).

Encontra-se a resposta na defesa que fez Manoel Gomes da Graça, ao dizer que foi por vingança, pelo fato de a mulher querer se separar por meio de divórcio, e como o acusado vivia "não só de sua arte de Música como de assistir a alguns enfermos, e aplicar remédios, e de sua botica", o tal marido aproveitou a ocasião para a incriminação dos réus.[53]

Em defesa do réu, o padre Manuel José Fernandes Pinto disse que conhecia Manoel Gomes da Graça há vinte e tantos anos e que sempre teve um bom comportamento e

> exemplar conduta, vivendo com sua família em boa ordem, e honra, tendo se aplicado a medicina pela falta que havia de quem Curasse, tem usado desta ocupação com felicidade, e ainda mesmo neste tempo [...] vive chamado frequentemente, chamado não só dentro da Vila, como dos sítios e Engenhos [...] com toda caridade [...] que não há família das mais distintas desta Vila, que não fie dele a entrada de sua casa, e como vejo mareada sua reputação pela intriga, e ignorância de um individuo lhe passo em seu abono.[54]

Finalmente, dois outros testemunhos encerraram a absolvição de Manoel Gomes da Graça e, consequentemente, de Maria Angélica. No primeiro, o padre João Albertino de Seixas atestou que ele vivia com sua família, "a quem educa, e dá exemplos inteiramente Cristãos"; no segundo, o vigário Joaquim José Gomes, que há cerca de trinta anos era vigário de Campinas e, consequentemente, conhecia muito bem seus paroquianos, afirmou que Manoel "é músico, e por isso muito útil nesta Vila por que se presta no Serviço da Igreja com desinteresse: tem igualmente sua Botica, faz suas [...] curas, no que pratica muita caridade com os pobres".[55]

Os depoentes, entretanto, não disseram que Manoel Gomes da Graça era um viúvo de 52 anos e que, embora vivesse com seus

53 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1323, p.31v (CMU).
54 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1323, p.38 (CMU).
55 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1323, p.39 (CMU).

quatro filhos, como indicou a *Lista nominativa* de 1829,[56] havia já algum tempo que falecera sua primeira mulher e, portanto, seria possível que as acusações do marido de Maria Angélica estivessem bem fundadas e que o músico Manoel procurasse, de fato, alguém para se unir novamente com ele. Afinal, passados alguns anos desse episódio, Gomes da Graça se casou em segundas núpcias com Dionizia Maria da Conceição.[57]

Diante da exposição desses dois casos de acusação de adultério, pretende-se fazer algumas considerações sobre a construção do feminino e do masculino nos discursos apresentados.

Tratar com amor, isto é, não trair, e garantir o necessário sustento e vestuário eram atitudes que se esperavam dos maridos para com suas mulheres. Consequentemente, desejava-se que a mulher mantivesse a fidelidade ao marido, não apenas no aspecto das relações sexuais, mas como um compromisso de prestar "aquela obediência que lhe é devida". Em outras palavras, a mulher devia manter-se subordinada ao marido.

Referindo-se a uma das mulheres acusadas nos processos enfocados, uma das testemunhas afirmou que Maria Angélica sempre tratou o marido de menos, "respondendo-lhe com altivez, e no todo tratando a seu marido de pouco caso". Mas de onde provém a alegação de "altivez", isto é, do rompimento da relação que deveria manter a mulher subordinada ao marido? Do divórcio! Da separação!

Para Eni de Mesquita Samara (1989, p.112-18), as mulheres moveram mais ações de divórcio que os homens, pondo em dúvida o ideal de "passividade feminina". Os casos estudados demonstraram que as acusações dos maridos envolvidos em ambos os processos acusatórios de adultério não estavam bem fundadas, e mais, que as referidas acusações escamotearam os motivos que os levaram a acusar as mulheres de adultério, ou seja, o fato de elas partirem para ações concretas contra os maltratos recebidos pelos maridos, no primeiro caso, saindo de casa, no segundo, requerendo o divór-

56 Lista Nominativa de Campinas, 1829, 1ª Cia, fogo 131 (AEL – Unicamp).
57 Registro Paroquial de Casamento, 5.3.1835 (ACMC).

cio, evidenciando que não aceitaram os desvios dos maridos e que, mesmo casadas em face da Igreja, entendiam o matrimônio como um compromisso que poderia terminar. O divórcio requerido por uma delas demonstrou que mesmo entre a camada pobre a mulher conhecia não apenas seus deveres, mas também seus direitos.

Quando, portanto, a autoridade absoluta do homem em relação à mulher passou a ser questionada, abalada pela separação, os maridos tentaram reverter o quadro acusando-as daquilo pelo qual elas próprias estavam sofrendo. Na tentativa de incriminar as mulheres, surgiram as testemunhas, peças-chave para a conclusão dos processos, pois a presença delas ressalta as relações de amizade, como a presença de colegas de profissão (sapateiros) no primeiro caso, e de prestígio existentes na comunidade, como ficou verificado no segundo caso (os padres que defenderam Manoel Gomes da Graça). As testemunhas de acusação pautaram-se especialmente por aquilo que era público na vila. As fofocas, os mexericos, faziam parte daquele universo, no entanto não tinham valor legal relevante. Mas a palavra de um padre, por exemplo, poderia servir como importante apoio em tais casos. Por exemplo, o reverendo Antonio Mello e Silva disse que Ana Joaquina, a acusada no primeiro processo, era "temente a Deus por obedecer aos preceitos da Igreja, e é obediente a justiça".[58]

Em suma, o esteriótipo do marido dominador e da mulher submissa, apresentado para a sociedade brasileira do passado, deve ser olhado com reservas, uma vez que a separação, informal ou não, como o divórcio, foi uma garantia contra os abusos do poder patriarcal. Além disso, quando se examina o envolvimento de pessoas comuns, isto é, indivíduos que não ocupavam cargos de liderança na comunidade e nem mesmo possuíam famílias importantes no cenário local, parece que os casos foram tratados com maior parcimônia, como que se fechassem os olhos para certas atitudes, demonstrando menor rigor para com os populares. O adultério no discurso popular pareceu ser regido por outras normas talvez por-

58 Auto de Querela: Adultério, 1830, TJC, 1º Of., Cx. 51, nº 1317, p.26v (CMU).

que não fossem escandalosos, embora tenham se tornado públicos. Afinal, as *Constituições primeiras* diziam que, embora o adultério fosse considerado um "crime" grave, a preocupação maior recaía sobre os clérigos, e nesse caso os castigos deveriam ser exemplares.

> Porém não se admitirá denunciação, ou acusação criminal em nosso juízo contra pessoa leiga para efeito de ser castigada, por se dizer, que cometeu adultério, se juntamente não houver infâmia, e perseverança, que induza amancebamento. (vide 1719, p.334)

A preocupação maior por parte da Igreja era com os casos que podiam perdurar por mais tempo, tornando-se concubinatos declarados e duradouros. E mesmo nessas situações, os casais eram admoestados três vezes antes de serem castigados com maior rigor. A punição com o pagamento de uma pena pecuniária, o degredo e, em última instância, a excomunhão eram as armas mais ameaçadoras a que a Igreja podia recorrer para emendar seus fiéis (ibidem, p.338-9).

Considerações finais

A reprodução de novos indivíduos depende da formação das famílias, sejam elas legítimas ou não. Assim, com este trabalho tivemos a oportunidade de analisar o sistema demográfico presente em Campinas, localidade representativa da região do Oeste Paulista em que se estabeleceu a grande lavoura da cana-de-açúcar no final do século XVIII e que sofreu gradativamente a substituição dessa cultura com a posterior inserção do café por volta da metade do século XIX. Em virtude disso, pode-se dizer que essa pesquisa trouxe uma contribuição à historiografia no sentido de preencher uma lacuna no que diz respeito à dinâmica demográfica de uma área de *plantation*, não só porque inexistiam "estudos de demografia histórica das populações do setor da grande lavoura do Brasil" (Marcílio, 1984, p.200), mas, sobretudo, porque o sistema de *plantation* existiu em diversas partes do território brasileiro, em especial em áreas do Nordeste Canavieiro.

As suspeitas de Maria Luiza Marcílio quanto à existência de elevadas taxas de fecundidade legítima se confirmaram, garantindo assim uma pronunciada natalidade. Por sua vez, as taxas de mortalidade encontradas se mostraram menores que as de natalidade, favorecendo o crescimento vegetativo da população. Nota-se que, com a expansão da vila, houve uma alta significativa da mortali-

dade, porém esses fatores não implicaram em diminuição do nível de crescimento, como supunha Marcílio (1984, p.200). Embora os registros de óbitos raramente indiquem a *causa mortis*, à vista disso pode-se dizer que a mortalidade de crianças (até 9 anos) foi a grande responsável pelos elevados índices de óbito, uma vez que atingiram 42% dos registros computados entre 1774 e 1794; de 63,9% entre 1795 e 1819; e de 56,9% no período de 1832 a 1850. A morte provocada pelo "mal de sete dias" foi, provavelmente, a que afetou com maior intensidade os recém-nascidos, uma vez que a infecção tetânica se generalizava rapidamente em virtude das precárias condições de higiene existentes. Em Campinas, o maior índice de mortalidade foi o de crianças de até 1 mês, algo comum também na Europa, onde uma criança inglesa em cada cinco ou seis morria antes de completar o primeiro mês de vida (Burguière et al., 1998, v.1, p.16). Ou seja, a mortalidade infantil era extremamente alta, diminuindo à medida que a idade ia avançando.

Diante dessas informações, não se pode afirmar que nas regiões de grande lavoura a curva de crescimento natural tenha sido "menos rápido que o dos setores de subsistência", contrariando mais uma vez as hipóteses de Marcílio (1984, p.200). Muito pelo contrário, o que se nota é a existência de um crescimento vegetativo elevadíssimo (36‰ em 1794, 32‰ em 1814, e 70‰ em 1836), se comparado ao da capitania de São Paulo, que atingiu 11,7‰ em 1798 e 12,2‰ em 1818 (Marcílio 2000, p.89), resultado claro de elevadas taxas de fecundidade que contribuíram para superar os altos índices de mortalidade. Aliás, as taxas de fecundidade para Campinas foram uma das maiores já encontradas entre várias áreas estudadas no Brasil, fruto de uniões em que a idade média da mulher ao casar foi em torno de 17 anos.

Somado aos elementos de natureza demográfica tem-se o peso da imigração, contrariando a ideia de que haveria a saída de indivíduos livres em virtude da grande mobilidade espacial existente, uma vez que os resultados confirmaram um movimento maior de entrada de pessoas, especialmente casais, sendo que as redes de apoio familiares seriam as grandes responsáveis pelo advento e permanência desses novos moradores.

Assim, a formação das famílias em Campinas durante sua fase inicial de povoamento esteve articulada com um processo imigratório em que grupos de casais oriundos de diversas localidades próximas a Campinas contribuíram para seu desenvolvimento. O elo entre esses casais e sua terra natal foi mantido por laços familiares do casamento, pois as dispensas matrimoniais demonstram que muitas das uniões se davam entre membros do próprio clã familiar.

Em um segundo momento, a imigração de casais foi intensificada com a vinda de noivos de outras localidades, vilas vizinhas que cederam seus jovens para habitarem as terras campineiras. A chegada de casais, portanto, foi importante para o progresso e povoamento da vila, mas pode-se dizer também que a formação de casais que nasceram na própria vila foi fundamental para garantir o aumento populacional.

O estabelecimento de tais famílias se deu de forma a apropriarem-se do que de melhor havia naquelas paragens: o solo. No entanto, à medida que houve uma valorização da terra com a expansão da lavoura canavieira e, posteriormente, com a lavoura cafeeira, notou-se que algumas famílias foram beneficiadas pelo fato de serem proprietárias, constituindo-se em um seleto grupo, que passou a integrar a elite campineira da época. A correlação entre donos de terras, representantes da câmara, chefes militares e senhores de engenho é quase total, e o compadrio entre os sujeitos dessas famílias contribuiu para que notássemos uma das formas de associações reinantes entre eles e que selou importantes alianças, sem dizer que o casamento entre essa mesma elite foi um traço marcante de endogamia social.

A expectativa de uma vida melhor atraiu também pessoas sem posses, trabalhadores preparados para os mais diversos serviços, e à medida que a vila cresceu, mais esses trabalhadores se tornaram imprescindíveis. Muitos casaram diante do altar e das testemunhas, recebendo dos padres as bênçãos nupciais, enquanto outros mantiveram relações consensuais não sacramentadas pela Igreja. Legítimos e ilegítimos eram batizados na vila, frutos de relações que contribuíram para as elevadas taxas de fecundidade ou para o aumento dos índices de ilegitimidade. Seja como for, a população cresceu, gerando muitos filhos, que continuaram a tarefa da formação das famílias.

Referências bibliográficas

Fontes

Listas nominativas de habitantes de Campinas

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Unicamp.

Relação dos anos selecionados para estudo, seguidos do número total de fogos.

- Ano de 1767 = 53 fogos
- Ano de 1770 = 59 fogos
- Ano de 1774 = 57 fogos
- Ano de 1778 = 67 fogos
- Ano de 1782 = 93 fogos
- Ano de 1786 = 111 fogos
- Ano de 1790 = 177 fogos
- Ano de 1794 = 249 fogos
- Ano de 1810 = 610 fogos
- Ano de 1814 = 728 fogos
- Ano de 1818 = 436 fogos (incompleto)
- Ano de 1829 = 954 fogos
- Total de fogos consultados = 3.594

Registros paroquiais

Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas (ACMC).

Livros de casamentos

– Livro 1 (1774-1806) = 343 registros de casamentos de livres
– Livro 2 (1806-1818) = 653 registros de casamentos de livres
– Livro 3 (1818-1826) = 503 registros de casamentos de livres
– Livro 4 (1826-1841) = 734 registros de casamentos de livres
– Livro 5 (1841-1850) = 543 registros de casamentos de livres
– Total de registros de casamento = 2.776

Livros de batismos

– Livro 1 (1774-1797) = 842 registros de pessoas livres
– Livro 2 (1797-1812) = 2.838 registros de pessoas livres
– Livro 3 (1812-1819) = 2.011 registros de pessoas livres
– Livro 4 (1819-1827) = 2.573 registros de pessoas livres
– Livro 5 (1830-1839) = 2.898 registros de pessoas livres
– Livro 6 (1839-1850) = 3.900 registros de pessoas livres
– Livro 7 (1850) = 13 registros de pessoas livres

Total de registros de batismo = 15.075

Livros de óbitos

Livro 1 (1774-1806) = 1.126 registros de pessoas livres
Livro 2 (1806-1819) = 1.764 registros de pessoas livres
Livro 4 (1832-1844) = 1.943 registros de pessoas livres
Livro 5 (1845-1850) = 1.144 registros de pessoas livres
Total de registros de óbito = 5.977

Total dos registros paroquiais = 23.828

Registros de terras de Campinas de 1818

– Apresenta 290 proprietários de terras com informações que indicam a área da propriedade, a forma de aquisição, o tipo de uso, o número de escravos na propriedade, número de outros moradores e se a propriedade é o local de residência do senhor das terras.

Registros paroquiais de terras de 1854

Apresenta 377 proprietários de terras com informações semelhantes ao registro de terras de 1818.

Inventários e testamentos

Foram 229 documentos referentes ao período de 1795 a 1830, nos quais conseguimos levantar as informações sobre os herdeiros do inventariado, sendo possível cruzar essas informações com os registros paroquiais e perceber melhor óbitos, nascimentos e casamentos de uma mesma família. Além disso, outros 361 documentos correspondentes ao período de 1830 a 1850 tiveram a data do inventário como data equivalente ao óbito para fechar as famílias que havíamos formado.

Outros

ARRUDA, H. D. de. *Efeméride ilustre*. Barão de Atibaia. [s.n.t.]. Centro de Memória da Unicamp.

AZEVEDO FILHO, B. de. *Há meio século*. [s. n.], [s. l.], 22 de fevereiro de 1942. Centro de Memória da Unicamp.

FUNDO JOÃO CAETANO Monteiro Filho. Série Personagens. Barão de Atibaia. Centro de Memória da Unicamp.

______. Série Personagens. Visconde de Indaiatuba Centro de Memória de Campinas.

FUNDO JOLUMÁ BRITO. Série Personagens. Dados biográficos. Barões diversos Centro de Memória da Unicamp.

SALLES, A. C. de M. Visconde de Indaiatuba. *Diário de Campinas*. Campinas, 29 de janeiro de 1899. Centro de Memória da Unicamp.

Referências gerais

AISSAR, A. da G. *Natalidade e mortalidade em Franca*: estudo de demografia histórica (1800-1850). São Paulo, 1980. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ANDERSON, M. *Elementos para a história da família ocidental, 1500-1914*. Lisboa: Editorial Querco, 1984.

ANDREAZZA, M. L. *O paraíso das delícias*: um estudo da imigração ucraniana, 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

ARANHA, R. E. de S. *Revista Genealógica Latina*, São Paulo, n.4, p.95-6, 1952.

ARANTES, A. A. et al. *Colcha de retalhos*: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

ARAÚJO, A. C. *A morte em Lisboa*: atitudes e representações, 1700-1830. Lisboa: Notícias Editorial, 1997.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1981.

______. *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1988.

______. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. v.2.

BACELLAR, C. de A. P. *Os senhores da terra*: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

______. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

______. *Os senhores da terra*: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BACCI, M. L. Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das conseqüências. In: MARCÍLIO, M. L. (Org.). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, p.34-71.

______. *Historia de la población europea*. Barcelona: Crítica, 1999.

______; BRESCHI, M. Italian fertility: an historical account. *Journal of Family History*, v.15, n.4, p.385-408, 1990.

BAENINGER, R. *Espaço e tempo em Campinas*: migrantes e expansão do polo industrial paulista. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

BALHANA, A. P. *Santa Felicidade, uma paróquia Vêneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba; Prefeitura Municipal de Curitiba, 1978.

BALHANA, A. P. et al. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. In: IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. São Paulo. *Anais...*, 1969, p.345-389. (Separata)

BALMORI, D. et al. *Las alianzas de familias y la formación del país en América Latina.* México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

BARATA, C. A.; BUENO, A. H. C. *Dicionário das famílias brasileiras*. [S. l.]: Litografia Tucano Ltda., [s. d.]. 2v. CD-ROM.

BARBAGLI, M.; KERTZER, D. An introduction to the history of italian family life. *Journal of Family History*, v.15, n.4, p.369-83, 1990.

BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.). *São Paulo do passado*: dados demográficos. Universidade Estadual de Campinas: Núcleo de Estudos de População, 1998. 16v.

BASTOS, M. do R. Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI. In: MATTOSO, J. (Dir.). *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996, p.109-24.

BEAUJEU-GARNIER, J. *Demogeografía*: los grandes problemas de la población mundial. Barcelona: Editorial Labor, 1972.

BIDEAU, A. (Dir.). *Sygap*: système de gestion et d'analyse de population. Oullins, França: Bosc Freres, 1991.

BONI, M. I. M. de. *A população da vila de Curitiba segundo as Listas Nominativas de Habitantes*: 1765-1785. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado) – Culaa, Universidade Federal do Paraná.

BOLOGNE, J.-C. *História do casamento no Ocidente*. Lisboa: Temas e Debates, 1999.

BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade.* 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BRIOSCHI, L. R. *Família e genealogia*: quatro gerações de uma grande família do sudeste brasileiro (1758-1850). São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

______ et al. *Entrantes no sertão do Rio Pardo*: o povoamento da freguesia de Batatais: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Ceru, 1999.

BRITO, J. *História da cidade de Campinas*. São Paulo: Saraiva, 1956. v.1.

______. *História da cidade de Campinas*. São Paulo: Saraiva, 1957. v.4.

BRÜGGER, S. M. J. *Minas patriarcal – Família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. Niterói, 2002. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

BURGUIÈRE, A. et al. (Dir.). *História da família.* O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa. Lisboa: Terramar, 1998. v.3.

BURMESTER, A. M. de O. *A população de Curitiba no século XVIII – 1751-1800, segundo os registros paroquiais*. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.

______. *Population de Curitiba au XVIIIe siècle*. Montreal, 1981. Thèse (Doctorat) – FES, Université de Montréal.

CABALLERO, E. M. C. *A população de Montevidéu*. Sua demografia histórica urbana: 1726-1852. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CAMPOS, A. L. de A. *O casamento e a família em São Paulo Colonial*: caminhos e descaminhos. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CANABRAVA, A. P. A repartição da terra na capitania de São Paulo, 1818. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.2, n.6, p.77-129, dez. 1972.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 5.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARDOSO, J. A.; NADALIN, S. O. Os meses e os dias de casamento no Paraná, séculos XVIII, XIX e XX. *História*: *Questões e Debates*, Curitiba, v.5, p.105-30, dez. 1982.

CASCÃO, R. Demografia e sociedade. In: MATTOSO, J. (Dir.). *História de Portugal*: o liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, [s. d.], v.5, p.425-39.

CASEY, J. *História da família*. Lisboa: Teorema, 1989.

CHRISTOFOLETTI, A.; FEDERICI, H. *A terra campineira*. (Análise do quadro natural). Campinas: Ind. Gráficas Mousinho, 1972.

COSTA, D. I. P. da. *Herança e ciclo de vida*: um estudo sobre a família e população em Campinas, São Paulo (1765-1850). Niterói, 1997. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

______. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.17, n.1/2, p.47-66, jan.-dez., 2000.

COSTA, I. del N. da. Análise da morbidade nas Gerais (Vila Rica, 1799-1801). *Revista de História*, São Paulo, v.54, n.107, p.241-62, jul.-set. 1976.

______. *Vila Rica*: população (1719-1826). Ensaios Econômicos 1, São Paulo: IPE/USP, 1979.

______. *Minas Gerais*: estruturas populacionais típicas. São Paulo: Edec, 1982.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p.223-40.

DAMIANI, A. L. *População e geografia*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DARNTON, R. *O grande massacre de gatos*: e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARROCH, A. G. Migrants in the nineteenth century: fugitives or families in motion? *Journal of Family History*, v.6, n.3, p.257-77, Fall 1981.

DAUNT, R. G. Tradições paulistas. Dona Maria Justina de Camargo. *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, ano I, n.1, p.192-209, 1937.

DEAN, W. *Rio Claro*: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEVOTO, F.; MADERO, M. (Dir.). *Historia de la vida privada en la Argentina*. País antiguo. De la colônia a 1870. Buenos Aires: Taurus, 1999.

DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUPÂQUIER, J. Demografia histórica e história social. In: MARCÍLIO, M. L. (Org.). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, p.25-33.

DURÃES, M. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários – sécs. XVIII-XIX. In: *Anais ABEP,* XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, p.1-24.

EISENBERG, P. L. *Homens esquecidos*: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: Unicamp, 1989.

FARIA, S. de C. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.241-58.

______. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FEBVRE, L. Os apoios da irreligião: a filosofia? In: MOTA, C. G. (Org.). *Lucien Febvre*: *História*. São Paulo: Ática, 1978.

FLANDRIN, J. L. *Families in Former Times*. Great Britain: C.U.P., 1979.

______. *Famílias*: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: ______. *Microfísica do poder*. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.79-98.

FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

______; MARTINS, M. F. Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão: 1850-1880. In: FLORENTINO, M.; MACHADO, C. (Orgs.). *Ensaios sobre a escravidão (1)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.143-66.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.

FREIRE, J. Compadrio em uma freguesia escravista, Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG), 1838-1888. In: *Anais ABEP,* XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, p.1-24.

FREIRE, R. C. X. *Histórias de vidas negras em Campinas no século XIX*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. 20.ed. Rio de Janeiro; Brasília: INL-MEC, 1980.

GADELHA, R. M. D. A. F. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920)*: contribuição ao estudo da colonização em São Paulo. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GODINEAU, D. A mulher. In: VOVELLE, M. (Dir.). *O homem do iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p.309-34.

GOLDSCHIMIDT, E. R. *Casamentos mistos* – liberdade e escravidão em São Paulo colonial. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

GOODY, J. *The Development of the Family and Marriage in Europe*. Cambridge University Press, 1984.

GREVEN JUNIOR, P. J. *Four Generations*: Population, Land, and Family in Colonial Andover, Massachusetts. 7.ed. Ithaca: Cornell Paperbacks, 1995.

GUILLAUME, P.; POUSSOU, J.-P. *Demographie historique*. Paris: Armand Colin, 1970.

GUIMARÃES, A. M. *Campinas em 1954*. 2.ed. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1954.

GUTIÉRREZ, H. *Terras e gado no Paraná tradicional*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HAREVEN, T. K. Historia de la familia y la complejidad del cambio social. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, v.XIII, n.1, p.99-149, 1995.

HENRY, L. O levantamento dos registros paroquiais e a técnica de reconstituição de famílias. In: MARCÍLIO, M. L. (Org.). *Demografia*

histórica: orientações técnicas e metodológicas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977a, p.41-64.

______. *Técnicas de análise em Demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977b.

HOLANDA, S. B. de. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*: *1850*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p.15-45.

KIDDER, D. P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

KUBO, E. M. *Aspectos demográficos de Curitiba, 1801-1850*. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.

KUZNESOF, E. A. *Household Economy and Urban Development, São Paulo, 1765 to 1836*. Colorado: Westview Press, 1986.

______. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v.9, n.17, p.37-64, set. 1988/fev. 1989.

LACHIVER, M. *La population de Meulan du XVIIe au XIXe siècle (vers 1600-1870)*: Étude de démographie historique. Paris: Éditions Jean Touzot, 1969.

LAPA, J. R. do A. *A cidade*: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LE GOFF, J. *História e memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEAL, M. do C.; SZWARCWALD, C. L. Evolução da mortalidade neonatal no Estado do Rio de Janeiro, Brasil (1979-1993): análise por causa segundo grupo de idade e região de residência. *Cadernos de Saúde Pública,* Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.243-52, abr.-jun., 1996.

______; ______. Características da mortalidade neonatal no Estado do Rio de Janeiro na década de 80: uma visão espaço-temporal. *Revista de Saúde Pública,* São Paulo, v.31, n.5, p.457-65, out. 1997.

LEBRUN, F. *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Rolim, [197?].

LEVI, D. E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LEVI, G. Mobilitá della popolazione e immigrazione a Torino nella prima meta Del settecento. *Quaderni Storici*, p.538-72, 1971.

LEWIN, L. *Surprise Heirs*: Illegitimacy, Patrimonial Rights, and Legal Nationalism in Luso-Brazilian Inheritance, 1750-1821. Stanford: Stanford University Press, 2003. v.1.

LEWKOWICZ, I. *Vida em família*: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LOPES, E. C. Tratar-se como casados e procriar: concubinato, campo fértil da bastardia. *Série Seminários Internos*, texto 01. Cedhal – USP, [s. d.].

______. *O revelar do pecado*: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1998.

LUNA, F. V. *Minas Gerais*: escravos e senhores: análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios. (1718-1804). São Paulo: IPE, USP, 1981.

______. Areias: posse de escravos e atividades econômicas (1817-1836). *Cadernos NEHD – Núcleo de Estudos em História Demográfica*, FEA/USP, São Paulo, 1995.

______. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades – (1777-1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.28, n.1, p.99-169, jan.-mar., 1998.

______; KLEIN, H. S. Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.20, n.3, p.349-79, set.-dez., 1990.

MACFARLANE, A. *História do casamento e do amor*: Inglaterra: 1300-1840. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

MADEIRA, A. B. et al. População e família de uma vila açoriana: as Velas da Ilha de São Jorge (1766-1799). *Sociedade e População*, n.4, p.59-93, 1998.

MALUF, M. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARCÍLIO, M. L. *A cidade de São Paulo*: povoamento e população, 1750-1850. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1973.

______. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836. São Paulo, 1974. Tese (Livre-Docência em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

______. Mariage et remariage dans le Brésil traditionnel: lois, intensité, calendrier. In: DUPÂQUIER, J. et al. *Marriage and remarriage in populations of the past*. (Population and Social Structure). London: Academic Press, 1981, p.363-73.

______. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: MARCÍLIO, M. L. (Org.). *População e sociedade*: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, p.193-207.

______. *Caiçara*: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas; Cedhal, 1986.

______. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro imperial. *Revista de História*, São Paulo, n.127-8, p.53-68, ago.-dez., 1992 a jan.-jul., 1993.

______. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*: 1700-1836. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

MARCONDES, R. L. *A arte de acumular na economia cafeeira*: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Stiliano, 1998.

MARINS, P. C. G. Mulheres de elite, filhos naturais – São Paulo, séculos XVIII e XIX. In: FUKUI, L. (Org.). *Segredos de família*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Nemge/USP, 2002, p.43-60.

MARTINS, V. *Nem senhores, nem escravos*: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850. Campinas: Área de Publicações CMU; Unicamp, 1996.

MATTOS, J. A. *Colonização do Estado de Santa Catharina*: dados históricos e estatísticos (1640-1916). Florianópolis: Gab. Typ. D' O Dia, 1917.

MATTOSO, K. M. de Q. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

MENDES, J. de C. Retratos da velha Campinas. *Revista do Arquivo Municipal*, Campinas, p.126-265, 1950.

MESGRAVIS, L. *O Brasil dos séculos XVI e XVII*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1984.

______. A sociedade paulista nos fins do período colonial. In: AZEVEDO, F. L. N. de.; MONTEIRO, J. M. (Coords.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, p.465-76.

METCALF, A. C. Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil. *Estudos Econômicos*, v.13, número especial, p.771-85, 1983.

______. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.20, n.2, p.283-304, maio-ago., 1990.

MEZA, R. S. Orphans and family disintegration in Chile: the mortality of abandoned children, 1750-1930. *Journal of Family History*, v.16, n.3, p.315-29, 1991.

MINEAU, G. P. et al. Migration and fertility: behavioral change on the American frontier. *Journal of Family History*, v.14, n.1, p.43-61, 1989.

MONTEIRO, N. G. Sistemas familiares. In: MATTOSO, J. (Dir.). *História de Portugal*: o liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, [s. d.], v.4, p.279-85.

MOTT, L. R. B. Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813). *Cadernos CERU*, n.18, p.91-129, maio 1983.

MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres*: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Fapesp; Annablume, 1999.

______; MARCONDES, R. L. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.30, n.2, p.267-99, abr.-jun. 2000.

MOTTA, J. F.; NOZOE, N. H. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.24, n.2, p.253-320, maio-ago., 1994.

MOURA, D. A. S. de. *Saindo das sombras*: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de Publicações CMU; Unicamp, 1998. (Coleção Campiniana, 17).

MÜLLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. 3.ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

NABUCO, J. Retrospecto do combate político ao escravismo: a extinção do tráfico. In: BEIGUELMAN, P. *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

NADALIN, S. O. *Une paroisse d'origine germanique au Brésil*: la Communauté Evangélique Lutherienne à Curitiba entre 1866 et 1969. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1978.

______. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1994.

______. *Imigrantes de origem germânica no Brasil*: ciclos matrimoniais e etnicidade. 2.ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

______. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. *TOPOI*, v.4, n.7, p.222-75, jul.-dez., 2003.

______. *História e demografia*: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

NOZOE, N. H. *São Paulo*: economia cafeeira e urbanização. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista (1889-1933). São Paulo: IPE/USP, 1984.

NOZOE, N. H.; COSTA, I. del N. da. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v.34, p.175-82, 1992.

OLIVEIRA, A. R. V. de. *Memória sobre o melhoramento da província de São Paulo*. 2.ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

OLIVEIRA, R. C. de. *O silêncio dos vencedores*: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

ORTIZ, A. G.-C.; IGLESIA, M. S. F. de la. Familia y fecundidad en Mocejon (1660-1719). Una reconstrucción de familias. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, v.IX, n.1, p.65-88, 1991.

PAIVA, C. A.; KLEIN, H. S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.22, n.1, p.129-51, jan.-abr., 1992.

PAIVA, C. A.; LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.25, n.2, p.203-33, maio-ago. 1995.

PERARO, M. A. *Bastardos do Império*: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, M. A. M. Reconstrução de famílias no microcomputador: o Sygap. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.12, n.1/2, p.169-80, jan./dez., 1995.

PERROT, M. Figuras e papéis. In: PERROT, M. et al. (Dir.). *História da vida privada.* Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, v.4, p.121-85.

PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo*: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difel, 1968.

POUSSOU, J. P. Introdução ao estudo das migrações antigas. In: MARCÍLIO, M. L. (Org.). *Demografia histórica*: *orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1977, p.139-74.

PUPO, C. M. de M. *Campinas, município no Império*: fundação e constituição, usos familiares, a moradia, sesmarias, engenhos e fazendas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

PRIORE, M. Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

QUEIROZ, M. I. P. de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

QUINTANEIRO, T. *Retratos de mulher*: a brasileira vista por viageiros ingleses e norte-americanos durante o século XIX. Petrópolis: Vozes, 1995.

RAMOS, D. União consensual e a família no século XIX – Minas Gerais, Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.20, n.3, p.381-405, set.-dez., 1990.

RANGEL, A. S. *Escravismo e riqueza*: a formação da economia cafeeira em Taubaté (1776-1836). São Paulo: IPE/USP, 1990.

REIS, J. J. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

______. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, L. F. de (Org.). *História da vida privada no Brasil*: Império. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p.95-141.

RETTAROLI, R. Age at marriage in nineteenth-century Italy. *Journal of Family History*, v.15, n.4, p.409-25, 1990.

ROCHA, C. M. *Histórias de famílias escravas*: Campinas, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SAES, F. A. M. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

SAMARA, E. de M. A constituição da família na população livre (São Paulo no século XIX). In: COSTA, I. del N. (Org.). *Brasil*: *história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986, p.189-204.

______. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. et al. *Pensando a família no Brasil*: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; UFRRJ, 1987, p.25-36.

______. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

______. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.11, n.22,p.7-33, mar./ago., 1991.

______. Mistérios da "fragilidade humana": o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n.29, p.57-71, 1995.

______. *Família, mulheres e povoamento*: São Paulo, século XVII. Bauru, SP: Edusc, 2003.

SANTOS, G. M. M. F. dos. Aspectos da mortalidade em S. Martinho de Penafiel (1700-1807). *População e Sociedade*, n.4, p.175-89, 1998.

SBRAVATI, M. *São José dos Pinhais, 1776-1853*: uma paróquia paranaense em estudo. Curitiba, 1980. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.

SCHAAF, M. B. *A população da vila de Curitiba segundo as Listas Nominativas de Habitantes*: 1786-1799. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado) – Culaa, Universidade Federal do Paraná.

SCHMITT, J.-C. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SCHRÖTER, B. Acerca de la posición de la mujer en el contexto del matrimonio en una región fronteriza de la América Hispánica a fines

del período colonial. Resultado y desiderata. *Cuadernos de Historia Latinoamericana*, Málaga, n.4, p.69-95, 1996.

SCOTT, A. S. V. *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836).* São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_______. *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste português (séculos XVIII e XIX).* Guimarães: NEPS – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho,1999.

SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio*: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, M. B. N. da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo, T. A. Queiroz; Editora da USP, 1984.

_______. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SLENES, R. W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery*: 1850-1888. Stanford, 1976. 2v. These (Ph.D) – Stanford University.

_______. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. *População e Família*, São Paulo, v.1, n.1, p.9-82, jan./jun., 1998.

_______. *Na Senzala, uma Flor*: as esperanças e as recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SPAGNOL, R. C. G. *A invenção da tradição em Campinas*: a morada dos barões do café, 1860-1889. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

STONE, L. *The Family, Sex and Marriage in England, 1500-1800*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979.

SZWARCWALD, C. L. et al. Mortalidade infantil no Brasil: Belíndia ou Bulgária? *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.503-16, jul.-set., 1997.

TEIXEIRA, P. E. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.1, p.75-94, jan.-jun., 2002.

_______. *O outro lado da família brasileira.* Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

_______. As migrações internas em uma perspectiva histórica: o caso de Campinas nos séculos XIX e XX. In: CORSI, F.L. et. al. (Orgs.). *Economia, sociedade e relações internacionais*: perspectivas do capitalismo global. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2006, p.113-26.

TORRES-LONDOÑO, F. O crime do amor. In: D'INCAO, M. A. et al. (Orgs.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989, p.17-30.

______. *A outra família*: concubinato, igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Loyola, 1999.

TSCHUDI, J. J. von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Martins, 1976.

TWINAM, A. Honor, sexuality, and illegitimacy in colonial Spanish America. In: ______. *Sexuality and Marriage in Colonial Latin America*. Lincoln; London: University of Nebraska Press, 1989, p.118-55.

VALLE, M. S. do. *Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa*: 1770-1829. São Paulo, 1983. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VELHO, G. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, A. M. et al. *Pensando a família no Brasil*: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; UFRRJ, 1987, p.79-88.

VENÂNCIO, R. P. Os expostos de Catas Altas: estratégias de sobrevivência em uma comunidade camponesa: Minas Gerais: 1775-1875. In: ______. *História e cidadania*. São Paulo: Humanitas; ANPUH, 1998. v.2.

______. *Famílias abandonadas*: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

VIDE, S. M. da. *Primeiras Constituições Synodais do Arcebispado da Bahia*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1719.

VITERBO, J. de S. R. de. *Elucidário das palavras, termos e frases*. Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo por Mário Fiúza. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1965, v.I e II.

WELTI, C. *Demografia. I*. México: Prolap, 1997.

WESTPHALEN, C. M. *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba: CD Editora, 1995.

______. Os cursos de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. *História*: *Questões & Debates*, Curitiba, v.14, n.26/27, p.6-19, jan.-dez., 1997.

WRIGLEY, E. A. *Historia y población*: Introducción a la demografía histórica. Madrid: Guadarrama, 1969.

ZAMBONI, E. *Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874 a 1900)* – uma contribuição ao estudo de estrutura agrária. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Apêndice metodológico

A pesquisa histórica que visa à reconstituição de famílias deve basear-se em informações colhidas nos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, embora possam ser feitas adaptações à metodologia sugerida por Henry (1977, p.47), como foi o caso dos trabalhos apresentados por Marcílio (1986), Bacellar (1987; 1994) e Scott (1987), que usaram, com sucesso, as *Listas nominativas de habitantes*.

No presente trabalho, a localidade de Campinas (São Paulo) foi escolhida em virtude de situar-se em uma região de fronteira onde se instalou uma agricultura fortemente centrada na plantação da cana-de-açúcar, com o uso intensivo da mão de obra escrava. E uma vez que "inexistam estudos de demografia histórica das populações livres do setor da grande lavoura do Brasil" (Marcílio, 1984, p.200), nosso propósito foi o de estudar a família livre e entender as formas de sua reprodução, o que requereu um cuidadoso trabalho de reconstituição de famílias que passaremos a descrever de forma detalhada, a fim de que o leitor possa compreender a metodologia empregada ao longo dos meses de trabalho, e que demandou o levantamento das informações contidas nas diversas fontes utilizadas para a pesquisa.

Antes, no entanto, de abordarmos os aspectos metodológicos, é necessário dizer que tal pesquisa somente se realizou graças à farta

documentação existente sobre Campinas, localizada em diversos arquivos, documentação essa que passaremos a descrever de forma a ilustrar sua utilização.

Arquivos e fontes

Em Campinas há dois arquivos públicos importantes para sua história: o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), situado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, onde encontramos no Fundo Peter Eisenberg uma série de microfilmes relativos às *Listas nominativas de habitantes*, e outra, dos *Registros paroquiais*, porém esta última acha-se incompleta. O segundo arquivo fica no Centro de Memória da Unicamp (CMU), local de pesquisa que guarda importante acervo para a história regional, tal como o Arquivo Judiciário da Comarca de Campinas, que é estimado em cerca de 50 mil documentos, que incluem processos de crimes, cíveis, inventários e testamentos, compreendendo o período de 1796 a 1940.

O Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas (ACMC) guarda os volumes originais ou em microfilmes dos registros paroquiais de todas as paróquias que fazem parte da arquidiocese campineira. No entanto, a consulta aos documentos não é pública. Em nosso caso, tivemos o aval dos padres Euclides Sena e Júlio Cesar Calusni, que permitiram o trabalho de coleta dos dados.

Outro local que preserva informações sobre Campinas é o Arquivo do Estado de São Paulo (Aesp). Nele encontramos os originais das *Listas nominativas de habitantes*, os *Registros dos bens rústicos* de 1818, os *Registros paroquiais de terras* de 1850, além de muitos outros.

Registros paroquiais

Os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos permitem o trabalho de reconstituição de famílias, e para Campinas

é possível estudar tanto a população livre quanto a população escrava, e isso desde o ano de estabelecimento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, em 1774, passando por 1797, quando foi elevada à condição de Vila, e finalmente, para o período em que ela foi transformada em cidade, a partir de 1842.

Percorrendo os muitos livros de registros, podemos dizer que o estado de conservação deles é bom, embora existam algumas dificuldades em sua leitura impostas pelo tempo, que levou à deterioração de muitos documentos, tornando-os "apagados", isto é, sem contraste, claros e, assim, quase ilegíveis. Soma-se a isso a própria caligrafia dos padres que escreviam os documentos, pois alguns tinham letras grandes e bem feitas, como a do primeiro vigário de Campinas, Francisco Antonio de Pádua (1774-1779), ou letras bem feitas, mas de pequeno tamanho, como a do vigário Joaquim José Gomes (1806-1831). Outros, ainda, escreviam verdadeiros garranchos!

A seguir temos um exemplo de registro de batismo, casamento e óbito, realizado por alguns padres. Aliás, os dois primeiros referem-se aos vigários que mencionamos.
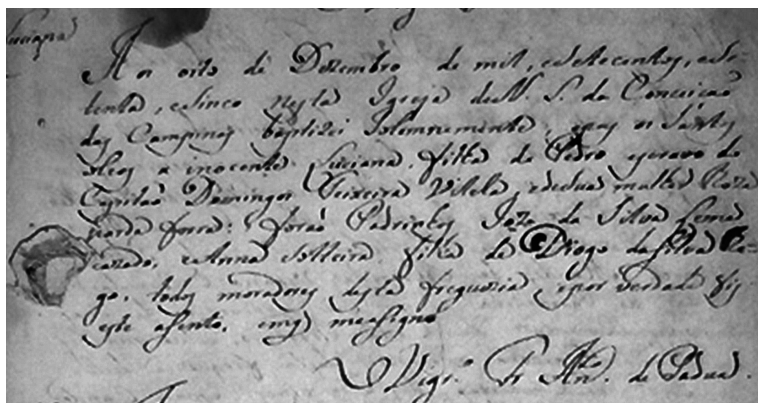
Figura 1 – Exemplo de um registro de batismo.
Fonte: Registro Paroquial de Batismo, Livro 1, folha 5.
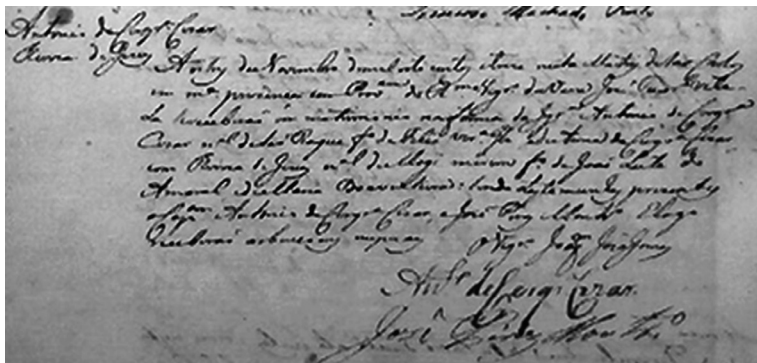
Figura 2 – Exemplo de um registro de casamento.
Fonte: Registro Paroquial de Casamento, Livro 2, folha 83v.
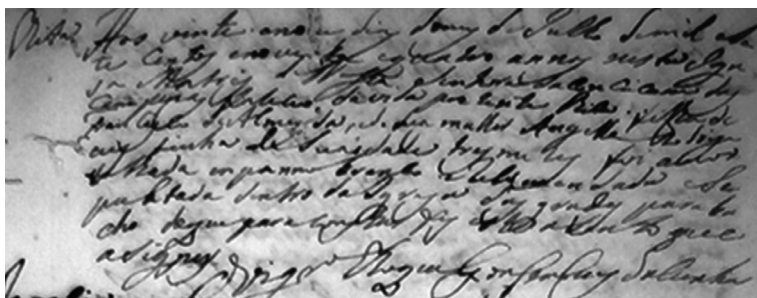
Figura 3 – Exemplo de um registro de óbito.
Fonte: Registro Paroquial de Óbito, Livro 1, folha 50.
Obs.: Este assento foi feito pelo vigário Roque Gonçalves da Cunha (1792-1795).

Para o caso de Campinas, fomos privilegiados com a série completa dos registros paroquiais para casamentos e batizados de livres, enquanto entre os livros de óbitos foi perdido apenas um, que compreende ao período de 1820 a 1831. Após a leitura de todos os registros de 1774 a 1850, podemos afirmar que os diversos padres que fizeram as anotações nos livros de registros seguiram de perto as orientações recomendadas pelas *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*.

Registros de casamentos

Inicialmente devemos salientar que a condição social de livre ou escravo refletiu diretamente nos tipos de informações contidas nesses registros. Além disso, a maioria dos livros apresenta uma numeração de páginas deficiente, quando não ausente, criando um entrave maior para a identificação de cada registro. Mediante essas constatações, cremos que a indicação do dia, mês e ano, juntamente com o nome dos noivos, foi o melhor meio usado para termos um controle rígido sobre cada documento recuperado. Vejamos um exemplo:

> Tenente Vicente de Sousa Campos
> D. Maria Joaquina de Campos
>
> Aos nove dias do mês de novembro de mil oitocentos e quarenta e dois anos, [...] com Provisão do Vigário da Vara que dispensou no quarto grau mixto ao terceiro de Consanguinidade em linha colateral, e no terceiro mixto ao segundo de Afinidade proveniente de Cópula lícita depois de proclamados e não havendo algum outro impedimento recebi em matrimônio dando cada um seu consentimento com palavras de presentes ao Tenente Vicente de Souza Campos viúvo por óbito de Dona Ana Esmeria Ferraz freguês de Santa Bárbara, com Dona Maria Joaquina de Campos natural e freguesa desta Paróquia filha de José Leite da Silva, e de sua mulher Maria Joaquina de Campos, já falecidos.
>
> Foram testemunhas presentes Joaquim Guedes Barreto e Joaquim Pereira Barreto [...]"
>
> Livro 5 de Casamentos 1841-1861(Livres)

Assim, ao lado de cada nome, estaremos coletando informações sobre sexo, condição social, estado conjugal, naturalidade, patente e freguesia a que pertenciam as pessoas mencionadas nos registros, embora nem sempre tenham aparecido certos dados, como a idade, e alguns deles tenham sido presumidos de acordo com a leitura permitida pelo documento. Dessa forma, tivemos condições de estudar

não só a formação das famílias em si mesmas, mas também de poder traçar características dos nubentes, das testemunhas e dos pais dos noivos, além da população como um todo.

Registros de batismos

De forma análoga aos registros de casamentos, obtivemos o nome do batizando e a data do evento, sendo muito comum a indicação da data de nascimento ou a idade na ocasião do batismo, seguida da condição social da pessoa. O nome dos pais e dos padrinhos foi outro elemento que permitiu observar as relações de compadrio na sociedade. Assim, vejamos um exemplo:

> Ana Aos onze de Agosto de mil oito centos e trinta e nove com Provisão e licença minha no Engenho de Dona Ana Luiza batizou e pôs os Santos Óleos o Reverendo José Gomes Pereira a Ana de quinze dias, filha de Pedro José de Souza e de Escolástica Ferraz de Campos: padrinhos o Reverendo Roque de Souza Freire e Dona Ana Luiza de Campos viúva, todos a exceção do padrinho são fregueses desta Paróquia.
>
> O Vigr.º João Manuel d'Arruda Barboza
>
> Livro 6 de Batismos, 1839 – 1850 (Livres)

Nesse caso percebemos uma possível relação familiar entre os padrinhos e os pais de Ana, identificada pelos sobrenomes Souza e Campos. A condição social de cada indivíduo, neste caso, foi presumida, e notamos que todos eram livres.

Registros de óbitos

Os registros de óbitos, embora sejam aqueles que apresentam o menor volume de informações, são essenciais para indicar com exatidão o fim da vida de uma pessoa e, por isso, fundamentais para o estudo do ciclo familiar.

João Aos dezessete de Dezembro de mil oitocentos e trinta e sete faleceu repentinamente, e por isso sem Sacramentos João, de quinze anos, natural de Piracicaba, filho de Antonio de Abreu e Josefa Maria ...

Livro de Óbitos, 1832-849 (Livres e Escravos)

Como notamos, o nome e a data de falecimento são dados que identificam um registro, além da idade ao morrer e da filiação. Neste caso foi informada a naturalidade, enquanto presumimos que o jovem fosse solteiro e livre.

Nesse outro exemplo podemos notar o caráter lacônico dessa fonte, quando informou que "faleceu Maria de um dia filha de Pai incógnito e de Ana Ortis".[1]

Listas nominativas de habitantes

Como já dissemos anteriormente, alguns historiadores brasileiros fizeram uso das *Listas nominativas* para completar as lacunas que surgiram diante do desafio de trabalhar a reconstituição de famílias com séries de registros paroquiais incompletas. Como resultado de nossa dissertação de mestrado, possuímos um banco de dados informatizado com os principais dados das *Listas nominativas de Campinas* para os anos de 1769, 1774, 1778, 1782, 1786, 1790, 1795, 1814 e 1829, além de termos incorporado de forma informatizada os dados coletados em fichas de papel para os seguintes anos de 1810 (série de companhias completa) e de 1818 (1ª, 2ª, 3ª e 4ª Companhia).[2] Portanto, nosso propósito foi o de aproveitar as informações contidas nos censos para completar e mesmo sanar dúvidas que o trabalho de reconstituição de família apresentou.

1 Registro Paroquial de Óbito, 19.10.1862 (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – ACMC).

2 Em 1818 existiam seis companhias em Campinas.

As *Listas nominativas* são documentos de ordem censitária que apontam claramente certas informações pertinentes à vida dos indivíduos registrados. Essas listas foram realizadas anualmente desde 1765, momento em que o governo colonial tomava medidas militares e políticas em defesa dos interesses metropolitanos. Após a independência do Brasil, houve um período de desorganização dos trabalhos censitários, que por fim terminaram, em 1850. Para o caso de Campinas, as listas foram feitas até o ano de 1836, sendo a deste último ano incompleta. O estado de conservação nem sempre permitiu o fácil acesso às informações documentadas, e muitas vezes a própria grafia do recenseador foi um obstáculo a ser transposto. Mas o resultado final para quem trabalhou com tais documentos foi compensador, uma vez que apresentaram o nome do responsável pelo fogo, a profissão, a naturalidade, a idade, a cor, o sexo e a atividade econômica desenvolvida pelo chefe do fogo, além de sua remuneração anual, sendo ainda indicado o tipo de relação entre o chefe do fogo e as demais pessoas que nele viviam, tais como mulher, filho, sogra, enteado, escravo etc.

Inventários e testamentos

Essas fontes estão entre os *Processos do Poder Judiciário de Campinas,* referentes *ao Cartório do Primeiro Ofício*, no Centro de Memória da Unicamp. Nesses processos estão incluídos, além de testamentos e inventários, processos de Ação Força Nova,[3] de Agrave e Libelo Crime.

Os inventários são documentos que possibilitam ao pesquisador dirimir inúmeras dúvidas que possam surgir durante o preenchimento das fichas de famílias. Para termos uma ideia, vejamos alguns exemplos:

3 Os processos de Ação de Força Nova são ações judiciais em que compete ao possuidor legítimo, em casos de turbação ou violência contra a posse, defender a coisa ou reavê-la.

A) Em 1827, faleceu Ana Joaquina de Abreu, que era casada com Gregório Domingues de Oliveira, os quais haviam tido três filhos: Felicíssima, 15 anos, que se casara com Francisco de Salles Pimentel; Joaquim, de 11 anos; e Maria, de 8 anos.[4]

B) Em 1795, José da Silva Leme morreu, deixando sua segunda mulher, Maria Tereza do Rosário, com os quatro filhos que tivera com ela. Porém, além destes, José tivera, ainda, seis filhos no primeiro matrimônio.[5]

C) Com o falecimento de Maria de Lima do Prado, o alferes Antonio Machado de Campos arrolou em seu inventário o nome de onze filhos, assim designados como herdeiros:

> Francisca, casada
> Tereza falecida seus filhos = Antonio Machado, 29 anos
> Maria, 21 anos
> Maria falecida sua filha Mariana, casada
> Manuela falecida seu filho Joaquim, 12 anos
> Agostinho de Campos, 43 anos
> Francisco de Campos, 41 anos
> André de Campos, 33 anos
> Gertrudes, casada
> Escolástica, falecida seu filho João 17 anos
> Joana, casada
> Vicência, 38 anos[6]

Notamos claramente a riqueza de informações a respeito dos integrantes das famílias citadas ao perceber o nome, a idade e o estado conjugal. Além disso, podemos ter ideia do tipo de bens que possuíam os casais e até verificar os procedimentos de partilha entre os filhos.

---

4 Inventário, 1827, TJC, Of. 1º, Cx. 41, nº 1101 (Centro de Memória da Unicamp).

5 Inventário, 1795, TJC, Of. 1º, Cx. 1, nº 02 (Centro de Memória da Unicamp).

6 Inventário, 1813, TJC, Of. 1º, Cx. 10, nº 301 (Centro de Memória da Unicamp).

Os testamentos encontrados em Campinas aparecem, em sua maioria, junto aos inventários, e tal como estes revelam fatos marcantes de uma família, como a declaração deixada por Rafael Antonio de Camargo, que embora não soubesse ler nem escrever, deixou o seguinte depoimento:

> Sou casado com D. Rita Maria de Camargo de cujo consorcio [...], existe viva Gertrudes minha única herdeira: Possuímos quatro escravos [...], quais por minha morte serão considerados libertos como se de ventre livre nascessem...[7]

Mulher, filha, escravos, eis alguns dos elementos que permeiam as informações testamentárias, além de podermos avaliar o perfil dos beneficiados.

Cadastros de terras de 1817-1818

Esses documentos, também conhecidos pelo nome de *Inventários dos Bens Rústicos* de 1818, são constituídos pelos cadastros de propriedades fundiárias realizados para a capitania de São Paulo segundo o aviso régio de outubro de 1817. Em resumo, podemos encontrar informações sobre a localização da propriedade e o nome do proprietário, a extensão da propriedade, o número de escravos existentes, bem como se a terra estava em cultivo. Apresenta também a forma de aquisição, isto é, se a propriedade foi adquirida por compra, posse, herança, doação etc.

Registros paroquiais de terras (1850-1854)

Os *Registros paroquiais de terras*, fruto da Lei n.601, de 18.3.1850 e regulamentados pelo Decreto n.1.318, de 30.1.1854,

7 Testamento, 1885, TJC, Of. 1º, Cx. 276, nº 5369 (Centro de Memória da Unicamp).

foram a primeira legislação sobre a propriedade da terra surgida no Brasil independente. Essa documentação acha-se depositada no Arquivo do Estado de São Paulo (Aesp) e possui algumas informações que foram utilizadas em nosso estudo, pois elas permitem sabermos, entre outras coisas, o nome do proprietário e de que forma foi adquirida a referida propriedade, ou seja, por compra, herança ou outro meio qualquer. Para Campinas foram registradas 377 propriedades.

Um exemplo talvez não muito comum seja o da propriedade de número 102, denominada "Sítio dos Forros", onde Elisbão e outros "achão-se situados dentro dos limites desta cidade de Campinas, e houverão por herança que lhes deixou em Testamento sua finada senhora Dona Maria Francisca de Camargo". Nesse caso, porém, o testamento, arrolado entre o inventário de D. Ana Antonia da Cunha, indica que ela era a proprietária dos referidos escravos e que, em ação testamentária, os declarava forros.[8]

Esse exemplo demonstra a fragilidade das informações trazidas pelos documentos em apreço e comprova que o cruzamento de fontes pode ser um recurso para minimizar os problemas decorrentes do grande número de nomes próprios que são muito frequentes e dos nomes de gente pobre que não figuravam junto ao sobrenome, mesmo em documentos como o que usamos anteriormente.

Metodologia de reconstituição de famílias

O primeiro passo para realizar a reconstituição de famílias foi averiguar a existência dos registros paroquiais, sua qualidade, isto é, o grau de conservação destes, bem como a disponibilidade para a consulta. Essa etapa foi realizada durante a formulação do projeto de pesquisa. Localizamos os livros originais no Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas e encontramos alguns volumes

8 Testamento, 1849, TJC, Of. 1º, Cx. 122, nº 2754 (Centro de Memória da Unicamp).

microfilmados no Arquivo Edgard Leuenroth, no Fundo Peter Eisenberg. Quanto à disponibilidade para consulta, o Arquivo da Cúria de Campinas esteve aberto de segunda a sexta-feira, das 13 às 17 horas, período pequeno para coletar informações tão numerosas, como podemos notar pela estimativa que fizemos da quantidade de registros existentes.

1) Livros de casamentos – Livres e escravos = 1774 a 1841 – Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas (ACMC)
   Fundo Peter Eisenberg (PE): Microfilme (MR)/37 – Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)
   Vol. 1 (1774-1806) = 268 registros
   Vol. 2 (1806-1818) = 882 registros
   Vol. 3 (1818-1826) = 792 registros
   Vol. 4 (1826-1841) = 1.160 registros
   Total de registros = 3.102

2) Livros de casamentos – Livres = 1841 a 1907 – ACMC
   PE: MR/37 – (AEL)
   Vol. 5 (1841-1861) = 1.576 registros
   Vol. 6 (1861-1872) = 1.760 registros
   Vol. 7 (1872-1888) = 2.560 registros
   Vol. 8 (1888-1894) = 960 registros
   Vol. 9 (1894-1898) = 766 registros
   Vol. 10 (1897-1907) = 513 registros
   Total de registros = 8.135

3) Livros de batizados – Livres = 1774 a 1889 – ACMC
   PE: MR/26 – (AEL)
   Livro 1 (1774-1797) = 2.000 registros
   Livro 2 (1797-1812) = 2.800 registros
   Livro 3 (1813-1819) = 2.000 registros
   Livro 4 (1819-1830) = 4.000 registros
   Livro 5 (1830-1839) = 4.000 registros
   Vol. 6 (1839-1850) = 4.000 registros
   Vol. 7 (1850-1858) = 3.920 registros

Vol. 8 (1858-1861) = 1.500 registros
Vol. 9 (1861-1863) = 1.168 registros
Vol. 10 (1863-1868) = 1.875 registros
Vol. 11 (1868-1872) = 1.680 registros
Vol. 12 (1872-1878) = 2.400 registros
Vol. 13 (1878-1883) = 2.000 registros
Vol. 14 (1883-1888) = 2.000 registros
Vol. 15 (1888) = 2.000 registros
Vol. 16 (1888-1889) = 2.000 registros
Total de registros = 39.343

4) Livros de óbitos – Livres e escravos = 1774-1849 – ACMC
PE: MR/41 – (AEL)
Livro 1 (1774-1806) = 1.800 registros
Livro 2 (1806-1819) = 1.500 registros
Vol. 3 (1819-1832) = livro desaparecido
Vol. 4 (1832-1849) = 2.100 registros
Total de registros = 5.400

5) Livros de óbitos – Livres = 1845 a 1889 – ACMC
PE: MR/41 – (AEL)
Vol. 5 (1845-1862) = 3.315 registros
Vol. 6 (1850-1875) = 2.925 registros
Vol. 7 (1862-1869) = 2.050 registros
Vol. 8 (1869-1881) = 3.700 registros
Vol. 9 (1881-1889) = 2.200 registros
Total de registros = 14.190

Diante do enorme volume de informações disponíveis, foi necessário estipular um período para realizar o trabalho proposto, e tendo em vista o objetivo de estudar as famílias de pessoas livres que vieram para Campinas desde o período em que era ainda uma pequena freguesia, o ano de 1774 foi naturalmente aceito para o início das reconstituições, uma vez que foi o ano em que se deu a elevação do bairro à condição de freguesia, e assim iniciaram os trabalhos dos párocos de registrar os momentos vitais da vida da

comunidade. O marco escolhido para fechar nossa coleta de dados foi a ano de 1850, porque, embora a vila campineira tenha sido elevada à condição de cidade em 1842, para o historiador Amaral Lapa (1996, p.20) a cidade colonial, isto é, a cidade até 1850 ainda se mantinha baseada no escravismo e na produção de açúcar .

Alertamos o leitor que o horário de acesso ao Arquivo da Cúria de Campinas apresentou um tempo insuficiente para que se fizesse um levantamento direto dos manuscritos. Assim, o que fizemos foi a cópia dos documentos originais com uma câmara digital e descarregamos as imagens no programa Adobe Photoshop, que teve o papel de abrir o documento para a leitura. Feito isso, o passo seguinte foi a leitura dos documentos e a passagem das informações para outro programa, o SPSS, que se encontrava em um *notebook*.

Esse trabalho requereu a montagem de fichas de coleta baseadas nas informações disponíveis em cada tipo de registro paroquial, as quais se encontram anexadas ao final deste Apêndice. O trabalho de coleta consumiu vários meses e resultou na obtenção de 15.075 registros de batismos, 2.776 de casamentos e 5.977 de óbitos, totalizando 23.828 documentos, que se encontram anotados no Quadro 1.

Quadro 1 – Números de registros paroquiais de Campinas

Ano	Nascimentos	Casamentos	Óbitos
1774	4	3	6
1775	16	2	5
1776	15	2	6
1777	8	1	5
1778	14	1	9
1779	16	0	11
1780	11	2	7
1781	29	3	13
1782	25	3	16
1783	19	5	18
1784	29	3	9

Continua

Continuação

Ano	Nascimentos	Casamentos	Óbitos
1785	28	3	14
1786	30	4	10
1787	31	5	13
1788	28	6	26
1789	52	7	14
1790	40	8	8
1791	58	7	8
1792	52	11	22
1793	59	17	15
1794	73	16	23
1795	69	18	22
1796	103	14	12
1797	102	15	24
1798	136	19	69
1799	150	16	91
1800	126	17	68
1801	146	18	98
1802	148	25	68
1803	155	25	101
1804	146	32	100
1805	177	34	112
1806	173	36	169
1807	196	30	146
1808	239	44	129
1809	215	43	99
1810	260	53	140
1811	220	40	138
1812	282	58	120
1813	262	42	155
1814	291	84	141
1815	286	63	109
1816	321	53	151
1817	284	48	132

Continua

Continuação

Ano	Nascimentos	Casamentos	Óbitos
1818	293	64	157
1819	313	70	81
1820	337	67	–
1821	318	64	–
1822	314	53	–
1823	310	57	–
1824	335	86	–
1825	348	70	–
1826	333	73	–
1827	239	74	–
1828	–	50	–
1829	–	7	–
1830	285	2	–
1831	351	0	–
1832	292	29	93
1833	348	53	120
1834	245	61	111
1835	300	58	145
1836	310	53	112
1837	307	65	101
1838	291	80	128
1839	324	67	178
1840	358	68	201
1841	334	51	226
1842	316	45	202
1843	305	68	166
1844	334	60	160
1845	341	66	199
1846	347	54	226
1847	331	45	191
1848	328	62	183
1849	373	57	160
1850	391	61	185
Total	**15.075**	**2.776**	**5.977**

Feito isso, tivemos pronto o material com o qual montamos as fichas de famílias. No entanto, em vez de fazermos isso com as tradicionais fichas de papel, optamos por utilizar o processamento estatístico realizado por um programa desenvolvido pelo Centre Pierre Leon, da Universidade de Lyon, e pelo Programme de Recherche em Démographie Historique, da Universidade de Montreal, denominado Sygap (Système de Gestion et d'Analyse du Population).

O Sygap foi desenvolvido por franceses e canadenses que fizeram um programa adaptado à realidade de seu país, elaborado a partir de princípios teóricos. Portanto, não estava preparado para sanar os problemas decorrentes de uma população com alta mobilidade espacial e muito numerosa, como a brasileira. Além disso, o programa, até o momento, foi usado no Brasil apenas por dois pesquisadores, o professor Marco Aurélio Monteiro Pereira (1995) e a professora Maria Luiza Andreazza (1999), ambos do estado do Paraná. Em São Paulo, creio ter sido o primeiro a usar tal programa, o que me obrigou a tomadas de decisões em momentos que o *software* não funcionava perfeitamente. Diante disso, procurei tratar com o máximo de cuidado cada etapa do processo de seleção para encontrar o maior número possível de famílias que permaneceram em Campinas e para as quais as informações contidas nas fichas de famílias foram imprescindíveis para as análises demográficas dos módulos de fecundidade, natalidade e mortalidade.

O Sygap é um programa feito em base D-Base, de fácil manipulação e que apresenta um módulo central para o registro da população, ou seja, essa parte do programa é a responsável pela gestão das fichas individuais e de uniões, que foram sendo cadastradas no programa, permitindo a consulta aos dados inseridos de forma individualizada, isto é, digitando o número da ficha da qual se desejava obter uma informação. Esse módulo, portanto, concentrou todas as informações que coletamos dos registros paroquiais, e a partir dele pudemos ter acesso aos módulos de análise da fecundidade, da nupcialidade e da mortalidade.

O gerenciamento dos dados, no entanto, não é feito automaticamente pelo programa Sygap. Para que os dados coletados sejam

aproveitados pelo programa, eles devem ser inseridos respeitando a numeração que é dada a cada indivíduo cadastrado ou a cada união estabelecida. Assim, cabe ao pesquisador a responsabilidade de verificar a existência de duplicidade de nomes ou até mesmo de uniões (como no caso de indivíduos que se casaram novamente), a fim de assegurar a fidelidade dos dados inseridos. Assim, por exemplo, quando cadastro como número 1 a Domingos da Costa Machado, tenho de ter o cuidado de distingui-lo do indivíduo de número 3, que também se chama Domingos da Costa Machado, mas que nesse caso corresponde ao filho do indivíduo de número 1. Além disso, o programa não identifica automaticamente esses indivíduos, a menos que haja uma relação explícita entre eles e que o pesquisador tenha indicado isso, o que equivale dizer que, à medida que o banco de dados aumenta, cresce também a dificuldade de se manusear essas informações, tornando o trabalho mais lento uma vez que temos de consultar uma listagem que deve sempre estar atualizada com a relação dos nomes dos indivíduos e seus respectivos números, bem como outra listagem com o número das uniões e seus respectivos participantes.

Vale lembrar que no Sygap, embora este produza listas para consulta, não há uma forma de imprimir essas listagens, o que é lamentável! Por esse e outros motivos tivemos de recorrer ao serviço de um programador, o senhor Mário Fiorot, para adaptar ao programa uma função capaz de executar essa tarefa, o que nos beneficiou muito no trabalho de cadastramento dos indivíduos e das uniões. Criou-se uma tela adaptada ao ambiente Windows que permitiu maior agilidade no processo de introdução e consulta dos dados. Essa máscara está vinculada ao módulo gerenciador do Sygap, além de uma ferramenta de busca e localização de indivíduos pelo nome e número, assim como as uniões pelo número dos indivíduos ou mesmo pelo número da própria união. O programador criou um sistema que corrigiu uma falha do Sygap, que era a de duplicar indivíduos e uniões que haviam sido criadas. Um terceiro momento de auxílio prestado foi quando o banco de dados já estava pronto, mas apresentava alguns erros de digitação, que ocorreram por

ocasião da inclusão dos dados dos indivíduos e das uniões. Sem o auxílio de um sistema informatizado, algumas tarefas se tornariam praticamente impossíveis, como, por exemplo, a localização de um erro em que o indivíduo aparecia com a idade de 10 anos ao se casar. Nesse exemplo, a idade correta a ser digitada seria de 19 anos, mas como houve um erro, criou-se uma união que o sistema Sygap não aceitava, o que o levava a travar, impedindo a saída dos resultados e, consequentemente, das tabelas finais.

Afirmamos que o estudo demográfico de Campinas só seria possível com essa metodologia a partir da utilização do Sygap, uma vez que o tempo atual de um programa de doutorado seria insuficiente para o levantamento da massa documental que fizemos e sua manipulação aos moldes de outros trabalhos que aplicaram a reconstituição de famílias manualmente.

Algo importante que deve ser mencionado é a existência de um fichário de parâmetros de funcionamento, que garante a integridade dos dados inseridos por meio de códigos que qualificam a origem dos dados, e com base neles o Sygap seleciona os que integram os cálculos demográficos. A Tabela 1 retrata o resumo dos tipos de dados que foram inseridos no Sygap, e a partir dessa tabela faremos alguns comentários sobre os parâmetros que envolvem as datas de nascimento (Daten), morte (Dated), matrimônio (Datem) e fim de união (Datefu).

A Tabela 1 indicou que foram cadastrados 12.061 indivíduos, dos quais 6.024 são homens e 6.037 são mulheres. Para a codificação dos indivíduos temos o parâmetro Daten, que especifica a origem da informação quanto a data de nascimento. Assim, se o dado que foi inserido teve sua origem no registro de batismo, esse registro recebe o código 1. Por sua vez, caso a informação da data de nascimento de uma pessoa tenha se originado, por exemplo, a partir de uma lista nominativa de habitantes e ela foi uma data atribuída por meio de cálculo, essa informação é passível de erro e, portanto, receberá o código 3. Nosso trabalho resultou em 6.614 fichas de indivíduos que foram criadas a partir dos registros de batismo, 2.910 com o código 3, e ainda 2.533 que não tiveram a data de nascimento atribuída.

Tabela 1 – Estatísticas gerais dos registros

Total de indivíduos: 12.061 Homens..................: 6.024 Mulheres................: 6.037 Indeterminados......:			Total de uniões: 1.564	
Códigos	Daten	Dated	Datem	Datefu
?	4	–	–	–
[ ]	2.533	9.378	–	391
1	6.614	2.143	1.047	201
2	–	–	–	401
3	2.910	540	478	571
4	–	–	38	–
5	–	–	1	–
6	–	–	–	–
7	–	–	–	–
8	–	–	–	–
9	–	–	–	–
Total	12.061	12.061	1.564	1.564

Fonte: Sygap.

Em relação ao parâmetro Dated, o raciocínio é o mesmo, ou seja, o código 1 mostrou que 2.143 fichas de indivíduos possuem a data exata do falecimento, enquanto outras 540 fichas de indivíduos tiveram a data de morte atribuída por outro meio, como, por exemplo, a data do inventário. Houve 9.378 indivíduos para os quais foi impossível datar o falecimento.

A Tabela 1 também assinalou que foram cadastradas 1.564 uniões, sendo que os parâmetros utilizados pelo Sygap para qualificar essas uniões são o Datem e o Datefu. Esses parâmetros seguem a mesma lógica do fichário de indivíduos, ou seja, cada um deles possui códigos que qualificam as datas existentes para início e fim de um casamento. Assim, temos 1.047 uniões com o código 1, ou seja, que foram abertas a partir do registro de casamento. Já o código 3 (478 fichas de união) equivale a uma data atribuída a partir da subtração de nove meses da data de nascimento do primeiro filho, enquanto o código 4 (38 uniões) é determinado pela subtração de

quinze anos a partir da data de casamento do primeiro filho, ou doze anos a partir da data de casamento da primeira filha. O código 5 corresponde a uma data atribuída por cálculo do pesquisador. Nesse caso, usamos desse artifício apenas uma vez.

Esses recursos podem ser aplicados aos casos de uniões não sancionadas pela Igreja, embora a identificação dessas situações requeira outras fontes documentais mais adequadas a essa finalidade, como as devassas, as dispensas matrimoniais e os processos de divórcio de nulidade de matrimônios (cf. Torres-Londoño, 1999).

Finalmente, o código 1 para o parâmetro Datefu indica que se sabe a data exata do óbito de ambos os cônjuges, e nesse caso temos 201 uniões nessa condição, ao passo que o código 2 informa que se sabe a data da morte de apenas um dos cônjuges e que o outro sobreviveu, e para este temos 401 casos. As uniões classificadas por esses dois códigos garantiram a condição fundamental do trabalho de reconstituição de famílias, uma vez que o óbito significa, nessa técnica de análise demográfica, "a ruptura definitiva de uma união, o marco final a sinalizar o final de vida reprodutiva de um casal. Morto o marido ou mulher, dispõe-se de uma ficha dita 'fechada', pronta para sofrer as análises de caráter demográfico" (Bacellar, 1994, p.54). O código 3 equivale a uma data atribuída para fim da união, e neste caso foi utilizado para que, por meio do estabelecimento de uma data limite, que em nossa pesquisa foi 31.12.1850, pudéssemos fechar um maior número de fichas de família. Essa técnica, indicada por Louis Henry (1977, p.84),[9] cria um final de observação artificial, permitindo assim que se efetuem os cálculos relativos à fecundidade. Esse recurso possibilitou que 571 fichas de família fossem completadas. Tal recurso, previsto no método de reconstituição de famílias, também foi utilizado por Bacellar (1994, p.56) quando este estudou Sorocaba, possibilitando-o recompor um total de 1.148 famílias "ditas completas" por meio da técnica de estabelecimento de uma data limite.

9 Henry, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977, p.84.

Dos registros paroquiais à reconstituição de famílias

Do levantamento geral dos registros paroquiais, isto é, dos 23.828 assentamentos, foram inseridos no Sygap 12.061, responsáveis pela reconstituição de 1.564 famílias. Passaremos a descrever os procedimentos que nos levaram a esse resultado.

Iniciamos pela inserção de todas as informações contidas no primeiro livro de batismos (1774-1797) e do primeiro livro de casamentos (15.11.1774-7.1.1806). O resultado foi a composição de 880 uniões, das quais umas tinham a data exata do matrimônio, enquanto outras não. Esse foi o princípio do trabalho de reconstituição, que avançou quando começamos a inserir os dados relativos ao segundo livro de batismos (1797-1812). Nesse momento da pesquisa foi necessária uma listagem sempre atualizada dos indivíduos e das uniões, a fim de se evitar os problemas de duplicidade de indivíduos e de uniões, que necessariamente levam ao fracionamento das famílias. Um trabalho de eliminação desses indivíduos e uniões foi sendo feito de forma a manter sob controle a massa de informações que se avolumava a cada dia. A essa altura trabalhávamos com cerca de 5.600 nomes, e isso levou-nos a criar uma alternativa a fim de agilizar o trabalho de formação das famílias, que se tornava moroso.

Os bancos de dados montados no SPSS foram transferidos para o programa Excel, e nele realizamos a montagem de uma lista única com as informações dos registros paroquiais. A partir dos nomes dos pais (estamos a nos referir unicamente aos do sexo masculino), criamos três listas com os nomes destes em ordem alfabética, uma para cada tipo de registro. Feito isso, distinguimos os três tipos de assentos por realces gráficos, sendo sublinhado para os batismos, *itálico* para os casamentos, e bold para os óbitos. Unimos as três listagens, passando a ter em um só inventário os dados vitais de cada indivíduo (representados pelo Número do Indivíduo – NI) e de cada família (representada pelo Número da União – UNI). Assim, foi possível melhorar a coleta de dados e a visualização das famílias,

distinguindo aquelas que vieram a ter muitos filhos daquelas que estiveram apenas de passagem pela vila.

O Quadro 2 exemplifica esse trabalho realizado com as famílias de Francisco de Paula Camargo, que foi casado por duas vezes, uma com dona Petronila Clara do Amaral (UNI 1.011), e outra com dona Ana Querubina de Castro Camargo (UNI 1.154). Dessa forma conseguimos localizar os filhos do primeiro e do segundo matrimônio e identificar aqueles que morreram, como no caso de Mafalda (NI 3.778) e Francisca Amália (NI 8.654), bem como aqueles que vieram a contrair núpcias, como dona Ana Gabriela de Castro Camargo (NI 6.652). No caso de dona Ana (NI 6.652), foi possível identificar a data de seu nascimento, enquanto no caso da outra Ana (NI 5.700) não o foi, porque esse registro não foi realizado na paróquia ou foi perdido.

Outra observação que pode ser feita é quanto à irregularidade na forma de se apresentar o nome dos pais. Nesse exemplo as discrepâncias não são grandes, visto que o nome do pai foi mantido integralmente em todos os registros, possivelmente por ser uma pessoa de destaque naquela vila, o mesmo acontecendo com suas esposas. Mesmo assim, notamos a supressão de parte do nome destas, impedindo que se percebesse a origem familiar da esposa. Portanto, esse trabalho também foi importante para reconstruir, em especial, o nome das mulheres.

Embora o trabalho de reconstituição dessas duas famílias possa parecer completo, na verdade não chegamos a obter a data de matrimônio das duas uniões, provavelmente em virtude dos casamentos terem se realizado em outras paróquias, e isso fez com que esse tipo de união não entrasse para a apuração de diversos cálculos demográficos. Por sua vez, os filhos resultantes dessas uniões que vieram a se casar, estes sim apresentaram condições ideais para a reconstituição das famílias.

Com essa listagem única passamos a reconstruir as uniões, privilegiando aquelas, como já dissemos anteriormente, das pessoas que permaneceram em Campinas, bem como as daquelas que nasceram na própria localidade.

Quadro 2 – Trabalho realizado com as famílias de Francisco de Paula Camargo

UNI	Pai	NI	Mãe	NI	Data	Filhos	NI
1154	francisco de paula camargo, cap	2685	ana querubina, dona	8283	04.6.1826	maria*	6652
	francisco de paula camargo, cap		**ana querubina, dona**		**08.10.1835**	**francisca amalia, dona***	**8654**
	francisco de paula camargo, cap		ana querubina de castro, dona		12.2.1820	manuel	8651
	francisco de paula camargo, cap		ana querubina de castro, dona		14.2.1822	ana*	8652
	francisco de paula camargo, cap		*ana querubina, dona*		*18.5.1838*	*ana gabriela de castro camargo, dona**	8652
	francisco de paula camargo, cap		*ana querubina de castro camargo, dona*		*27.6.1848*	*maria da gloria de castro camargo, dona**	6652
	francisco de paula camargo, cap		ana querubina, dona		30.6.1823	joam	8653
1011	*francisco de paula camargo, cap mor*		*petronila clara do amaral, dona*	2686	*17.9.1821*	*miquelina do amaral**	*4320*
	francisco de paula camargo, capitam		*petronila clara do amaral, dona*		*18.6.1823*	*bernardo jose de sampaio**	*3785*
	francisco de paula camargo, capitam		*petronila clara, dona*		*28.12.1825*	*joão floriano de camargo**	*3083*
	francisco de paula camargo, capitam		*petronila clara, dona*		*28.12.1825*	*joaquim jose do amaral**	*2689*
	francisco de paula camargo, ten		petronila clara do amaral, dona		1.7.1804	miquelina*	4320
	francisco de paula camargo, ten		**petronila clara do amaral, dona**		**2.6.1802**	**mafalda***	**3778**
	francisco de paula camargo, ten		petronila clara do amaral, dona		3.5.1807	carolina	5142
	francisco de paula camargo, ten		petronila clara do amaral, dona		8.3.1802	mafalda*	3778
	francisco de paula camargo, ten		petronila clara do amaral, dona		12.1.1811	antonio	5725
	francisco de paula camargo, ten		ana querubina, dona	8283	15.4.1818	leopoldina	8284
	francisco de paula camargo, ten		petronila clara do amaral, dona	2686	20.6.1808	jose	5593
	francisco de paula camargo, ten		ana querubina de castro, dona	8283	20.7.1816	francisca*	8654
	francisco de paula camargo, ten		petronila clara do amaral, dona	2686	24.7.1803	joaquim	3973
	francisco de paula camargo, ten		petronila clara do amaral, dona		29.9.1805	joam	4563
	francisco de paula camargo, tenente		petronila clara do amaral, dona		1.12.1800	antonia	3494
	francisco de paula camargo, tenente		petronila clara do amaral, dona		6.7.1799	joaquim*	2689
	francisco de paula camargo, tenente		petronila clara do amaral, dona		9.8.1798	joam*	3083
	francisco de paula camargo, tenente		*petronila clara, dona*		*22.8.1816*	*francisco de paula camargo, alferes*	*7451*
	francisco de paula camargo, tenente		*petronila clara do amaral, dona*		*22.9.1807*	*anna clara do amaral*	*5700*

Terminada essa etapa do trabalho, foi necessário qualificar os resultados, isto é, buscar o início e o fim de várias uniões, acrescentar dados, como idade, localidade de origem, a fim de conseguir um maior número de uniões completas, ou seja, aquelas que têm data de início e fim da união familiar.

Iniciamos um trabalho de cruzamento dos nomes dos chefes de família existentes nas *Listas nominativas de habitantes* de Campinas com os nomes dos pais de cada união. Dessa forma, com as listas nominativas de 1767, 1770, 1774, 1778, 1783, 1787, 1790, 1794, 1810, 1814, 1818 (parcial) e 1829, esse trabalho possibilitou conhecer a idade aproximada dos indivíduos residentes em cada domicílio, bem como a localidade de origem do marido e da mulher. Em alguns casos pôde-se perceber que se tratavam de recém-casados, o que contribuiu para a melhoria das informações.

O passo seguinte for inserir os óbitos daqueles que tinham sido casados. Assim, de um lado, com a lista de uniões, e de outro, com a lista de óbitos, fomos fechando as famílias que tínhamos aberto. Posteriormente, em virtude dos dados sobre óbitos serem mais escassos, utilizamos os inventários como forma de identificar os mortos de que não tínhamos registros. Além disso, os inventários serviram para confirmar os dados já cadastrados pelos registros paroquiais, quando não tiveram o papel de identificar a família existente. Vale lembrar que nos inventários estavam arrolados apenas os filhos vivos, por isso esse mesmo instrumento serviu para definir filhos que morreram, mas dos quais, por várias razões, não encontramos a data de óbito.

Esse trabalho de cruzamento com inventários e listas nominativas foi muito importante principalmente para o período que vai de 1820 até 1831, onde há uma lacuna nos registros de óbitos pela falta do livro 3, a única falha existente na documentação de Campinas. Portanto, adotamos o critério de que a ausência de um indivíduo registrado anteriormente em uma lista nominativa ou inventário era sinal de falecimento, e assim consideramos a data do censo ou inventário como data aproximada da morte.

Para o estudo da fecundidade foi necessário que se tivesse um determinado número de fichas que continham dados de início e fim de união, bem como informações seguras sobre a prole resultante de um dado matrimônio. Portanto, os tipos de famílias que são reconstruídas pelo Sygap dependem dos dados de que ele dispõe, ou seja, daqueles que se encontram na Tabela 1. O Sygap foi programado para seguir os mesmos critérios da técnica empregada por Henry e Fleury, resultando em quatro tipos de família: MF, MO, EF e EO. A Tabela 2 apresenta essa tipologia como resultado do nosso trabalho de reconstituição de famílias.

Tabela 2 – Tipologia das famílias

TIPOS DE FAMÍLIA	1		2		TOTAL	
	Nº absoluto	**%**	**Nº absoluto**	**%**	**Nº absoluto**	**%**
MF	713	45,6	65	4,2	778	49,7
MO	236	15,1	33	2,1	269	17,2
EF	326	20,8	69	4,4	395	25,3
EO	98	6,3	24	1,5	122	7,8
TOTAL	**1.373**	**87,8**	**191**	**12,2**	**1.564**	**100**

Fonte: Sygap.

O tipo de família MF (Mariage-Fermé) é aquela ficha-família relativa a uma união que foi formada a partir de uma data segura para o casamento (Datem 1) e que teve um fim de união legítimo (Datefu 1, 2 ou 3). Vale lembrar que de 2.776 registros matrimoniais (cf. Quadro 1), o método reconstituiu 1.564 casais, e destes 713 foram enquadrados na categoria MF 1, garantindo condições para a análise previstas pelos idealizadores da metodologia. Devemos, ainda, ressaltar que neste estudo da população de Campinas tivemos informações precisas do óbito de pessoas que eram cabeça de casais, sendo 201 uniões em que tivemos a informação exata da morte do homem e da mulher (Datefu 1), e em outros 401 casos tivemos a data do falecimento de pelo menos um dos chefes das famílias (Datefu 2), proporcionando um elevado número de casos

reconstituídos plenamente. Além disso, mais 571 famílias foram incorporadas ao rol de casos reconstituídos por meio da técnica de data atribuída ao fim da união (Datefu 3), que aqui foram definidas pelo ano de 1850, que correspondeu ao fim do período pesquisado.

Notem que no processo de reconstituição de famílias, ou seja, na criação de fichas-família do tipo MF (total de 778), o peso maior foi das uniões que apresentaram uma data definitiva para início (Datem 1 – 1.047 fichas-família, ou 66,9% do total de uniões) e fim da união (Datefu 1 e 2, que corresponderam a 602 casos, ou 38,5%), uma vez que nesse estudo o fechamento artificial contribuiu somente para ampliar em mais 176 fichas-família, ou 22,6%, demonstrando que a maior parte dos cálculos demográficos partiu de famílias reconstituídas com base nos registros paroquiais de batismo (indicando a data do possível nascimento das pessoas), matrimônio (sinalizando o início da união) e óbito (marcando o final da união). Baseados nisso, procuramos demonstrar que o fechamento artificial das fichas MF não é um recurso que garante por si só a elevada magnitude do índice de rendimento, e sim que o elevado grau de famílias completas foi o resultado positivo da aplicação da metodologia de Fleury e Henry para uma região que, apesar de apresentar grande mobilidade populacional, isso não se tornou um empecilho à aplicação de tal método.[10]

---

10 Fazemos essa afirmação porque um dos desafios ao propormos este trabalho para a região de Campinas era devido ao fato de ser caracterizada por uma área de fronteira e, consequentemente, de grande mobilidade populacional, o que, do ponto de vista de sociedades estáveis como as europeias, especialmente a França, local de desenvolvimento da metodologia de reconstituição de famílias, seria algo impensado. No prólogo do *Caiçara* (1986, p.10), Maria Luiza Marcílio assinala que um dos motivos para escolher a localidade de Ubatuba foi o fato de aquela vila "possuir população o mais possível estável, com pequena mobilidade espacial de seus habitantes, para que se pudesse completar a história do maior número de famílias nele moradoras, do casamento à morte de seus membros." Mas o estudo de Carlos Bacellar para Sorocaba (1994) já havia demonstrado a possibilidade de aplicar a metodologia de Fleury e Henry em espaços mais dinâmicos, e o estudo que apresentamos sobre Campinas vem definitivamente consagrar esse método para populações mais fluidas e em espaços de fronteiras.

O tipo MO corresponde à ficha-família que tem um início preciso (Datem 1), mas da qual que não se sabe a data de fim de união.

O tipo EF refere-se àquela ficha-família que, mesmo não tendo o casamento realizado na paróquia analisada, possibilita, por meio da observação do primeiro filho nascido e registrado na localidade, ou daquele primeiro filho que se casou, dar uma data de início a união (Datem 3 ou 4). Além disso, esse tipo deve apresentar uma data de fim de união (Datefu 1, 2 ou 3).

O tipo EO indica a ficha-família que não possui nem registro de casamento (Datem 3) nem registro de final de união.

A Tabela 2 mostra, ainda, que os tipos de família podem ser divididos em 1 e 2, assim, por exemplo, temos MF1 e MF2. O tipo 1 corresponde a uma ficha-família em que se conhece a data precisa de nascimento da mulher (Daten 1), ao passo que o tipo 2 agrupa os casamentos em que a data de nascimento da mulher foi calculada (Daten 3).

A importância das fichas MF advém do fato de que elas constituem a base utilizada para os cálculos demográficos da fecundidade, e tal como Maria Luiza Andreazza, afirmamos que "constatou-se um índice de rendimento razoável para sustentar as colocações a respeito do padrão de fecundidade do grupo" (Andreazza, 1999, p.289). Esse índice é calculado pela relação entre as famílias do tipo MF e o total das fichas de família do tipo M, sendo aceitáveis os resultados entre 40% a 50%. Em nosso estudo essa relação apontou um índice de 74,3%, levando em consideração todas as fichas MF 1 e 2. Mas calculando apenas o número de famílias plenamente completas (MF 1), o índice atingido foi de 68%, portanto, mais que satisfatório. Índice semelhante foi encontrado por Scott (1987, p.54) ao estudar as famílias de elite do Vale do Paraíba, que atingiu a marca de 68%, ao passo que Bacellar (1997, p.50), estudando também as famílias de elite, porém do Oeste Paulista, obteve o índice das fichas MF de 96%.[11]

---

11 O estudo de Scott (1987, p.54) esteve baseado na reconstituição de 121 fichas de família, sendo 32 do tipo MF, ao passo que o estudo de Bacellar (1987, p.49 ou 1997, p.50) resultou da reconstituição de 242 famílias, sendo 145 do tipo MF.

Um último comentário sobre a Tabela 2 diz respeito às fichas EF (25,3%) e EO (7,8%), indicando a presença de muitas pessoas que não fincaram raízes, demonstrando assim a existência de uma forte corrente migratória de pessoas que chegaram, mas que também partiram para outras localidades.

Considerações finais

O trabalho foi exaustivo, mas, ao final, compensador. Desejamos que este Apêndice Metodológico venha a servir para outros trabalhos que surjam no campo da demografia histórica, pois embora essa área de estudo tenha avançado no Brasil, muito ainda há por fazer. Os desdobramentos possíveis a partir dos dados obtidos com todo o material levantado com certeza consumirão outros anos, pois a riqueza do material, sua qualidade, impulsiona-nos a outras incursões.

Anexos

Anexo 1
Fichas de coleta dos registros paroquiais

A transposição das informações colhidas das fontes paroquiais para um banco de dados informatizado foi um passo fundamental para a tabulação final dos resultados que foram obtidos a partir do levantamento efetuado. A seguir queremos apresentar os modelos de fichas de codificação adotadas para cada tipo de registro, ou seja, casamento, batizado e óbito.

Fizemos testes de coleta diretamente para um banco de dados (em nosso caso, o SPSS) e obtivemos um tempo médio que foi o seguinte:

Batismo de livres = 2'7" (dois minutos e sete segundos)

Óbitos de livres = 2'7" (dois minutos e sete segundos)

Casamentos livres = 7' (sete minutos)

Isso serviu para definir o tempo que gastaríamos nessa etapa do trabalho e ao mesmo tempo determinar o período em que iríamos trabalhar, assim, foram estabelecidas as datas de início e término da observação: 1774 e 1850.

A seguir colocamos a estrutura das fichas para coleta de dados utilizadas nos testes e durante todo o processo de armazenamento dos dados, sofrendo algumas pequenas modificações, dada a natureza de um ou outro livro, que acrescentava ou retirava algum tipo de informação, como aquela relativa à data de nascimento, que, em muitos casos, era possível atribuir desde que o registro de batismo informasse o número de dias após o nascimento que a criança havia recebido o sacramento.

Estrutura da ficha de batismo para a população livre

Nº	Nome do campo	Significado	Tipo	Extensão
1	Número	Numera cada registro	Numérico 1,2,3,... 99999	5
2	Nome	Nome de batismo	Caracter	50
3	Sexo	Sexo da pessoa batizada	Numérico 1 = masculino 2 = feminino 3 = indeterminado	1
4	Databat	Data de batismo	Numérico mm.dd.yyyy	10
5	Datanas	Data de nascimento	Numérico mm.dd.yyyy	10
6	Fili	Tipo de filiação	Numérico 1 = legítimo 2 = exposto 3 = ilegítimo 4 = indeterminado	1
7	Pai	Nome do pai	Caracter	50
8	Cspai	Condição social do pai	Numérico 1 = livre 2 = escravo 3 = forro 4 = indeterminado	1
9	Ecpai	Estado conjugal do pai	Numérico 1 = casado 2 = solteiro 3 = viúvo 4 = indeterminado	1
10	Mãe	Nome da mãe	Caracter	50
11	Csmãe	Condição social da mãe	Numérico 1 = livre 2 = escrava 3 = forra 4 = indeterminada	1
12	Ecmãe	Estado conjugal da mãe	Numérico 1 = casada 2 = solteira 3 = viúva 4 = indeterminado	1

Continua

Continuação

Nº	Nome do campo	Significado	Tipo	Extensão
13	Padriño	Nome do padrinho	Caracter	50
14	Cspdño	Condição social do padrinho	Numérico 1 = livre 2 = escravo 3 = forro 4 = indeterminado	1
15	Ecpadño	Estado conjugal do padrinho	Numérico 1 = casado 2 = solteiro 3 = viúvo 4 = indeterminado	1
16	Madrinha	Nome da madrinha	Caracter	50
17	Csmadri	Condição social da madrinha	Numérico 1 = livre 2 = escrava 3 = forra 4 = indeterminada	1
18	Ecmadri	Estado conjugal da madrinha	Numérico 1 = casada 2 = solteira 3 = viúva 4 = indeterminado	1
19	Obs	Obs.	Caracter	100

Estrutura da ficha de casamento para a população livre

Nº	Nome do campo	Significado	Tipo	Extensão
1	Número	Numera cada registro	Numérico 1,2,3,... 99999	5
2	Data	Data de casamento	Numérico mm.dd.yyyy (6.5.1797)	10
3	Localcas	Local de casamento	Numérico 1 = matriz 2 = outros	2
4	Noivo	Nome do noivo	Caracter	50

Continua

Continuação

Nº	Nome do campo	Significado	Tipo	Extensão
5	Sexnoivo	Sexo do noivo	Numérico 1 = masculino 3 = indeterminado	1
6	Natnoivo	Naturalidade do noivo	Numérico 1 = Campinas 2 = Vila de Jundiaí 3 = Vila de Paranaiba 4 = V. de Pindamonhangaba 5 = V. S. José Mogimirim 99 = indefinida	2
7	Frenoivo	Freguesia do noivo	Numérico 1 = Campinas 2 = Atibaia 3 = Jaguari 99 = indefinida	2
8	Csnoivo	Condição social do noivo	Numérico 1 = livre 2 = escravo 3 = forro 4 = indeterminado	1
9	Ecnoivo	Estado conjugal do noivo	Numérico 2 = solteiro 3 = viúvo 4 = indeterminado	1
10	Painoivo	Nome do pai do noivo	Caracter	50
11	Cspaino	Condição social do pai do noivo	Numérico 1 = livre 2 = escravo 3 = forro 4 = indeterminado	1
12	Ecpaino	Estado conjugal do pai do noivo	Numérico 1 = casado 2 = solteiro 3 = viúvo 4 = indeterminado	1
13	Mãenoivo	Nome da mãe do noivo	Caracter	50
14	Csmnoivo	Condição social da mãe do noivo	Numérico 1 = livre 2 = escrava 3 = forra 4 = indeterminada	1

Continua

Continuação

Nº	Nome do campo	Significado	Tipo	Extensão
15	Ecmnoivo	Estado conjugal da mãe do noivo	Numérico 1 = casada 2 = solteira 3 = viúva 4 = indeterminado	1
16	Noiva	Nome da noiva	Caracter	50
17	Sexnoiva	Sexo da noiva	Numérico 2 = feminino 3 = indeterminado	1
18	Natnoiva	Naturalidade da noiva	Numérico 1 = Campinas 2 = Vila de Jundiaí 3 = Vila de Paranaíba 4 = V. de Pindamonhangaba 5 = V. S. José Mogimirim 99 = indefinida	2
19	Frenoiva	Freguesia da noiva	Numérico 1 = Campinas 2 = Atibaia 3 = Jaguari 99 = indefinida	2
20	Csnoiva	Condição social da noiva	Numérico 1 = livre 2 = escrava 3 = forra 4 = indeterminada	1
21	Ecnoiva	Estado conjugal da noiva	Numérico 2 = solteira 3 = viúva 4 = indeterminado	1
22	Painoiva	Nome do pai da noiva	Caracter	50
23	Cspaina	Condição social do pai da noiva	Numérico 1 = livre 2 = escravo 3 = forro 4 = indeterminado	1
24	Ecpainoa	Estado conjugal do pai da noiva	Numérico 1 = casado 2 = solteiro 3 = viúvo 4 = indeterminado	1

Continua

Continuação

Nº	Nome do campo	Significado	Tipo	Extensão
25	Mãenoiva	Nome da mãe da noiva	Caracter	50
26	Csmnoiva	Condição social da mãe da noiva	Numérico 1 = livre 2 = escrava 3 = forra 4 = indeterminada	1
27	Ecmnoiva	Estado conjugal da mãe da noiva	Numérico 1 = casada 2 = solteira 3 = viúva 4 = indeterminado	1
28	T1	Nome da primeira testemunha	Caracter	50
29	Sext1	Sexo da primeira testemunha	Numérico 1 = masculino 2 = feminino 3 = indeterminado	1
30	Cst1	Condição social da primeira testemunha	Numérico 1 = livre 2 = escravo 3 = forro 4 = indeterminado	1
31	Ect1	Estado conjugal da primeira testemunha	Numérico 1 = casado 2 = solteiro 3 = viúvo 4 = indeterminado	1
32	Fregt1	Freguesia da primeira testemunha	Numérico 1 = Campinas 2 = Atibaia 3 = Jaguari 99 = indefinida	2
33	T2	Nome da segunda testemunha	Caracter	50
34	Sext2	Sexo da segunda testemunha	Numérico 1 = masculino 2 = feminino 3 = indeterminado	1

Continua

Continuação

Nº	Nome do campo	Significado	Tipo	Extensão
35	Cst2	Condição social da segunda testemunha	Numérico 1 = livre 2 = escravo 3 = forro 4 = indeterminado	1
36	Ect2	Estado conjugal da segunda testemunha	Numérico 1 = casado 2 = solteiro 3 = viúvo 4 = indeterminado	1
37	Fregt2	Freguesia da segunda testemunha	Numérico 1 = Campinas 2 = Atibaia 3 = Jaguari 99 = indefinida	2
38	Dispensa	Motivos para dispensa matrimonial	Numérico 1 = Quarto grau misto ao terceiro de consaguinidade em linha colateral	1
39	Parentes	Grau de parentesco entre os noivos	Numérico 1 = primo 2 = sobrinho 3 = irmão	1
40	Patentes	Tipos de patentes	Numérico 1 = capitão-mor de ordenanças 2 = sargento-mor de ordenanças 3 = capitão 4 = sargento 5 = alferes 6 = cabo 7 = sargento de milícias 8 = tenente coronel 9 = tenente de milícias 10 = tenente 11= 1º sargento 12 = 2º sargento 13 = 1º cabo 14 = 2º cabo 15 = 3º cabo 16 = 4º cabo	2

Obs.: Os campos 6, 7, 18, 19, 32, 37, 38 e 40 podem aumentar gradativamente à medida que a coleta de dados for indicando novos elementos.

Estrutura da ficha de óbito para a população livre

Nº	Nome do campo	Significado	Tipo	Extensão
1	Número	Numera cada registro	Numérico 1,2,3,... 99999	5
2	Nome	Nome do falecido	Caracter	50
3	Sexo	Sexo do falecido	Numérico 1 = masculino 2 = feminino 3 = indeterminado	1
4	Data	Data de óbito	Numérico mm.dd.yyyy (6.5.1797)	10
5	Uti	Unidade de tempo da idade	Numérico 1 = dias 2 = meses 3 = anos	1
6	Idade	Idade ao morrer	Numérico 99 = quando não foi declarada	2
7	Csf	Condição social do falecido	Numérico 1 = livre 2 = escravo 3 = forro 4 = indeterminado	1
8	Ecf	Estado conjugal do falecido	Numérico 1 = casado 2 = solteiro 3 = viúvo 4 = indeterminado	1
9	Natf	Naturalidade do falecido	Numérico 1 = Campinas 2 = Vila de Jundiaí 3 = Vila de Paranaíba 4 = V. de Pindamonhangaba 5 = V. S. José Mogimirim 99 = indefinida	2
10	Cm	Causa mortis	Numérico 1 = não declarada 2 = repentinamente 3 = facada 4 = paulada	2

Continua

Continuação

Nº	Nome do campo	Significado	Tipo	Extensão
11	Pai	Nome do pai	Caracter	50
12	Cspai	Condição social do pai	Numérico 1 = livre 2 = escravo 3 = forro 4 = indeterminado	1
13	Ecpai	Estado conjugal do pai	Numérico 1 = casado 2 = solteiro 3 = viúvo 4 = indeterminado	1
14	Mãe	Nome da mãe	Caracter	50
15	Csmãe	Condição social da mãe	Numérico 1 = livre 2 = escrava 3 = forra 4 = indeterminada	1
16	Ecmãe	Estado conjugal da mãe	Numérico 1 = casada 2 = solteira 3 = viúva 4 = indeterminado	1
17	Conj	Nome do cônjuge	Caracter	50
18	Sexcj	Sexo do cônjuge	Numérico 1 = masculino 2 = feminino 3 = indeterminado	1
19	Cscj	Condição social do cônjuge	Numérico 1 = livre 2 = escravo 3 = forro 4 = indeterminado	1
20	Test	Testamento	Numérico 1= não deixou testamento 2= deixou testamento	1
21	Obs	Observações	Caracter	100

Obs.: Os campos 9 e 10 podem aumentar gradativamente à medida que a coleta de dados for indicando novos elementos.

ANEXO 2
TABELAS

Tabela A1 – Principais motivos de dispensa matrimonial (Campinas, 1774-1850)

Motivos de dispensa	Números absolutos	%
Segundo grau de consanguinidade	27	18,7
Segundo grau misto ao primeiro de consanguinidade	10	6,9
Segundo grau de consanguinidade em linha colateral	24	16,7
Segundo grau de consanguinidade em linha transversal	10	6,9
Terceiro grau de consanguinidade	16	11,1
Terceiro grau misto ao segundo de consanguinidade	10	6,9
Terceiro grau misto ao segundo de consanguinidade em linha transversal	6	4,2
Terceiro grau de consanguinidade em linha colateral	5	3,5
Terceiro grau de consanguinidade em linha transversal	16	11,1
Quarto grau de consanguinidade	9	6,3
Quarto grau misto ao terceiro por consanguinidade	5	3,5
Quarto grau mixto ao terceiro por consanguinidade em linha transversal	6	4,2
Total	144	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas – ACMC).

Obs.: Em relação a outros motivos de dispensa matrimonial, foram indexados somando 137 casos.

Tabela A2 – Condição social dos pais dos batizandos (Campinas, 1774-1850)

Condição social	PAIS											
	1774-1799				1800-1824				1825-1850			
	H (%)		M (%)		H (%)		M (%)		H (%)		M (%)	
Livre	976	81,5	1.046	87,4	5.316	81,8	5.887	90,6	6.223	84,3	7.060	95,6
Forro	6	0,5	27	2,2	85	1,3	152	2,3	39	0,5	109	1,5
Escravo	16	1,3	6	0,5	46	0,7	1	0	70	1	28	0,4
Outra	2	0,2	16	1,4	6	0,1	64	1	1	0	9	0,1
Não declarada	197	16,5	102	8,5	1.042	16,1	391	6,1	1.050	14,2	177	2,4
Total	**1.197**	**100**	**1.197**	**100**	**6.495**	**100**	**6.495**	**100**	**7.383**	**100**	**7.383**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos (ACMC).

Tabela A3 – Estado conjugal dos pais dos batizandos (Campinas, 1774-1850)

Estado conjugal	PAIS											
	1774-1799				1800-1824				1825-1850			
	H (%)		M (%)		H (%)		M (%)		H (%)		M (%)	
Solteiro	4	0,3	56	4,7	4	0,1	495	7,6	4	0,1	128	1,7
Casado	989	82,6	989	82,6	5.435	83,7	5.455	84	6.271	84,9	6.306	85,4
Viúvo	1	0,1	7	0,6	–	–	28	0,4	5	0,1	33	0,5
Não declarado	203	17	145	12,1	1.056	16,2	517	8	1.103	14,9	916	12,4
Total	**1.197**	**100**	**1.197**	**100**	**6.495**	**100**	**6.495**	**100**	**7.383**	**100**	**7.383**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos (ACMC).

Obs.: Dentre os homens que não declararam estado conjugal no primeiro período, encontramos apenas um deles que se dizia concubinado com uma mulher solteira. Entre as mulheres encontramos uma que se dizia separada e que enquadramos entre as não declaradas (1825-1850).

Tabela A4 – Condição social dos padrinhos dos batizandos (Campinas, 1774-1842)

Condição social	PADRINHOS											
	1774-1799				1800-1824				1825-1842			
	H (%)		M (%)		H (%)		M (%)		H (%)		M (%)	
Livre	1.164	97,2	1.160	97,0	6.245	96,1	6.094	93,8	4.609	97,6	4.429	93,8
Forro	2	0,2	3	0,2	3	0,1	11	0,2	1	0,1	7	0,2
Escravo	11	0,9	6	0,5	21	0,3	15	0,2	33	0,7	20	0,4
Outra	2	0,2	3	0,2	–	–	2	0,1	–	–	–	–
Não declarada	18	1,5	25	2,1	226	3,5	373	5,7	79	1,6	266	5,6
Total	**1.197**	**100**	**1.197**	**100**	**6.495**	**100**	**6.495**	**100**	**4.722**	**100**	**4.722**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos (ACMC).

Tabela A5 – Estado conjugal dos padrinhos dos batizandos (Campinas, 1774-1842)

Estado conjugal	PADRINHOS											
	1774-1799				1800-1824				1825-1842			
	H (%)		M (%)		H (%)		M (%)		H (%)		M (%)	
Solteiro	264	22,1	287	23,9	1.045	16,1	839	13,0	590	12,5	349	7,4
Casado	816	68,2	748	62,5	4.134	63,6	4.452	68,5	2.688	56,9	2.683	56,8
Viúvo	15	1,2	78	6,5	41	0,7	374	5,7	40	0,9	204	4,3
Não declarado	102	8,5	84	7,1	1.275	19,6	830	12,8	1.404	29,7	1.486	31,5
Total	**1.197**	**100**	**1.197**	**100**	**6.495**	**100**	**6.495**	**100**	**4.722**	**100**	**4.722**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos (ACMC).

Tabela A6 – Relação familiar e de amizade entre padrinhos e madrinhas (Campinas, 1774-1842)

Relação entre padrinho e madrinha	1774-1799		1800-1824		1825-1842	
	N. ab.	%	N. ab.	%	N. ab.	%
Marido/Mulher	493	41,2	3.486	53,7	2.383	49,9
Pai/Filha	29	2,4	130	2,1	62	1,3
Mãe/Filho	12	1,1	95	1,5	73	1,5
Casado/Casada	136	11,3	237	3,7	102	2,2
Casado/Solteira	95	7,9	166	2,5	60	1,2
Solteiro/Casada	89	7,4	282	4,3	102	2,2
Solteiro/Solteira	85	7,1	212	3,2	172	3,6
Irmão/Irmã	42	3,5	212	3,2	84	1,7
Outras	216	18,1	1.675	25,8	1.734	36,4
Total	**1.197**	**100**	**6.495**	**100**	**4.772**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos (ACMC).

Tabela A7 – Lugar de moradia dos padrinhos (Campinas, 1774-1842)

Lugar de origem dos padrinhos	1774-1799		1800-1824		1825-1842	
Moradores de Campinas	1.043	87,2%	4.946	76,2%	4.242	89,8%
Moradores de outros lugares	121	10,1%	482	7,4%	232	5%
Não declarado	33	2,7%	1.067	16,4%	248	5,2%
Total	**1.197**	**100%**	**6.495**	**100%**	**4.722**	**100%**

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos (ACMC).

Tabela A8 – Estado conjugal dos noivos (Campinas, 1774-1850)

Estado conjugal	NOIVOS											
	1774-1799				1800-1824				1825-1850			
	H	%	M	%	H	%	M	%	H	%	M	%
Solteiro	165	86,4	175	91,6	1.040	85,1	1.130	92,4	1.132	82,1	1.225	88,8
Viúvo	26	13,6	15	7,8	177	14,5	90	7,4	234	16,9	141	10,2
Não declarado	–	–	1	0,6	5	0,4	2	0,2	13	1	13	1
Total	**191**	**100**	**191**	**100**	**1.222**	**100**	**1.222**	**100**	**1.379**	**100**	**1.379**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (ACMC).

Tabela A9 – Frequência dos nomes (Campinas, 1774-1850)

Nomes de homens	1774-1850		Nomes de Mulheres	1774-1850	
	N. ab.	%		N. ab.	%
Antonio	928	12,1	Ana	1.113	15,1
Francisco	660	8,6	Francisca	408	5,5
José	1.215	15,8	Gertrudes	507	6,9
João	900	11,7	Maria	1.973	26,7
Joaquim	893	11,6	–	–	–
Subtotal	4.596	59,8	Subtotal	4.001	54,2
Outros nomes	3.089	40,2	Outros Nomes	3.376	45,8
Total	**7.685**	**100**	**Total**	**7.377**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais de Batismos (ACMC).

Tabela A10 – Estado conjugal dos pais do noivo (Campinas, 1774-1850)

Estado conjugal	PAIS DO NOIVO											
	1774-1799				1800-1824				1825-1850			
	H	%	M	%	H	%	M	%	H	%	M	%
Solteiro	3	1,6	3	1,6	–	–	–	–	1	0,1	2	0,2
Casado	132	69,1	132	69,1	860	70,4	863	70,6	896	64,9	902	65,4
Viúvo	1	0,5	2	1	1	0,1	11	0,9	9	0,7	16	1,2
Não declarado	55	28,8	54	28,3	361	29,5	348	28,5	473	34,3	459	33,2
Total	**191**	**100**	**191**	**100**	**1.222**	**100**	**1.222**	**100**	**1.379**	**100**	**1.379**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (ACMC).

Tabela A11 – Estado conjugal dos pais da noiva (Campinas, 1774-1850)

Estado conjugal	PAIS DA NOIVA											
	1774-1799				1800-1824				1825-1850			
	H	%	M	%	H	%	M	%	H	%	M	%
Solteiro	3	1,6	3	1,6	–	–	1	0,1	4	0,3	4	0,3
Casado	142	74,4	141	73,8	960	78,6	966	79,1	987	71,6	989	71,7
Viúvo	1	0,5	8	4,2	–	–	16	1,3	18	1,3	19	1,4
Não declarado	45	23,5	39	20,4	262	21,4	239	19,5	370	26,8	367	26,6
Total	**191**	**100**	**191**	**100**	**1.222**	**100**	**1.222**	**100**	**1.379**	**100**	**1.379**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (ACMC).

Tabela A12 – Naturalidade dos falecidos (Campinas, 1774-1850)

Naturalidade	1774-1799	1800-1819	1832-1850
Atibaia	8	87	40
Bragança	–	28	38
Campinas	–	21	240
Itu	2	49	58
Jundiaí	4	66	53
Mogi-Guaçu	–	7	6
Mogi-Mirim	2	29	22
Nazaré	10	94	36
São Paulo	3	43	63
Subtotal	29	424	556
Não declarada	429	1.792	2.273
Outras	18	198	258
Total	**476**	**2.414**	**3.087**

Fonte: Registros Paroquiais de Óbitos (ACMC).

Tabela A13 – Identificação das concepções pré-nupciais

Idade ao casar	Número de uniões com concepção pré-nupcial	Número de uniões sem concepção pré-nupcial	Total
10-14	9	369	378
15-19	6	313	319
20-24	3	144	147
25-29	4	53	57
30-34	2	21	23
35-39		9	9
40-44		2	2
45-59		2	2
50 +		2	2
Indetermin.	1	108	109
Total	**25**	**1.023**	**1.048**
Rejeição 2 (A união não tem data de casamento ou a data não é válida): 517			

Fonte: Registros Paroquiais (ACMC).

Tabela A14 – Estado conjugal dos falecidos (Campinas, 1774-1850)

Estado conjugal	1774-1799				1800-1819				1832-1850			
	H		M		H		M		H		M	
Solteiro	58	12,2%	62	13,1%	241	10%	230	9,6%	418	13,5%	328	10,6%
Casado	150	31,5%	142	29,8%	897	37,2%	825	34,2%	1.078	35%	897	29,1%
Viúvo	22	4,6%	25	5,2%	46	1,9%	87	3,6%	68	2,2%	208	6,7%
Não declarado	10	2,1%	7	1,5%	34	1,4%	51	2,1%	47	1,5%	42	1,4%
Total	**240**	**50,4%**	**236**	**49,6%**	**1.218**	**50,5%**	**1.193**	**49,5%**	**1.611**	**52,2%**	**1.475**	**47,8%**

Fonte: Registros Paroquiais de Óbitos (ACMC).

Tabela A15 – Razão de sexo dos óbitos (Campinas, 1774-1850)

Razão de sexo	1774-1799	1800-1819	1832-1850
	101,7	102,1	109,2

Fonte: Registros Paroquiais de Óbitos (ACMC).

Em São Paulo, o aumento demográfico no século XVIII provocou a ocupação de novas porções do território, ampliando o espaço agrícola e empurrando progressivamente as fronteiras mais para o Oeste e para o Sul. Por trás desse aumento populacional, estava uma política colonial de povoamento, iniciada com a Restauração administrativa da Capitania de São Paulo, em 1765. Neste livro, Paulo Eduardo Teixeira elegeu a região de Campinas como *lócus* para seu estudo sobre a dinâmica demográfica em São Paulo, apontando as variáveis que interferiram e definiram a sociedade paulista no passado.

A escolha desse município não foi aleatória. Ao longo de sua trajetória acadêmica, o autor dedicou parte de seus estudos a esse pequeno bairro da vila de Jundiaí que, no despontar do século XIX, tornou-se uma vila que atraiu os olhares de inúmeros migrantes. Tal conhecimento o aproximou das questões demográficas e, assim, Teixeira vislumbrou a oportunidade de estabelecer um diálogo profícuo sobre os sistemas demográficos no Brasil, principalmente porque para áreas de *plantations* isso ainda não foi realizado.

ISBN 978-85-393-0167-6